Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

**ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL: ESTUDO PROSOPOGRÁFICO DOS
REDATORES E EDITORES DE PERIÓDICOS PUBLICADOS ENTRE 1808 E
1831**

Versão corrigida

Luis Otávio Vieira

São Paulo
2019

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

**ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL: ESTUDO PROSOPOGRÁFICO DOS
REDATORES E EDITORES DE PERIÓDICOS PUBLICADOS ENTRE 1808 E
1831**

Versão Corrigida

Luis Otávio Vieira

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), sob orientação do Professor Dr. João Paulo Garrido Pimenta

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V427o Vieira, Luis Otávio Silva Pincigher Pacheco
ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL: ESTUDO
PROSOPOGRÁFICO DOS REDATORES E EDITORES DE PERIÓDICOS
PUBLICADOS ENTRE 1808 E 1831 / Luis Otávio Silva
Pincigher Pacheco Vieira ; orientador João Paulo
Garrido Pimenta. - São Paulo, 2019.
278 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Brasil. 2. Imprensa. 3. Independência. I.
Pimenta, João Paulo Garrido, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Luis Otávio Silva Pincigher Pacheco Vieira

Data da defesa: 15/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): João Paulo Garrido Pimenta

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09 / 12 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

(...) por exemplo, expressou sua opinião sobre as origens da assim chamada “magia” poderem estar no advento da linguagem e da escrita. Ele explicou que a habilidade de se registrar observações e transmitir pensamentos para outras pessoas, com frequência por distâncias bem substanciais de espaço e tempo, pareceriam de procedência sobrenatural para aqueles que ainda não possuíam o de conceito de comunicação escrita. Seguiu apontando que se nós, por alguma razão, removêssemos os elementos verbais da magia (grimórios, palavras mágicas, encanto, feitiços, maldições e línguas “angelicais”) sobraria quase nada. Ao invés de usar esse argumento para desdenhar a magia como sendo nada mais que uma forma pretensiosa de literatura, todavia, parecia estar sugerindo que até a escrita comum, cotidiana e comercial era um ato de feitiçaria, não importa o quão depreciada, mal compreendida ou inócua, e que assim, qualquer livro poderia abrigar consequências mágicas ou mesmo perigosas. Quando eu debilmente protestei que isso parecia uma conclusão muito apressada, ele respondeu citando uma grande onda de guerras religiosas e suas decorrentes perseguições na Bíblia, no Alcorão e na Torá e apontou a multitude de slogans de propagandas que adornam nossos letreiros e esquinas hoje em dia, sutilmente nos persuadindo a achar um produtor mais atrativo ou familiar que outro.

Alan Moore

Mas no momento acho que cabe um brinde, a política de hoje é a mitologia de amanhã.

Grant Morrison

SUMÁRIO

Introdução	p. 15
Capítulo 1: (Des)construções de memórias.....	p. 30
1.1. Ilusão biográfica e trajetória; o caso de Joaquim Gonçalves Ledo	p. 30
1.2. Outros produtores de periódicos e suas fortunas historiográficas.....	p. 54
Capítulo 2: Análise transversal e sincrônica: comparação de perfis.....	p. 86
2.1. Origem social e familiar.....	p. 86
2.1.1. Lacunas.....	p. 106
2.1.2. Americanos, reinóis e mestiços.....	p. 108
2.2. Formação	p. 118
2.2.1. Apresentação dos dados.....	p. 120
2.2.2. Opinião pública: entre os letrados treinados e os autodidatas..	p. 129
2.3. Profissões, ocupações profissionais.....	p. 135
Capítulo 3: Análise longitudinal e diacrônica: comparação entre trajetórias.....	p. 162
3.1. Tipografias.....	p. 162
3.1.1. Apresentação dos dados	p. 167
3.1.2. Acesso às tipografias	p. 177
3.2. Faixa-etária.....	p. 197
3.2.1. Gerações.....	p. 205
3.2.2. Experiência, conceito e diversidade geracional.....	p. 208
3.3. Itinerários.....	p. 218
3.3.1. 1808 a 1819.....	p. 220
3.3.2. 1820 a 1823.....	p. 227
3.3.3. 1824 a 1831.....	p. 236
Considerações Finais.....	p. 248
Fontes.....	p. 254
Bibliografia.....	p. 259

Agradecimentos:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela Bolsa de Mestrado (Processo nº 2016/12566-7), que financiou este trabalho e sem a qual ele não seria possível.

A João Paulo Garrido Pimenta pela atenta orientação, apoio, correções minuciosas e leituras críticas, mas sobretudo, pela minha formação como historiador e pesquisador e por ter acreditado na minha capacidade em desenvolver esse trabalho. Não poderia deixar também de agradecer-lo pela amizade e pela paciência por me puxar de volta à realidade quando os tornados de ansiedade e dúvida soprados por moinhos quixotescos me levavam para longe do chão.

Aos trabalhadores da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela paciência e atenção ao atenderem minhas inúmeras e longas demandas. A Maria Clara Laet e família por tornarem possível e mais confortável minha estadia no Rio de Janeiro percorrendo arquivos e levantando documentação.

Aos professores Marcelo Cheche Galves e Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira pelas leituras valorosas, críticas e sugestões imprescindíveis durante o exame de qualificação. Este trabalho deve a ambos um significativo salto de qualidade. Agradeço também às professoras Lúcia Bastos Pereira das Neves, Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira, Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira pelas inquições durante as exposições dos primeiros resultados dessa dissertação.

Ao professor Rafael de Bivar Marquese e aos queridos colegas do LabMundi pelas leituras e críticas, além da inestimável troca de experiências, sem as quais algumas barreiras enfrentadas seriam ainda mais difíceis de serem ultrapassadas.

A Rafael Fanni e Ana Prates por acompanharem e me apoiarem no decorrer dos dramas, farsas e episódios de tragicomédia que permearam o desenvolvimento desse trabalho. A Virgínia Castro, Raíssa Alonso e Carla Baute grandes companhias e companheiras nesse desafio chamado Mestrado.

Esses agradecimentos se revelaram uma árdua tarefa, uma vez que devo tanto a tantos e valiosos amigos. Sendo assim, faço o melhor possível para não me esquecer de ninguém. Mas mesmo se por ventura me esquecer, que não haja dúvidas quanto a minha gratidão. Aos inigualáveis e únicos: Isabela Souza, João Gabriel Colovan, Alberto Portella, Thomáz Fortunato, Clarissa Pedro, Camilla Agueli, Nicole Bianchini, Felipe

Alfonso, Pedro Sette, Branca Zilberleib, Luiz Laurindo e Larissa Albuquerque pelas conversas sérias, mas também pelas completamente desprovidas de qualquer seriedade, elas foram fundamentais. A Luisa Luz pela amizade sincera e por discordar incansavelmente de mim em todas as horas escuras em que eu perdia de vista o sentido maior dos meus esforços. O mesmo vale para Felipe Landim e Thaís Durand, mas com a adição de doses maciças de trocadilhos e petiscos de bar. A Raquel da Cruz Lima por enxergar nesse trabalho e em mim sucessos. Se chegamos lá, devemos a esse incentivo que nos fez melhores.

A Irana Gaia e Thiago Soares, ouvintes de desabafos e reclamações, assim como grandes companhias de caminhadas sem muito sentido, porém divertidas. A Paula Alves que também ouviu muitos desabafos e reclamações mesmo estando a um oceano de distância.

Mesmo sendo óbvio, não é, porém, de forma alguma dispensável reafirmar que quase tudo devo aos meus pais, Marta e José Alberto, e aos meus irmãos, José Mauro e Denise; totalidade de débito da qual deriva, inclusive, essa dissertação. A eles agradeço imensamente e espero que apreciem as páginas seguintes para as quais seu amor, apoio e força foram decisivos.

Resumo: O presente trabalho intenta contribuir com o alargamento da compreensão acerca da história da imprensa no Brasil e, simultaneamente, da história da Independência. Com o uso do método prosopográfico – cotejamento de dados biográficos coletivos –, buscamos a elaboração de um quadro evidenciando traços característicos de um conjunto de personagens baseado numa amostragem de 29 redatores e/ou editores de folhas periódicas - – conjuntamente por nós denominados produtores de periódicos - publicadas no Brasil entre 1808 e 1831. E a partir desse quadro, composto por uma pluralidade de indivíduos, observamos os dispositivos sociais coletivos, as relações e os contornos característicos desse grupo. Dispondo essas informações em um conjunto comum, tratando essa multiplicidade de nomes como um grande ator coletivo, articulamos essa dimensão micro-análítica das trajetórias individuais à conjuntura alargada da Independência, marcada por incertezas, reviravoltas e mudanças políticas, sociais e institucionais.

Palavras-chave: Independência, imprensa, opinião-pública, trajetória, Brasil, América portuguesa, periódicos.

Abstract: The present work aims to contribute to widen the comprehension surrounding the history of the press in Brazil, as well as its independence history. Using the prosopographic method (the analysis and comparison of collective biographical data), we propose a collection of features characteristic to a set of characters, based on a sample of 29 editors and / or writers of periodicals (which we name producers of periodicals), published in Brazil between 1808 and 1831. From this set, made of many individuals, we observe collective social devices, the relations and overall outlines of this group. Having put all this information on a common series, and treating them collectively as a single social agent, we articulate the micro-analytical dimension of individual paths with the general context of the Independence, marked by uncertainty, twists and political, social e institutional changes.

Keywords: Independence, press, public opinion, trajectory, Brazil, Portuguese America, periodicals.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produtores de periódicos e as províncias que representam.....	p.20
Tabela 2 - Produtores de periódicos e ocupações de seus familiares ascendentes.....	p.90
Tabela 3 - Produtores de periódicos e locais de origem de seus familiares ascendentes.....	p.109
Tabela 4 - Produtores de periódicos e suas formações discriminadas por local e ano de conclusão.....	p.121
Tabela 5 - Produtores de periódicos e suas respectivas profissões/ocupações profissionais.....	p.136
Tabela 6 - Produtores de periódicos, os respectivos periódicos de atuação e tipografias utilizadas.....	p.167
Tabela 7 - Produtores de periódicos, seus respectivos anos de nascimento e idade quando do início das atividades em periódicos.....	p.198
Tabela 8 - Itinerários dos produtores de periódicos entre 1808 – 1819.....	p.221
Tabela 9 - Itinerários dos produtores de periódicos entre 1820 – 1823.....	p.227
Tabela 10 - Itinerários dos produtores de periódicos entre 1824 – 1831.....	p.237

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Periódicos em circulação nas províncias do Brasil (com mais de um número)
- 1819 -1823..... p.166

Gráfico 2 - Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro (1808 – 1840)..... p.201

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Joaquim Gonçalves Lêdo. O verdadeiro patriarca da Independência Brasileira
..... p. 53

ABREVIATURAS

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

BBM - Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Introdução

No início dos trabalhos para esta pesquisa, um pensamento desconcertante em forma de indagação acompanhou o desenvolvimento das diferentes etapas e tarefas realizadas: *como ainda há tanto a fazer quando já há tanto produzido e tanto material à disposição?* A historiografia acerca da Independência já tem uma larga trajetória, podendo ter suas manifestações iniciais reconhecidas em momentos praticamente contemporâneos aos fatos que narra. De fato, já antes de 1822, a imprensa periódica da época – especialmente a partir de 1820, livre do constrangimento da censura prévia –, dentro de seu papel de meio de inserção no debate político, por vezes trazia argumentos, de seus autores, baseados num esforço para historicizar sua conjuntura, alocando-a numa narrativa histórica das relações entre Portugal e seus territórios americanos¹. Alguns anos depois, em 1826, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu – um dos personagens centrais da Independência –, recebeu de D. Pedro I a tarefa de registrar e assegurar a permanência memorialística desses acontecimentos. A obra, devido a mudanças na dinâmica de poder do Estado, mudanças cujas origens alcançam justamente as forças atuantes na Independência, não foi terminada, e hoje é passível de consulta sob o título *História dos principais sucessos políticos do Imperio do Brasil dedicada ao senhor D. Pedro I*². Entre outras proposições que permanecem fortes, ao menos na cultura popular, até hoje, Cairu, por exemplo, foi provavelmente o primeiro a estabelecer o 7 de Setembro como a data da Independência, atribuindo protagonismo ao suposto grito – e do fato por ele marcado – de D. Pedro.

Entre a década de vinte do século XIX e os dias de hoje, muito se escreveu,

¹ De acordo com Cristiane Camacho dos Santos, os periódicos em circulação já em 1821 e 1822 sedimentam parte da base dessa historiografia. Conforme a autora é perceptível no período “um processo de politização de uma identidade brasileira (...) que se deu, entre outros fatores, pela utilização de argumentos históricos (...). A imprensa periódica publicada no Brasil foi veículo privilegiado para tal empreendimento. A partir desse processo, demonstrou-se também que, no bojo do debate público daqueles anos, desenvolveu-se a ideia de uma História do Brasil, específica em relação à portuguesa (...). Se a ruptura política não era uma realidade definitiva para os protagonistas daquele período, foi, sem dúvida, uma possibilidade aventada e, em determinado momento, tomada por alguns como inevitável”. SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado colonial no processo de independência do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2010, p. 164. Ver também FANNI, Rafael Dias. *Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2015.

² LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do Imperio do Brasil dedicada ao senhor D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1827-1830. Conforme a historiadora Tereza Cristina Kirschner, o já senador José da Silva Lisboa acabou isolado e no ostracismo após a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831, e nos anos iniciais do período da Regência teve o patrocínio destinado à composição do livro cortado. Ver KIRSCHNER, Tereza Cristina *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009.

assim como se arquivou uma massa documental de avultado tamanho sobre a Independência. O próprio percurso historiográfico do tema há tempos rende trabalhos e estudos³. E como é natural na escrita da história, os diversos “tempos presentes” sucedidos suscitaram revisões, confirmações, novos problemas, novos objetos, refutações, ratificações, resgates, diferentes abordagens, métodos e/ou bases teóricas. Sendo assim, a Independência hoje é um tema de pesquisa multifacetado que carrega em si consensos, controvérsias, uma inegável tradição historiográfica e, é claro, lacunas.

Reconhecendo essa característica auto reflexiva da historiografia da Independência, a indagação apresentada acima ganha alguns elementos de respostas, tornando-a mais motivadora e instigante, mesmo que ainda desconcertante. Uma produção que reflete sobre si mesma e cujo desenvolvimento atravessa diversos contextos históricos inevitavelmente constatará, de tempos em tempos, faltas, falhas e o reconhecimento de novos caminhos a trilhar.

Nos períodos mais recentes dessa auto reflexão, entre as constatações a respeito dos esforços ainda a serem feitos, temos que:

Tudo ou quase tudo resta a ser feito em termos de biografias e estudos de pensamento e trajetórias individuais típicas de homens e mulheres “de baixo”, ou mesmo de negociantes, burocratas, publicistas e clérigos, o que certamente se descortina como um dos campos mais abertos, sedutores e promissores aos historiadores da Independência. No entanto, muito resta a ser feito também em torno de gente “de cima”, personagens cruciais para o processo por conta de altas posições ocupadas na hierarquia social da época e que até o momento foram muito pouco estudados⁴.

É nesse veio dos estudos biográficos e de trajetórias de grupos circunscritos de indivíduos que o presente trabalho visa contribuir. Mais especificamente, no tocante aos produtores de periódicos – categoria que utilizamos aqui para designar um grupo

³ COSTA, Wilma Peres. A Independência na Historiografia Brasileira. In JANCÓS, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005. MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. In: *Almanack Braziliense*, v. nº 3, 2006. LEITE, Renato Lopes. História da historiografia da Independência: apropriações do Sete de Setembro. In: *Ensino e Pesquisa (União da Vitória)*, v. III, 2007. PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. In: *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 1, 2008.

⁴ PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português... op. cit., p. 91. Após a publicação deste artigo, em 2008, vieram à luz alguns trabalhos centrados nas trajetórias de grupos de indivíduos unificados por atividades comuns. Ver, por exemplo, MARQUES JUNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do império independente: áulicos e um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822 – 1831)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018. SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Essa produção certamente aponta para esforços de superação do paradigma apontado na citação, todavia, ainda resta um longo caminho para que isso se concretize.

formado por redatores e/ou editores das folhas seriadas⁵. Pensando nesses atores que davam forma a uma das manifestações de opinião e debate público e político, chegamos à dimensão de maior interesse desta pesquisa: o protagonismo e campo de ação dos personagens individuais nos processos históricos. Sem dúvida uma discussão espinhosa, dado o estigma ainda presente da história positivista e sua relação de destaque aos grandes personagens⁶. Para a superação desse paradigma, o jogo de escalas precisa ser utilizado de forma a não privilegiar o macro em detrimento do micro, ou vice-versa, mas para encontrar em singularidades e grandes tendências pontos de avanços mútuos, “revelando-nos personagens sociais mais ou menos típicos, atuantes e pensantes segundo padrões históricos da época em que viveram”⁷. No caso da historiografia da Independência, esta é uma trilha ainda a ser mais intensivamente percorrida.

A dimensão micro-análítica da trajetória individual e dos dados biográficos, portanto, não deve ser vista como um esforço na contramão do que tem atualmente se desenvolvido e dos avanços acerca da historiografia da Independência e das revoluções de independências iberoamericanas do século XIX, mas sim como uma contribuição para tornar esse panorama de estudos mais rico e completo. É significativo até mesmo pensá-la como um renovado aparato metodológico, sobre o qual vale a pena refletir a respeito de seus possíveis auxílios para as atuais e vindouras pesquisas. Para Márcia de Almeida Gonçalves, “sob a chave da renovação ou do retorno do biográfico, tal gênero para alguns, tal metodologia, para outros, teria sua posição reservada entre as formas de escrita da história ou da materialização dos saberes sociológicos, antropológicos” permitindo “encontrar uma escrita da história como conhecimento do passado, numa perspectiva comparativa (...) sob a mediação da narrativa biográfica”⁸.

E qual seria essa realidade a ser acessada por meio das dimensões individuais? De forma abrangente, uma época, entre o final do século XVIII e início do XIX marcada mundialmente por revoluções. E que para o mundo ibero-americano, segundo Javier Fernández Sebastián, caracterizou-se por um desenrolar de eventos dotados de

⁵ Cunhamos o termo produtores de periódicos por enxergar na fase de produção desses impressos a etapa comum de atividade de redatores e editores dentro de um circuito de comunicação mais amplo. Esse circuito continha outras fases que sucediam a de produção, como a de circulação e comercialização dos periódicos e sua posterior leitura e recepção já nas mãos do leitor. Sobre circuito de comunicação, ver DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 144.

⁶ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p. 142.

⁷ PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português... op. cit., p. 88.

⁸ GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

uma “intensidade insólita, que a partir de 1808 y en apenas dos o tres décadas, cambiaron profundamente la faz de países y supusieron para sus habitantes la entrada en ese nuevo marco histórico y político al que solemos aludir abreviadamente con la palabra modernidad”⁹. Nessas transições do que podemos chamar de Antigo Regime para realidades modernas – conjuntura em que se inclui a Independência -, onde valores e instituições sofriam transformações, entre rupturas e continuidades, a denominação de diversas ou de uma grande crise parece fazer justiça a esse amplo cenário.

Para o então espaço multifacetado denominado Brasil, cujo ponto de coesão era o reconhecimento da subordinação perante a Corte portuguesa – em Lisboa até 1807 e no Rio de Janeiro a partir de 1808 - István Jancsó fala em um período de acumulação de experiências moldando a memória coletiva e ação de indivíduos, sobretudo do que ele cunhou como classes dominantes. Para ele, essas memórias:

plasmadas em meio a sucessão de contradições, tensões e conflito de suas histórias e que afloram como substratos dos projetos políticos contrapostos quando a crise sistêmica do Antigo Regime tornou evidente a inadequação do Estado absolutista como instrumento apto para garantir a boa ordem¹⁰.

Na realidade desses personagens da Independência - consequentemente atuantes na conjuntura de crise do Império Português -, se projeta “um futuro incierto, que por esa mesma incertidumbre necessita ser domesticado”¹¹. Diante desse panorama, os atores históricos da época viviam e experimentavam um cenário de crise, “num tempo de incertezas em que a instabilidade política e a provisoriedade das formas eram a regra”¹².

Partindo dessa constatação, procuramos nos debruçar sobre dados e trajetórias individuais de personagens que atuaram diretamente nesse horizonte de crise, observando suas ações guiadas por esse panorama ao mesmo tempo em que essas ações também transformavam e determinavam esse mesmo cenário maior que esses indivíduos. São nessas trajetórias erráticas e marcadas por reviravoltas e alterações, por vezes mais e por vezes menos bruscas de posicionamento político, que percebemos a instabilidade conjuntural da crise em ação. Os aliados de um momento defrontam-se como rivais anos ou mesmo meses depois. Os sucessos e êxitos individuais

⁹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.), *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. [Iberconceptos I], Madrid, Fundación Carolina / CEPC, 2009, p. 35.

¹⁰ JANCÓS, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005, p.19.

¹¹ PIMENTA, João Paulo. *Espacios de experiencia y narrativa historiográfica en el nacimiento del Brasil independiente*. In: *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, v. 12, 2007, p.444.

¹² MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2010, p.61.

transformam-se em fracassos ou marcas de desprestígio público conforme a crise se desenvolve no tempo através de sucessivos eventos aos quais os indivíduos respondem e procuram se adaptar da melhor forma, dadas suas possibilidades.

É diante desse panorama de crise, com mudanças na forma do debate político, do surgimento de novas alternativas de inserção social, de redistribuição do poder e de reformulação de instituições, tudo ao ritmo de uma era de revoluções, que traremos ao primeiro plano a caracterização e a movimentação de um grupo de indivíduos que partilharam de forma comum a atuação na imprensa. Observaremos como esses atores se inseriram e responderam a essa movimentada e turbulenta época de mudanças, através de suas respectivas trajetórias e dados biográficos. Dispondo essas informações em um quadro comum, tratando essa multiplicidade de nomes como um grande ator coletivo, articularemos essa dimensão micro-analítica das trajetórias individuais à conjuntura da Independência, marcada por incertezas e reviravoltas. Este é o objetivo basilar dessa pesquisa.

A partir de um rol de 29 produtores de periódicos que atuaram no período e no processo de Independência das colônias luso-americanas, entre 1808 e 1831¹³, foi realizada uma prosopografia – sistematização e cotejamento de dados biográficos coletivos – baseada na perspectiva desse agrupamento na forma de um ator coletivo, representantes de uma elite intelectual¹⁴.

Para compor esse grupo selecionamos personagens que atuaram como produtores de periódicos em todas as capitanias/províncias onde houve produção dos

¹³ Utilizamos aqui a mesma periodização proposta por Caio Prado Junior para cobrir o processo de Independência, aceita por significativa parte da historiografia até hoje. PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971. De acordo com Pimenta: “creio poder afirmar que, atualmente, nenhum estudioso da Independência seria capaz de ignorar a necessidade de inserir seu objeto de estudo em uma temporalidade que confira centralidade, pelo menos, aos acontecimentos de 1808; já a possibilidade de se ir além, para trás ou para frente, é uma questão em aberto. A outorga da Carta constitucional de 1824, o reconhecimento luso britânico da Independência (1825), a crise e o fim do Primeiro Reinado (1831) com a “nacionalização” da monarquia, o período das Regências (1831-1840), todos oferecem marcos temporais pertinentes, não-excludentes, e que apontam, inclusive, para a complexidade e dinâmica da Independência como um processo”. Ver PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In: *História da Historiografia*, v. 3, 2009, p.69.

¹⁴ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 55, 56 e 71. De acordo com a autora, “buscou-se definir estas elites através de grupos que se distinguiam tanto do povo em geral quanto de outros grupos que ocupavam o primeiro segmento na sociedade. Trabalhou-se com os homens que tiveram atuação específica no processo político e intelectual, a partir de 1820, e que se destacaram na formação de uma cultura política da época da Independência (...). Necessitava-se de outro critério de seleção capaz de apontar elementos de grande representatividade na elite intelectual, e que algumas vezes tiveram atuação política: o grupo selecionado foi o dos autores dos principais veículos de transmissão dessa cultura na época – os folhetos e os periódicos”.

mesmos e onde o debate público nesse suporte foi significativo no período. Em alguns casos, o local de atuação coincide com local de nascimento do personagem, já em outros não. Também tentamos, de forma aproximada, equilibrar proporcionalmente a quantidade de indivíduos selecionados por capitania/província em vista da quantidade de folhas periódicas em circulação em cada localidade. Portanto, o Rio de Janeiro, sede da Corte e onde o número de periódicos se fez mais amplo, conta com a maior porção: sete personagens. Outros lugares, tal como Goiás, onde a primeira tipografia só chegou em 1830, limitando a possibilidade do debate através dos periódicos impressos - apenas um circulava às vésperas da abdicação de D. Pedro I -, foram contemplados com apenas um indivíduo. A lista completa, dividida pelas províncias de atuação dos produtores de periódicos, é a seguinte:

Tabela 1: Produtores de periódicos e as províncias que representam

Capitania/Província	Produtor de periódicos
Rio de Janeiro	José da Silva Lisboa
	Joaquim Gonçalves Ledo
	Januário da Cunha Barbosa
	Luis Augusto May
	Manoel Ferreira de Araújo Guimarães
	João Soares Lisboa
	Evaristo da Veiga
Minas Gerais	Batista Caetano de Almeida
	Teófilo Ottoni
	Bernardo Pereira de Vasconcellos
São Paulo	José da Costa Carvalho
	Libero Badaró
Cisplatina	Cirilo de la Alameda y Brea
	Francisco de Paula Pérez
Paraíba	Antônio Borges da Fonseca
Grão-Pará:	Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente
	João Batista Gonçalves Campos

Maranhão	Padre Tezinho
	Manoel Rodrigues de Oliveira
	João Antônio de Garcia Abranches
Pernambuco	Frei Caneca
	Cipriano Barata
Bahia	Diogo Soares da Silva de Bivar
	Joaquim José da Silva Maia
	Francisco Gê de Acaiaba Montezuma
Ceará	Padre Mororó
Rio Grande de São Pedro	Vicente Ferreira Gomes
Goiás	Padre Fleuri
Londres	Hipólito da Costa ¹⁵

Elaborado pelo autor.

Para cada um desses indivíduos, procuramos, de forma geral, levantar as seguintes informações: data de nascimento; local de origem; ocupação do pai e/ou da família; formação educacional e intelectual; periódicos de atuação; tipografias utilizadas; locais de atuação política; ocupações profissionais; cargos públicos, eletivos ou nomeações. Esses dados possibilitaram observar aproximações e diferenças entre os personagens, seja sobre suas origens e perfis, seja sobre suas trajetórias. Portanto, procuramos oferecer duas perspectivas de análise: uma sincrônica, observando o conjunto de indivíduos como uma única imagem entre 1808 e 1831; e outra diacrônica, através da comparação de sucessivos momentos (ou sucessivas imagens) das trajetórias dos mesmos personagens na mesma periodização.

Por vezes, algumas dessas informações não foram encontradas, deixando alguns

¹⁵ Abrimos a previsível exceção de incluir na lista Hipólito da Costa, um produtor de periódico em atividade fora dos limites dos territórios luso-americanos dada a importância do *Correio Braziliense* e da própria trajetória de seu redator para a história da Independência. Entre os aspectos que justificam sua inclusão, podemos destacar que este personagem foi um dos únicos portugueses a produzir um periódico crítico e opinativo antes do final de 1820, ou seja, antes da queda da censura prévia, e um dos primeiros escritores públicos, senão o primeiro, a conceber e propagar a América portuguesa como uma unidade com interesses comuns. Ver JANCSÓ, István; SLEMIAN, Andrea. Um caso de patriotismo imperial. In: DINES, Alberto. (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado; Correio Braziliense, 2002.

espaços vazios, mas não a ponto de inviabilizar a pesquisa ou impedir a comparação, sistematização e análise dos dados. Em muitos outros casos, informações para além das acima listadas foram recorrentes, oferecendo complementação e maior substância ao trabalho. E por fim, mesmo os silêncios e/ou os espaços vazios, para além de bruscos indícios de limites, puderam ser aproveitados como elementos significativos e reveladores sobre a história desses mesmos personagens, ou de suas memórias como parte da memória da Independência ou da memória da história da imprensa.

O uso da prosopografia, conforme Flávio Heinz, permite “elaborar perfis sociais de determinados grupos (...), categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social - que caracterizam as trajetórias (...) (e estratégias de carreira) dos indivíduos”¹⁶; logo, permite a observação de determinado grupo, suas ações, relações internas e externas, características, semelhanças e diferenças de atributos e trajetórias. E considerando a indissociável relação de mutualidade e simbiose entre desenvolvimento da trajetória do indivíduo e da sociedade na qual está inserido, atentamos que a observação de características e cursos de vida individuais significa necessariamente a observação da dinâmica social¹⁷. Pois, “tudo aquilo que chamamos estruturas e leis sociais não são nada além de estruturas e leis das relações entre as pessoas”¹⁸. Portanto, contemplar o conjunto sistematizado de dados biográficos dos produtores de periódicos em atividade no Brasil entre 1808 e 1831, buscando padrões e características através de comparações e análises integradas, incorre em levantar elementos da própria Independência.

Não obstante, esse levantamento prosopográfico também está apto a revelar traços estruturais de surgimento e de funcionamento da então emergente opinião pública em solo luso-americano, fenômeno inseparável à Independência¹⁹. Observando o plano conceitual, notam-se transformações da semântica contida no termo *opinião pública*,

¹⁶ HEINZ, Flávio Madureira. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 9.

¹⁷ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor, 1994. Concordamos com a crítica de Elias à rígida antítese entre indivíduo e sociedade, onde um determinaria o outro por completo em relação de total submissão. Para o tipo de pesquisa que estamos realizando, esse raciocínio seria inviável e transformaria os indivíduos em agentes autômatos dos próprios destinos, tornando a comparação entre seus dados biográficos irrelevantes e impossíveis, ou em reflexos ilustrativos de forças estruturais além de sua percepção e capacidade de agência, tornando o levantamento e comparação de seus dados biográficos um esforço nulo em termos de capacidade de explicação histórico-social. Dito isto, adotaremos a perspectiva relacional de Elias, escapando de um antagonismo desnecessário e sem saída. “Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais (...). É necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções”.

¹⁸ *Ibidem*, p.22.

¹⁹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.7.

que mais tarde se politizaria e entraria em disputa, conforme se acirrava a crise que levaria à Independência. A instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808, trazendo consigo a imprensa e fomentando as primeiras publicações periódicas em solo luso-americano, tal qual a primeira delas, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, é um marco notório do desenvolvimento e das mutações das concepções de opinião pública no América portuguesa, sob o impulso do surgimento da imprensa periódica²⁰. Dessa maneira, a mudança conceitual aponta para uma experiência histórica adquirida e inserida no decorrer do processo de Independência, evidenciando o caráter indivisível entre este, a formação de uma opinião pública e a entrada em cena da imprensa periódica.

A prosopografia não é um método estranho ao fazer historiográfico. Já não o era quando da publicação do artigo de Lawrence Stone sinteticamente intitulado *Prosography*, em 1971, que marcou o início de uma utilização mais regular do método na escrita da História, acompanhando o movimento de renovação da história política²¹. Aproximando História e Sociologia, esse recurso procede com uma serialização de exames micro-analíticos individuais, procurando situá-los em configurações comuns ou semelhantes²², onde é possível notar a ação individual e conjunta simultaneamente. Logo, modelos e elementos sociais podem ser contemplados de forma orgânica, evitando reificações reducionistas ou o uso de categorias sociais como entes que

²⁰ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 157.

²¹ STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba: 2011, vol.19, n.39, pp.115-137. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

²² Novamente recorremos a Elias, dessa vez a sua formulação da ideia de *configuração*. Doravante, trabalharemos com este termo como um “instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o indivíduo e a sociedade fossem antagônicos e diferentes”. ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 141. Entendendo a sociedade com um corpo formado pelas relações de interdependência e poder entre indivíduos, imaginar seu funcionamento como um jogo talvez seja uma analogia que facilite apreender o conceito de configuração. Segundo Elias, “se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmos-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: O jogo hoje à noite está muito lento! Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das acções de um grupo e indivíduos interdependentes. Mostrámos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo jogo. Nem o jogo é uma ideia ou um tipo ideal, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstracção das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual”. In: ELIAS, Norbert. *Introdução...* op. cit., p. 142. No entanto, diferente do exemplo, nas configurações do jogo social observadas neste trabalho, a relação assimétrica de poder será uma constante fundamental. Como veremos mais a frente, casos como exílios, prisões e interrupção da publicação de periódicos por empastelamento de tipografias revela a diferença assimétrica de poder entre alguns produtores de periódicos e seus antagonistas posicionados em postos de comando estatal e/ou de instituições de repressão.

sobrevoam de maneira etérea a realidade material e concreta dos indivíduos. É essa abordagem viva e maleável, tal como é a realidade, com que procuraremos tratar o processo da Independência brasileira e o desenvolvimento da opinião pública nesse espaço luso-americano.

A prosopografia, como não poderia deixar de ser, tem seus limites que devem ser mantidos claros. Ao invés de encarar os resultados obtidos com esse método como explicações últimas e plenamente generalizantes, é muito mais conveniente e correto visualizá-los como “tendencias sostenidas en la aplicación de una técnica muy sólida a la hora de analizar una configuración social y observar su evolución en el tiempo”²³. Portanto, nosso objetivo não é oferecer conclusões irrevogáveis ou uma revisão radical em relação a aspectos da Independência e da conformação da opinião-pública luso-americana, mas, acima de tudo, apontar elementos e direções interessantes e chamativas que ainda não foram percebidas e/ou devidamente trabalhadas e que se apresentem como terreno fértil para novas investigações. Adiantando algumas a título de exemplo: a memória biográfica de personagens menos lembrados, o desenvolvimento material da imprensa no Brasil através do surgimento e funcionamento de tipografias, ou a incidência do fator geracional na trajetória política dos produtores de periódicos em comparação uns com os outros.

A produção de biografias dos personagens envolvidos na Independência também está longe de ser uma novidade. Parte da quantidade desse tipo de material levantado e recolhido para essa pesquisa é um bom indicativo²⁴. É sintomático, inclusive, que um

²³ FERRARI, Marcela. Prosopografía e historia política: Algunas aproximaciones. In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 547.

²⁴ Por exemplo: SOUSA, Octavio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960. MELCHIOR, Elísio de O. *Visconde de Cairu, sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: 1959. DUTRA, José Soares. *Cairu*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1943. LIMA, Alceu Amoroso. *Época, vida e obra de Cairu*. In: LISBOA, José da Silva. *Princípios de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1956. LISBOA, Bento da Silva. *Biografia de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1839)*. In: SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1975, 2 volumes. IPANEMA, Marcelo e Cybelle de. *Bicentenário de Joaquim Gonçalves Ledo*. In: *RIHGB*, N° 334, 1982. BARBOSA, Antônio da Cunha. *Cônego Januário da Cunha Barbosa*. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo 65, Vol. 106, 1902. SOUSA, Octavio Tarquínio. *Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Cia Nacional, 1939. MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência (São João del-Rei, 1824-1839)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. ALMEIDA, Francisco de Assis e. *Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural de Camandocaia, actual cidade de Jaguary, da Provincia de Minas-Geraes*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, ano/vol: 10, vol./número/fascículo: 1,2. SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. TIMMERS, Frei Olavo. *Theophilo Benedicto Ottoni, pioneiro do nordeste mineiro e fundador da cidade de Teófilo Ottoni*. Divinópolis: Gráfica Santo Antônio, 1969. CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*.

dos nomes de nossa lista, Januário da Cunha Barbosa, tenha sido fundador e idealizador do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e ele mesmo um adepto da produção biográfica, sendo esse gênero uma peça importante para o projeto de construção de uma história e uma memória nacional do Instituto²⁵. No entanto, a existência de um notável desequilíbrio dentro de vasta produção biográfica demonstra a necessidade de avanços a despeito do já realizado. Personalidades como José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o próprio Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, aparecem em diversos estudos exclusivos ou com ênfase na reconstrução de suas trajetórias. Em contrapartida, Diogo Soares de Bivar, Batista Caetano de Almeida, Luis Augusto May e João Antônio de Garcia Abranches dentre outros, exigem uma peregrinação mais errática em busca de seus dados biográficos, criando uma ilusão, dentro da historiografia, de terem desempenhado ação menor. E existem aqueles cuja escassez de material e fontes faz com que adquiram vestes de figurantes, algumas vezes mencionados, mas sem muitas informações além dos próprios nomes. Nesse grupo desprivilegiado encontramos, por exemplo, Padre Tezinho, Francisco de Paula Pérez e Manuel Rodrigues de Oliveira.

Não obstante, mesmo o material biográfico mais vultoso de alguns personagens apresenta irregularidades e descontinuidades dentro de si. Como parte integrante da historiografia da Independência, também esse tipo de produção biográfica possui uma trajetória caracterizada por revisões, rupturas e reformulações. As biografias produzidas pelo IHGB, por exemplo, no século XIX e até poucas décadas atrás, entornavam ora apologias, ora críticas aos biografados, sendo o primeiro caso mais comum, pois era

Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. CARVALHO, Daniel de. *Traços de uma grande vida. Theóphilo Ottoni, campeão da liberdade*. Rio de Janeiro: Alba, 1934. GOETA, Augusto. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944. SANTOS, Mário de A. *Um homem contra o Império: Antonio Borges da Fonseca*. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura: Editora União, 1994. ROCA, C. Alberto: *Vida del Cardenal Arzobispo Cirilo de Alameda y Brea*. Biblioteca Nacional, Montevideo, 1974. LEAL, Antônio Henriques. *O Pantheon Maranhense. Ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos*. São Luís: Editorial Alhambra, 1987, tomo I. MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, Editora 34, 2001. MOREL, Marco. *Frei Caneca: entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro, FGV, 2000. MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Cia Editora Nacional; São Paulo; 1957. DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Bibliex: Rio de Janeiro, 1959.

²⁵ De acordo com Maria da Glória Oliveira, em trabalho sobre as biografias publicadas pelo IHGB no século XIX, “historiografia e biografia compartilharam não apenas os propósitos de fixação dos fatos e nomes memoráveis, de modo a que eles espelhassem os valores políticos e morais da nação, mas também as ambições de verdade e fidedignidade na representação do seu passado”. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 190.

clara sua função como perpetuação de exemplos positivos, fazendo incidir no momento da publicação uma memória idealizada desses personagens²⁶. E, por vezes, é impossível a conciliação entre a reconstrução criteriosa do passado e a edificação de um perfil virtuoso imune a incoerências e momentos de submissão ao conjunto da realidade social. Em algumas dessas obras, o indivíduo parece ter pleno controle de seu destino, assim como poder decisivo e imune às mudanças e crises que se apresentam.

Pela percepção de problemas metodológicos como estes, a produção biográfica dentro da história precisou ser revista, passando a ser uma ferramenta mais compromissada com a realidade social pretérita do que com a supremacia e com uma ode ao indivíduo biografado²⁷. Este trabalho é tributário dessa forma renovada de se produzir biografias e seus frutos recentes²⁸.

Os dados biográficos coletados para este trabalho têm origem em uma multiplicidade de fontes. As mais evidentes e fundamentais foram as biografias – livros, artigos, pequenos ensaios, capítulos de obras e mesmo pequenos verbetes - acerca dos personagens aqui tratados, e nesse caso os limites entre fontes e historiografia tornaram-se mais porosos, pois mesmo estas biografias compondo parte de uma produção historiográfica, para os objetivos aqui propostos elas compõem também fontes de informações mais ou menos objetivas, sendo necessário também lê-las como tais.

Todavia, seria impossível deter-se tão somente nas biografias, e um dos motivos

²⁶ É notável esse tipo de construção pelo nome de uma seção fixa da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em seus primeiros anos: “Biographia Dos Brasileiros Distinctos por Armas, Letras, Virtudes e etc.”.

²⁷ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia... op. cit.

²⁸ Alguns exemplos: FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. Campinas: Unicamp, 2017. MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit. DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de O Farol Paulistano (1827-1831). In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Inverno, 2007. QUEIROZ, Bianca Martins de. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): a trajetória de um dos fundadores do IHGB. In: *XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos, 2011*, Mariana. XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH:50 anos, 2011. MOREL, Marco. *Cipriano Barata...* op. cit. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit. SIQUEIRA, Lamon Fernandes. *Hipólito da Costa e a maçonaria: a formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense* (Dissertação de Mestrado). Ouro Preto: UFOP, 2011. PEREIRA, Peres Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, UFRJ, 2013. SOUZA JUNIOR, Jose Alves. *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação de Grão-Para e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)* (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 1997. SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e na Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre política imperial (1830-1837)* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 2010. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Notas republicanas: a Memória Política de Antonio Borges da Fonseca. In: NEVES, Lúcia; BESSONE, Tânia. (Org.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

é o desequilíbrio mencionado anteriormente na quantidade de material dedicado aos diferentes produtores de periódicos. O primeiro recurso no caso de ausência de estudos biográficos individuais foram dicionários biográficos dos mais variados recortes – regionais, ocupacionais, nacionais, cronológicos e etc. Não obstante, em alguns casos nem mesmo pequenos verbetes foram encontrados, havendo necessidade da procura por informações ou menções em documentos dos mais variados tipos: cartas, processos, material burocrático, não havendo determinação sobre o tipo de fonte, uma vez que a procura era baseada no nome do personagem, e não no tipo documental. Realizamos esse levantamento dessa variedade de fontes primárias pela presença dos nomes dos personagens de maneira concentrada em alguns grandes arquivos: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, IHGB e Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Evidente que biografias, dicionários e documentos de época não foram tratados como excludentes entre si, pois nos casos de produtores de periódicos onde a recolha de material foi exitosa nessas três frentes, as tratamos como complementares. O cruzamento de um corpo plural de fontes só trouxe mais segurança e firmeza para as análises desenvolvidas.

Os periódicos impressos, como não poderiam deixar de ser, tiveram papel central no trabalho. Em primeiro lugar, por serem a materialização da atividade eixo de articulação entre todos os indivíduos estudados. E também, por esses impressos não serem apenas reflexos dos dados obtidos através das biografias, mas justamente índices e pontos fulcrais dessas trajetórias. As biografias, sem dúvida, auxiliam no mapeamento dos pontos mais fundamentais nessa massa documental, assim como revelam conexões entre os textos e as movimentações desses atores. No entanto, a leitura autônoma dessas fontes aponta para elementos tão significativos para o quadro coletivo quanto os dados recolhidos em outras fontes.

Nas páginas que se seguem oferecemos os resultados dessa pesquisa em três capítulos. Um primeiro é dedicado a traçar um panorama de um aspecto da memória construída sobre a Independência, focada na fortuna historiográfica de alguns dos personagens elencados. Através das produções biográficas ou da maneira que aparecem em outras obras sobre o tema é possível identificar como determinado indivíduo é lembrado e que papel, ou papéis, lhes foram dados na memória histórica. Observaremos se a atuação na Independência e/ou como produtor de periódico é relevante nos perfis memorialísticos apresentados, assim como quais momentos são lembrados e quais são esquecidos. Tomaremos a construção das memórias individuais, perscrutando nestas

considerações acerca da Independência indissociáveis ao desenvolvimento da própria historiografia sobre o tema. Dessa maneira, ressaltaremos a interpenetração de certos elementos tanto em memórias biográficas, e, portanto, mais circunscritos, como na construção da memória sobre o processo maior da Independência.

Realizamos este capítulo em duas etapas: uma primeira detida na memória de Joaquim Gonçalves Ledo, redator do *Revérbero Constitucional Fluminense* e através dela notabilizando os mecanismos e as forças atuantes na trajetória dessa memória, assim como seus pontos críticos à vista das atuais ferramentas teóricas e metodológicas de que as produções biográficas dispõem. Feito esse primeiro exercício, explorando as potencialidades desse caso individual, estendemos o mesmo tipo de análise, ainda que de maneira significativamente mais breve, para outros produtores de periódicos presentes em nossa lista.

No segundo capítulo, entraremos propriamente na análise dos dados biográficos recolhidos. Priorizaremos os que oferecem a possibilidade de apontar tendências ou padrões, assim como as diferenças significativas, num *background* comum a todos os 29 personagens. Observaremos as origens sociais, formações intelectuais, perfis familiares e atuações profissionais, visando a apreciação sincrônica desses dados, tomando-os em conjunto como um grande retrato desses indivíduos como um ator coletivo. Tentaremos chegar, portanto, em um, ou alguns, perfis predominantes dos produtores de periódicos entre 1808 e 1831, em uma imagem parcialmente estática.

No capítulo final, as sucessões de diferentes momentos nas respectivas trajetórias virão ao primeiro plano, revelando as distintas etapas do processo de Independência e o comportamento de cada produtor de periódicos nessa sequência de etapas. Através da observação dos modos de acesso às tipografias para a produção dos periódicos, das diferentes faixas-etárias e seus modos de elaboração de experiências e dos variados itinerários, procuramos enfatizar as estratégias, as mudanças de direções e o confronto nas e entre as trajetórias individuais. Esperamos revelar modos como conjuntura e indivíduos agiam uns sobre o outro, sendo ambos nessa relação determinantes e determinados uns pelos outros. As similaridades e disparidades dessas trajetórias poderão ser reveladores de dinâmicas sociais que deem algum contorno para a Independência.

Finalmente, esperamos através desses três capítulos, sinalizar elementos e fatores relevantes e passíveis de serem observados com mais atenção tanto acerca da Independência quanto da formação da opinião pública nos territórios luso-americanos

sob o viés da ação e trajetória desses 29 indivíduos. E, dessa forma, contribuir com essa volumosa, diversificada, mas ainda incompleta, historiografia, com ainda e permanentemente tanto a ser feito.

Capítulo 1: (Des)construções de memórias

1.1 . Ilusão biográfica e trajetória através do caso de Ledo

Joaquim Gonçalves Ledo, ao lado de José Bonifácio, D. João VI e o próprio D. Pedro I, compõe um grupo de nomes recorrentes em relatos sobre a Independência focalizados no ambiente e nos acontecimentos da Corte no Rio de Janeiro, principalmente na historiografia já clássica produzida entre o século XIX e o início do XX²⁹. A ação desse personagem na redação do *Revérbero Constitucional Fluminense*, na campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, seu envolvimento com a maçonaria, as disputas com Bonifácio, sua aproximação ao Príncipe-Regente – logo Imperador - e seu exílio são elementos que, compondo uma narrativa, podem tanto serem usados para uma biografia desse ator histórico quanto para a história da Independência. As pontes de interpenetração entre os dois tipos de relatos, de fato, são evidentes. A memória da Independência conforma a memória de Ledo, assim como a memória de Ledo conforma a memória da Independência, poderíamos dizer.

Temos essa aproximação não só em relatos, mas materializada e atualmente à disposição em alguns dos principais espaços urbanos do país. Na cidade de São Paulo, a Rua Gonçalves Ledo é uma via que cruza com a Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois e é paralela com a Rua Dois de Julho, no bairro do Ipiranga. Na capital fluminense, a multicitadina Rua Gonçalves Ledo, no centro da cidade, contorna a Praça Tiradentes, que abriga entre outros monumentos, a estátua equestre de D. Pedro I³⁰.

Porém, se nos afastarmos dessa aproximação mais evidente, contrariando-a, podemos nos indagar também sobre as regiões onde as duas narrativas não são tão próximas ou mesmo nos locais onde não são encontradas. Como já explicado, este trabalho se utiliza do recorte temporal proposto por Caio Prado Junior em *Evolução*

²⁹ Alguns dos responsáveis por tal situação são: LISBOA, José da Silva. *Historia dos principais successos politicos do Imperio do Brasil...* op. cit. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, Sem data. MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Independência e o império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2004.

³⁰ Além de São Paulo e Rio de Janeiro, Gonçalves Ledo também denomina vias públicas nas capitais de Minas Gerais, Paraná, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

política do Brasil e até hoje em voga, que localiza o processo de Independência entre os anos de 1808 e 1831³¹. Por outro lado, Ledo nasceu em 1781 e morreu em 1847³². Nota-se que muitos dos 66 anos vividos por Ledo estão fora do processo de Independência, mais exatamente sua infância, juventude e parte não desprezível da vida adulta. De forma pouco surpreendente, são os períodos mais sucintos nos relatos biográficos a seu respeito, e cujos dados exigem mais trabalho e movimentação para serem encontrados. Portanto, o emparelhamento entre a memória biográfica de Ledo e a história da Independência deu à primeira um sentido específico, tornando menos importante os momentos de sua vida onde a intersecção é menor ou ausente.

Em um dos estudos sobre a vida de Ledo, publicado em 1983, lemos de forma bastante clara que o até então estudante de leis em Coimbra “voltou ao Brasil, ainda jovem, com o pensamento de formar o primeiro centro de propaganda liberal e lutar pela sua Independência”, em 1808³³. O mesmo estudo não ignora outras motivações nesse retorno, como a necessidade de tomar a frente da atividade comercial da família após a morte do pai, Antônio Gonçalves Ledo. Mas a ênfase no afã independentista do futuro produtor de periódicos é o que ecoa mais forte nas páginas escritas por Brasil Bandecchi, como um telos na vida do personagem, ainda que historicamente fosse impossível “lutar pela independência” do Brasil em 1808. No entanto, é justamente a partir da leitura dos periódicos, outra marca central da trajetória de Ledo, que despertam algumas objeções a essa versão. Na edição inicial do *Revérbero*, de autoria de Ledo e seu companheiro Januário da Cunha Barbosa, é explícita a mensagem probatória em relação aos desdobramentos da Revolução do Porto e da criação das Cortes de Lisboa, a fim de criar uma Constituição para o império.

Tão bem guiados por tais princípios devemos apertar mais e mais a moral e sagrada cadeia que nos prende aos nossos Irmãos de Portugal. Do tempo da

³¹ Essa periodização é igualmente utilizada e/ou ratificada, por exemplo, nos seguintes trabalhos: PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil como uma revolução...* op. cit. OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *Ressonâncias da Revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. LOURENÇO, Jaqueline. *Um espelho brasileiro. Visões sobre os povos indígenas e a construção de uma simbologia nacional no Brasil (1808-1831)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2010. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e cultura no Império brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010. RODRIGUES, Fernando da Silva. *La Independencia del Brasil: soberanía e identidad nacional en el proceso de construcción del Estado (1808-1831)*. In: Mayor General Jairo Alfonso Aponte Prieto. (Org.). *Reflexiones del bicentenario de la independencia de los países iberoamericanos: desde la óptica de los Colegios de Defensa de Iberoamérica*. Bogotá: Escuela Superior de Guerra; Biblioteca Jurídica Diké, 2012. RABELO, Pedro Henrique de Mello. *Amizade, comércio e navegação: o Tratado de 1829 e as relações político-mercantis entre o Brasil e os Estados Unidos na formação do Império brasileiro (1808-1831)*. (Dissertação de Mestrado). Minas Gerais: UFOP, 2017.

³² BANDECCHI, Brasil. *Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência*. São Paulo: Parma, 1983.

³³ *Ibidem*, p. 10.

Liberdade, que ali se ergueu é que nos há de vir a boa Constituição de que precisamos: uma Constituição pela qual todos os membros do grande Corpo do Estado gozem de hum inteiro desenvolvimento³⁴.

Publicado em 15 de setembro de 1821, esse excerto nega qualquer motivação independentista de Ledo de 1808. Nesse sentido, o livro de Bandecchi, *Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência*, não é um caso isolado. É possível localizá-lo numa sequência de publicações que referenciam umas às outras, e assim seguem perpetuando as mesmas assertivas entre as décadas de 70 e início do século XXI. Em ordem cronológica, percebe-se a continuidade da ideia do precoce independentismo pelo menos nas obras de Aslan (1975), *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*, Bandecchi (1983) e Varela (2004), *Joaquim Gonçalves Ledo e a emancipação política do Brasil (1808/1822)*, todos títulos dedicados fundamentalmente à biografia de Ledo³⁵. Dessa maneira, há a cristalização, nessas biografias, de um aspecto da memória de Ledo que assegura a esse personagem uma precocidade na luta pela ruptura entre Brasil e Portugal como um traço definitivo e inquestionável de sua trajetória³⁶. Ora, o abandono do projeto expresso no primeiro número do *Revérbero* e a participação ativa e declarada de Ledo e seus correligionários na ruptura política entre Brasil e Portugal não ocorreu antes de meados de 1822. De acordo com Cecília Helena Oliveira, “a sinonímia entre independência e separação foi se constituindo no decorrer do movimento da luta política, pois, entre 1821 e 1822, os liberais ligados ao *Revérbero* preconizavam uma possível conciliação de seus interesses com as pretensões dos

³⁴ *Revérbero Constitucional Fluminense* n° 1, 15 de setembro de 1821.

³⁵ Bandecchi baseia-se e referencia na biografia de Ledo escrita por Nicola Aslan e publicada pela Editora Maçonica. Ver ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçonica, 1975. Aslan também é responsável por uma série de outros estudos biográficos reunidos em ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: editora Maçonica, 1973. O autor, membro da maçonaria, procura realçar a importância histórica da instituição em diferentes marcos da História do Brasil através da narrativa de vida de antigos associados. No caso de Ledo, hiperbolizar o engajamento e a ação do redator fluminense na Independência significa fazer o mesmo com a memória da própria maçonaria. Referenciando tanto Aslan quanto Bandecchi, VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo e a emancipação política do Brasil (1808/1822)*. João Pessoa: Ideia, 2004, também alude a um suposto engajamento precoce de Ledo para com a ruptura política entre Brasil e Portugal, assim como afirma ser um de seus objetivos demonstrar “que a maçonaria foi a maior força política da Independência”. As mesmas ideias podem ser localizadas mais à frente em outros trabalhos. Por exemplo, em CICHOSKI, Luiz Paulo. *Ideias na Independência: o significado histórico do periódico Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)* (Trabalho de Conclusão de Curso). Florianópolis: UFSC, 2011. Dessa forma, entre Aslan, Bandecchi e Varela notamos uma perpetuação interpretativa da revitalização da figura de Ledo em conjunto com a maçonaria como protagonistas da Independência.

³⁶ Daqui para frente trataremos esses três autores - Aslan, Bandecchi e Varela - como representantes da perpetuação desse topos na memória de Ledo da segunda metade do século XX para frente. Mais adiante, retrocederemos no tempo buscando filiações desses três autores em outros registros biográficos de Ledo e perscrutando as origens deste e de outros topoi.

revolucionários em Lisboa”³⁷. Até parte de 1822, sobretudo antes da convocação da Assembleia Constituinte, em junho, a semântica de *independência*, nos debates públicos referia-se majoritariamente a oposição do movimento constitucional em relação ao absolutismo³⁸.

No entanto, o grupo dos relatos formado pelas três obras biográficas acima mencionadas sobre este personagem interpôs sua trajetória à Independência de uma maneira tão intensa que o engajamento na emancipação retrocede no tempo e torna-se um fator quase inato em Ledo, algo como uma determinação genética inscrita no indivíduo.

Conforme Bourdieu, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”³⁹. E essa ilusão retórica enseja uma ilusão biográfica. No caso de Ledo, podemos identificar um significado e uma direção apontando para a Independência. Este acontecimento é nexo e fio condutor dos três relatos biográficos analisados e tomados como exemplos. Nas passagens focadas nos anos antes de 1822, a ação na Independência paira pelo horizonte como uma etapa obrigatória a ser cumprida, simplesmente esperando para acontecer. Já os períodos posteriores são desenhados como um exílio e a hora do merecido descanso de um herói injustamente não reconhecido, mas que já cumpriu sua missão vital. De acordo com Bandecchi:

Reorganizada a Maçonaria e terminado o mandato de deputado provincial de sua província, desiludido mesmo, busca o sossego em sua Fazenda do Sumidouro, em Santo Antonio de Sá. Desde 1833 estava casado com Dona Ana Carolina de Araújo. Como Voltaire, em Ferney, afirmava que a melhor coisa que se pode fazer na terra é cultivá-la e, por isso, Ledo, na fazenda do Sumidouro, dedicou-se à agricultura como suave refúgio de tantas lutas ao longo de sua vida agitada⁴⁰.

Por um lado, os momentos anteriores à Independência foram reconstituídos todos à sombra desse acontecimento definidor; por outro, os momentos posteriores são encurtados e aplainados como as páginas finais de uma trama cujo grande conflito já foi resolvido e terminado. Sua atuação no legislativo, desde 1826, é mencionada, mas

³⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf; Ícone, 1999, p.154.

³⁸ NEVES, Guilherme Pereira das e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Independência. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.236.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.185.

⁴⁰ BANDECCHI, Brasil. *Ledo...* op. cit., p. 101.

igualmente não explorada por Aslan, Bandecchi ou Varela, apesar de permear dois grandes momentos históricos, o fim do Primeiro Reinado e a posterior Regência. Também é ignorada a atuação de Ledo na recomposição do poder estatal, nos anos após 1831, onde o embate entre os partidos liberal e conservador começava a tomar maior concretude. É nessa fase, inclusive, que Ledo fica no lado oposto ao seu antigo aliado e companheiro na atividade de produtor de periódicos, Januário da Cunha Barbosa, ao apoiar politicamente na atividade legislativa o conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos, a grande nêtese no Período Regencial de seu, anteriormente, parceiro de redação⁴¹.

A formação do Estado nacional e a consolidação da Independência, processos da maior relevância histórica, prosseguem após 1831, e com Ledo inserido em ambientes de privilegiada agência política, como a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Contudo, os relatos biográficos de Aslan, Bandecchi e Varela, privilegiando a ruptura política de 1822, parecem escamotear tais experiências.

E como visto anteriormente, também são encobertos, por esses autores, momentos prévios que contrariam um suposto devir de sua vida baseada no compromisso incondicional com a Independência. No entanto, uma trajetória de vida não conforma tão somente uma grande e sólida unidade. Essa é gerada pela ação do biógrafo ao reunir um conjunto de indícios de atividade e fatos da vida do biografado e dar-lhes sentido e coerência impenetráveis através da narrativa. Nas três obras utilizadas como exemplo, os biógrafos parecem ter apresentado um “trajeto, uma corrida, um cursus orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que tem um começo (‘uma estréia na vida’), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (‘ele fará seu caminho’ significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história”⁴².

Esse tipo de construção narrativa leva a uma ideia de supremacia do destino do biografado sobre seu ambiente social. O suposto destino de Ledo, aparecendo também como uma qualidade individual, de independentista, sobrepuja as conjunturas que se seguiram imediatamente a 1808, de reforço do poder imperial português nas colônias

⁴¹ Para a relação de oposição entre Ledo e Januário: MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500 -1840) vol1*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 148. PEREIRA NETO, Juscelino. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB (1821-1846)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNESP, 2014, p.6. IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. In: *RIHGB – 158*, n.394, jan./mar. 1997, p. 205.

⁴² BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica...* op. cit., p.187.

americanas⁴³, tornando tão inviável quanto improvável o surgimento de um movimento de ruptura, ainda mais de uma unidade nacional brasileira inexistente até então⁴⁴. Desse modo, a deformação do passado histórico é uma das consequências mais prementes da construção da ilusão biográfica, recorrente na biografia de personagens envolvidos com a Independência do Brasil.

Para compreender o passado de maneira mais fidedigna, parece necessário refletir acerca da noção de *trajetória* e se valer de um modelo melhor adaptado para dialogar com as possibilidades e limites das estruturas, conjunturas e acontecimentos a serem observados. A fim de equilibrar melhor a relação entre indivíduo e meio social, e não se deter em uma relação antitética desnecessária, adotaremos como significado de *trajetória* uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”⁴⁵. Essa noção apresentada por Bourdieu não só delimita os limites da ação individual, como parece colocá-la num diálogo mais franco e realista com o seu meio - principalmente se recorrermos à categoria de configuração de Elias para representar esse meio -, numa relação de mútua determinação onde, condicionado pela realidade social, o indivíduo age e em sua ação ajuda a determinar a transformação dessa mesma realidade. Nem um e nem outro são absolutos, ambos passíveis de mudanças e se influenciando mutuamente, ainda que um único indivíduo, por maior que seja sua posição de poder, não possua a mesma capacidade de determinação do conjunto da configuração (algo como a soma do poder dos demais jogadores)⁴⁶.

Os deslocamentos de uma posição para outra, no interior das configurações em que se inserem os personagens desta pesquisa, no decorrer das respectivas trajetórias, conformam-se em acontecimentos biográficos orientados pelo desenvolvimento dos processos históricos. Esses acontecimentos biográficos apontam para elementos diacrônicos e alterações, explicadas em vista do desenvolvimento histórico. Assim, não há nenhum comprometimento prévio desses acontecimentos biográficos com qualquer perfil individual fechado à prova de possíveis incoerências ou mudanças radicais de posicionamento. Mesmo porque essas possíveis incoerências seriam assim definidas

⁴³ JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais Na América Latina - Apontamentos Para O Estudo do Império Como Projeto. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. São paulo: Hucitec, 1996.

⁴⁴ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiência Brasileira*. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica...* op. cit., p.189.

⁴⁶ ELIAS, Nibert. *Introdução...* op. cit., p. 80.

pela comparação e orientação com posicionamentos passados ou futuros desses atores históricos, desprezando justamente as forças atuantes no momento de crise, instabilidade e futuro incerto em que essas transformações ocorreram. Para entendermos as tomadas de decisões dos atores, é fundamental levar em consideração sua posição na configuração e na conjuntura em que as faz, seu poder nesse momento e as disputas em jogo⁴⁷. As experiências anteriores sem dúvida influem nessas ações, mas precisamos lembrar que o estímulo do movimento são os elementos do cenário presente.

Entre as manifestações mais recorrentes do que Bourdieu cunhou como *ilusão biográfica*, a necessidade de uma trajetória presa a uma forçosa coerência é uma das mais presentes. Um determinado momento, ação ou posição do biografado é eleito como uma espécie de guia, segundo o qual todo o resto do relato precisa se adequar, escamoteando a superfície social. O problema é que as alterações das configurações dessa superfície social podem alterar a posição do personagem dentro de seu meio, levando-o a decisões diferentes, por vezes até opostas a esse posicionamento eleito como guia pelo biógrafo. E mesmo seus adversários, sejam indivíduos ou instituições, podem passar a ocupar outras posições, tornando a permanência de uma mesma postura algo sem sentido.

No caso de Ledo, a bibliografia evocada até aqui – Aslan, Bandecchi e Varela – também elege como um dos pontos de suposta coerência do perfil do personagem as críticas do redator do *Revérbero* para com os títulos nobiliárquicos. E dessa maneira, um dos pontos mais lembrados de sua trajetória é a recusa desse personagem em receber um desses títulos. Segundo Francisco Varela, durante o ano de 1822:

Nas suas maquinações, José Bonifácio arma uma armadilha contra as convicções ideológicas de Ledo, ao sugerir ao Imperador para convidá-lo a ir ao Palácio (...). Indo ao palácio, Dom Pedro ofereceu a Ledo o título de Marquês da Praia Grande, que foi recusado peremptoriamente, tendo em vista suas convicções republicanas, as quais tinham veladas. O imperador o expulsou do Paço. A ideia do título tinha partido por sugestão de José Bonifácio, que sabia que Ledo não ia aceitar, indispondo-se com D. Pedro⁴⁸.

Este trecho rende uma multiplicidade de desdobramentos e alguns serão melhor explorados mais à frente, como a oposição entre José Bonifácio e Ledo. Por enquanto, fiquemos na suposta recusa de Ledo ao título. De acordo com Varela, as convicções republicanas de Ledo o impedem de aceitar a nomeação. No entanto, é sabido que na década de 1830, Ledo encaminhou um pedido ao Ministério do Império solicitando a

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁴⁸ VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p. 68.

mercê da Ordem de Cristo⁴⁹. Além disso, recebeu em 1824 - ou seja, pouco mais de um ano após a recusa acima citada - do próprio D. Pedro a mercê da Ordem do Cruzeiro⁵⁰. E por fim, data de 1841 novo requerimento de Ledo solicitando a renúncia do título da Ordem de Cristo em favor de um sobrinho⁵¹. Essa renúncia, mais do que sugerir um republicanismo avesso a títulos – sobretudo a um que já não só havia sido aceito como também pedido – indica a vontade da perpetuação nobiliárquica dentro da família, sendo a renúncia de 1841 necessária apenas porque os títulos no Império não eram hereditários.

Ainda sobre as supostas convicções republicanas do personagem, observando o desenvolvimento conceitual de *república/republicanos* no espaço luso-americano, constata-se que no início da década de 1820, não era um termo necessariamente contraditório ou oposto a *monarquia*, sendo possível inclusive o uso do termo *monarquia republicana*⁵². Todavia, esse momento de crise e de profundas mudanças, no qual o conceito de *república* se alterava pela apreensão de diversas experiências recentes – tais quais a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Revolução haitiana e as Independências hispano-americanas, -, articuladas aos seus significados pretéritos, ensejou uma polissemia do termo, tendo o conceito sido politizado e disputado nos discursos públicos⁵³. E ao complementar que Ledo mantinha suas convicções republicanas veladas, Varela atenta para uma conotação proibida ou, ao menos, institucionalmente indesejada, algo que realmente vinha se sobressaindo dentro

⁴⁹ *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a merce da Ordem de Cristo e uma licença de seis meses com vencimentos, a fim tratar de sua saúde*. Rio de Janeiro, 1833, 19 doc. – BN - Divisão Manuscritos - C-1080,008 nº002.

⁵⁰ BANDECCHI, Brasil. *Ledo...* op. cit., p. 98. Bandecchi também enfatizando a recusa ao título de Marquês da Praia Grande parece ter a necessidade contemporizar o recebimento da Ordem do Cruzeiro. “(...) ela a recebeu, mas não foi o único e era uma honraria a que fazia jus, como poucos, pelo muito que fizera pela nossa independência (...). Quanto ao cargo de conselheiro, ele o recebeu do povo, quando foi eleito para o Conselho dos Procuradores Gerais da Província, nada devendo a D. Pedro”.

⁵¹ *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para renunciar, a favor de seu sobrinho o coronel Jose Alves de Araujo Ledo, a mercê da comenda da Ordem de Cristo*. Rio de Janeiro, 1841, 4 doc. – BN - Manuscritos - C-1080,008 nº006.

⁵² STARLING, Heloísa Maria Murgel e LYNCH, Christian Edward Cyril. *República/republicanos*. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.197.

⁵³ De acordo com Koselleck, essas experiências advindas de um tempo moderno, quando assimiladas, conformariam um espaço de experiência, gerando um horizonte de expectativas mais incerto e aberto porque baseado mais em acontecimentos recentes e inéditos ao invés das “lições” mais tradicionais e antigas dadas pela História. Ver KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 1999. No que tange o espaço luso-americano nessa conjuntura revolucionária, João Paulo Pimenta propõe a formação de um espaço de experiência revolucionário moderno, ensejado pela reelaboração dos eventos revolucionários. Ver PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780 - c.1830)*, São Paulo: USP, 2012.

do desenvolvimento dessa polissemia.

De fato, um dos sentidos do conceito de *república* à época era carregado de reprovação às experiências jacobinas francesas, por uma interpretação negativa da realidade das repúblicas hispânicas - como exemplo de caos, instabilidade política e ameaça à ordem monárquica constitucional - e de condenação a episódios como a Conjuração Baiana de 1798. É nítido esse uso do termo nas falas e escritos de José Bonifácio⁵⁴, figurado como o grande antagonista de Ledo nas biografias deste último. Foi inclusive valendo-se da pecha de republicano conspirador atribuída a seu adversário que o então ministro conseguiu instaurar uma devassa tendo na mira Ledo e seus correligionários. E esse processo valeu o exílio do redator do *Revérbero* e de vários de seus companheiros de ação política (Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, padre Antonio Lessa, etc.), além de render ao redator do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa, a condenação a dez anos de prisão⁵⁵. No chamado *Processo dos cidadãos*⁵⁶, peça final dessa devassa que ficou conhecida como Bonifácia, o Estado, a forma de governo e o príncipe estariam sob suposta ameaça de um conluio de republicanos anarquistas,

(...) onde algumas pessoas que espalhando doutrinas erradas, e contrárias ao Sistema do Governo estabelecido, já em público, já em associações particulares, pretendiam desacreditar o mesmo Governo, alterar a sua forma, e fomentar a discórdia e a guerra civil, atacando a segurança pública e particular, e ameaçando de males incalculáveis aos pacíficos habitantes desta Capital e os de todo o Império⁵⁷.

No entanto, se os réus foram inocentados em 1824 (exceto João Soares Lisboa) e puderam se proteger da designação de *republicanos*, mais tarde essa denominação voltaria ainda que com o sinal trocado. Pois devassas de movimentos como esse, a exemplo da Inconfidência Mineira, de 1789, e da Revolução Pernambucana, de 1817, foram reconfiguradas de forma “teleológica ao recontar, supostamente por si, o nascimento da nação. Em fins dos Oitocentos, em tempos de propaganda e luta republicana, foram alçados à condição de fatos inegáveis a favor da República. No

⁵⁴ STARLING, Heloísa Maria Murgel e LYNCH, Christian Edward Cyril. *República/republicanos...* op. cit.

⁵⁵ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit.

⁵⁶ *Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Munis Barreto, João da Rocha Pinto [e outros] Pronunciados na devassa a que mandou proceder Joze Bonifacio d'Andrada e Silva, para justificar os acontecimentos de famoso dia 30 de outubro de 1822. Julgados innocentes por falta de prova. (Excepto João Soares Lisboa) no Tribunal Supremo da Supplicação da Corte do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro : Na Typ. do Silva Porto e C., 1824. - BN - Livros Raros - 111,004,005 ex. 1.

⁵⁷ *Ibidem*.

século XX, foram recuperados e valorizados como peças fundamentais”⁵⁸. Portanto, nessa chave, a anterior acusação de republicanismo passa a ser enaltecida. A possibilidade dessa inversão para o caso de Ledo parece coadunar com o diagnóstico levantado por Cecília Helena Oliveira, ao afirmar que “os fatos, as personagens assim como seus pronunciamentos ganharam significações variadas, posto que prisioneiras da historicidade do momento em que as interpretações historiográficas foram produzidas”⁵⁹. Dessa forma, além de republicano, Ledo também foi tratado pela historiografia a ele posterior como revolucionário, democrata, defensor das aspirações populares, líder radical, entre outros, quando, a julgar pela leitura de seus discursos e observação de sua atuação, nunca se inclinou a outra forma de governo além da monárquica constitucional, embasada num liberalismo elitista típico do século XIX, onde os direitos políticos se reservariam aos considerados mais preparados e dotados de posse, na medida em que estas denotavam a liberdade necessária para essa atuação⁶⁰.

Parecendo improvável qualquer republicanismo antimonárquico, democrata e popular movendo as ações de Ledo, torna-se necessário estabelecer outra explicação para sua recusa ao título de marquês em 1822 e seus discursos críticos à nobiliarquia publicados no *Revérbero*. As diferentes conjunturas e as configurações do jogo político, pensando na disposição dos personagens, das disputas na Corte do Rio de Janeiro e em outras partes do Império Português, do Reino Unido e do Brasil entre 1808 e 1824 podem possibilitar outra leitura.

A instalação da Coroa na capital fluminense alterou não somente a paisagem urbana como também a disposição de forças e interesses locais, além de suas relações com a geopolítica imperial portuguesa. A interação entre interesses metropolitanos recém-chegados e os de proeminentes grupos sócio-econômicos autóctones gerou uma recomposição do jogo político e econômico⁶¹. Parte dos interesses mercantis e agrários fluminenses – velhos e novos - teve sucesso em penetrar na esfera do poder da nova sede do Império português, aumentando seu poderio político e recebendo privilégios econômicos. Outros, ainda que bem destacados economicamente, ficaram alijados de

⁵⁸ FERREIRA, Paula Botafogo; SCHIAVINATTO, Iara Lis. As rememorações da 'bonifácia': entre a devassa de 1822 e o Processo dos cidadãos de 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 175, 2014, p. 202.

⁵⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a questão da Independência. In: BRESCIANI, Stella; SAMARA, Eni; LEWKOWICZ, Ida. (Org.). *Jogos da política: imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO/FAPESP, 1992, p.157.

⁶⁰ *Ibidem*, p.156.

⁶¹ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

penetração estatal e das benesses políticas e econômicas subsequentes. Negociantes enriquecidos, como o aliado de Ledo, João Soares Lisboa, tiveram suas trajetórias de ascensão barradas. Soares Lisboa tentou, ao menos, duas vezes, em 1820 e 1821, obter títulos e cargos da Corte, tendo seus pedidos rejeitados em ambas⁶². Daí o surgimento de críticas às práticas e privilégios característicos do Antigo Regime, dada a difícil transposição de um limite que separava negociantes, proprietários, funcionários públicos, militares bem sucedidos e com influência na Corte⁶³, aumentando seus poderes, de outros igualmente bem sucedidos, mas sem ou com menor prestígio.

Ledo fazia parte desse segundo grupo, sendo filho de Antônio Gonçalves Ledo, rico comerciante e proprietário de terras, de quem herdou as posses em 1808, ao retornar ao Rio de Janeiro sem completar o curso jurídico em Coimbra. Esse também era o caso de Januário da Cunha Barbosa, filho do Capitão Leonardo José da Cunha Barbosa, imigrante português e bem sucedido comerciante. A inserção de Ledo na configuração fluminense da época, numa posição menos favorecida que seus competidores com prestígio nas práticas do Antigo Regime, sustenta suas críticas à prática nobiliárquica restrita. Após a revolução liberal do Porto, em 1820, e a instituição da liberdade de imprensa e a difusão de outros valores do vintismo lusitano no Rio de Janeiro e no Reino do Brasil em geral, passa a ser viável a crítica e o ataque público ao absolutismo e suas características personalistas através da imprensa, enfraquecendo os limites que diferenciavam Ledo, Soares Lisboa e outros de seus concorrentes. Os primeiros foram exitosos em firmar alianças com setores, representados por comerciantes, varejistas, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de cargos menores, militares de baixa patente, bacharéis e advogados, igualmente descontentes com os grupos mais privilegiados pela Corte.

Dessa forma, a recusa de Ledo ao título de marquês em 1822 – pois a concessão era uma forma de cooptação pelo poder visando o recuo da oposição que o comerciante representava – tinha base imediata nas relações de poder na qual estava inserido e não

⁶² FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p.95.

⁶³ Apostando na manutenção do poder da Corte no espaço fluminense, ainda que parte não se possa classificá-los simplesmente como absolutistas e/ou anti-constitucionais, esse grupo com influência na Corte tinha como porta-vozes produtores de periódicos que reforçavam e projetavam o prosseguimento do poder monárquico e a figura da família real como peças fundamentais das transformações em curso. Entre eles estavam Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, responsável pelo *Regulador Brasílico-Luso* e um dos personagens arrolados por esta pesquisa José da Silva Lisboa, a época redigindo o *Conciliador do Reino Unido* e a *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*. Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.127 e KIRSCHNER, Tereza. Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit.

somente em um princípio puramente ideológico e apriorístico. Ledo encampava um projeto de abertura e participação política antagônico, naquele momento, aos privilégios personalistas do Antigo Regime, como os títulos de nobreza, por exemplo.

A posição de Ledo nessa configuração vem à tona quando nos debruçamos sobre aspectos econômicos e materiais da sua realidade de rico comerciante e proprietário em busca de ascensão político-social. Em contrapartida, relatos romantizados e laudatórios, que permanecem subsidiando algumas biografias, em diversos momentos escamoteiam essa dimensão da vida de Ledo. Percebemos isso em Varela apoiado sobre obra de Teixeira Pinto:

Regressou trazendo no bolso um diploma de maçom e no cérebro a ideia nova de liberdade, igualdade e fraternidade. Sendo isto que o levou a aceitar um emprego com modesto salário 33\$000 (trinta e três mil réis). Mas, atentando nas suas ideias, verificamos que foi por cálculo que ele escolheu esse emprego. Ele sabia que nesse lugar poderia conseguir a adesão de novos e utilíssimos elementos para levar adiante os seus ideais republicanos⁶⁴.

O emprego referido era do de contador no arsenal do exército e realmente colocava Ledo em posição favorável para cooptar militares. No entanto, ao mencionar o baixo salário e ausência de maiores posses à época do retorno ao Rio de Janeiro, esse excerto desenraiza Ledo de sua posição de rico comerciante sem acesso ao alto ambiente de Corte na configuração local. Ele retorna quase como um estranho em uma terra estranha, uma espécie de herói com uma missão a realizar em território hostil repleto de virtude desinteressada. Além disso, sua inserção no funcionalismo público revela algum acesso na esfera burocrática do Estado, não dos mais prestigiados, é certo, mas algo que já estava longe de contemplar algumas parcelas da população. E esse acúmulo de profissões, mercador, proprietário e funcionário público colocado em conjunto é fundamental para compreender as ações e tomadas de decisão desse personagem. O sustento e a riqueza vinham do comércio das propriedades, oriundas da linhagem familiar, e que inclusive possibilitavam Ledo, conforme o pensamento liberal elitista impresso nas páginas do *Revérbero*, o exercício dos direitos políticos⁶⁵. A

⁶⁴ VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p.19 apud PINTO, Teixeira. *A maçonaria na Independência do Brasil 1812 – 1823*. Rio de Janeiro: Salogan, 1961.

⁶⁵ Edições do *Revérbero* que tinham como tema a instrução pública, sobretudo quando aludiam às populações indígenas (ver a edição nº 4, de 18 de junho de 1822) deixam clara a crença de que nem toda população estava pronta para exercer os direitos característicos de uma ordem constitucional. A edição 18, de 12 de março de 1822, traz a sentença “a volição deve estar em estado de equilíbrio com as faculdades intelectuais, excesso ou deficiência ocasiona mania, ou imbecilidade”. Na mesma edição, mais à frente, mirando no futuro, há um auto questionamento prontamente respondido: “um povo pode ser instruído de repente? Não de certo; porque a instrução geral de uma Nação, é fruto de trabalho de muitas gerações”. Portanto, presume-se que a perspectiva de inclusão total da população com as mesmas

ocupação na burocracia parece indicar interesses de penetração e ascensão política no Estado.

Por outro lado, se a conjuntura política fluminense de 1822 colocava Ledo em oposição aos seus concorrentes enobrecidos em função de um projeto constitucional que previa abertura de participação política não só para as redes que perpassavam os círculos restritos da Corte, mas para todos os cidadãos aptos e dotados de “luzes” para fazê-lo, a situação já havia se modificado em 1824, quando aceita a Ordem de Cristo. Ao voltar do exílio, quem ironicamente tinha partido para um era seu acusador e rival José Bonifácio. No mesmo ano foi outorgada a primeira Constituição brasileira junto com a previsão da instauração de uma legislatura, via voto, a qual Ledo integrou em 1826. Diferente da conjuntura que estimulou as ações de Ledo até 1822, a Constituição de 1824 assegurava, a partir de então, a possibilidade de participação política aos indivíduos considerados cidadãos, conforme estes atendessem critérios censitários⁶⁶. Portanto, um princípio distinto da lógica de privilégios do Antigo Regime que mantinha Ledo e seus companheiros apartados das decisões políticas, ou, pelo menos, mais distante delas e de suas benesses do que seus rivais enobrecidos e com maior penetração no ambiente de Corte. As decisões políticas, inclusive de políticas econômicas, teriam grande presença do Poder Legislativo, não sendo considerados somente os interesses dos enobrecidos. Nessa nova conjuntura no Rio de Janeiro, aceitar um título não era mais antagônico à posição constitucional e de abertura política de Ledo.

A questão do Fico – evento ocorrido em janeiro de 1822 - também é central na construção da memória de um Ledo precocemente independentista. O famoso abaixo-assinado pedindo a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil, que percorreu o Rio de Janeiro recolhendo mais de oito mil assinaturas, é presente de maneira similar nas três

prerrogativas no regime constitucional apontava para um futuro ainda não mensurável.

⁶⁶ A concepção de cidadania, entre outros conceitos, passava profundas transformações, entre rupturas e continuidades de seus sentidos tradicionais do Antigo Regime, por vezes atrelados a hierarquia estamental e raça. As discussões da Assembleia Constituinte de 1823 e a Carta outorgada de 1824 são manifestações dessas transformações. Nestas, a prerrogativa da cidadania tendia a uma maior abrangência do corpo social, conforme os pressupostos do sistema político moderno em oposição a ideia restrita de cidadania como foro de nobreza e, portanto, disponível a um grupo seletivo com base nas suas origens. Mas ainda assim, a cidadania em redefinição de acordo com os valores constitucionais não garantia por si só a participação política. A questão dos libertos em relação as novas definições de cidadania, por exemplo, foram um ponto fulcral das tensões carregadas pelos embates entre elementos tradicionais e modernos. Ver SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão/vizinho. In: *Ler História*, v. 55, 2008. SLEMIAN, Andrea. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia Regina. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria. A historicidade do político. O debate sobre representação e cidadania no império brasileiro (1823-1840). In: *História da Historiografia*, v. 1, 2017.

biografias evocadas até aqui. Conforme Bandecchi:

Certos do apoio de São Paulo e Minas, e notadamente, da opinião pública, foi incumbido Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, orador da Loja Comércio e Artes, de escrever a representação do Rio de Janeiro. No recolhimento de sua cela no Convento de Santo Antonio, auxiliado por outros patriotas e, entre eles, Frei Antonio da Arrábida, preceptor de D. Pedro, Frei Francisco Sampaio escreveu o documento pedindo a Ficada do Príncipe⁶⁷

Esse trecho leva a entender as movimentações pelo Fico como uma única e homogênea ação de patriotas maçons, entre os quais, Ledo. E nos casos de Varela e Aslan, a maçonaria também é apresentada como organização uniforme, sólida, nativista e independentista, levando esse último autor a designar o grupo como o grande responsável pelo Fico, através da Loja de Comércio e Artes liderada por Ledo⁶⁸. No entanto, há indícios que contrariam essa narrativa. Como já mencionado anteriormente, o maçom Frei Sampaio, na configuração política de 1822, estava no grupo antagônico ao de Ledo. O próprio trecho acima aponta para a proximidade entre Sampaio e o Frei Antonio de Arrábida, preceptor do príncipe, que teria articulado a aproximação entre o primeiro e D. Pedro. A entrada de Sampaio na esfera de poder da Corte e o engajamento com as redes de interdependência desse espaço “acabou por transformar sua cela no Convento de Santo Antônio em espaço de articulação política”⁶⁹. Não obstante, dentre os testemunhos contrários a Ledo no processo da Bonifácia está o de Frei Sampaio⁷⁰. Assim como também o periódico redigido pelo religioso, o *Regulador Brasílico-Luso* (1822 – 1823), sustentando o compromisso constitucional, mas também prerrogativas e protagonismo do poder monárquico, entrou em confrontos notórios com folhas dos liberais fluminenses, o grupo de Ledo, como, por exemplo, o *Correio do Rio de Janeiro*⁷¹.

Dessa maneira, considerando inclusive a reafirmação de Bandecchi quanto ao protagonismo de Sampaio, torna-se mais verossímil a interpretação de que a movimentação pelo Fico no Rio de Janeiro foi articulação não do grupo de Ledo, mas de seus rivais, ressaltando, inclusive, que o apoio de São Paulo, por meio de manifesto parecido com o abaixo-assinado redigido por Sampaio e enviado ao príncipe, é de

⁶⁷ BANDECCHI, Brasil. *Ledo...* op. cit., p. 34.

⁶⁸ ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p. 14.

⁶⁹ BARATA, Alexandre Mansur. Política e religião no mundo luso-brasileiro: a trajetória do frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (1778-1830). In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 205.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 209.

⁷¹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 46.

autoria da Junta governativa paulista encabeçada não só por José Bonifácio como pelo seu irmão, e também futuro ministro Martim Francisco⁷². Essa interpretação foi apresentada por Cecília Helena Oliveira, argumentando que foi justamente a movimentação do Fico o chamariz para que Ledo e seu grupo convergissem para a figura do Príncipe, levando a uma aproximação estratégica com D. Pedro, mas sem necessariamente romper com as Cortes de Lisboa, ilustrando a prática de uma “astúcia liberal” e sua maleabilidade de negociação com vários grupos sociais⁷³.

O posicionamento de Ledo quanto ao Fico está diretamente relacionado a representação da maçonaria dentro dessa narrativa⁷⁴. Relembrando citação anterior aqui utilizada como exemplo: um dos objetivos de Varela é demonstrar que “a maçonaria foi a maior força política da Independência”⁷⁵. De forma semelhante na obra de Aslan, “decorridos cento e cinquenta anos da proclamação da Independência, poucos sabem que essa gloriosa epopeia foi concebida, dirigida e executada pela Maçonaria Brasileira, unicamente preocupada em assegurar a emancipação política do Brasil”⁷⁶.

Todavia, voltando ao exemplo de Frei Sampaio, e mesmo lembrando o posto de Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico que Bonifácio na maçonaria viria a ocupar a partir de junho de 1822, não é possível afirmar que a associação era una, homogênea e com uma orientação prática de ação política uniformizada, não sendo plausível atribuir-lhe a agência principal na Independência com uma diretriz interna em prol da ruptura com Portugal já previamente definida.

Ao estudar as mudanças nos espaços públicos na Corte, Marco Morel se debruçou sobre a maçonaria, e suas conclusões, mesmo enfatizando o papel da organização no jogo político, o levaram a evitar o uso do termo no singular. “A referência às maçonarias, no plural, tem um sentido preciso: não havia um centro possante, homogêneo e unificado, mas sobretudo uma concepção de organização que se espalhou por diversos países”⁷⁷.

O historiador Alexandre Mansur Barata, ao estudar principalmente a maçonaria fluminense do período, chegou a conclusões semelhantes. Para ele, “a maçonaria era assim um espaço privilegiado de discussão e articulação política, mas também um

⁷² VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre: alvorecer de um estadista*. São Paulo: Ibrasa, 1998.

⁷³ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.187.

⁷⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

⁷⁵ VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p.13.

⁷⁶ ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p. 14.

⁷⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., p.241.

espaço do confronto entre os diferentes projetos políticos que mobilizavam aqueles homens”⁷⁸. O autor não nega que Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e Ledo compunham um agrupamento de liderança e referência da maçonaria fluminense no período. Todavia, reforça a existência de dois setores com interesses opostos em relação ao Fico entre os maçons: um representado pelo Frei Sampaio e José Joaquim da Rocha, favoráveis a permanência do príncipe no Brasil e responsáveis pelas mobilizações populares com esse objetivo; e outro onde estavam Ledo, Barbosa e Pereira, contrários a manutenção da presença de D. Pedro⁷⁹. Também contrariando a versão de Bandecchi, onde a maçonaria de forma coesa se movimenta em prol do que viria a ser o Fico, Cecília Helena Oliveira afirma que “Ledo e seus companheiros tentaram obstar a movimentação que dirigentes e ricos negociantes articulavam para pressionar a permanência do príncipe”, pois a eles não convinha o choque direto com as Cortes de Lisboa ou a ruptura com Portugal, o que os deixaria enfraquecidos em relação a seus rivais comerciais, aos enobrecidos da Corte e a um príncipe cujo compromisso constitucional lhes era duvidoso⁸⁰.

Aslan, no entanto, enxerga um silenciamento proposital na historiografia quanto a participação de Ledo no Fico:

Muitos escritores atribuem a José Joaquim da Rocha e exclusividade das providências tomadas e que resultaram no Fico. Há razões para isto: a Maçonaria devia ser posta de lado. Era melhor atribuir todas as providências a um amigo dos Andradas, embora José Joaquim da Rocha, até aquele momento pelo menos, fizesse parte da Loja Comércio e Artes, e fosse como tal um dos liderados de Gonçalves Ledo⁸¹.

Assim, o autor ao apresentar um herói da Independência precoce e inabalavelmente coerente – o que não seria possível detectando sua contrariedade para com as movimentações do Fico – reforça simultaneamente o protagonismo igualmente precoce e coerente da maçonaria sob a liderança desse personagem. Portanto, nessa narrativa, o protagonismo da maçonaria no Fico como grupo homogêneo é necessariamente o protagonismo de Ledo, e vice-versa.

Por fim, existe ao menos mais um elemento central na construção da memória histórica de Ledo a ser comentado. É sintomática nesse sentido a sequência de capítulos iniciais do livro de Aslan. Antes de entrar nos eventos biográficos de Ledo, vemos

⁷⁸ BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade Maçônica e Independência do Brasil (1820-1822). In: JANCÓS, István. (Org.). *Independência: historia e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 691.

⁷⁹ *Ibidem*, p.690.

⁸⁰ OLIVEIRA, Cecilia Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.181.

⁸¹ ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p. 109.

quatro capítulos introdutórios: “A maçonaria e a história do Brasil; “Um legítimo herói brasileiro à procura de biógrafo”; “A história e a andradolatria” e “Os excessos da andradolatria agressiva”. Tem-se que Ledo, um herói supostamente relegado ao segundo plano, ou mesmo ao esquecimento, espera por uma revisão historiográfica que questione uma tradição compromissada com a memória de José Bonifácio⁸². De acordo com o autor, “a História foi descaradamente adulterada até o exagero para que fosse beneficiado o ídolo andradino”⁸³.

Avançando da década de 1970, quando Aslan publicou seu livro, para os anos 2000, o objetivo de Varela, mesmo após Bandecchi e Aslan, ainda é

Preencher uma lacuna do papel efetivamente desempenhado por Ledo. Papel este que não ficou colocado em suas verdadeiras proporções em decorrência da várias correntes de interesses que se defrontaram e preponderaram aos ideias de Ledo e , que subsidiou como fonte histórica, alguns historiadores hodiernos que decantam em prosa e verso os estamentos dominantes conservadores (...) Enfatizar que a independência foi obra da esquerda política, em uma luta infrene com a direita absolutista conservadora e, que não fosse pelo espírito liberal radical de Ledo, a autonomia política iniciada no dia 07 de setembro de 1822 poderia ter periclitado⁸⁴.

Mesmo com as três obras perpetuando, entre 1975 e 2004, o topos de uma historiografia supostamente dominada pelo andradismo e carente de uma revisão revelando a “verdadeira” Independência, essa reparação permanece presente com ares de novidade em todas elas. Parece haver uma necessidade em Aslan, Bandecchi e Varela de reforço nessa perpetuação, como uma tradição acerca da memória de Ledo, sendo sempre injustiçado a despeito do quanto se produza sobre ele e mesmo do quanto já não se produza tanto sobre Bonifácio como protagonista. E essa tradição aparenta uma base fundamental para essas biografias de Ledo, tornando a rivalidade indissociável ao personagem. Ledo se torna relevante na medida em que existe uma memória forte de José Bonifácio para contrapor-se⁸⁵. E esse revisionismo, ou a necessidade dele, por mais que tenha perdurado por décadas, continuou sendo apresentado como novidade nas três obras citadas.

No entanto, Bonifácio não foi tão unanimemente prestigiado na longa

⁸² *Ibidem*, p. 20.

⁸³ *Ibidem*, p. 16.

⁸⁴ VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo...* op. cit., p.13 e 14.

⁸⁵ Em Aslan, que dedicou mais espaço às denúncias contra a andradolatria, entre os principais acusados estão: DRUMMOND, Antônio Vasconcelos de. *Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Senado Federal, volume 165, 2012. FONSECA, Gondim. *A vida de José Bonifácio: nacionalista republicano homem de esquerda*. São Paulo: Fulgor, 1964. OLIVEIRA, José Feliciano de. *José Bonifácio e a independência*. São Paulo: Livraria Martins, 1964. PEIXOTO, Afrânio. *José Bonifácio de Andrada e Silva. O Patriarca da Independência*. In: PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio (Orgs.). *José Bonifácio (O velho e o moço)*. Lisboa: Tipografia dos Diários de Notícias, 1920.

historiografia da Independência. Isso é assente inclusive em obras do início do século XIX, como a iniciada em 1826 por Silva Lisboa. Este relato pouco evoca as disputas e rivalidade do autor com Ledo, remetentes a 1821 e 1822⁸⁶. Não obstante traz um julgamento sobre a devassa aberta na mesma época por Bonifácio, afirmando que

o espirito do século não tolera expediente de inquisição (...). Até no anterior regime eram havidos por odiosas as devassas gerais de crimes vagos por opiniões politicas; que só produzia Sycophantas, e fomentava delatores para até perderem aos amigos. A multiplicidade das devassas á que se procedeu, foi com poucos meses a causa da segunda queda dos Andradas⁸⁷.

Como já comentado acerca do retorno de Ledo do exílio em Buenos Aires, a conjuntura política da Corte se alterou entre 1822 e 1824. Os redatores do *Revérbero*, absolvidos das acusações da Bonifácia, já não eram ameaça aos grupos cortesãos, ou, ao menos, não a maior, sendo esta representada ironicamente por José Bonifácio e seus irmãos, que após a queda do Ministério adotaram uma postura oposicionista ao governo. Dessa maneira, o peso dessa mudança conjuntural parece estar contida no livro de Silva Lisboa ao concentrar as críticas em Bonifácio, preservando Ledo, que foi outrora seu desafeto e antagonista.

De modo semelhante, o relato de Varnhagen sobre a Independência, publicado de forma póstuma pela primeira vez em 1916, traz momentos de protagonismo de Ledo. Conforme o autor:

trabalhavam nos clubes maçónicos José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, official maior da Contadoria do Arsenal do Exército, padre Januário da Cunha Barbosa, Manuel Alves Branco Muniz Barreto e outros, deliberando acerca do modo mais conveniente de organizar no Brasil um governo perpetuamente livre, sem deixar de entrever a possibilidade de que só isso poderia ser conseguido, organizando-se em nação independente, como haviam praticado todos os demais Estados do continente americano⁸⁸.

E a reprovação a Bonifácio é ainda mais intensa do que no livro de Silva Lisboa, sendo o autor ferino em sua condenação ao autoritarismo e capricho do Andrada.

Inaugurava-se deste modo, logo no primeiro mês do Império, um sistema inquisitorial, que nem sequer tinha estado em vigor no Rio de Janeiro durante

⁸⁶ O confronto entre os dois, enquanto porta-vozes de dois grupos em disputa está bem documentada imprensa da época. As críticas e acusações de Silva Lisboa contra Ledo e Januário podem ser vistas em edições da *Reclamação do Brasil*, mas ainda mais concentradas em uma edição especial desse mesmo periódico, um impresso intitulado *Falsidades do Correio e Reverbero contra o escritor das Reclamações do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Outra série de impressos de Silva Lisboa, publicada em quatro partes e intitulada *Memorial apologetico das reclamações do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822, traz no quarto número a crítica à representação de Ledo pela convocação da Constituinte.

⁸⁷ LISBOA, José da Silva. *Historia dos principais successos politicos do Imperio do Brasil...* op. cit., p.77, vol 3.

⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil...* op. cit., p.132.

os 13 anos do regime absoluto, que findara no dia 26 de fevereiro do ano precedente. E, como si ainda não fosse bastante, quando a imprensa da oposição estava pelo próprio José Bonifácio agrilhoadada, tinha este a debilidade e falta de generosidade de insultar o seu adversário até com uma sátira em forma de vilhancico de 38 estrofes de líricos quebrados, que fazia publicar nesse mesmo mês de novembro⁸⁹.

Ledo, por outro lado, não foi diretamente atacado por estes autores tal qual Bonifácio. Tanto Silva Lisboa quanto Armitage “mantiveram a personagem numa postura de aparente coerência – para um, defensor da monarquia constitucional e para o negociante inglês defensor da supremacia do poder legislativo”, mas com menor destaque⁹⁰. Armitage, em livro de 1837, alocou o grosso da participação de Ledo na Independência em algumas páginas de seu sétimo capítulo, enquanto Bonifácio, mesmo eventualmente criticado, permeia toda a obra. De acordo com o autor:

Ledo, o mesmo que minutara o manifesto do 1º de Agosto, coadjuvado por José Clemente Pereira, Português por nascimento, cujos serviços a prol da causa popular já foram relatados, havia na ocasião da Independência tentado suplantando os Andradas no favor de D. Pedro, fazendo com que Sua Alteza fosse com antecipação aclamado Imperador nas lojas maçônicas da Capital; impondo-lhe cláusula de prestar hum juramento prévio á Constituição que deveria organizar a Assembleia Constituinte.⁹¹

Portanto, Ledo consta como um rival de Bonifácio comprometido principalmente com a instalação e a prerrogativa do poder Legislativo na organização do Estado brasileiro.

No mais, cumpre continuar a acompanhar o desenvolvimento da memória de Ledo na historiografia oitocentista e do começo do século XX para prosseguir a identificação dos caminhos de construção dos topoi presentes nas três biografias desse personagem até aqui analisadas⁹². Apesar do seu protagonismo e tratamento mais lisonjeiro do que o recebido por seu rival nas obras de Silva Lisboa, Varnhagen e Armitage, durante o século XIX, de forma geral, a construção da memória de Ledo foi

⁸⁹ *Ibidem*, p.254.

⁹⁰ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Escrita da História e espaço museológico. In: *XXIII Encontro Regional da ANPUH - SP*, 2016, Assis/SP. Anais do XXIII Encontro Regional da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, 2016. v. 01. p. 6.

⁹¹ ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1837, p. 64.

⁹² Esse levantamento sobre a construção da memória de Ledo foi realizado de forma ampla por Cecília Helena Oliveira e alguns dos seus resultados possibilitaram nossa breve imersão no tema. Ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Escrita da História e espaço museológico... op., cit. OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas: a figura de Gonçalves Ledo na decoração interna do Museu Paulista. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. (Org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017.

inconstante e errática. Uma das maiores instituições de construção de heróis pátrios nos oitocentos foi o IHGB, criado pelo antigo companheiro de Ledo, Januário da Cunha Barbosa. E nas páginas do periódico do instituto, Ledo não era tão presente, e quando aparecia era retratado de maneira ambígua. Um exemplo é o *Elogio Histórico Geral dos membros falecidos*, de 1847 e de autoria de Manuel de Araújo Porto-Alegre⁹³. Entre páginas e páginas laudatórias a vários indivíduos ilustres, entre eles inclusive o irmão de José Bonifácio, Antônio Carlos Andrada, Ledo é lembrado de forma breve e dúbia em dois pequenos parágrafos.

O conselheiro Ledo tinha uma bela imaginação como poeta, uma lima diamantina como literato e escritor, uma cabeça forte como legislador e economista, uma língua de ouro como orador; mas não possuía a bússola que guia os homens no intrincado labirinto da política: a sua inteligência bifurcava de improviso todas as questões, alongava as linhas de raciocínio em raios tão longínquos, que não podia abarca-los depois e reuni-los! e ficava proplexo (sic) entre os dois extremos de seus raciocínios(...) Este caráter, filho de sua viva inteligência e de seu temperamento sanguíneo o constrangia a não poder abraçar um dos lados e nele permanecer; esta situação involuntária o constrangia a ponto tal que se retirou do mundo, e o deixou após sua querida esposa. A posteridade não tem culpa da injustiça dos contemporâneos, antes ela é o vingador supremo, o justo reparador daqueles que sofreram injustamente: a posteridade revela sempre os desvios do homem⁹⁴.

Ainda no século XIX, em 1864, João Manuel Pereira da Silva parece reafirmar o texto de Porto-Alegre:

Posto ornassem a pessoa de Ledo talentos oratórios elevados, e variada instrução literária e política, não primava pela reputação de seriedade precisa, e de conveniente dignidade. Despido do prestígio indispensável de uma moralidade não contestada, e nem insuspeita, diminuía por estes motivos do indispensável conceito para angariar partido; e subordina-lo de todo á sua direção, ainda que muito apreciado fosse pelos seus amigos como cabeça pensante, e de ideias luminosas. Maiores créditos e mais puros e legítimos lograva José Clemente, juiz de fora da cidade, e presidente do senado da câmara⁹⁵.

Novamente Ledo aparece permeando os acontecimentos, mas seus desvios e excessos afastam-no da retidão de um líder exemplar, lugar ocupado no relato pelo seu então companheiro e futuro ministro José Clemente Pereira. O realce das falhas de Ledo aparecerem em decorrência de excessos é significativo na produção de autores para quem a moderação constava como valor moral e norteava as virtudes políticas. O mesmo Porto-Alegre descreveu de maneira diversa o companheiro de Ledo, Januário da

⁹³ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos sócios falecidos em 1847*. In: *RIHGB*. Tomo XI, 1848.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 169.

⁹⁵ SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, Garnier, 1864/1868, v. 7, p.8.

Cunha Barbosa: “o único senão do cônego Januário era sua extrema bondade, era a sua incomparável modéstia num século de arrogância e ingratidão: seu coração jamais teve rancor, e sua alma generosa nunca inquinou seus lábios na taça da vingança”⁹⁶. Diferente de Ledo, Januário aparece como figura virtuosa e equilibrada, cujo único ponto onde poderia ser detectada falta de moderação é no tamanho de suas mais distintivas virtudes: a bondade e modéstia. E não obstante as referências por vezes ambíguas a ausência de Ledo em obras como *Galeria dos brasileiros ilustres* de Sébastien Sisson, publicada em 1860, também aponta para a oscilação da memória desse personagem durante o século XIX⁹⁷.

Um grande ponto de inflexão na construção da memória de Ledo ocorre em 1922, alguns anos depois da publicação da narrativa de Varnhagen, por ocasião do primeiro Centenário da Independência, o que reforça a estreita ligação entre a memória de ambos. Estando, a época, a frente do Museu Paulista, Taunay projetou, entre outras mudanças naquele espaço, uma galeria de grandes homens em um Salão de Honra com a representação imagética de indivíduos ilustres, entre eles José Bonifácio, José Clemente Pereira, D. Pedro e Ledo⁹⁸. Junto ao projeto referente ao Centenário, Taunay também publicou *Grandes Vultos da Independência*, dedicando um capítulo a cada um desses vultos⁹⁹, Sobre Ledo, Taunay escreveu:

Distinguiu-se ainda pelo pendor ao liberalismo, deixando perceber tendências francamente republicanas. Em 1821 aparece na cena política como eleitor, tomando parte ativa nas manobras políticas, que acabaram com a cena violenta de 26 de abril na Praça do Comercio. Teve então Ledo de ocultar-se por muito comprometido pela atitude revolucionária que assumira. Pouco depois nos clubes maçônicos do Rio de Janeiro, era figura de escôl ao lado de Sampaio, Nobrega, José Clemente, Rocha, Januário, etc (...) A princípio timorato, não tardou em se tornar o veemente arauto da independência brasileira. Coube a Ledo um dos papéis mais notáveis no movimento do Fico, ligado como estava á agremiação política formada por José Clemente Pereira, Frei Sampaio, Nobrega e J. J. da Rocha. Foi dos inspiradores da ideia de se eleger um conselho de procuradores das províncias que, ao Príncipe, servisse como Conselho de Estado¹⁰⁰.

Tornam-se visíveis nesse excerto os contornos presentes, perpetuados e potencializados posteriormente por Aslan, Bandecchi e Varela, de um personagem

⁹⁶ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. 145ª sessão em 8 de março de 1846. In: *RIHGB*. Tomo VIII, 1867, p.149.

⁹⁷ SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria de Brasileiros ilustres*. Brasília, Senado Federal, 1999.

⁹⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas... op. cit., p. 128.

⁹⁹ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Grandes vultos da independência brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.43.

heróico, liberal, revolucionário, líder republicano, agitador popular, grande articulador da maçonaria e protagonista nos sucessos da Independência, inclusive em relação ao Fico. Também está presente na narrativa de Taunay a disputa política com Bonifácio em matizes cada vez mais pessoais, como observada de forma potencializada nas obras biografias dos três autores acima mencionados.

De acordo com Cecília Helena Oliveira, o projeto do Centenário de Taunay, incluído a revitalização de Ledo, respondia a compromissos de sua época de produção, sendo “uma proposta de memória conciliadora que aliou o Império à República, sublinhando a implementação evolutiva das instituições republicanas”¹⁰¹. Portanto, a designação de Ledo como um republicano o coloca não em contrariedade com o Império, mas sim como um indivíduo que já carregava os traços evolutivos posteriores.

Por outro lado, há nesse mesmo perfil indícios de um personagem impetuoso e com tendências a precipitação, evocando o desequilíbrio e a falta de moderação assinaladas por Porto-Alegre e por Pereira da Silva. Para Taunay, “faltou-lhe quiçá o equilíbrio das qualidades, para se tornar um dos dominadores da cena política de seu tempo; era por demais arrebatado e impetuoso, e de temperamento a que a versatilidade impunha fortemente o seu vinco”. Dessa forma, um retrato heroico figurado entre os principais atores da Independência, mas não desprovido de suas idiossincrasias. Taunay também assinalou o processo de eclipse da figura de Ledo após a deposição de D. Pedro I: “não conseguiu mais entrada no parlamento, devendo resignar-se á assembléa provincial (...) Mas não era aquele pequeno âmbito o que desejava. Imenso trabalhou para se fazer apresentar á senatoria(...). Repellido pelos partidos, desligou-se de todo dos negócios políticos”¹⁰².

Ao dedicar em os *Grandes Vultos da Independência* um capítulo a cada indivíduo, Taunay acrescentou aos textos sua respectiva iconografia retratando cada um dos personagens. Todavia, o autor alerta a peculiaridade de uma entre as imagens:

aproveitando o ensejo da inauguração, no Museu Paulista, de uma galeria de vinte e nove retratos de personagens da Independência, devidos á bela arte dos Snrs. Professores Oscar Pereira da Silva e D. Failutti, imaginei fazer reproduzir a cores estes quadros como ilustração ás biografias que resolvera escrever (...) É supositicio, porém, o retrato de J. G. Ledo¹⁰³

Este foi o único caso desse tipo entre todas as ilustrações do livro e do museu,

¹⁰¹ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas... op. cit., p. 146.

¹⁰² TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Grandes vultos...* op. cit., p. 48 e 49.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 3.

uma vez que não foi encontrado pelo autor nenhum retrato do personagem, reafirmando o movimento de resgate desse personagem histórico do ostracismo¹⁰⁴.

O retrato, embora fictício, acabou por tornar-se a principal referência imagética de Ledo, ilustrando páginas do livro de Aslan e a capa do de Varela. Entre as reproduções desse retrato disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional, uma delas, - tendo como única referência de data a alusão ao centenário da Independência -, ao trazer abaixo da identificação do personagem o adendo “o verdadeiro Patriarcha da Independência Brasileira”, aproxima a revitalização de Ledo por Taunay ao topos da disputa entre o personagem e Bonifácio por posição de maior destaque no protagonismo da Independência¹⁰⁵. A referência geográfica, indicando a Bahia como local de produção do documento também aponta para o alcance que tomou esse retrato fictício.

¹⁰⁴ Sobre a elaboração do retrato, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas... op. cit.

¹⁰⁵ Joaquim Gonçalves Lêdo. *O verdadeiro patricarca da Independência Brasileira*, cartão postal, S.l.: s.n. BN - Iconografia - Ret.1 (1b).

Figura 1: Joaquim Gonçalves Ledo. O verdadeiro patriarca da Independência Brasileira

Fonte: Biblioteca Nacional

Após Taunay, José Matoso Maia Forte, na década de 1940, produziu um ensaio biográfico de Ledo de ainda maior fôlego e tendo como base principal o capítulo de *Grandes Vultos da Independência*. A referência é explícita: “o primeiro capítulo desta compilação é da lavra do Sr. Afonso de E. Taunay e foi transcrita dos *Grandes Vultos da Independência Brasileira*”¹⁰⁶. E escamoteando a produção anterior de Porto-Alegre e Silva Pereira, Forte atribui categoricamente como uma injustiça o ostracismo de Ledo, tópico que foi enfaticamente reproduzido nas biografias de Aslan, Varela e Bandecchi. Protesta que a época da morte de Ledo:

Não teve sequer um necrológio nem no Senado e nem na Câmara, nem ainda

¹⁰⁶ FORTE, José Matoso Maia. Ledo. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional* (7-14 de abril de 1931). Boletim do Instituto Histórico. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, vol. V, p. 7.

na Assembleia Provincial foi seu nome pronunciado. Na imprensa da época, a mesma indiferença por um dos extremos propugnadores da nossa Independência (...) Sobre Ledo, principalmente, lançou-se um véu injusto de esquecimento. E, entretanto, ele foi, como Patrocínio na causa da abolição, a própria alma da multidão anônima. A justiça serena da história já começou em 1922 a rasgar aquele véu, assinalando à posteridade os grandes e verdadeiros obreiros da Independência cujos vultos podem ombrear-se com os de Pedro I e José Bonifácio¹⁰⁷.

Dessa forma, após a obscuridade experimentada no século XIX, a memória de Ledo tomou novas cores e contornos a partir de 1922, quando foram firmados os fundamentos sobre os quais até hoje as produções mais laudatórias sobre esse personagem se baseiam. Mesmo havendo entre Taunay e Mattoso, na primeira metade do século XX, e Varela, no início do século XXI, tanto tempo e uma considerável quantidade de material biográfico sobre Ledo, os ares de revitalização e revisionismo se apresentam ainda como novidades a fim de se fazer justiça a um grande personagem injustamente esquecido pela escrita da História. Assim, sustentamos que a fortuna historiográfica de Ledo vem em parte de sua produção, especialmente a ligada ao enaltecimento da memória maçônica, se mantendo em velhos topos constantemente apresentados como atuais.

A partir dessa observação da intersecção entre a memória individual de Ledo e a memória da Independência, é válido questionar se essa mesma aproximação pode ser constatada nas memórias de outros personagens. A seguir, expandiremos esse esforço analítico para alguns outros atores de relevo na história da Independência, cujas trajetórias se assemelham a de Ledo principalmente no tocante a atuação em periódicos.

1.2. Outros produtores de periódicos da Independência e suas fortunas historiográficas

Já tendo nos aprofundado em Ledo como exemplo para discorrermos não apenas sobre a construção da memória historiográfica de um personagem, mas também acerca da base teórica que utilizaremos para tratarmos das diferentes trajetórias e produções biográficas, apresentaremos agora um panorama da fortuna historiográfica de alguns outros produtores de periódicos arrolados nesta dissertação.

O caso de Ledo, como vimos, é um exemplo paradigmático de como personagens da Independência são construídos historiograficamente, mostrando o

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 91 e 96.

imbricamento entre a historiografia da Independência e memórias individuais que, uma vez bem observadas, iluminam lacunas, topos ou deformações, presentes tanto em si mesmas quanto na historiografia e memórias da Independência. Isso também é válido para outros atores da época, visto que, ainda hoje, na cultura de história brasileira acerca da Independência os indivíduos recebem tratamentos que se sobrepõem a grupos e processos¹⁰⁸. Desse modo, selecionamos alguns dos outros indivíduos elencados por este trabalho dispensando semelhante, ainda que mais brevemente, tratamento analítico.

Os critérios para essa escolha, semelhantes ao caso anterior, são destacar as ocorrências onde são mais visíveis os mecanismos e interesses envolvidos na construção da memória individual; como essas memórias biográficas foram se desenvolvendo dentro da historiografia; como as mudanças e alterações se conectam com os avanços do fazer historiográfico; os excessos e as negligências nesses relatos; pontos ainda a serem melhor aproveitados e mesmo os silêncios significativos. Observaremos como são lembrados os personagens aqui selecionados – a saber: Januário da Cunha Barbosa, Luis Augusto May, José da Silva Lisboa, Cipriano Barata, Diogo Soares da Silva de Bivar, Padre Tezinho, Manuel Rodrigues de Oliveira, Francisco de Paula Pérez e Cirilo de Alameda y Brea -, evidenciando quando detectarmos os indícios da ilusão biográfica nessas memórias e ressaltando o lugar da ação na opinião pública a época da Independência nesses legados.

Começamos pelo antigo parceiro de Ledo no *Revérbero*, o Cônego Januário da Cunha Barbosa. Há um fato curioso sobre a presença deste personagem na historiografia. A produção de estudos propriamente biográficos parece especialmente centrada na instituição por ele criada, havendo, por exemplo, pouca presença da academia, ainda que o próprio IHGB seja um tema recorrente na produção acadêmica¹⁰⁹. A primeira tese de doutoramento cuja proposta é fundamentalmente a

¹⁰⁸ PIMENTA, João Paulo et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. In: *Almanack*, Guarulhos, n. 8, p. 16.

¹⁰⁹ GUIMARAES, Manoel Salgado. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: Alda Heizer; Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. SOUSA, Francisco Gouvea. *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre as revistas do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro entre os anos de 1870 a 1890*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2008. KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Fiocruz/EDUSP, 2009. WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas - reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*. São Paulo: Annablume, 2011. MENDES, Luis Cesar. *Publicar ou Arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. Cuiabá: UFMT, 2011 DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

biografia de Januário ainda não foi concluída, e conforme sua autora, “um trabalho específico sobre sua trajetória biográfico-intelectual ainda não foi elaborado”¹¹⁰.

Em contrapartida, sendo a data de falecimento de Januário – 22 de fevereiro de 1846 - uma efeméride do IHGB, novos trabalhos sobre sua trajetória de tempos em tempos são publicados pelo Instituto¹¹¹. Na ocasião do sesquicentenário do falecimento, em 1996, foi organizada toda uma agenda de homenagens com conferências e visita à capela de Nossa Senhora de Vitória onde o religioso realizava suas missas. Conforme artigo de Cybelle de Ipanema, oriundo dessa efeméride e publicado em 1997 – o último estudo biográfico sobre o personagem produzido pelo IHGB -, na trajetória de Januário “constata-se-lhe uma linha de coerência em que a moral e o desejo de servir são as vigas mestras de seu pensamento”¹¹². O tom laudatório e a ênfase num caráter supostamente à prova de dúvidas são compatíveis com o momento, e ao considerarmos a fala de uma instituição sobre o seu idealizador, seguindo, dessa forma, a tradição de alguns relatos anteriores do instituto sobre Januário, como do de Porto-Alegre e Sigaud¹¹³. Considerando essa ligação entre IHGB e Januário, este último configura um caso bem particular em termos de construção de memória, pois ao criar a primeira instituição do tipo no Brasil, começou “a tecer sua própria, que logo após seu falecimento é imortalizada nas páginas da Revista que ele mesmo fundou e dirigiu”¹¹⁴.

Ipanema enfatiza que no final de 1822, durante a atividade como redator do *Revérbero*, Januário, dentro do jogo político do Rio de Janeiro, esteve na posição de opositor ao governo do ministério dos Andradas. O religioso, inclusive, esteve entre os réus da Bonifácia, sendo processado, preso e exilado na França nos últimos meses de 1822. E de forma semelhante a Ledo, retornou ao Brasil em 1823, quando partiu em exílio seu inimigo e agora opositor ao governo José Bonifácio.

No entanto, Ipanema deixa de explorar questões capazes de oferecerem

¹¹⁰ QUEIROZ, Bianca Martins. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): a trajetória de um dos fundadores do IHGB. In: *XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos*, 2011, Mariana. XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos, 2011, p.3.

¹¹¹ IPANEMA, Cybelle e Marcelo. Súmula da atividade jornalística de Januário da Cunha Barbosa e crítica de atribuição. In: *RIHGB*, 330, jan.-mar. 1981. IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. In: *RIHGB* – 158, n.394, jan./mar. 1997. SIGAUD, José Francisco Xavier. Elogio Histórico do Secretario Perpetuo Conego Januario da Cunha Barboza. In: *RIHGB*, Tomo XI, 1848. MENEZES, Francisco de Paula. Elogio Histórico do conejo Januario da Cunha Barboza. In: *RIHGB*, Tomo XI, 1848. BARBOZA, Antonio da Cunha. Conego Januario da Cunha Barboza: Esboço biobibliographico. In: *RIHGB*, 1902, Tomo LXV, parte II. SCHUBERT, Guilherme. Cônego Januário da Cunha Barbosa. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 158 (394), jan./mar. 1997.

¹¹² IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa... op. cit., p. 195.

¹¹³ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. 145º sessão... op. cit. SIGAUD, Jean-François-Xavier. Elogio Histórico. Do secretário perpétuo cônego Januário da Cunha Barbosa. In: *RIHGB*, tomo XI, 1891.

¹¹⁴ QUEIROZ, Bianca Martins de. Januário da Cunha Barbosa ... op. cit., p.10.

elementos acerca da realidade política à época da Independência, e a ela relacionadas, ao encerrar as descrições das disputas políticas envolvendo o clérigo após o retorno do exílio no fim de 1823. Caso nos afastemos da atuação de Januário na Independência conforme narrada por Ipanema, notaremos uma sucessão de guinadas na trajetória desse personagem dentro do espectro político.

Essas mudanças de posicionamento foram apontadas e comentadas em outra biografia do clérigo, de autoria de Antônio da Cunha Barbosa e publicada em 1903 também na revista do IHGB. O autor ressaltou que ao retornar ao Brasil, o clérigo foi agraciado com o Hábito da Ordem do Cruzeiro, em 1823, nomeado Cônego da Capela Imperial, em 1824, e após ter ocupado a cadeira de deputado por Minas Gerais na primeira legislatura, voltou a atuar na imprensa na virada de 1829 para 1830. No entanto, bem diferente da época em que redigia o *Revérbero*, Januário teve sob sua direção o *Diário Fluminense* (que tinha circulado até 1823 com o nome de *Diário do Governo*), folha governista oficial e impresso que mais publicou artigos escritos pelo do próprio D. Pedro I¹¹⁵. Não obstante a direção do *Diário*, Januário também foi nomeado em 1830 para a direção da Tipografia Nacional (antiga Imprensa Régia), sendo, portanto, a partir daí, provavelmente o maior responsável pela defesa do governo através da imprensa. Conforme Antônio da Cunha Barbosa, “de 1830 a 1831 a sua pena foi incansável para responder pelo *Diário Fluminense*, a vários artigos contra atos do governo, das redações dos jornais *Aurora*, *Astrea* e *Verdadeiro Patriota*”¹¹⁶.

Também não passou despercebido ao biógrafo que, poucos dias após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, Januário utilizou as páginas do mesmo oficioso *Diário Fluminense* para saudar o ocorrido, escrevendo que “tão depressa os fluminenses, pugnados pela liberdade da Pátria se reuniram em nobres sentimentos, e em atitude respeitável para salvarem seus preciosos foros, ameaçados pela imprudência de quem manejava o leme da nau do Estado”¹¹⁷. Portanto, retomando sua trajetória, temos Januário da Cunha Barbosa primeiro como produtor de periódicos em oposição ao governo, sobretudo ao ministério dos Andradas, e perseguido político entre 1821 e 1823. Em seguida, após sua volta do exílio, no fim de 1823, ganha condecorações e cargos no Estado¹¹⁸. Não obstante, após ter representado Minas Gerais como deputado

¹¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.111.

¹¹⁶ BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barbosa. In: *RIHGB*, tomo LXV, 1903, p. 227.

¹¹⁷ *Diário Fluminense* n°82, 15 de abril de 1831.

¹¹⁸ Januário da Cunha Barbosa desponta entre os três membros do grupo dos liberais fluminenses aqui

na primeira legislatura (1826 – 1830), passou a ser o responsável pela defesa do governo na imprensa através do *Diário Fluminense*. No entanto, tão logo o governo que defendia caiu, o clérigo prontamente passou a aprovar ação dos revolucionários de 7 de abril de 1831¹¹⁹.

Essa flutuação de posicionamentos políticos não escapou aos contemporâneos de Januário em 1831, e também foi explorada por Antônio da Cunha Barbosa no começo do século XX. Conforme o autor, “acusaram-no os seus amigos políticos de *incoerência* dos princípios, senão formal infidelidade. Encabeçava-lhes aparente contradição”. Mas tão logo detectada a denúncia, o biógrafo parte em defesa do biografado:

Mas assim procederam todos (...). No regime monárquico – conservadores se passaram para liberais e vice-versa; republicanos para liberais e nem por isso deixaram de ser eminentes patriotas. Como censurar então o Cônego Januário da Cunha Barbosa em uma época, em que os partidos não estavam bem acentuados?¹²⁰

Antônio Cunha Barbosa recorre à conjuntura histórica em que seu biografado estava inserido para defendê-lo, explicando as ações do clérigo em consonância com seu meio. E é justamente na exploração mais pormenorizada dessa conjuntura que está uma grande diferença entre o artigo desse autor, de 1903, e o de autoria de Cybelle de Ipanema, décadas depois em 1997. Esta última, ao encerrar a discussão sobre a participação política de Januário na Independência com sua volta do exílio em 1823 apresenta um personagem com aspectos diferentes do apresentado por Antônio da Cunha Barbosa, assim como consequentemente apresenta a Independência também de maneira diferente. Em Ipanema, não há abertura para identificar flutuações ou incoerências na trajetória de Januário durante um processo de Independência breve, simplificado, onde a sucessão de momentos e conjunturas não é explorada. Já nas páginas de Antônio da Cunha Barbosa, tanto Januário quanto a Independência se

estudados (Barbosa, Ledo e Soares Lisboa) como o que provavelmente mais obteve êxito em adentrar a esfera de poder do Império. IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa... op. cit.

¹¹⁹ No mais, nota-se pela trajetória posterior de Januário que ele consegue inserir-se na corrente política dos porta-vozes da oposição anterior que toma as rédeas do governo na fase inicial da Regência. Ver QUEIROZ, B. M.. Januário da Cunha Barbosa... op. cit., p. 6. Um destino diferente de José da Silva Lisboa, defensor igualmente ferrenho do governo de D. Pedro I, mas que cai no ostracismo político após a Abdicação. Ver ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit., 20. Daí em diante, Barbosa aparentemente mantém seu prestígio junto à Corte, redigindo o *Diário Oficial*, entre 1833 e 1840, tendo sido atendido, em 1839, ao pedir o cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública e participando de associações mantidas pelo governo imperial como a Sociedade de Auxílio a Indústria Nacional (SAIN) – sociedade existente desde 1831, e que partir de 1833 passou a publicar o *Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico editado por Barbosa - , instituição em cujo interior foi formado o IHGB, inaugurado em 1838. Ver IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa... op. cit., p. 226.

¹²⁰ BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboço biográfico... op. cit., p. 232.

mostram mais complexas, em uma trajetória não linear, tendo suas idas e vindas num percurso mais errático, estando ambos sob influência das demais forças e projetos atuantes no contexto.

Ao não explorar as viradas, de opositor a porta-voz do governo, no período pós-exílio na trajetória de Barbosa, o estudo de Ipanema não contempla as mudanças de configuração do jogo político e o funcionamento e articulação de redes de sociabilidade e interdependência embrenhadas no poder imperial na transição entre fases de suma importância da Independência e da construção do Estado nacional. A ilusão da coerência ofusca diacronias e alterações de posicionamento cuja observação constitui chamarizes para fenômenos e processos concretos e salientes da realidade social.

A despeito dos dois artigos terem sido publicados pelo IHGB, Juscelino Pereira Neto, que estudou a construção da memória biográfica de Januário, considera o estudo de Antônio da Cunha Barbosa dissonante em alguns pontos em relação às outras produções biográficas sobre este personagem publicadas pelo instituto, ainda que mantenha outras características centrais comuns a estas. Segundo o autor:

em certos aspectos, é corolário dos memoriais dantes publicados na Revista, em outros, vai além. Sem abandonar um tom notadamente laudatório, o memorial do biógrafo reconstitui os caminhos percorridos pelo religioso em um panorama mais amplo do império luso-brasileiro caracterizado pelo intrincado jogo político no período da pré-Independência, dos arranjos institucionais do Primeiro Reinado e das profundas transformações institucionais que acompanharam o Período Regencial¹²¹.

Essa maior preocupação com as conjunturas e os panoramas onde Januário atuou, principalmente em relação a Independência, não foi um traço diferencial que se perpetuou no estudo mais atual de Ipanema, resultando na apresentação do mesmo personagem e do mesmo período histórico diversos em alguns aspectos em relação ao estudo de Antônio da Cunha Barbosa.

Outro dos personagens recorrentes na história da Independência, já mencionado nas páginas anteriores, é José da Silva Lisboa, ordenado Visconde Cairu em 1826. Entre os grandes legados de Silva Lisboa estão a difusão dos princípios do liberalismo econômico de tradição britânica não somente no território luso-americano, mas em todo o império português¹²². Também contaram com direta participação de Silva Lisboa o

¹²¹ PEREIRA NETO, Juscelino. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa...* op. cit., p. 118.

¹²² Entre títulos de sua autoria: LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa de econômica do autor dos princípios de direito mercantil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804. LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. LISBOA, José da Silva. *Observações sobre o comércio franco no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809. LISBOA, José da Silva. *Ensaio sobre*

processo de abertura dos Portos, em 1808, e as negociações do tratado assinado comercial com a Grã-Bretanha em 1810¹²³.

Todavia, a inclinação ao liberalismo econômico não significou, ao menos para Silva Lisboa, a aproximação ao liberalismo político em sua face mais combativa ou revolucionária. É sintomática acerca disso a crítica de Hipólito da Costa sobre *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, publicado em 1809 e de autoria de Silva Lisboa. Sobre o autor, Hipólito não esconde sua admiração, “por ter ele a reputação já estabelecida, como pelo respeito que a sua primeira obra me inspirou, pelos seus conhecimentos jurídicos”¹²⁴. No entanto, sobre o livro em questão, Hipólito deixa claras suas divergências com alguns pontos. “Se se admite o princípio de que é contra o decoro civil haver oposição ainda de pareceres às medidas do governo, qual virá a ser o estado da nação onde o conselheiro for ignorante ou malicioso?”¹²⁵.

As ressalvas de Silva Lisboa e sua postura intolerante contra ataques e críticas públicas ao governo não foram desaprovadas somente no *Correio Braziliense*, mas em diversos outros periódicos como o *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. Este último, em maio de 1822, descreveu Silva Lisboa como “servil, teimoso, adulator, cheio de vaidade”¹²⁶. E para o *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, no início de 1822, Silva Lisboa não teve a postura evocada pelo seu pseudônimo - a saber, Fiel à Nação - quando rechaçou a ideia de uma Constituinte para o Brasil¹²⁷, estando mais para “Fiel ao Despotismo, e Infel ao juramento, que prestou as Bases da Constituição, que todo o Reino Unido há de manter (...) apesar dos Corcundas, que escrevem tais sandices despóticas”¹²⁸.

Por outro lado, a historiografia posterior do século XIX apresentou uma caracterização diversa de Silva Lisboa da feita por seus adversários nos embates através da imprensa. A biografia de Silva Lisboa escrita por seu filho, o diplomata Bento da Silva Lisboa, publicada no primeiro volume da Revista do IHGB, em 1839, serve como exemplo. Naquelas páginas, encontramos um indivíduo que “voltado inteiramente ao bem da pátria, procurou ilustrá-la com as continuadas obras, que foi dando

o estabelecimento dos bancos para o progresso da indústria e riqueza nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.

¹²³ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., p.179.

¹²⁴ *Correio Braziliense*, maio de 1809.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro* n°1, 23 de maio de 1822.

¹²⁷ *Reclamação do Brasil*, 23 de março de 1822.

¹²⁸ *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense* n°8, 23 de fevereiro de 1822.

sucessivamente à luz, a expensas próprias, sobre economia política, religião e moral”¹²⁹.

A aproximação de Silva Lisboa aos chamados Corcundas enunciada pelos seus críticos e rivais no debate público, como apresentada nos excertos acima, e sua defesa incondicional ao governo bragantino no Brasil (primeiro de D. João VI e depois de D. Pedro) parecem ter encontrado espaço principalmente na historiografia do século XX, tornando-o a partir daí figura especialmente controversa. Essa concepção negativa acerca de Silva Lisboa veio a chocar-se com a lisonjeira e laudatória memória desse personagem edificada ainda no século XIX. De acordo com Antonio Penalves Rocha, “José da Silva Lisboa foi representado por três imagens: uma do século XIX, que o colocou no panteão dos construtores da nação, e duas do século XX – a que o glorificou como economista e a que o condenou como bajulador da monarquia”¹³⁰.

Sérgio Buarque de Holanda assinalou sobre Silva Lisboa, em *Raízes do Brasil*, de 1936, que “em 1819, já era um homem do passado, comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial”, assim como suas “genuflexões constantes diante do poder”¹³¹. Para Rizzini, em obra de 1946, Lisboa era “bajulador, adulador, turiferário do poder”¹³². Já segundo Sodré, em publicação de 1966, Silva Lisboa fazia parte de uma imprensa áulica, ocupando lugar de destaque na direita conservadora e reacionária da época¹³³. E, mais recentemente, em 2015, Molina o descreveu como alguém “sempre disposto a atacar qualquer indício de liberalismo ou ameaça ao poder real absoluto”¹³⁴.

De forma oposta, temos relatos nitidamente apologéticos sobre Silva Lisboa. Para Vianna, em obra de 1945, Silva Lisboa foi “o mais notável publicista brasileiro do terço inicial do século XIX”, além de patriota e detentor de um “caráter probo e justo”¹³⁵. Essa descrição perpetua o tratamento recebido pelo personagem durante o século XIX.

Estabeleceu-se assim, especialmente na primeira metade do século XX, uma

¹²⁹ LISBOA, Bento da Silva. Biografia de José da Silva Lisboa. Visconde de Cayru. In: *RIHGB*, vol 1, 1839, p. 188.

¹³⁰ ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit., p. 32.

¹³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.85.

¹³² RIZZINI, Carlos Toledo. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988, p. 368.

¹³³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa...* op. cit.

¹³⁴ MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil...* op. cit., p. 153.

¹³⁵ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, p. 359 e 362.

clara dicotomia acerca da memória de Silva Lisboa entre um indivíduo bajulador, autoritário e absolutista, e o dedicado liberal, patriota e devotado ao progresso da nação. A própria produção sobre o personagem já nessa primeira metade do século XX se deu conta dessa oposição manifestada no “exagero para cima e para baixo, no louvor e na crítica”¹³⁶, de acordo com Afonso Arinos e Melo Franco, em artigo de 1947. É inclusive possível, algumas vezes, alinhar o posicionamento político do autor do relato com o tratamento dado ao personagem. O já mencionado Vianna, um integralista, partilhando com Silva Lisboa a aversão a convulsões sociais, apresentou este último como veementemente patriota e compromissado com o progresso da nação, na já referida obra de 1945. Por outro lado, o historiador e crítico do imperialismo norte-americano José Honório Rodrigues o classificou, em obra de 1975, como defensor da “ideologia importada do comércio livre, sem nenhuma atenção aos nossos interesses reais” e no plano político como “um ultraconservador e sempre serviu com a maior dedicação ao rei, ao príncipe e ao imperador”¹³⁷, perpetuando parte das críticas de Sérgio Buarque, de 1938, e de Rizzini, de 1946.

Sendo assim, nessas ocasiões Silva Lisboa transcende sua individualidade e seu tempo e torna-se uma figura alegórica de exemplo apologético ou maledicente do conservadorismo passado e presente simultaneamente. Mas diferente do caso de Ledo, esse topos em Silva Lisboa atualmente está mais matizado, sobretudo pela multiplicidade de estudos acadêmicos centrados em sua biografia e obra, surgidos majoritariamente a partir da década de 1950¹³⁸. Estes apresentam novas versões de sua

¹³⁶ FRANCO, Afonso Arinos e Melo. O Visconde de Cairu. In: *Digesto Econômico*, agosto de 1947, p. 87.

¹³⁷ RODRIGUES, José Honório. *Independência e revolução*. São Paulo: Edusp, 1975, p.168.

¹³⁸ ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit., p. 29. AGUIAR, Pinto de. *A abertura dos portos no Brasil: Cairu e os ingleses*. Rio de Janeiro: Livraria Progresso, 1960. PAIM, Antonio. *Cairu e o liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. FENELON, Dea. *Cairu e Hamilton: um estudo comparativo*. Belo Horizonte: UFMG, 1973. CARVALHO, Darcy. *Desenvolvimento e livre comércio: as ideias econômicas e sociais do Visconde de Cairu: um estatuto de história do pensamento econômico brasileiro*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Departamento de História – FFLCH – USP / Hucitec, 1996. CARDOSO, José Luis. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. In: *História Econômica e História das Empresas*, v. 1, 2002. KIRSCHNER, Tereza Cristina. CAVALCANTE, B.; TENGARRINHA, José. . O liberalismo de Cairu: tradição e mudança no campo das idéias. In: *XII Congresso Internacional de AHILA*, 2002, Porto. Actas do XII Congresso Internacional de AHILA. Porto: Centro Leonardo Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. KIRSCHNER, Tereza Cristina. Burke, Cairu e o império do Brasil. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. NOVAIS, Fernando Antonio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da nação. In: *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 12, n. 2 (21), 2003. LUSTOSA, Isabel. Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar. In: MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Bastos e BESSONE, Tania. (Org.). *História e Imprensa - representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A e FAPERJ, 2006. FARIA JÚNIOR,

trajetória não tão comprometida em formatar o personagem em função de uma imagem perpetuada de sua atuação ou posicionamentos durante e em função do contexto da Independência, como um telos, e sim com os termos e condições de seu próprio contexto.

Na biografia publicada por Tereza Kirschner, em 2009, por exemplo, fica clara a quebra da associação instantânea do conservadorismo de Silva Lisboa com inclinações absolutistas. Inserindo esse produtor de periódicos em seu próprio contexto e nas diferentes conjunturas, configurações e jogos de poder de que participou, Kirschner apresenta um personagem envolto pelas convulsões de uma era revolucionária, onde mudanças se apresentavam como iminentes, restando tentar escolher a melhor forma de colocá-las em prática. Para Silva Lisboa, o ritmo frenético e o potencial destrutivo das revoluções formavam o pior dos cenários para essas mudanças, ainda que houvessem mudanças desejadas. Adepto do liberalismo econômico e favorável ao regime constitucional, tendo sido inclusive deputado na Assembleia Constituinte de 1823, Silva Lisboa desejava a modernização realizada pelo Estado através do governo monárquico dos Bragança. Daí, o conservadorismo e a manutenção de tradições - de forma semelhante a Burke, a quem Silva Lisboa tinha como um grande pensador e influência, tendo inclusive traduzido o pensador britânico para a língua portuguesa¹³⁹ - como elementos não em contradição, mas como timores para as mudanças da era revolucionária. A modernização deveria ser gradual e a primazia e autoridade do Estado uma salvaguarda contra a anarquia revolucionária.

É algo surpreendente ainda não haver um volume dedicado exclusivamente a uma biografia mais detalhada de Luis Augusto May, também conhecido pelo nome de seu periódico, *Malagueta*¹⁴⁰. Este periódico foi um dos mais influentes tanto no Rio de Janeiro quanto no Império (primeiro português e depois brasileiro). Vianna, um dos poucos a se debruçar sobre May com mais afinco, na sua obra de 1945, reconheceu a “importância que à *Malagueta* atribuíram os seus contemporâneos, e que injustamente

Carlos de. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

¹³⁹ Ver LISBOA, José da Silva. *Extratos das grandes obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke*. Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1822.

¹⁴⁰ A primeira parece estar em fase de produção através do doutorado em andamento de Myriam Paula Gouvea. Ver GOUVEA, Myriam Paula. *Biografia e intelectualidade na imprensa oitocentista: a trajetória de Luís Augusto May e de seu jornal 'A Malagueta' (1821-1832)*. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Entre os estudos mais aprofundados sobre May, mencionamos os presentes em VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit. e LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit.

lhe foi negada”¹⁴¹. Esse impresso foi um verdadeiro colecionador de polêmicas e embates. Na primeira edição dizia:

não sou Constitucional por contrato, nem Corcunda por inclinação, nem Republicano já não há Gregos nem Romanos; eu que fui educado à sombra da Magna Carta, e do Bill dos Direitos do Homem; que regozijei quando vi os primeiros beneméritos da Pátria, de 21 de agosto, tratavam de levantar a Monarquia que há iam enterrado¹⁴²

Nessa retórica, May firmava compromisso e apoio com o movimento constitucional português, sendo interessante notar, antes das divergências mais acentuadas entre as Cortes de Lisboa e interesses luso-americanos, que a Revolução do Porto, não só nessa alusão da *Malagueta*, mas na imprensa portuguesa de forma geral, constava como um marco temporal de regeneração do Império Português.

Por outro lado, nesse mesmo excerto, May procurava se distanciar de identificações como republicano e corcunda, denominações utilizadas na imprensa em grande parte das vezes com conotação negativa e acusatória. Eram termos que mais serviam como recurso de alteridade e demérito do que para explicar e identificar positivamente o posicionamento do grupo ou indivíduo a quem eram dirigidos. Dessa maneira, May tentava se esquivar de possíveis críticas e afiliações a grupos já rotulados. De fato, a *Malagueta* procurou em diversos momentos apresentar uma veste de isenção, não se comprometendo com um ou outro grupo, principalmente em contendas mais acaloradas. Evitava as ações mais incisivas ou comprometedoras, como, por exemplo, a recusa de May em assinar a representação para convocação da Constituinte brasileira¹⁴³, apesar da afinidade, num primeiro momento, com João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, veículo que mais divulgou e procurou angariar público para esta ação.

Além disso, a formatação do conteúdo da *Malagueta* também era bem peculiar. Não possuía divisão por seções, e trazia habitualmente um único artigo, diversas vezes escrito em primeira pessoa e direcionado diretamente a D. Pedro como se fosse uma carta pessoal. O estilo prolixo muitas vezes irritava os adversários, principalmente quando velava críticas sob o verniz de humildade e subserviência à D. Pedro. Não raras vezes, May foi tachado como oportunista e ambicioso pelos seus detratores, já em outras ocasiões foi tomado como louco e excêntrico¹⁴⁴.

¹⁴¹ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit., p. 503.

¹⁴² *Malagueta* n° 1, dezembro de 1821.

¹⁴³ *Malagueta* n° 28, 25 de maio de 1821.

¹⁴⁴ *O Espelho* n° 120, 10 de janeiro de 1823.

Essas acusações parecem ter transposto a documentação e achado lugar na historiografia. Vianna não fez questão de transparecer qualquer simpatia pela pessoa de May. A narração desse autor de alguns episódios envolvendo esse produtor de periódicos descreve um homem muitas vezes movido e distinto pela ambição e oportunismo. Militar de formação, May passou a servir como funcionário civil nos anos de 1810. Vianna salienta que

não querendo, porém perder o direito de acesso nos postos militares, reiteradamente se correspondeu, a respeito, como o marquês de Aguiar, em 1816, com o Conde da Barca, João Paulo Bezerra e Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, todos auxiliares de D. João VI, em 1817. Pretendendo, então, ser promovido a Sargento-mor (...) obteve apenas o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mas, apesar de ter sido contra aquela ideia o Conselho Militar, em 1819, ainda no ano seguinte, sendo Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, insistia pela concessão do hábito da Ordem de São Bento de Aviz¹⁴⁵.

Décadas mais tarde, em 2000, é nítida a continuidade de elementos do relato de Vianna na descrição feita sobre May por Isabel Lustosa.

May gostava de um cargo público, de uma condecoração. Era ambicioso. Não pedia pouco. Durante os anos de 1816 e 1817 bombardeou de cartas o marquês de Aguiar, o conde da Barca e Tomás Antônio, ministros de D. João VI. Seu objetivo era manter o direito de promoção nos postos militares, apesar de ter se tornado funcionário civil. Chegou a solicitar, por aclamação de D. João VI como soberano de Portugal, Brasil e Algarves, promoção aos posto de sargento-mor¹⁴⁶.

Não se trata aqui de fazer uma defesa da probidade e do caráter de May, procurando desmentir os dois excertos, ressaltando a sinceridade e o desinteresse do personagem. No entanto, achamos necessário matizar uma possível individualização da insistência por procura por mercês, cargos e privilégios como um traço de caráter peculiar deste ator histórico. De uma forma geral, um ponto comum entre as trajetórias de May e muitos outros seus colegas produtores de periódicos era a tentativa de penetração em redes e ambientes de poder; seja em nível provincial ou imperial, fossem movidos por novas vias surgidas na conjuntura de crise, fossem visando integrar as práticas tradicionais do Antigo Regime. As reiteradas representações em busca de mercês e pedidos de cargos estavam, portanto, longe de serem particularidades de May.

Silva Lisboa, por exemplo, o fez em 1808 buscando uma cadeira na Casa de Suplicação¹⁴⁷. Januário da Cunha Barbosa requereu ao menos o cargo de bibliotecário

¹⁴⁵ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit., p. 504.

¹⁴⁶ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit., p.158.

¹⁴⁷ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., 159.

na Biblioteca Pública¹⁴⁸. João Soares Lisboa teve negado pedidos por cargos na Corte¹⁴⁹. No Grão-Pará, Felipe Patroni juntou-se às movimentações do movimento constitucionalista almejando um cargo na Junta provisória¹⁵⁰. Em São Paulo, Libero Badaró requereu ao governo imperial a cadeira de geometria do curso preparatório¹⁵¹. Mesmo aguerrido oposicionista, Cipriano Barata fez uso desse expediente, em 1831, quando preso, assegurando o envio de um soldo para sua família por ser Dignitário da Ordem do Cruzeiro¹⁵².

A distribuição de cargos e mercês era um elemento tradicional da monarquia portuguesa, denotando merecimento do beneficiado e reconhecimento deste pela Coroa. E essa prática continuou após o traslado da Corte para o Rio de Janeiro, e mesmo após a Independência. Aludindo à época de 1808, Kirschner aponta que “ao distribuir mercês aos seus vassallos, nativos e emigrados, o príncipe renovava, no trópico, a tradição da monarquia portuguesa e fortalecia a imagem paternal do soberano”¹⁵³. Inclusive, a distribuição e agraciamento de alguns com cargos e mercês em detrimento de outros foi um dos elementos centrais das disputas entre grupos fluminenses, como já comentado durante a discussão sobre a fortuna historiográfica de Ledo.

Portanto, May não agia diferente de seus pares e nem de forma aberrante ao tentar requerer à Corte, ou por meio de abordagem de indivíduos bem posicionados nesse ambiente, mercês e cargos. Individualizar essa prática nesse indivíduo, como um traço decorrente de sua personalidade, tende ao risco de ofuscar uma prática corriqueira e comum, um hábito que permeia, ao menos, a trajetória da maioria dos personagens aqui estudados. No entanto, se há alguma diferença em May para que sua fama de ambicioso e oportunista se perpetue acima dos demais, talvez esteja relacionada à própria atividade na imprensa. Como já mencionado, a *Malagueta* diferenciava-se da maioria de seus similares por conter apenas um único artigo por edição, e às vezes no formato de carta escrita em primeira pessoa para D. Pedro. Através desse padrão, May se colocava como uma espécie de conselheiro pessoal e informal do Príncipe. Esse perfil voluntarioso decerto despertava reprovação de seus rivais e a publicação dessas cartas na imprensa, procurando uma aproximação com D. Pedro, parecia trazer aos

¹⁴⁸ IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa... op. cit., p. 226.

¹⁴⁹ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p.95.

¹⁵⁰ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal do Pará de 1822*. Belém: Cejup, 1993, p.24.

¹⁵¹ SILVEIRA, Argemiro. *Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & C., 1890, p. 22.

¹⁵² MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 271.

¹⁵³ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., 152.

olhos do grande público estratégias e expedientes de ascensão social. Talvez May quebrasse um protocolo ou uma regra de etiqueta de Corte ao levar isso aos leitores, numa época em que as noções de público e privado estavam em acentuada modificação. De qualquer maneira, seria uma outra forma um tanto mais espalhafatosa de fazê-lo, mas não a invenção de um hábito até então desconhecido a ponto de definir a partir dela uma singularidade entre seus contemporâneos.

Ampliando o escopo espacial de nossa análise, podemos observar outros notórios personagens em diferentes províncias. Mais ao Norte, onde produziu boa parte de seus periódicos, temos Cipriano Barata, nome que acompanha algumas das mais importantes experiências revolucionárias contra diferentes poderes atuantes nos territórios luso-americanos. Apesar de baiano de nascimento, a atuação de produtor de periódicos de Barata é mais associada à Pernambuco, onde deu início, em 1823, a seu, depois itinerante, periódico *Sentinela da Liberdade*.

Acusado e processado por envolvimento na Conjuração Baiana, de 1798, figura solidária, conhecida e atuante junto aos encarcerados revolucionários de Pernambuco de 1817, deputado nas Cortes de Lisboa, tido como um dos mentores da Confederação do Equador de 1824 - apesar de estar no cárcere à época -, a trajetória de Barata possui diversos momentos de uma postura de oposição ao poder institucional em diversas conjunturas e configurações, tanto em nível regional, como em nível imperial. Para Vianna, em publicação de 1945, “de todos os jornalistas brasileiros” seria “o que melhor mereceu o título de agitador popular”¹⁵⁴. E através dessa trajetória, tendo sua postura combativa e atuante como guia, é possível observar diferentes fases políticas da Independência e suas articulações e embates de forças. Barata também é um bom exemplo no tocante à ação da repressão contra publicistas. Entre 1823 e 1834, passou apenas seis meses fora da prisão, sendo indesejado tanto pelo governo de D. Pedro I quanto pelo que a este sucedeu¹⁵⁵.

Personagem incômodo ao poder institucional de forma geral, Barata permaneceu como nome controverso na historiografia, ligado, sobretudo, aos episódios mais tempestuosos, e na maioria das vezes, citado de forma pouco elogiosa. Vide o exemplo de seu contemporâneo e grande desafeto, José da Silva Lisboa.

Este façanhoso perturbador público, deixando o escapulo de cirurgião pelo cutelo da Democracia, já no fim do século passado tinha sido implicado na

¹⁵⁴ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit., p. 447.

¹⁵⁵ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

obscura facção de alguns idiotas que, tentaram estabelecer a República na Bahia, então mal escapando da pena última, sendo os corréos justicados, e ele só condenado à dois anos de prisão em segredo, teve vida ignóbil para depois de vinte anos causar a Revolução, que em 1824 sobreveio às Províncias do Norte do Brasil¹⁵⁶.

No verbete escrito por Joaquim Manuel de Macedo, em seu *Anno Biographico Brasileiro*, publicado em 1876, é reconhecida a coragem e os “serviços relevantes prestados a Independência” por Barata. No entanto, persiste a fama de agitador e indivíduo pouco moderado: “seus erros foram os do exaltamento de suas ideias, do ardor impetuoso de seu gênio, das flamas de sua imprensa e de seus conselhos nos clubes”¹⁵⁷.

Assim como Ledo, Barata também figurou entre os *Grandes Vultos da Independência* de Taunay, em 1922, num breve capítulo de duas páginas. E à maneira da descrição de Joaquim Manuel de Macedo, o talento e os bons serviços à pátria são manchados pela falta de moderação. “Vivíssima inteligência, servida por notável facilidade de expressão, teria Barata sido um parlamentar ilustre, não fora o desvairamento das paixões que às vezes dele faziam verdadeiro energúmeno”¹⁵⁸.

Um dos estudos de maior fôlego sobre Barata, no início do século XX, data de 1938 – centenário de morte do personagem -, pelas mãos do célebre Luis da Câmara Cascudo. Todavia, Cascudo também não foi nem um pouco generoso com seu biografado. Definiu-o como “um produto típico da ideologia anti-humana e anti-lógica que 1789 espalhou pelo mundo”¹⁵⁹. Cascudo, assim como Vianna, somou às fileiras do Integralismo, sendo, dessa forma, também avesso a convulsões sociais. Mais ainda, de acordo com Tania Regina de Luca, “os embates do seu tempo e as posturas que defendeu estão particularmente explícitos em algumas biografias, como ocorre na de Cipriano Barata, elaborada em pleno Estado Novo e que assume, no investimento de fazer do protagonista um homem-absurdo”¹⁶⁰. Esse compromisso também foi detectado por István Jancsó ao afirmar que “aniquilar a memória do ídolo popular que, um século antes havia demonstrado a possibilidade de resistir à cooptação pelo poder assume, no

¹⁵⁶ LISBOA, José da Silva. *Historia dos principais successos politicos do Imperio do Brasil...* op. cit., p.47, vol 1.

¹⁵⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typhographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, v.2, 1876, p.136.

¹⁵⁸ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Grandes vultos da independência...* op. cit., p. 120.

¹⁵⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *O Doutor Barata – político, democrata e jornalista*. Salvador: Imprensa Oficial, 1938.

¹⁶⁰ LUCA, Tania Regina de. Câmara Cascudo Revisitado (Resenha do Dicionário Crítico Câmara Cascudo). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 169.

livro, a dimensão de tarefa política”¹⁶¹.

Por outro lado, a memória de Barata foi evocada de forma laudatória, em 1960, pelo seu bisneto Agildo Barata em sua autobiografia, *Vida de um revolucionário*¹⁶². Militar alinhado a Luis Carlos Prestes, participante da Intentona de 1935 e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Agildo estabelece em um dos capítulos do livro um nexo de luta pela liberdade entre sua própria trajetória e a de seu bisavô. De acordo com ele, Cipriano foi “o maior revolucionário brasileiro” e “o vulto maior de nossas lutas por Independência”¹⁶³.

De forma geral, nessas obras Barata parece representar um personagem alegórico remetendo a revoltas e revoluções, cabendo à posição política do escritor a apologia ou o desmerecimento. Transitando entre esses extremos, mas mais pendente aos detratores de Barata, Vianna não deixou a trajetória de Barata de fora de seu já mencionado livro de 1945. Apesar de em diversos momentos desqualificar os talentos desse produtor de periódicos, apontando o uso de “linguagem confusa, em que a veemência não conseguia mascarar a exiguidade de dotes do escritor” e ressaltar a violência de seus escritos e ações¹⁶⁴, Vianna conclui que o legado do publicista “constitui todo um capítulo da história da imprensa do Brasil monárquico, escrito, principalmente pela sinceridade de panfletário que é a maior característica da figura de agitador popular de Cipriano José Barata”¹⁶⁵.

Entre os ataques e os elogios, também foi constante o diagnóstico de que Barata era um personagem com grande potencial, mas escamoteado pela historiografia e aguardando sua redescoberta. Foi o que concluiu Caio Prado Junior ao afirmar, em 1953, que “Cipriano José Barata é uma figura pouco lembrada na história revolucionária do Brasil. É entretanto uma de suas maiores expressões”¹⁶⁶. Segundo Sodré, em 1966, “figura extraordinária de agitador, que encheu uma época inteira, a do processo de Independência justamente, Cipriano Barata aguarda a justiça da História”, pois era “omitido, diminuído, e no mínimo ridicularizado pela historiografia oficial brasileira”¹⁶⁷. Em 1978, João Alfredo de Sousa Montenegro lamentava que sobre Barata

¹⁶¹ JANCÓS, István. O Doutor Barata - Político, Democrata e Jornalista. In: SILVA, Marcos. (Org.). *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo; Natal: Perspectiva, 2003, p. 63.

¹⁶² BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfaômega, 1978.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 27-42.

¹⁶⁴ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit., p. 461.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 502.

¹⁶⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil...* op. cit., p. 195.

¹⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit., p.67.

pesavam “os juízos distorcidos dos historiadores da velha escola”¹⁶⁸.

A partir de então, a despeito de mais alguns estudos publicados¹⁶⁹, esse legado foi impulsionado como tema de pesquisa principalmente após resgate da vida e obra de Barata por Marco Morel. O historiador publicou inicialmente *Cipriano Barata – o panfletário da Independência*, em 1986, e quatro anos depois aperfeiçoou o trabalho tornando-o uma dissertação de mestrado, e depois um livro em 2001¹⁷⁰. Alguns anos mais tarde, Morel complementou a recuperação da figura de Barata com a organização e publicação da obra do personagem¹⁷¹. Após o início das publicações de Morel, Barata foi redescoberto como um dos protagonistas da Independência e os estudos e trabalhos acerca de sua biografia começaram a se multiplicar¹⁷².

A trajetória do combativo produtor de periódicos tem em seus pontos fulcrais aproximações diretas com as fases de desenvolvimento do processo de Independência. Sua trajetória individual acompanha em micro-escala com clareza o modelo macro-escalar que István Jancsó denominou como ciclos de acumulação de experiência política durante o processo de construção dos novos Estados da iberoamerica.

O primeiro foi o da revisão/contestação das relações metrópole-colônia a partir da crítica política prática de aspectos do estatuto colonial, cobrindo o último quartel do século XVIII. O segundo ciclo, de matriz prática e doutrinariamente conservadora, se dá nos marcos da legitimidade dinástica e repousa sobre o resgate quase anacrônico do direito tradicional ibérico, aliado à revisão da ideia de Império, numa releitura colonial. Somente o terceiro ciclo configura a ruptura da dependência política como eixo articulador das ações políticas, enquanto o quarto movimento é, para o conjunto, o da

¹⁶⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p.71.

¹⁶⁹ TAVARES, Luis Henrique Dias. Cipriano José Barata de Almeida. *Revista de Historia de America*, Mexico: n 101. Jan/fev de 1986. SEGISMUNDO, Fernando. Cipriano Barata – jornalista político. In: *Imprensa Brasileira – vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Alba, 1962. GONDIM, João Carlos D’Albuquerque. Cypriano José Barata de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 49, 1951.

¹⁷⁰ MOREL, Marco. *Cipriano Barata – o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986. MOREL, Marco. *Sentinela da Liberdade: presença de Cipriano Barata no processo de Independência do Brasil* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

¹⁷¹ MOREL, Marco. *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821 - 1835)*. Cipriano Barata. São Paulo: EDUSP, 2008.

¹⁷² GIL, Antonio Carlos Amador. *Projetos de Estado no alvorecer do Império. Sentinela da Liberdade e Typhis Pernambucano: a formulação de um projeto de construção do Estado*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. MARRACH, Sonia Aparecida. *O jornalismo político de Cipriano Barata*. São Paulo: PUC-SP, 1992. LEITE, Renato Lopes. *Uma Independência silenciada: textos políticos de história de Cipriano Barata e Frei Caneca (Pernambuco, 1823)* (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1993. GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata ou a liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1997. MANINI, Luiz Carlos. *Em busca da liberdade: Cipriano Barata e a construção da ideia de nação no Brasil (1823 – 1831)* (Dissertação de Mestrado). Londrina: UEL, 2016. PRADO FILHO, Enock Edson Teixeira do. *A trajetória política de Cipriano Barata e a formação do estado nacional brasileiro (1821-1835)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2015.

reconstrução das relações internas de poder resultantes da reciclagem ou supressão da forma anterior¹⁷³.

Para o primeiro ciclo, temos o envolvimento direto de Barata na Conjuração Baiana. No segundo ciclo, como figura de oposição ao absolutismo e à Corte transplantada no Rio de Janeiro - reforçando seu controle sobre as possessões americanas – Barata estava entre os conspiradores de 1817, em articulação com o movimento de Pernambuco¹⁷⁴. Desta vez não foi processado, mas com o envio dos prisioneiros para a Bahia, pôde estreitar os laços com outros revolucionários, entre eles, o também célebre revolucionário Frei Caneca. Para o terceiro ciclo, podemos citar a eleição de Barata para deputado pela Bahia para as Cortes de Lisboa, e sua posterior fuga das mesmas, após se recusar a assinar o projeto de Constituição lá produzido, rompendo com o legislativo português, voltando para o Brasil e aderindo ao Império brasileiro. É o quarto ciclo que abrange quase toda a atividade de produtor de periódicos de Barata, quando do início da organização do Brasil como um Estado nacional autônomo. Apesar de novamente eleito pela Bahia para ocupar uma cadeira na Assembleia Constituinte brasileira - na realidade foi o deputado mais votado do país, despontando como figura de reconhecimento nacional¹⁷⁵ -, se recusa a assumir o mandato, descrente da Assembleia e já publicamente em oposição ao governo de D. Pedro I, como atestam as edições da *Sentinela da Liberdade*, onde profeticamente intuiu a possibilidade do Imperador usar de violência para interromper os trabalhos do legislativo, criticando tanto o monarca quanto o corpo de deputados. Nas páginas do seu periódico, escreveu em abril de 1823, “sendo o Imperador Generalissimo, sempre há de impor com as armas e suplantar o Congresso, o qual, aterrado nunca fará coisa boa que seja, e nada disto nos convém para vivermos tranquilos”¹⁷⁶.

Retrocedendo temporalmente, mas permanecendo na capitania de nascimento de Barata, a Bahia, surgiu em 1811, o primeiro periódico da região, o *Idade d’Ouro do Brasil*. O impresso era produzido na tipografia Silva Serva, montada pelo livreiro Manuel Antônio da Silva Serva sob a permissão da Coroa e com o apoio do governador D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos. Dada a proximidade com o Estado e a anterioridade ao decreto de liberdade de imprensa, o *Idade d’Ouro* iniciou suas atividades como folha oficiosa. Apesar do periódico dever sua fundação a Silva Serva, a

¹⁷³ JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais... op. cit., p.6.

¹⁷⁴ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*... op. cit., p. 96

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 173.

¹⁷⁶ *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* n° 7, 26 de abril de 1823.

redação ficava a cargo de dois outros escritores, Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Inácio José de Macedo¹⁷⁷.

Sobre Bivar, seu nome consta em trabalhos acerca da História da Imprensa e da Independência, sobretudo pelo pioneirismo do *Idade d'Ouro*¹⁷⁸. No entanto, o destacamos aqui como um caso exemplar de contato com a experiência revolucionária nos dois lados do Atlântico. E, mais, uma história ilustrativa de uma suposta incoerência, nos termos da ilusão biográfica, mas importante para se pensar a questão da trajetória individual e da própria Independência.

Originário da antiga província de Estremadura, em Portugal, era filho do médico Rodrigo Soares da Silva de Bivar, e sua família tinha laços com o alto escalão do corpo político do Império, uma vez que Rodrigo tinha entre seus pacientes Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês de Pombal¹⁷⁹. Formado em leis por Coimbra, Diogo Soares da Silva de Bivar seguiu trajetória comum aos recém-egressos da universidade, ocupando cargos da administração e na magistratura¹⁸⁰. Todavia, o vendaval revolucionário da virada do século XVIII para o XIX afetou diretamente a trajetória de Bivar. Ainda em 1807, mal a família real fugira para a América, o futuro produtor de periódicos recebeu um novo e importante cargo, o de juiz de fora em Abrantes. Porém, foi nomeado pelo líder da invasão francesa, general Junot. Não sendo o suficiente, Junot permaneceu hospedado na casa de Bivar¹⁸¹. Após a expulsão dos franceses, este foi condenado por alta traição ao degredo em Moçambique¹⁸².

No entanto, o degredo não foi tão radical quanto a pena previa inicialmente. Para isso, foram decisivas as redes de sociabilidade em que estava inserida a família Bivar. Entre os indivíduos próximos nessas redes estava o governador da Bahia e último vice-

¹⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit., p.30. Dentre os historiadores da imprensa brasileira, Maria Beatriz Nizza da Silva se diferencia por não incluir Bivar entre os redatores da *Idade d'Ouro*. A autora, entretanto, não chega a discutir essa inclusão trabalhos de outros autores. SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978, p. 24 – 39. Sendo assim, optamos por nos escorar em Sodré, Rizzini, Vianna, Lustosa, Passos e Neves, mantendo a vinculação entre Bivar e o periódico baiano. Além disso, Bivar foi o responsável por outro periódico baiano, o *Variedades ou Ensaio de Literatura*, que circulou em 1812. Sem haver maiores controvérsias sobre sua participação ou autoria nessa folha, isso o habilita a compor a nossa lista.

¹⁷⁸ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit. RIZZINI, Carlos Toledo. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil...* op. cit. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit.

¹⁷⁹ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar: degredado, jornalista, advogado e censor. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1960.

¹⁸⁰ PASSOS, Alexandre. O conselheiro Diogo de Bivar. In: *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 7 de fev. de 1965.

¹⁸¹ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op, cit.

¹⁸² *Ibidem*.

rei do Brasil, o Conde dos Arcos. Quando o navio que o transportava para o degredo aportou na Bahia, Bivar por lá ficou sob a proteção do governador¹⁸³. Em 1811, já redigia o *Idade d'Ouro* e prestava seus serviços como advogado. Também redigiu e publicou, em 1812, o *Almanaque da Bahia*, além do periódico *Variedades ou Ensaios de Literatura*¹⁸⁴. Portanto, Bivar havia não só fixado raízes na Bahia através de suas ocupações, como também pelo matrimônio com D. Violeta de Lima, que de acordo com Vianna, pertencia “a uma das boas famílias de Salvador”¹⁸⁵.

No entanto, Bivar teve sua trajetória novamente agitada pelos ventos das revoluções. Em fevereiro de 1821, a Bahia aderiu oficialmente ao movimento constitucional deflagrado com a Revolução do Porto no ano anterior. Mesmo mantendo a fidelidade ao rei, a nova Junta de governo que havia aderido à revolução, trazia à tona em manifesto uma série de descontentamentos, enfatizando os pesados tributos, miséria do povo, ruínas da agricultura, comércio e navegação e também a corrupção dos magistrados¹⁸⁶.

Entre diversas mudanças e instabilidades, a redação da *Idade d'Ouro* continuou formada pelo padre Inácio e por Bivar, mesmo não estando mais alinhada a um governo provincial escolhido diretamente pela Coroa¹⁸⁷. E, se não estava mais tão inclinado à Coroa, estava definitivamente comprometido com o novo governo provincial e com as Cortes. Pela permanência de Bivar na redação do periódico, sustentamos que assim como era sua boa sua posição e prestígio na configuração do poder local anterior a adesão, esta assim permaneceu. Ainda subsidia essa proposição o fato de Bivar ter sido um dos membros da comissão de censura estabelecida pelo novo governo¹⁸⁸.

Não tendo sido encontrado o mês exato, em 1821, Bivar se desvincilhou das suas atividades de produtor de periódicos e advogado na Bahia e, a despeito de ter criado fortes vínculos familiares na província, partiu para a capital fluminense. Segundo Vianna, em artigo biográfico sobre Bivar, de 1960, “trazido por importantes negócios pertencentes à sua profissão de advogado, transferiu-se para o Rio de Janeiro”¹⁸⁹, desvinculando essa mudança de província da intrincada conjuntura da Independência.

¹⁸³ PASSOS, Alexandre. O conselheiro Diogo de Bivar... op. cit.

¹⁸⁴ RIZZINI, Carlos. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil*... op. cit., p.336.

¹⁸⁵ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op. cit.

¹⁸⁶ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. La Independencia de Brasil en Bahía: dimensiones políticas y conflictos (1821-1823). In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 2013.

¹⁸⁷ *Ibidem*

¹⁸⁸ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op. cit.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

Em 1965, Alexandre Passos, em outro artigo sobre a trajetória de Bivar, por outro lado, afirma que “a Bivar coube desempenhar papel saliente nas lutas pela Independência da pátria; enquanto seu companheiro de redação, padre Inácio José de Macedo, preferiu acompanhar o general Madeira de Melo”, sem, no entanto, entrar em maiores detalhes sobre a atuação de Bivar e nem conectando a esse cenário a mudança de província¹⁹⁰.

Não negando a motivação ensejada pela advocacia, contudo, aventamos a possibilidade de nessa mudança haver mais do que apenas isso, mas também uma opção de posicionamento frente as possibilidades de futuro, onde experiência revolucionária e o revés vividos em Portugal ensinaram um prognóstico nesse personagem durante a também revolucionária conjuntura de 1821, levando Bivar a deixar a Bahia rumo à Corte situada no Rio de Janeiro. Diferente, do relato biográfico escrito por Vianna, onde a Independência se torna pormenorizada ante as ações de Bivar, e do estudo de Passos, onde a Independência é mencionada, mas não explorada como ponto importante da trajetória de Bivar, sugerimos uma hipótese onde trajetória do biografado e a Independência decorrem de maneira mais integrada.

A ocupação de advogado não era tão prestigiada à época como um cargo na magistratura ou na alta burocracia¹⁹¹. Na Bahia, Bivar era um produtor de periódicos prestigiado e incorporado à esfera do poder político o suficiente para ser designado a compor a comissão de censura na província. No entanto, anteriormente, as idas e vindas das incertezas do ambiente revolucionário já haviam lhe colocado em posição privilegiada para depois jogá-lo na infâmia. Foi sucessivamente burocrata do império, juiz de fora durante a ocupação francesa, traidor condenado, protegido pelo alto escalão político real, redator comprometido com a família real e redator e censor alinhado à causa constitucional.

Sendo, através da imprensa, porta-voz do governo local, Bivar poderia novamente se indispor com a família real, como já havia experienciado, mesmo após ter sido inclusive beneficiado pela clemência do rei¹⁹². Parece que além de ter interesses ligados à sua carreira de advogado, Bivar ao mudar-se para o Rio de Janeiro, fazia uma escolha, quase uma aposta, sobre onde se posicionar na torrente de incertezas revolucionárias, com base na conjuntura do momento e na sua experiência passada recente.

¹⁹⁰ PASSOS, Alexandre. O conselheiro Diogo de Bivar... op. cit.

¹⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*... op. cit., p.175.

¹⁹² PASSOS, Alexandre. O conselheiro Diogo de Bivar... op. cit.

O periódico *O Espelho*, no famoso e grosseiro artigo intitulado *Calmante no Malagueta*, provavelmente escrito por D. Pedro, um declarado ataque a May por conta de suas críticas ao governo, indica o pedido de auxílio de Bivar ao polêmico redator, assim como demonstra que sua pecha de traidor ainda não havia sido apagada totalmente¹⁹³.

a pele que possuía em tal parte não é a mesma que agora tem depois da saída de Junot, visto ter levado uma formidável roda de açoites nos pelourinho em Lisboa, como foi público por traidor à Nação(...) E o Sr. Malagueta é íntimo amigo dele, como de todos os marotos¹⁹⁴.

Dessa maneira, a partir de 1821, Bivar inicia uma maior aproximação da Corte e da família real, saindo da Bahia, onde estava estabelecido como porta-voz do governo provisório e onde havia estabelecido laços familiares através do casamento. Inclusive por sua trajetória pregressa, para Bivar, a tradição monárquica e o ambiente da Corte, com o qual já tinha alguma penetração, parecem ter se mostrado um espaço mais seguro diante do horizonte revolucionário prenhe de incertezas e numa província onde a instabilidade política, advinda do embate de grupos rivais, vinha se fazendo presente¹⁹⁵.

Semelhante a Januário da Cunha Barbosa, a trajetória errática de Bivar, sobretudo na ocasião da mudança da Bahia para o Rio de Janeiro, podem tanto camuflar quanto servir como ponto de acesso para as tensões políticas da Independência. Pensar na suposta incoerência desse personagem ao abandonar uma situação de prestígio na Bahia, sob a proteção do governo provincial cada vez mais alinhado politicamente às Cortes de Lisboa, migrando para o Rio de Janeiro, nos permite a observação da construção de um panorama onde as províncias da América lusitana gravitavam entre dois centros de poder – Lisboa e Rio de Janeiro – em tensão progressiva¹⁹⁶. Diante

¹⁹³ Ainda que não tenha chegado aos pontos mais altos da vida política estatal, não tendo exercido mandatos no legislativo e nem tendo sido nomeado a ministérios, no Rio de Janeiro, Bivar obteve sucesso em alcançar alguns cargos, aproximar-se do convívio da Corte e adquirir algum prestígio, mesmo com essa marca negativa em sua biografia. Em 1824, foi nomeado um dos juízes do Conselho de Jurados para excessos de liberdade de imprensa. Também foi nomeado comissário do Brasil para a liquidação das reclamações do governo dos EUA na questão das presas marítimas da guerra contra as Províncias Unidas do Rio do Prata. Ver VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op. cit. Obteve títulos das ordens da Rosa e de Cristo e atuou como administrador do patrimônio de Domitila de Castro, a Viscondessa de Santos. Além disso, foi um dos sócios fundadores do IHGB assim como também fundou, em 1843, o Conservatório Dramático, instituto com atribuições de censura, que já lhe eram familiares, para com a dramaturgia e que recebia subsídios do governo. Ver LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit., p.467. Por fim, em 1846, é agraciado com o título de Conselheiro. Ver PASSOS, Alexandre. O conselheiro Diogo de Bivar... op. cit.

¹⁹⁴ *O Espelho* n° 120, 10 de janeiro de 1823.

¹⁹⁵ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *La Independencia de Brasil en Bahía...* op. cit., p. 128.

¹⁹⁶ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP; Recife: UFPE, 2006, p.355. De acordo com Denis Bernardes, há após a

desse panorama de crise, onde diferentes projetos e possibilidades surgiam diante da incerteza futura, indivíduos planejavam suas ações conforme prognósticos advindos de expectativas futuras e experiências pretéritas. Para Bivar, é possível que a perspectiva de voltar a ser considerado traidor pela Corte, em meio a uma situação revolucionária, tenha pesado mais em seu prognóstico e escolha de abandonar a proximidade com o governo de Bahia e partir para o Rio de Janeiro.

Do contrário, reduzir essa mudança de província a encargos profissionais de ordem estritamente pessoal, leva a impressão de que Bivar passou o ano de 1821 incólume a conjuntura de crise, diminuindo a influência desta sobre os indivíduos – e, portanto, a diminuição da própria Independência – em função de uma linearidade estável em sua trajetória individual.

Não encaramos como mera coincidência o levantamento de material biográfico ter se revelado mais árduo no tocante a duas figuras do Maranhão contemporâneas entre si. Trata-se de um par de produtores de periódicos maranhenses atuantes entre 1821 e 1822, rivais um do outro: o médico Manuel Rodrigues de Oliveira e o padre José Antônio da Cruz Ferreira, também conhecido como Tezinho. Este último, um dos redatores da folha oficial do governo provisório, *Conciliador do Maranhão* e da *Palmatória Semanal*, particularmente esteve envolvido em diversas atividades na província como religioso, produtor de periódicos, comerciante, livreiro e deputado, sendo sua biografia, caso explorada com mais fôlego, provavelmente muito reveladora de hábitos sociais e da vida política do Maranhão nesse período¹⁹⁷.

Em uma das poucas menções com maior destaque ao padre, tomamos conhecimento que este era dono de uma botica bem movimentada em São Luís, pioneira no comércio de periódicos e livros, além da casa de bilhar¹⁹⁸. Não obstante, Tezinho também estava incluso na rede que perpassava a esfera do poder provincial, pois redigiu o *Conciliador do Maranhão*, porta-voz do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, governador que anunciou a adesão à Revolução do Porto e manteve-se no

Revolução do Porto, uma inevitável triangulação envolvendo, a Corte no Rio de Janeiro, as Cortes de Lisboa e as disputas locais das províncias. É certo que os vértices dessa triangulação incidiam uns sobre os outros. No entanto, as realidades provinciais eram mais dependentes dos dois centros de gravitação do império do que o contrário.

¹⁹⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2010, p.96.

¹⁹⁸ BRAGA, Maria de Fátima Almeida. *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica do padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 12. Infelizmente, este trabalho não significa a saída do padre do ostracismo historiográfico, pois de acordo com a autora, “não encontrei nenhum estudo mais detalhado sobre sua biografia, motivo pelo qual, presto-lhe um tributo, incluindo-lhe no título desta tese”.

cargo até fevereiro de 1822.

Já Oliveira produziu o primeiro periódico político de oposição da província, trazendo críticas ao governo tanto de Fonseca quanto ao que o sucedeu. Antes de atuar como produtor de periódicos, o médico formado em Coimbra e natural de Portugal, chegou ao Maranhão em 1804, exercendo os cargo de comissário delegado do físico-mor e a ocupação de cirurgião¹⁹⁹. Sua atuação na imprensa, levando em conta haver uma única tipografia na província à serviço do periódico oficial do governo, não foi nada fácil e, na realidade, bastante turbulenta. Para Marcelo Cheche Galves, a materialização de um periódico de oposição como a *Folha Medicinal*, impressa na mesma oficina que o Conciliador, foi fruto da pressão da oposição maranhense. “Mais que uma concessão constitucional, a impressão do novo periódico parece expressar um momento de rearranjo político, marcado sobremaneira, pela saída de Pinto da Fonseca da província”²⁰⁰.

A respeito do título do periódico, este criou significativa confusão a memorialistas e pesquisadores que permanece até os tempos mais recentes, como por exemplo, em obra publicada em 2009:

O primeiro periódico médico do Brasil foi editado em São Luís do Maranhão e chamava-se Folha Medicinal do Maranhão. Era de propriedade do médico Manoel Rodrigues de Oliveira (...) Anunciava o seu propósito de definir e descrever cada uma das principais moléstias desta província, que mais a afligiam e a despovoavam e indicar os métodos curativos. A *Folha Medicinal* do Maranhão teve duração efêmera. Foram publicados ao todo catorze números, o último dos quais em 10 de junho de 1822, sem que se cumprisse o ambicioso projeto de seu fundador. Foi a mesma acerbamente criticada pelo padre José Gonçalves Ferreira da Cruz Tezinho, em uma publicação satírica intitulada *Palmatória Semanal*, em virtude da pobreza de conteúdo do jornal, que pouco ou nada continha de assuntos médicos por não haver cumprido sua finalidade, Lycurgo Santos Filho e outros historiadores da medicina brasileira não consideram a Folha Medicinal do Maranhão como o primeiro periódico médico brasileiro²⁰¹.

Tanto Sacramento Blake quanto Rizzini ofereceram, em 1883 e 1946 respectivamente, relatos sustentando essa versão de uma mudança da proposta original de uma folha científica segmentada para um periódico político²⁰². É provável que pela coleção do periódico só existir em Portugal, não havendo aparentemente nenhum de

¹⁹⁹ MARQUES, Cesar Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. São Luis: Sudema, 1970, p.460.

²⁰⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.167.

²⁰¹ REZENDE, Joffre Marcondes. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p.385.

²⁰² RIZZINI, Carlos Toledo. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil...* op. cit., p. 426. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, vol 6, p.191.

seus números nas hemerotecas brasileiras, tenha colaborado para a propagação dessa versão. No entanto, a leitura da primeira edição, se não desmente essa narrativa, ao menos a coloca em dúvida. Apesar de realmente prometer “a descrição ou definição de cada uma das principais moléstias desta Província, que mais a afligem e despovoam”, é categórico em dizer que “não só seremos Médicos, mas malélicos, se o curativo de algumas moléstias morais e políticas assim imperiosamente o exigir”²⁰³. Ao que parece, a metáfora proposta por Oliveira, de posicionar-se politicamente identificando e criticando os males advindos da esfera do poder como moléstias foi tomada em sua literalidade, deformando a real postura da *Folha Medicinal*.

Dado esse cenário de disputa, onde vozes conflitantes convergiam numa mesma tipografia, não raro, esta, alinhada a um grupo específico dessas vozes, dificultou o tanto quanto pode o trabalho de Oliveira. Com os ânimos acirrados este último quase foi às vias de fatos com Antônio Marques da Costa Soares, o outro redator do *Conciliador*, na oficina, na qual ficou proibido de voltar após esse episódio²⁰⁴. Não obstante, surge para combater a *Folha Medicinal* de Oliveira outro impresso, a partir de março de 1822, o *Palmatória Semanal*, também redigido por Tezinho.

Essas disputas entre impressos representam as forças atuantes no interior da província, digladiando em função da administração local. Não obstante, tanto Tezinho quanto Oliveira se apresentavam comprometidos com o constitucionalismo português e com as Cortes de Lisboa. Tezinho, inclusive, foi eleito deputado para estas, mas não conseguiu assumir sua cadeira antes da dissolução da Assembleia²⁰⁵. Para além dos pontos de discórdia, se havia algum ponto de consenso entre os dois era a reprovação em relação às movimentações política do centro-sul em torno do Rio de Janeiro²⁰⁶.

No entanto, a construção da história nacional, durante o erigir do Estado nação, parece ter traduzido essa rivalidade nos termos da memória que pretendia construir. Sobre Oliveira, entre as escassas informações sobre sua biografia, lemos em um seminal dicionário biográfico do século XIX que “faleceu brasileiro, pela independência do Imperio”²⁰⁷. Os termos “brasileiro” e “português”, nesse contexto, adquiriram uma relação de alteridade, mas nem sempre com base na mesma semântica, esta variando no

²⁰³ *Folha Medicinal* n°1, 11 de março de 1822. Agradecemos por deveras ao professor doutor Marcelo Cheche Galves por partilhar conosco sua cópia da coleção da *Folha Medicinal*, provendo uma inestimável contribuição a este trabalho.

²⁰⁴ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.167.

²⁰⁵ *Ibidem*, p.96.

²⁰⁶ *Ibidem*, p.172.

²⁰⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico...* op. cit., p.191.

tempo e no espaço. No Maranhão, durante a conformação da Independência “português (...) não significa necessariamente anti-brasileiro ou recolonizador, mas também aquele diretamente ligado à administração deposta com a Independência e que, tensa e gradativamente, incorporou-se à nova ordem política”²⁰⁸. No entanto, parece que ao tomar Tezinho como um português, a serviço do antigo governo aliado à Lisboa, a alteridade foi automática em considerar seu rival como um brasileiro – a despeito de ter nascido em Portugal - dedicado ao projeto do Rio de Janeiro, mesmo com a *Folha Medicinal* repudiando expressamente, por exemplo, ações como a representação da Junta Paulista, escrita por José Bonifácio, que criticando as resoluções das Cortes, sobretudo acerca da volta do príncipe regente à Portugal, contribuíram para o episódio do Fico. A edição que tratou do assunto já trazia em seu primeiro parágrafo a movimentação do Rio de Janeiro e de São Paulo como um sintoma de um terrível mal.

Sendo de nosso intuito tratar das moléstias mais urgentes desta Província, é de nossa obrigação fazer menção de uma, que tem seu principal foco na Província do Rio de Janeiro, e na de S. Paulo, esta é uma declarada rebelião contra a soberania Nacional, estabelecida nas Cortes Extraordinárias, e Constituintes, em Lisboa. A rebelião é um delito, os delitos são as enfermidades da Sociedade²⁰⁹.

Dessa maneira, não descartamos um desinteresse inicial da historiografia nacional em relação ao que deve ter sido tomado como a época (1821 e meados 1822) de uma dominação “portuguesa” no Maranhão, onde a Independência, firmada em 1823, não figurava nem como um projeto significativo. O período tido como mais decisivo, com a atuação militar do Almirante Cochrane, sob as ordens de D. Pedro, é tradicionalmente mais lembrado que os embates entre Oliveira e Tezinho e a trajetória de ambos. Após a adesão formal da província ao Império, mesmo os produtores de periódicos maranhenses parecem terem sido mais valorizados. Afirmamos isso com vista a outro personagem, Odorico Mendes, redator do *Argos da Lei*, que circulou em 1825. Mendes figura com uma diversidade de trabalhos focados em sua biografia, assim como recebeu ainda no século XIX o nada modesto título de “Virgílio Brasileiro”²¹⁰. Assim, os produtores de periódicos do Maranhão das primeiras décadas do século XIX não foram igualmente negligenciados. Se os nossos dois personagens que atuaram majoritariamente antes do ano de 1823, portanto, antes da consolidação da Independência na província, foram comumente obliviados, o mesmo não se pode dizer a

²⁰⁸ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.259.

²⁰⁹ *Folha Medicinal* n°9, 6 de maio de 1822.

²¹⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.245.

respeito de Abranches e Odorico Mendes, cujas informações são mais pujantes na historiografia.

Também não tomamos como coincidência, à semelhança dos casos maranhenses, outro par de produtores de periódicos expressamente esquecidos pela historiografia brasileira até poucas décadas atrás, terem atuado na mesma localidade. Estes são casos ainda mais sensíveis que os maranhenses, pois de forma geral, de acordo com Pimenta, “na escrita da história da imprensa brasileira, a produção periodística criada em decorrência da formalização da ocupação portuguesa da província Oriental na década de 1820 jamais teve espaço”²¹¹. Aspecto negligenciado, a imprensa cisplatina e as disputas a que deu palco são centrais para o entendimento dos processos de independência e de formação do estado nacional de pelo menos três países, Argentina, Brasil e Uruguai, assim como a relação entre eles, podendo ser um dos pontos de convergência para uma narrativa ibero-americana integrada da época. Ao Brasil, mais particularmente, a Cisplatina é peça chave na ruptura com Portugal e nos eventos que desembocam na abdicação de D. Pedro I.

Os dois personagens aqui elencados incorporam em suas trajetórias e atividades duas fases da intervenção luso-americana na região do Prata, a primeira ainda sob a estratégia de expansão de influência da família real portuguesa, sitiada no Rio de Janeiro, durante o vazio de poder espanhol com a ocupação francesa e a segunda na conformação da ruptura entre Brasil e Portugal. Ambos têm poucas menções na historiografia brasileira, tendo sido resgatados recentemente com o aumento da produção de trabalhos referentes a essa região não mais integrante do país desde 1828²¹². O primeiro é Cirilo de Alameda y Brea, o futuramente arcebispo de Toledo na

²¹¹ PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822). In: NEVES, Lúcia Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 19.

²¹² PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002. WOLMANN, Dirlei. *O Rio Grande do Sul e a Guerra Cisplatina (1825-1828)* (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: Unisinos, 2003. PIMENTA, João Paulo. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)*. In: PAMPLONA, Marco Antônio; MÄDER, Maria Elisa. (orgs.) *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. RIBEIRO, Fabio Ferreira. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2012. FERREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da Formação do Estado no Brasil* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2012. WINTER, Murillo Dias. *¿un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin cañon?: Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina - 1821-1828)*. Passo Fundo: UFPF, 2014. WINTER, Murillo Dias. Como um fuzil: imprensa e a identidade política oriental (Província Cisplatina 1821-1828). In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz. (Org.). *Cultura escrita e circulação de*

Espanha, redator da *Gazeta de Montevideo*, que circulou entre 1810 e 1814. O outro é Francisco de Paula Pérez, responsável pelo *Pacífico Oriental de Montevideo*, lançado entre dezembro de 1821 e julho do ano seguinte. O desenvolvimento político atrelado a essa região pode ser acompanhado por esses periódicos partindo da incerta situação do vazio de poder do trono espanhol à adesão da Cisplatina ao império brasileiro.

Alameda y Brea não possui nenhuma biografia ou estudo sobre sua trajetória individual em língua portuguesa, e os relatos sobre sua vida escritos em espanhol dão mais ênfase a sua trajetória após essa atividade como produtor de periódicos²¹³. E não ao acaso, já que só atinge o arcebispado em 1831, em Cuba e em 1832, já na Espanha.

Sua atuação na redação da *Gazeta* tem certa coerência com o perfil político reacionário exposto em suas biografias - precisou sair de Cuba, em 1837, onde era arcebispo, por conta da indisposição com os poderes locais, devido sua intransigente defesa do poder do monarca no contexto de um novo avanço liberal²¹⁴ - mesmo colocando esse impresso em circulação em consonância com os objetivos da coroa portuguesa, que por muito tempo disputou a região com a monarquia espanhola²¹⁵. Enviado a Montevideo em 1808, como missionário, adentrou a região em meio o vazio de poder deixado pela prisão dos dois reis espanhóis por Napoleão. Avesso às forças revolucionárias e independentistas, viu no espectro do poder da Coroa portuguesa rondando a região a saída mais apropriada para a crise do império manifestada naquele território.

A tipografia usada para imprimir a *Gazeta*, utilizada sob o sugestivo nome de Carlota, foi remetida do Rio de Janeiro para Montevideo, em 1810, para através de um periódico fomentar propaganda contra a revolucionária Junta de Buenos Aires²¹⁶. Fora a questão da expansão territorial, sob a recorrente retórica das fronteiras naturais, o império português tinha um interesse latente para intervir naquela região, sendo um

impressos no Oitocentos. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

²¹³ ARCE, Agustín. Cirilo Alameda y Brea, O.F.M. 1781-1872. Ministro General, Arzobispo y Cardenal. In: *Extracto de "Hispania sacra"*, vol. 24, 1971. ROCA, C. Alberto: *Vida del Cardenal Arzobispo Cirilo de Alameda y Brea*. Biblioteca Nacional, Montevideo, 1974. NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes política de fr. Cirilo Alameda y Brea, arzobispo de Santiago de Cuba, Burgos y Toledo: su etapa cubana. In: *Anales Toledanos*, n 25, 1985. SANZ GARZON, Carlos Miguel. *Biografía del cardenal franciscano fray Cirilo Alameda y Brea: su compromiso político y religioso en los reinados de Fernando VII y de Isabel II*. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012.

²¹⁴ NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes política de fr. Cirilo Alameda y Brea... op. cit., p.236.

²¹⁵ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. In: *História: Debates e Tendências*, v. 15, 2015.

²¹⁶ PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação*... op. cit., p.82.

“medio de limitar la expansión francesa en el continente americano”²¹⁷.

Antirrevolucionário, o religioso tinha em comum com a Coroa portuguesa o repúdio à Junta de Buenos Aires, além de ter na figura de Carlota Joaquina o mais próximo do poder monárquico espanhol, tornando-se a mente por trás da *Gazeta*. Conforme Navarro-Garcia, “en estos cargos se mostrará como un acérrimo defensor de la causa española, atacando incansablemente la de los revolucionários bonaerenses y ganando con ello el aplauso de autoridades civiles y eclesiásticas”²¹⁸. O intervencionismo português, entre o tempo de duração da *Gazeta* (1810 - 1814), acenava a diversos setores sociais da região uma opção de pacificação, frente ao vendaval revolucionário, com a promessa de retomada da atividade mercantil, desestabilizada pela guerra, e assegurando a intocabilidade da propriedade privada dos produtores agrários²¹⁹. No entanto, Alameda y Brea se desligou da produção de periódicos antes da formalização de um governo português em Montevideo, em 1817 (com apoio do grosso dos grupos de elite local), sendo sua atuação na imprensa mais ligada ao combate a Buenos Aires do que promotor da ocupação portuguesa propriamente dita.

Em 1814, foi encarregado de nova missão, novamente precisando tratar diretamente com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro. “Se trataba, nada menos, que de negociar el enlace de las hijas de Carlota Joaquina, las princesas Isabel María Francisca y María Francisca de Asís, con sus hermanos Fernando VII y Carlos María Isidro”²²⁰. É essa bem sucedida negociação que impulsiona a carreira de Alameda y Brea e sua cada vez maior proximidade a Fernando VII. E ainda que não tenha retornado ao Prata, sua trajetória tem na sua permanência e atuação na região, assim como no trato com a corte portuguesa, um claro ponto de destaque.

Já a ação de Francisco de Paula Pérez, publicando o *Pacífico Oriental de Montevideo*, corresponde a outra fase da presença luso-americana nessa região. Praticamente uma incógnita, sobretudo na historiografia brasileira, esse teólogo de formação iniciou o periódico no bojo do impulso da imprensa luso-brasileira após a determinação de liberdade de imprensa dos revolucionários do Porto. E, à semelhança

²¹⁷ PIMENTA, João Paulo. A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la independencia de Brasil a partir del Río de la Plata. In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 13, 2013, p. 6. GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825). Uruguay: Universidad de la Republica, 2013.

²¹⁸ NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes politica de fr. Cirilo Alameda y Brea... op. cit., p.222.

²¹⁹ PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana... op. cit., p. 21.

²²⁰ NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes politica de fr. Cirilo Alameda y Brea... op. cit., p.222.

de governos provisórios localizados mais ao norte e nordeste, Pérez e seu impresso estabeleceram um forte compromisso com o movimento constitucional português e com as Cortes de Lisboa. Como a *Gazeta de Montevideo*, antagonizava com o governo e os impressos de Buenos Aires, sendo favorável à permanência da Cisplatina no império português. Contudo, diferente de outros periódicos situados no centro-sul, como o *Revérbero*, por exemplo, não houve a aproximação de Pérez a figura do príncipe e a um projeto centrado no Rio de Janeiro como se começa a desenhar a partir de meados de 1822.

Diante da crescente polarização entre Rio de Janeiro e Lisboa, Pérez e seu periódico permanecem leais à segunda, inclusive, criticando a criação do Conselho de Procuradores da Província e a postura de Lucas José Obes, que eleito deputado às Cortes representando a Cisplatina, não assume sua cadeira permanecendo no Rio de Janeiro e ocupando um lugar no dito Conselho, devido sua aproximação ao grupo de Ledo²²¹. Devido essa postura, Pérez, à semelhança de Soares Lisboa, é formalmente processado por abuso de liberdade de imprensa, e sob repressão, encerra o periódico e se retira de Montevideo²²².

A trajetória de Pérez como produtor de periódicos é fundamental para assinalar que a adesão da Cisplatina ao projeto imperial do Rio de Janeiro não foi realizada de toda pacificamente e sem manifestações contrárias. Nesse sentido, a postura de Pérez é comparável a outros aqui já mencionados como o padre Tezinho, Manuel Oliveira e o padre Inácio, matizando uma possível contraposição rigorosa entre a inclinação política de províncias do Norte e do Sul à época. E tomados em conjunto, Alameda y Brea e Pérez são parte de um desenvolvimento revolucionário privilegiado da região da Banda Oriental/Cisplatina. Num primeiro momento, em razão do vazio de poder do trono espanhol, mas experimentando simultaneamente o reforço do poder monárquico português na América. Num segundo momento, já com a adesão formalizada à Portugal, mas ainda em combate com Buenos Aires, a Cisplatina experimenta a duplicação do centro de poder do império português após a Revolução do Porto. E, por fim, termina pela incorporação ao recém-criado império brasileiro. As atividades dos dois produtores de periódicos nas respectivas folhas se dão como manifestações concretas desses diferentes ciclos revolucionários, que conectam visivelmente as américas hispânica e

²²¹ PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana... op. cit., p. 34.

²²² GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit. WINTER, Murillo Dias. Como um fuzil: imprensa e a identidade política oriental... op. cit.

portuguesa. No entanto, isso não impediu o oblívio de Pérez e Alameda y Brea na historiografia brasileira, seja na memória acerca da Independência ou da imprensa oitocentista, até momentos mais recentes.

Finalizando este primeiro capítulo, observamos que tomadas em conjunto, essas análises de construções de memórias individuais apontam para uma significativa tendência para o imbricamento entre a construção de memórias individuais e a construção da memória da Independência. As narrativas biográficas desses personagens carregam em si concepções acerca da Independência - nos casos do Maranhão, sobretudo, anterior a 1823, e da Cisplatina, durante todo o período entre 1808 e 1831, inclusive pelos silêncios dessa memória e sua seletividade - que estão diretamente relacionadas ao modo como esses indivíduos são apresentados nesses relatos, inclusive nas eventuais deformações e ilusões biográficas produzidas.

No caso de Ledo, segundo os relatos de Aslan, Bandecchi e Varela, a ruptura entre Brasil e Portugal já era uma possibilidade para patriotas brasileiros desde 1808, antecipando a Revolução do Porto e, sobretudo, rondando o Rio de Janeiro que abrigava a própria Corte portuguesa. Desse modo, o próprio Ledo se conformou, nesses estudos, como um precoce patriota e herói nacional brasileiro. Nas biografias de Bivar e Januário da Cunha Barbosa, escritas respectivamente por Vianna e Ipanema, os biografados têm, ao menos a partir de 1808, trajetórias lineares e desprovidas de possíveis incoerências, reviravoltas ou mudanças bruscas de posicionamento. Consequentemente, nesses casos, a Independência é apresentada como um contexto excessivamente linear e desprovido de reviravoltas ou múltiplas conjunturas resultantes de diferentes forças e projetos conflitantes em embates entre si.

Caso nos fiemos nos relatos sobre a trajetória de Silva Lisboa produzidos por Vianna e por Bento da Silva Lisboa, a Independência surge com ares de um processo bem administrado e guiado por mãos moderadas e seguras, responsáveis por terem patrioticamente assegurado uma separação política de Portugal que não se degenerou em anarquia e caos, tal como a personalidade do biografado nesses estudos. Conforme Bento Lisboa:

Silva Lisboa foi com seus escritos (...) um dos mais extremos antagonistas dos refalsados constitucionais e facciosos da cabala Anti-brasílica, procurando encaminhar o espírito público para resistir à arrogada supremacia metropolitana, e se defenderem os direitos do príncipe regente, conforme os princípios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular.²²³

²²³ LISBOA, Bento da Silva. Biografia de José da Silva Lisboa... op. cit., p. 188.

Em contrapartida, o mesmo Silva Lisboa evocado por autores como José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré emana como um sinal da ação de um grupo reacionário e conservador que termina por sufocar as possibilidades revolucionárias da Independência.

E mesmo as grandes lacunas, especialmente representadas pelas poucas informações sobre Cirilo de Alameda y Brea e Francisco de Paula Pérez, na historiografia brasileira, revela a imprensa da Banda Oriental/Cisplatina como um objeto por muito tempo escamoteado da memória acerca da Independência.

Encerrando esse primeiro capítulo, terminamos as análises centradas nas construções de memórias individuais de nossos personagens. Para os capítulos seguintes, passaremos efetivamente a tratar dos nossos 29 personagens como um ator coletivo, estabelecendo critérios comuns para observar em conjunto seus dados biográficos, e através deles perscrutar o panorama histórico da Independência e do desenvolvimento da opinião pública no Brasil.

Capítulo 2: Análise transversal e sincrônica: comparação de perfis

Tendo no capítulo anterior evidenciado a aproximação entre as construções de memórias individuais de alguns personagens e a construção da memória da Independência - esta última dotada de diferentes características conforme o biografado em questão -, procederemos nas próximas etapas de maneira diferente. Nos dois capítulos seguintes, ao invés de buscar a Independência pelas narrativas das trajetórias individuais, tentaremos alcançá-la, assim como a formação da opinião pública luso-americana, pelos dados biográficos desses personagens em sua articulação conjunta. Portanto, analisar esses fenômenos de uma maneira mais abrangente e multifacetada como determinados e determinantes em relação às trajetórias distintas desses 29 produtores de periódicos.

2.1. Origem social e familiar

Começamos por localizar as origens sociais dos produtores de periódicos através das informações acerca de seus familiares ascendentes. Por meio do exercício de reinserir esses familiares dentro de suas respectivas posições sociais, podemos ter ideia dos pontos de partida de nossos personagens, a orientação do início de suas trajetórias e de que forma a atuação na imprensa pode ter-lhes surgido como ação política e social no Brasil de começos do século XIX. Utilizamos como parâmetro guia as ocupações desses ascendentes e/ou suas principais fontes de rendimentos, as quais cruzamos com outros dados quando encontrados.

Todavia, não foram achadas tais informações para todos os nomes de nossa lista, havendo, portanto, lacunas no levantamento. Procuramos minimizar esses hiatos sempre que possível através de inferências realizáveis a partir de outros dados que fomos capazes de levantar.

Dados como ocupação profissional dos familiares ascendentes dos personagens aqui tratados tornam possível algum vislumbre do lugar sócio-familiar dos produtores de periódicos dentro dos estamentos do Antigo Regime português da virada do século XVIII para o XIX. Entre os tipos de trabalho, fonte dos rendimentos e suas valorações sociais, havia distinções atreladas a ideias de nobreza e possibilidade de acesso a esta²²⁴.

²²⁴ GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XVII-*

A nobreza como valor era basilar no conjunto e na hierarquia social do Antigo Regime, e mesmo após a emergência da monarquia constitucional, continuou com presença bastante significativa no Brasil Imperial²²⁵.

Na edição de 1813, o verbete “nobre”, no dicionário de Antonio de Moraes Silva, apresentava a seguinte significação: “conhecido, e distinto pela distinção que a Lei lhe dá dos populares, e plebeus, ou mecânicos, e entre Fidalgos por grandes avoengos, ou ilustres méritos”. Na mesma página, seguia-se o verbete “nobreza”: “o ser nobre, distinto por Carta que enobrece, ou por nascer de pais que o eram (...) a elevação, que o distingue do vulgar, e plebeu, ou pedestre. O corpo das pessoas nobres, de maior, ou de menor graduação da primeira classe, ou de outras inferiores”²²⁶. De forma geral, pelos indicativos do dicionário da época, ser nobre acarretava uma distinção social marcada por privilégios, evidência perante o público e pertença a um conjunto de indivíduos ilustres, passível de ser obtida ou por herança ou por conquista mediante mérito, mas sempre sob o aval do rei²²⁷. Era com essa concepção como um de seus nortes que se estruturavam os estamentos sociais do Antigo Regime português, vigentes também no mundo luso-americano, onde foram sendo adaptados e, muitas vezes, flexibilizados. O movimento de ascensão consistia em alcançar titulações ou outras distinções atreladas à ideia de nobreza, com anuência da Coroa, elevando-se, a partir de camadas mais baixas em direção a posições de maior influência e/ou penetração na esfera pública e da prática da cidadania dominada pelo Estado monárquico.

Para a realidade luso-americana, as tradicionais e longevas dinastias da nobreza de sangue se faziam quase inexistentes. Nesse espaço dominava a chamada nobreza civil, “que dependia da mercê ou da graça régia para existir”²²⁸. A presença da fidalguia e de alta nobreza, dos detentores dos grandes títulos (duques, condes, marqueses e etc...) e representantes da nobreza de sangue na América portuguesa só se fez mais presente na

XIX). In: *Topoi*, v. 7, 2006.

²²⁵ BARMAN, Roderick. Uma nobreza no Novo Mundo. A função dos títulos no Brasil Imperial. In: Mensário do Arquivo Nacional. Ano 4 – nº6. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003. OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2013.

²²⁶ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 344.

²²⁷ De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, devido a busca permanente de centralidade da monarquia na concessão dessas distinções, havia a tendência a um monopólio régio das classificações sociais. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Brasiliense*, nº 2, 2005, p. 6.

²²⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 16.

virada de 1807 para 1808 com a chegada da família real.

Nos verbetes do dicionário de Moraes há sinalizações acerca das camadas mais baixas das quais a nobreza se distinguia. Como observado nos excertos acima, os nobres se sobressaíam ante os “populares”, “plebeus”, ou “mecânicos”. Sobre essa última designação, “mecânicos”, no referido dicionário ela apresenta uma alteridade enfática: “não nobre (...) oficial da arte mecânica (...) opostas às liberais, são todas as manufaturas, de sapataria, alfaiates, chapeleiros, carpinteiros, etc., todas as que não se aprendem por princípios científicos”²²⁹. Sendo assim, é possível inferir a partir daí que a ocupação profissional era um fator de suma importância – ainda que não o único – para a inserção estamental e para o prestígio social dentro da realidade portuguesa do Antigo Regime – incluindo o Brasil. Portanto, a ocupação profissional configura uma forma de determinação da posição social dos indivíduos e famílias, sendo-nos possível estabelecer uma aproximação de seus lugares dentro dessa hierarquia de acordo com a gradação existente na época.

Por outro lado, é necessário lembrar que os verbetes do dicionário não definem e nem esgotam a totalidade da realidade que descrevem, servindo mais como indicativos gerais desta. Além disso, o trabalho, profissão ou fonte de rendimentos estavam longe de serem os únicos parâmetros definidores de posição social. E ainda mais importante para a realidade que analisamos, a de transição entre Antigo Regime e Modernidade de um espaço colonial que se conformou em Estado Nação, a conceituação relativa a nobreza ou a falta dela tinha suas singularidades em relação a Europa, assim como passava por reelaborações advindas de experiências recentes de uma era revolucionária. Dessa forma, seria um erro grosseiro a alocação esquemática e rígida em estamentos tendo como base unicamente as informações referentes a profissões ou trabalho. Tais quais os verbetes de dicionários, esses dados nos servem como indicativos gerais, sendo úteis como porta de acesso para as realidades sociais dos indivíduos e famílias aos quais aludem. E, portanto, o que podemos oferecer aqui é uma aproximação da classificação e hierarquização social desses indivíduos e suas famílias.

De todo modo, para fins de análise integrada dessa aproximação, chegamos à seguinte tabela, com os nomes ordenados e agrupados conforme ocupações profissionais comuns de seus ascendentes:

²²⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario...* op. cit., p. 279.

Tabela 2: Produtores de periódicos e ocupações de seus familiares ascendentes

Produtores de periódicos	Ascendência
José da Silva Lisboa	Filho de trabalhador mecânico
Frei Caneca	Filho de trabalhador mecânico
Cipriano Barata	Filho de militar
Diogo Soares da Silva de Bivar	Filho de profissional liberal
Libero Badaró	Filho de profissional liberal
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	Filho de comerciante
Teófilo Ottoni	Filho de comerciante
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	Filho de comerciante
Evaristo da Veiga	Filho de comerciante
Batista Caetano de Almeida	Filho de comerciante
Januário da Cunha Barbosa	Filho de comerciante
Joaquim Gonçalves Ledo	Filho de comerciante
João Batista Gonçalves Campos	Filho de proprietário de terras
Luiz Gonzaga Coelho Fleur	Neto e filho de proprietário de terras
Cirilo de Alameda y Brea	Filho de proprietário de terras
João Antônio de Garcia Abranches	Filho de proprietário de terras
Padre Mororó	Filho de proprietário de terras
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	Filho de proprietário de terras
Hipólito da Costa	Filho de militar e proprietário de terras
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Filho de funcionário estatal
Vicente Ferreira Gomes	Filho de funcionário estatal
Antônio Borges da Fonseca	Filho de militar e oriundo de família de altos funcionários estatais
Francisco de Paula Pérez	Não identificado
Luis Augusto May	Não identificado
Joaquim José da Silva Maia	Não identificado
Padre Tezinho	Não identificado
João Soares Lisboa	Não identificado
José da Costa Carvalho	Não identificado
Manuel Rodrigues de Oliveira	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em nossa tabela, há baixa incidência - dois (6,8%) casos - de profissionais mecânicos na origem familiar dos produtores de periódicos. O primeiro é o pai de Silva Lisboa (1756 – 1835), Henrique da Silva Lisboa, reinol emigrado e ligado à construção civil²³⁰. O segundo, também nascido na porção europeia do Império, é o tanoeiro Domingos da Silva Rabelo, pai de Frei Caneca (1779 – 1825), cujo apelido vem

²³⁰ KIRSCHNER, Tereza Cristina *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit.

justamente da ocupação mecânica de Domingos²³¹.

O primeiro caso é capaz de ressaltar algumas nuances da relação entre profissão e nobreza e suas singularidades em solo luso-americano. Entre elas: mesmo que um mecânico conseguisse juntar algum patrimônio, isso não assegurava a mudança de sua condição social ou a eliminação dos encargos que esta carregava. Pois, de acordo Maria Beatriz Nizza da Silva, “nobreza e riqueza não eram sinônimos na sociedade colonial. Podia haver indivíduos de condição nobre sem grandes meios de fortuna e conservando apenas aqueles mínimos sinais exteriores de nobreza (...) e indivíduos de fortunas avantajadas sem cargos, postos ou honras que os elevassem acima dos plebeus”²³². Considerando que justamente a condição mecânica muitas vezes era um obstáculo para adquirir os títulos e honras da nobreza, o acúmulo de riquezas não era determinante por si só como fator de mobilidade social, ainda que “os ricos geralmente encontravam o caminho aberto para as dignidades da Igreja, para os postos das milícias, para os cargos da república, e também sem dificuldade contraíam casamentos nobres”, ou seja, para o enobrecimento²³³.

Henrique da Silva Lisboa obteve rendimentos o suficiente para enviar seus quatro filhos para Coimbra²³⁴. No entanto, mesmo com esse poder econômico, sua condição de trabalhador manual tornou-se um empecilho na trajetória ascendente de seu filho José da Silva Lisboa. Formado em 1779 e pronto para ingressar na magistratura, José precisava, além de prestar um exame, apresentar comprovação de pureza de sangue, “isto é, provas de que nem ele nem seus ancestrais haviam sido contaminados pelo sangue de mouro, mulato, judeu ou outra raça infecta. Além disso, só poderiam ingressar na magistratura aqueles candidatos cujos pais e avós não tivessem exercido ocupação mecânica”²³⁵. Essa filtragem se dava pelos cargos públicos incumbirem em mercês régias denotando nobreza, assim como a própria formação em Coimbra conferia também nobilitação²³⁶. Isso “tornava o ofício e o exercício da magistratura um símbolo de status e prestígio (...). Em princípio, apenas aos merecedores, fiéis vassalos, o rei concedia a mercê de um cargo régio”²³⁷. Sendo assim, o ingresso na magistratura conferiria a Silva Lisboa, filho de um mecânico, a ascensão social em sua concretude,

²³¹ BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do primeiro império (Frei Caneca)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 28.

²³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 207.

²³³ *Ibidem*, p. 207.

²³⁴ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., p. 18.

²³⁵ *Ibidem*, p. 41.

²³⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 267.

²³⁷ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., 41.

mas em seu caminho havia a alteridade vigente entre nobreza e mecânicos.

Silva Lisboa contornou o impedimento para o ingresso na magistratura solicitando que a comprovação se desse na colônia, onde poderia encontrar alguém disposto a testemunhar favoravelmente seu histórico familiar²³⁸. Isso tudo indica alguns pontos importantes desse momento de fins do século XVIII: a clara desvalorização dos ofícios mecânicos, a localização dos empregos públicos da alta burocracia no espectro da nobreza, a formação superior como mecanismo de mobilidade social e a existência de recursos e práticas, lícitas ou não, – novas formas de expedientes previamente existentes, desenvolvidos para as características do setecentismo luso – para transpor as barreiras formais no caminho entre os estamentos. O problema maior – e mesmo assim contornado – em relação a Silva Lisboa parecia ser que o defeito mecânico vinha de seu pai. Outros aspirantes a magistratura, entre 1752 e 1808, conseguiram a graça da dispensa régia quando constatado que os avós tiveram condição mecânica²³⁹.

Logo, apesar da alteridade institucional entre nobres e mecânicos e as dificuldades de transposição de estamento apresentadas a estes últimos, a realidade do Antigo Regime português abarcava possibilidades de ascensão mesmo nesses casos. De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, a partir de 1750, muito em função do ministério pombalino, há uma vulgarização de dispensa de impedimentos para o recebimento de designações nobiliárquicas, assim como a alteração da lista de profissões consideradas mecânicas²⁴⁰, demonstrando considerável maleabilidade dos estatutos sociais. Já segundo Roberto Guedes, a rigidez dos estamentos, como observada, por exemplo, nos verbetes do dicionário de Moraes, tinha seus diversos matizes, sobretudo na realidade colonial, Conforme o autor “se até no Reino o sistema não era rígido, acho pouco provável que no Brasil colonial fosse diferente”, sendo necessária a ponderação dessas barreiras sociais, “uma vez que, na prática, dependendo das circunstâncias, elas podiam ser variáveis, pois a falta de homogeneidade institucional propiciava autonomia às realidades locais em cada parte do império luso”²⁴¹. Entre os fatores que calibraram essas singularidades sociais na colônia um dos maiores era a massiva escravidão, atenuando as condições mecânicas em função da

²³⁸ *Ibidem*, p. 42.

²³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 189.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 81.

²⁴¹ GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social... op. cit., p.384. Fazemos apenas uma ressalva em relação ao excerto do autor, pois ainda que não completamente intransponível, o sistema de estamentos apresentava sim rigidez, caso contrário a alteridade entre nobreza e mecânicos, por exemplo, não seria um dado tão significativo na trajetória de Silva Lisboa.

condição cativa²⁴².

Esse tipo de releitura e reorganização dos estamentos sob as características sociais da colônia tornaram estes territórios, para Luisa Rauter, os espaços onde o “processo de dissolução ou complexificação na demarcação das três ordens tradicionais foi mais evidente”²⁴³. O desenvolvimento social no Antigo Regime português, incluindo as singularidades das colônias, foi dando origem a uma clivagem na terceira ordem, por vezes denominada como o “povo” em diferenciação aos estratos mais nobres. Eram, sobretudo, representantes de famílias com menos “defeitos de origem” e de menor histórico de atividades mecânicas que passaram a ganhar mais notoriedade, não podendo ser nivelados automaticamente aos mecânicos, aos de “sangue infecto” e ao vulgo. Dividia-se assim no interior da conceituação de “povo” um “estado intermediário” acima dos “vis” ou da “plebe”. Os mais prestigiados dentro da terceira ordem, mesmo sem distinções nobiliárquicas, estariam mais próximos dessas do que a plebe. Sobretudo nas colônias, a ausência de muitos profissionais tornava algumas ocupações mais visadas, assim como multiplicava as possibilidades de enriquecimento²⁴⁴. Profissionais como “tabeliães, escrivães, alcaides, meirinhos, solicitadores da Justiça ou das partes, medidores do concelho, pilotos das naus, fragatas ou navios, e também os mestres e capitães dessas embarcações, tesoureiros ou recebedores, soldados, pertenciam igualmente à classe intermédia”²⁴⁵. Os comerciantes, principalmente após as reformas pombalinas, despontaram como grandes representantes desse estado intermediário – ou estado do meio - obtendo por lei cada vez mais acessos a distinções de nobreza.

A Frei Caneca também se desenhava a possibilidade de transcender sua condição social originária de filho de um mecânico por meio da formação em Coimbra. Contudo, os recursos pecuniários familiares não foram suficientes para isso. Havia, por outro lado, na família paterna, um histórico em relação às ordens dos Carmelitas, podendo isso ter influenciado na opção por sua formação religiosa²⁴⁶. Não tendo ido para Coimbra, Caneca formou-se no Seminário de Olinda. De acordo com José Murilo

²⁴² *Ibidem*, p.398. Além disso, a distância da colônia ao ambiente de Corte, e consequentemente das grandes linhagens da fidalguia e dos títulos nobiliárquicos mais vultosos (como Condes e Duques, por exemplo), até 1808 tornou predominante no espaço luso-americano a chamada nobreza civil, baseada na mercê régia.

²⁴³ PEREIRA, Luisa Rauter. Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista. In: *Almanack Brasiliense* n° 10, 2010, p. 110.

²⁴⁴ *Ibidem*, p.110.

²⁴⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 20.

²⁴⁶ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p.19.

Carvalho, “concebido na melhor tradição do iluminismo português, o seminário teve grande impacto na formação do clero nordestino e afetou as ideias e comportamento político de toda uma geração de padres”²⁴⁷. Portanto, uma formação em uma das melhores instituições do Império, agregando status em termos de erudição e pavimentando a ascensão social pela via eclesiástica. Acerca do clero, pode-se afirmar que os que recebiam as ordens sacras compunham a nobreza civil²⁴⁸. Tendo morrido sob a ordenação de frei, Caneca, assim como Silva Lisboa, é um caso que demonstra os meios e as vias de ascensão social vigentes na colônia e suas maleabilidades em relação à separação dos estamentos. Também é notório, como veremos nos tópicos em relação à formação e ocupações profissionais dos produtores de periódicos, que, nas primeiras décadas do século XIX, a produção de periódicos não estava à disposição de indivíduos pertencentes às camadas sociais menos prestigiadas identificadas com a plebe, e os dois casos aqui mencionados, originários dessas camadas primeiro deixaram essa condição antes de aventurarem-se como escritores públicos.

O desprestígio das ocupações não nobres atravessou a Independência, e mesmo após 1822 continuaria a encontrar eco no tecido social brasileiro, como evidencia Cipriano Barata, no final de 1831, através de um de seus periódicos, respondendo às críticas da *Voz da Razão*, que alcunhou a ele e outros escritores como farroupilhas:

Eu sou cirurgião e tenho defendido o Brasil desde que fui Deputado na Constituinte de Lisboa e a minha pena em Pernambuco assombrou os tiranos e aterrou ao despotismo, merecendo por isso a estima universal até das nações mais sábias e heroicas da Europa. Estas ações e constância em sustentar os direitos da Pátria e a Liberdade são que me distinguem e me dão valor em separado de ser Cirurgião. Logo, é indiferente ter este ou aquele ofício para merecer nomeada e ser benemérito da Pátria, porque esta deve estimar mais a quem melhor a servir. Depois disto, nunca foi desonra ganhar a subsistência de um modo honesto e útil a Sociedade, seja a profissão qual for.

Ainda na mesma edição, apesar de ter defendido a ideia da honra a despeito de uma desprestigiada atividade profissional, Barata faz questão de lembrar a origem de seu grande desafeto, Silva Lisboa. E ao mencioná-la em sua folha, revela que a vinculação aos ofícios mecânicos, mais distantes da nobreza que a ocupação de cirurgião, ainda servia bem como ataque em uma monarquia constitucional assentada sobre preceitos liberais, mas que ainda mantinha sua classe nobiliárquica:

Conheci como as palmas das minhas mãos entre os fidalgos modernos um visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete e, às vezes, de veste de ganga rota e

²⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.68.

²⁴⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.17.

chinelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão, e o pai deste até os vinte anos nunca teve sapatos. Sua camisa e calça eram de aniagem e rotas, e em lugar de chapéu servia um pedaço de bambaquerê atado a cabeça²⁴⁹.

Reforçamos que essa publicação é do final de 1831, portanto, anos após a Constituição de 1824 ter atenuado em seu texto a concepção de pureza de sangue, reconhecendo a cidadania de todos os brasileiros, diferenciados nesta por suas posses²⁵⁰. E mesmo assim, as máculas dos estamentos mais baixos na lógica do Antigo Regime continuavam a permear com forte presença as relações sociais. O próprio Silva Lisboa, em sua atuação na Constituinte de 1823, fez questão de repudiar a distinção baseada em critérios como nascimento, raça e ofício na concessão da cidadania, mas sem esquecer a distinção entre direitos políticos e civis:

Para que se farão distinção dos Libertos, pelo lugar de nascimento, e pelo préstimo, e ofício? Uma vez que adquiram a qualidade de pessoa civil, merecem igual proteção da Lei, e não podem ter obstáculo de arrendar e comprar terras, exercer qualquer indústria, adquirir prédio, entrar em estudos públicos, alistar-se na Milícia e Marinha do Império. Ter a qualidade de cidadão brasileiro é sim ter uma denominação honorífica, mas que só dá direitos cívicos, e não direitos políticos (...) em que se trata do cidadão ativo, e proprietário considerável, tendo as habilitações necessárias à eleição e nomeação dos empregos políticos do império. Os direitos cívicos se restringem a dar ao homem livre o jus a dizer – tenho uma pátria, pertenço a tal cidade ou vila; não sou sujeito ao império de ninguém, mas só ao império da lei.

Neste prisma, por mais que sejam latentes as orientações conservadoras de Silva

²⁴⁹ *Sentinela da Liberdade na guarita do quartel general de Pirajá na guarita de Villegaignon no Rio de Janeiro. Alerta!!*, 17 de dezembro de 1831

²⁵⁰ O texto da Carta de 1824 decerto não extinguiu e nem representou a extinção dos valores raciais e de diferenciação pela origem ou pela ocupação advindos pela longa história do Antigo Regime português, inclusive pelo que se observa nos excertos do *Sentinela da Liberdade*. Há um debate complexo com diversos matizes acerca das qualidades inclusivas ou excludentes desse texto, principalmente levando em conta pontos de ruptura ou continuidade para com os mencionados valores tradicionais do Antigo Regime. Segundo Roberto Guedes, “findo o período colonial, em termos jurídicos e político-institucionais, os critérios para definir cidadãos ativos na Constituição de 1824 não excluíram da plena participação no processo eleitoral os que trabalhavam com as mãos ou no comércio, indicando que a valorização do trabalho era uma situação de certa forma vivenciada cotidianamente”. GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social...* op. cit., p.415. Para Hebe Mattos, “as disposições censitárias da Constituição de 1824 no que se refere aos direitos políticos, bem como a manutenção da escravidão podiam ser lidas, portanto, como reconhecimento e legitimação de privilégios senhoriais e de hierarquias sociais herdadas do Império Português”. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 34. No entanto, a Constituição também foi produto e produtora de expectativas futuras de maior ruptura com esses valores. Em relação aos libertos, por exemplo, Andrea Slemian explica que “mesmo que eles não tenham adquirido o direito de serem eleitores – ou seja, dos nomeados para escolherem os deputados – tinham como todos os outros membros da sociedade, direito a voto nas eleições primárias desde que obtivessem a renda mínima (...). E apesar das dificuldades que existiram aos ex-cativos no alcance dos seus plenos direitos de cidadania cuja condição de ex-escravos os colocava numa situação peculiar que tendia a distingui-los socialmente – até mesmo pela marca da tez – a dissociação entre sua posição social e política e critérios raciais, como a que vingou na Constituição, fazia que os ditos direitos que compunham o universo dos cidadãos pudessem ser almejados no seu horizonte de expectativa”. SLEMIAN, Andrea. *Seriam todos cidadãos?...* op. cit., p.847.

Lisboa, qualificá-lo simplesmente como defensor do Antigo Regime tornar-se-ia despropositado. Sobretudo porque o constituinte falava de extensão de direitos civis a ex-escravos, na condição de libertos em um nascente país sustentado pela escravidão. Ainda no mesmo discurso, o conservador Silva Lisboa avançava em uma pauta que parte de seus colegas preferia manter em silêncio, petrificados pelo espectro da Revolução do Haiti. No entanto, assegura a falta de condições de uma súbita abolição da escravatura.

Tem-se dito, que nem convinha haver discussão sobre tal artigo, por ser objeto de suma delicadeza: citou-se a Madame de Stael, que atribui à uma semelhante discussão na Assembleia da França a catástrofe da sua melhor colônia na América (...) Quem perdeu a Rainha das Antilhas foi, além dos erros do Governo Despótico, a fúria de Robespierre, o qual bradou na Assembleia – pereçam as nossas colônias, antes que pereçam os nossos princípios -. Ele com os colegas anarquistas proclamaram a súbita e geral liberdade aos escravos, o que era impossível, e iniquíssimo, além de ser contra a Lei suprema da salvação do Povo²⁵¹.

Com o mesmo índice percentual dos casos de ocupações mecânicas, encontramos dois casos (6,8%) de produtores de periódicos filhos de profissionais liberais, onde ambos os pais eram médicos. O imigrante da península itálica, Libero Badaró (1798 -1830), redator do *Observador Constitucional*, e que também exerceu a medicina, era filho do doutor Andrea Badaró, que além de médico também ocupou mais de uma vez a cadeira de deputado na República da Ligúria²⁵². E o reinol Diogo Soares da Silva de Bivar (1785 – 1865), como já mencionado, era filho de Rodrigo Soares da Silva de Bivar.

De forma geral, os profissionais liberais tendiam a ocupar o estado intermediário. Porém, analisando a condição dada à medicina no tratado *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*, de Luis da Silva Pereira Oliveira, publicado em 1806, Márcia Ribeiro aponta que “entre as ciências consideradas nobres estavam a teologia, o direito canônico e civil, a filosofia, a matemática e a medicina”, todas “extremamente úteis e necessárias para conservação e aumento da República”. Não obstante, havia ênfase particular nesta última, “a mais nobre das ciências, justamente por ser ela capaz de restituir a saúde dos povos e salvar vidas”²⁵³. Portanto, além do prestígio do enobrecimento pelo ensino universitário, os médicos desfrutavam de alta estima por sua

²⁵¹ *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Tomo 3. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 135. Sessão de 30 de setembro de 1823.

²⁵² GOETA, Augusto. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944, p.15.

²⁵³ RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico... a trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. In: *Almanack Braziliense*, v. 2, 2005, p.64.

ocupação, valendo-lhes considerável nobilitação e posição social de destaque.

Além disso, como apontado no primeiro capítulo, o meio pelo qual circulava o doutor Rodrigo de Bivar e seus familiares, tendo como pacientes figuras do mais alto escalão do império português, foi fundamental para a chegada do filho Diogo ao Brasil. Não obstante, o sobrenome da família indicava ou procurava indicar pertencimento a linhagem do nobre castelhano e cavaleiro medieval, conhecido pelos embates com os mouros durante a Reconquista, Rodrigo Dias de Bivar, eternizado como El Cid²⁵⁴. O caso da família Bivar desponta como o mais alto na hierarquia social e uma exceção justamente por ser tão proeminente entre os aqui analisados. A família e o doutor Rodrigo acumulavam distinções²⁵⁵ pela sinalização de pertença a uma linhagem nobre, pela ocupação, pela formação universitária e pelo trânsito entre grandes figuras do ambiente de Corte, algo que só se tornou mais recorrente na América lusitana a partir de 1808.

A tabela 2 também aponta que quatro (13,7%) de nossos produtores de periódicos eram filhos de funcionários estatais, advindo de famílias com largo histórico nessa ocupação ou cujos principais rendimentos de seus progenitores estavam de algum modo vinculado ao corpo do Estado. Tendo visto que, em relação à magistratura, por exemplo, parte dos empregos públicos eram tidos como mercês e honrarias, principalmente os de alta posição de comando e os identificados como lugares de letras, estamos agora diante de uma camada certamente mais prestigiada dos que os mecânicos. Entre os cargos mais visados estavam os da administração régia nas colônias, mercês por si só nobilitantes.²⁵⁶

Assim, parte dos cargos burocráticos do império funcionava como moeda de troca na relação entre a Coroa e seus súditos. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, esse tipo de negociação foi crucial no desenvolvimento da colonização e conformou-se num ciclo vicioso profundamente difundido em todo império:

o imperativo do dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição/ doação de mercês por parte do rei; engrandecimento / atribuição de status, honra e posição mais elevada na

²⁵⁴ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op. cit.

²⁵⁵ Os valores corporativistas do Antigo Regime, diferente do mérito individual enaltecido pelo liberalismo, estendiam o enobrecimento como qualidade coletiva de uma linhagem ou família. Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva “o fato de a recompensa pelos serviços poder ser reclamada por filhos, viúvas e outros parentes depois da morte daquele que os fizera mostra que era a família, mais do que o indivíduo, a beneficiada pela Coroa. Já a meritocracia defendida pelos constitucionais era puramente individualista”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 281.

²⁵⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 68.

hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento / reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca²⁵⁷

Por outro lado, as gradações dentro da burocracia estatal apontam, neste grupo de indivíduos, para uma hierarquia muito maior e distinções mais nítidas do que entre os trabalhadores manuais. Isso se faz suficientemente claro nos casos que dispomos a seguir.

O pai do editor do *Universal*, folha de Minas Gerais, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795 – 1850), Diogo Ribeiro de Vasconcelos, reinol formado em Coimbra, ocupou uma série de cargos como os de procurador da Fazenda, caixa dos Diamantes, criador da Administração Diamantina do Jadaíá e por último juiz do Crime no Rio de Janeiro²⁵⁸. Estamos, portanto, falando de um indivíduo cuja trajetória perpassa importantes cargos, inclusive na magistratura, cuja filtragem a reservava para um grupo especialmente seleto. Dito isso, Bernardo Pereira Vasconcelos nasceu no seio de uma família marcada pela distinção e pela participação do funcionamento da burocracia em cargos de alta hierarquia. O início da trajetória pública do produtor de periódicos, dentro da magistratura, parecia apontar para, pelo menos, a manutenção desse *status*. Todavia, os tempos revolucionários, a Independência e a formação do Estado brasileiro, foram processos onde se alteraram profundamente os mecanismos de participação política e de formas de acesso aos postos de poder. E como exemplo dessa alteração, Bernardo Pereira de Vasconcelos abandonou a magistratura e utilizou a imprensa como plataforma política e de projeção pública, chegando, em 1831, já durante a Regência, ao posto de ministro, o ápice dentro do Estado.

Diogo Pereira de Vasconcelos também agregou à família prestígio e influência política na capitania de Minas Gerais. Lá foi vereador, em 1792, na Câmara de Vila Rica - lembrando que no Antigo Regime, o exercício limitado da cidadania também agregava foros de nobreza -, e, além disso, demonstrando sua inserção dentro da ilustre elite das Minas Gerais da época, teve entre seus padrinhos de casamento o ouvidor de Vila Rica e futuro inconfidente Tomás Antônio Gonzaga²⁵⁹. Essa projeção política familiar dentro da capitania foi decisiva para Bernardo Pereira de Vasconcelos em sua primeira vitória eleitoral para a Câmara dos Deputados, em 1824, antes do início da

²⁵⁷ BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Almanack Braziliense*, v. 2, 2005, p.23.

²⁵⁸ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos...* op. cit., p.23

²⁵⁹ *Ibidem*, p.19

atividade na imprensa.

Com um histórico tão ou mais ilustre que os dos Vasconcelos, estava a família de Antônio Borges da Fonseca (1808 – 1872), redator do *Republico*, cujas origens na Paraíba remonta a “uma família de militares, de destacados servidores da Coroa portuguesa, cujo tronco era o governador Antônio Borges da Fonseca”, que regeu a província entre 1745 e 1753²⁶⁰. O filho deste, Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, também ocupou o mesmo cargo, demonstrando a manutenção do poder e do prestígio da família frente à Coroa. Se um cargo na magistratura já denota honrarias e nobreza, a nomeação para o cargo de governador de capitania aponta para um alto reconhecimento vindo da própria Corte. Trata-se, além disso, de uma família não só afamada, mas muito bem situada economicamente²⁶¹. O peso do sobrenome Borges da Fonseca e a importância da genealogia na sociedade colonial como legitimadora da distinção e da nobreza familiar estão manifestadas na obra *Nobiliarchia Pernambucana*, escrita justamente por um membro dessa família, Antônio Vitoriano José Borges da Fonseca²⁶².

No entanto, quando avançamos para o pai de nosso personagem, José Vitoriano, comandante do destacamento de linha de Alagoas, observamos sua participação na Revolução de 1817, assim como a participação na Junta Governativa eleita na Paraíba em 1821. Esse posicionamento encontra continuidade na própria trajetória de Antônio Borges da Fonseca, jovem participante da Confederação do Equador em 1824, e opositor ferrenho ao governo de D. Pedro I e à centralização de poder imperial no Rio de Janeiro. Essa guinada política, ao menos potencialmente, poderia colocar em xeque o prestígio familiar anteriormente angariado junto à Coroa. Ao que parece, José Vitoriano e seu filho, ao atuarem politicamente nessa direção, firmaram-se como referências de elites locais paraibanas e do entorno, insatisfeitas com os rumos do domínio político fluminense. De qualquer maneira, o sobrenome Borges da Fonseca continuou a carregar em si, no início do século XIX, distinção social, posses e poder na esfera política regional.

Diferente dos dois casos anteriores – os dos Vasconcelos e Borges da Fonseca – os dois próximos dizem respeito a filhos de indivíduos com postos mais modestos como representantes do poder público, estando alocados no estado intermediário, desprovidos

²⁶⁰ SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Republico...* op. cit., p. 46.

²⁶¹ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. São Paulo: PUC Campinas, 1995, p. 30.

²⁶² FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia pernambucana*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935. BN – Obras Gerais – VI, 3, 4, 1.

de predicados nobiliárquicos. Cipriano Barata (1762 – 1838) era filho do tenente Raimundo Nunes Barata, reinol imigrado. A patente de oficial subalterno de Raimundo parece ter levado o principal biógrafo de Cipriano, Marco Morel, a questionar os meios pelos quais o autor da *Sentinela da Liberdade* conseguiu manter-se em Coimbra, onde formou-se em 1790²⁶³. De acordo com outro historiador, José Murilo de Carvalho, mantendo a elitização herdada do militarismo luso “a primeira geração de oficiais brasileiros da tropa de linha também provinha da classe dominante, ao passo que as praças eram recrutadas entre as populações pobres das cidades e do campo”²⁶⁴. No mesmo sentido Maria Beatriz Nizza da Silva explica que “toda a legislação de finais do século XVIII tendia a nobilitar os postos mais elevados do Exército, aumentando assim a diferença entre o topo da hierarquia militar e sua base”²⁶⁵. Dessa maneira, a patente de Raimundo nos dá indícios da origem social de Cipriano. De acordo com o levantamento de Carvalho, os indivíduos oriundos de estamentos mais humildes formavam “89% da burocracia militar e pouco menos de 50% da burocracia civil”²⁶⁶.

O último caso de familiar ascendente cuja atividade profissional remete a burocracia estatal é o de Apolinário José Gomes, reinol imigrado e pai de Vicente Ferreira Gomes (1805 – 1838), redator do *Constitucional Rio Grandense*. Apolinário veio ao Brasil aos 15 anos buscando uma vida mais próspera na América. De acordo com uma biógrafa de Vicente, Apolinário “depois de cinco anos no Rio de Janeiro, decidiu impulsionar sua carreira de servidor público, o que seria mais fácil num centro menor”²⁶⁷. O destino escolhido foi Porto Alegre, onde ocupou, a partir de 1778, cargos como o de escriturário da Contadoria da Junta da Capitania e escrivão da Repartição do Selo. “O pai de Vicente foi um homem correto, que sem ser rico, desfrutava de prestígio em Porto Alegre, mantendo boas relações de amizade com servidores públicos e políticos (...) da capitania”²⁶⁸. Isso, aliado ao fato de nem Vicente tampouco seus irmãos terem tido estudos superiores, nos aponta que Apolinário, como servidor estatal, estava em posição social mais semelhante a Raimundo Barata e abaixo de Diogo Ribeiro de

²⁶³ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p.32.

²⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.188.

²⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 206.

²⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.149.

²⁶⁷ RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha: Vicente Ferreira Gomes 1805-1837*. Porto-Alegre: Libretos, 2012, p.21. É interessante observar que mesmo Apolinário tendo procurado por um centro menor o destino escolhido foi uma capital provincial. “A importância do emprego público como oportunidade ocupacional era naturalmente maior nas capitais do Império e das províncias”, ver em CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.162.

²⁶⁸ RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha...* op. cit., p.27.

Vasconcelos e José Vitoriano Borges da Fonseca. Apolinário e Raimundo não eram nobres ou burocratas enobrecidos, mas aparentemente também não possuíam máculas como, por exemplo, o exercício de ocupação mecânica.

De fato, Apolinário ocupava um cargo burocrático de menor prestígio que os ocupados por Diogo Ribeiro de Vasconcelos, por exemplo, mas isso não o impedia de estabelecer laços com grupos locais política e socialmente proeminentes. Os dez filhos de Apolinário tinham todos o mesmo padrinho, o deputado Antônio Caetano da Silva, personagem rico e influente em Porto Alegre²⁶⁹. Essa situação remete à prática do compadrio como mecanismo de ascensão social. De acordo com Silvia Maria Brugger, "a escolha de padrinhos ricos e/ou de prestígio poderia render benefícios durante a vida dos mesmos e/ou sob a forma de legados testamentários"²⁷⁰. Portanto, era uma estratégia à disposição de Apolinário a fim de inserir-se e firmar a si e seus descendentes nas redes de sociabilidade ou orbitar em torno de figuras proeminentes do que poderíamos chamar de elite local.

Trataremos agora do núcleo mais numeroso entre as ocupações dos pais de nossos personagens. Foram encontrados sete casos (24,13%) de comerciantes e outros sete (24,13%) de proprietários de terra, cuja somatória aponta para 14 casos (48,26%). O que nos permite afirmar a preponderância de famílias de comerciantes e de proprietários na origem social de nossos personagens.

Entre os descendentes de proprietários de terra, ao que parece, todos dispunham de situação econômica e financeira abastada, assim como prestígio social considerável, não havendo casos de pequenos proprietários cujos rendimentos apontassem para camadas socialmente mais humildes. De fato, a terra era o símbolo de poder e riqueza mais antigo e tradicional da América portuguesa, sendo seus representantes comumente denominados de "nobreza da terra", assim como era a íntima relação entre esses proprietários e o poder político local²⁷¹.

A denominação de *nobreza* ou *principais da terra* nas colônias luso-americanas se baseava numa relação entre riqueza, poder e distinção social. Arrogando uma legitimidade proveniente dos conquistadores e primeiros colonos, essa proeminência e elevação se "assentavam nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos ou fazendas de

²⁶⁹ *Ibidem*, p.26.

²⁷⁰ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del-Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 328.

²⁷¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 67.

criatório, e no número de escravos possuídos os esteios de seu prestígio social”²⁷². Maria Fernanda Bicalho complementa que “também o fato de dispor de uma clientela ou de um séquito de homens livres e escravos e o exercício de cargos na câmara atribuíram às famílias de senhores de engenho o estatuto de nobreza da terra”²⁷³.

De acordo com biografias e outros trabalhos consultados, Padre Mororó (1778 - 1825), redator do *Diário do Governo do Ceará*, Padre Fleuri (1793 – 1846), redator do *Matutina Meiapontense*, Cirilo de Alameda y Brea (1781 – 1872), redator da *Gazeta de Montevideo*, Felipe Patroni (1798 – 1866), Batista Campos (1782 – 1834) ambos redatores do *Paraense*, e José de Garcia Abranches (1769 - ?), redator de *O Censor*, eram todos oriundos de famílias tradicionais de proprietários de terra em suas respectivas localidades²⁷⁴. Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, por exemplo, está entre os descendentes de Pedro Maciel Parente, capitão-mor da capitania do Pará e comendador da Ordem de São Bento de Avis²⁷⁵. Já o Padre Fleuri era neto de José Cardoso de Camargo, que além de grande proprietário ocupou o posto de guarda-mor na região de Meiaponte, em Goiás²⁷⁶.

O único caso desviante desse perfil foi o de Hipólito da Costa (1774 – 1823), cujo avô era sargento-mor e o pai, Felix da Costa Furtado Mendonça, tenente-coronel que serviu na Colônia do Sacramento, território alvo de disputa entre Portugal e Espanha – uma família, portanto, com notório histórico militar²⁷⁷. Em 1777, com o fim da campanha portuguesa na região e assinado o Tratado de Santo Ildefonso que determinava a posse da Colônia de Sacramento para a Coroa espanhola, Felix e a família se mudam para Rio Grande de São Pedro, e em 1782 “adquiriram grandes propriedades, o que lhes trouxe o conforto financeiro e a ascensão social. Em 1797, o prestígio conferiu à família o brasão de nobreza”²⁷⁸. Desse modo, diferente dos casos

²⁷² *Ibidem*, p.107.

²⁷³ BICALHO, Maria Fernanda. *Conquista, Mercês e Poder Local...* op. cit., p.25.

²⁷⁴ Ver MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit. BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do norte...* op. cit. ARCO Y GARCÍA. Fernando del. *Heráldica Eclesiástica*. In: *Emblemata*, v, 18, 2002. SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro FGV, 1971. ABRANCHES, Dunshee. *Garcia de Abranches...* op. cit. SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. In: *Terra matuta: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Ed. Paka Tatu, 2002. BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: Conselho Estadual da Cultura, 1970.

²⁷⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.72.

²⁷⁶ NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Costume entre os Camargos*, Paulista. In: *Revista da Abrasp* nº6, São Paulo, 1999, p.247.

²⁷⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.187.

²⁷⁸ SIQUEIRA, Lamoun Fernandes. *Hipólito da Costa e a Maçonaria: A formação da Esfera Pública Moderna Brasileira e o Vocabulário Político Maçônico no Correio Braziliense* (Dissertação de Mestrado). Mariana: UFOP, 2011, p.41. É bem provável que o brasão seja muito mais tributário do histórico militar

anteriores, onde a propriedade de terras remontava ao menos aos avôs de nossos personagens, na família de Hipólito há o investimento mais recente de um militar na propriedade de terras.

Já o comércio não era um pilar de poder, prestígio e nobilitação tão seguro quanto a propriedade de terras em meados do século XVIII. Os incentivos, promoção e nobilitação da atividade comercial começaram a se tornar mais regulares justamente a partir dessa época e, portanto, algo relativamente recente para os pais dos produtores de periódicos. É o que informou, em 1806, o tratadista português Luiz da Silva Pereira Oliveira: “alguns, é preciso confessá-lo, tiveram o Comércio em pouca conta, porém os Governos iluminados, convencidos da importância desta Arte, em nada cuidam tanto como em promovê-la, e honrá-la”. Oliveira exalta principalmente José I, que “em ciência de Governo excedeu tanto aos Monarcas seus Augustos Predecessores quanto este século brilha em luzes científicas mais que os antecedentes: este hábil Imperante, digno de uma eterna saudade, querendo dar as mãos ao Comércio”²⁷⁹. Portanto, o prestígio, nobilitação e incentivo ao comércio estão atrelados às reformas pombalinas e são contemporâneos aos ascendentes mais próximos de nossos personagens, apresentando-se para esses ascendentes como um meio de ascensão social em processo de reformulação.

De atividade desprestigiada remetente a judeus e cristãos-novos, e, portanto, empecilho para a nobilitação²⁸⁰, o comércio passou a receber diversos incentivos, sobretudo durante o período de Pombal como ministro. O exercício do comércio, diferente das ocupações mecânicas, não só não simbolizava mais um obstáculo para o enobrecimento, passando, pelo contrário, a ser atividade bem vista para esse fim. Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, o ministério pombalino concedeu amplo estímulo ao comércio aproximando juridicamente a ocupação aos foros de nobreza, além de alocar seus representantes em importantes cargos da administração imperial, atraindo “homens de negócio para instituições como a Fazenda Real e a Junta do Comércio em Lisboa, e também na Colônia para as Intendências do Ouro ou para a fiscalização da administração dos Diamantes. Isto sem falar nas Mesas de Inspeção da Bahia e do Rio de Janeiro”²⁸¹. O impulso econômico e social dos comerciantes implicou

da família do que da distinção advinda das posses de terra.

²⁷⁹ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, p. 92.

²⁸⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 134.

²⁸¹ Ainda de acordo com a autora, “A nova atitude da Coroa em relação à atividade mercantil revelava-se

também em ascensão política, com o adentramento de representantes desse setor nas Câmaras Municipais, provocando, por vezes, a resistência da nobreza da terra, tradicional ocupante desses espaços, em capitanias como Pernambuco e Rio de Janeiro²⁸².

Por outro lado, assim como no caso da posse de terras, não era qualquer empresa comercial sinônimo de angariamento de nobilitação. Isso era restrito aos denominados “negociantes”, termo disseminado no século XVIII²⁸³. Portanto, havia uma divisão entre os mercadores mais modestos e os negociantes de grosso trato, responsáveis por comércios de longa distância, concessão de créditos e proprietários de casas comerciais que podiam requerer para si essa titulação.

Em nosso levantamento, ao menos três dentre os sete comerciantes pais de produtores de periódicos estavam na posição de negociantes de grosso trato e eram referências de sucesso mercantil em suas respectivas regiões. São eles: Antônio Gonçalves Ledo, pai de Joaquim Gonçalves Ledo (1781 – 1847); Capitão Leonardo José da Cunha Barbosa, pai de Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846) e os capitães Manoel Furquim de Almeida e Pedro de Alcântara Almeida, respectivamente pai e tio de Batista Caetano de Almeida (1797 – 1839), responsável pelo *Astro de Minas*. Barbosa e Ledo são dois casos de reinóis imigrados que fizeram grande fortuna no Rio de Janeiro, e tendo obtida esta, coube aos respectivos filhos a continuação da busca por ascensão social e pela participação e maior poder político²⁸⁴. De forma geral, segundo Roberto Guedes, essa perpetuação era um traço comum do Antigo Regime português. Para ele, em “sociedades estamentais, mais do que nos indivíduos, é na esfera familiar que a mobilidade social deve ser encarada – e isto é condição ímpar quando se trata de Brasil colonial, tendo em vista o papel que a família assumiu outrora – onde o traço geracional é primordial para seu entendimento”. Portanto, “a mobilidade social tem no

também em leis que aparentemente não lhe diziam respeito, por exemplo, a de 3 de agosto de 1770, que permitiu aos negociantes instituir morgados, tal como os fidalgos, os nobres, os que se empregavam no serviço das armas ou das letras; ou a lei de 29 de novembro de 1775, que concedeu aos negociantes a possibilidade de recorrer ao Desembargo do Paço, do mesmo modo que os nobres, quando pretendiam alcançar licença régia para contrair matrimônio contra a vontade de pais ou tutores”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 152.

²⁸² *Ibidem*, p.118.

²⁸³ *Ibidem*, p.95.

²⁸⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini. Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.110. IPANEMA, Marcelo E Cybelle de (Orgs.). *Instrumentação da edição fac-similar do Revérbero Constitucional Fluminense, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. BELEM, Paula Rodrigues. “*Para o bem do Povo e Felicidade geral da Nação*” *Povo, Nação, Felicidade e Soberania no Dia do Fico*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 2011, p. 69.

movimento geracional/familiar um de seus traços fundamentais”²⁸⁵.

Batista Caetano de Almeida, por determinação familiar, teve seu aprendizado nas atividades mercantis com o tio enquanto adquiria educação formal em São João del Rei. A família era bem conhecida e afamada na região. O Capitão Pedro de Alcântara Almeida, tio de Baptista, era um importante negociante na vila. O primo de Baptista, Francisco de Paula de Almeida Magalhães, também se destacou no alto comércio em São João²⁸⁶. Assim, o sucesso comercial de Baptista não se explica apenas por aptidão individual, mas pela perpetuação de uma tradição comercial familiar²⁸⁷. Tal como Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, o produtor de periódicos de Minas Gerais procurou inserir-se nos ambientes de poder e decisão política por já estar inserido dentro da elite econômica local, pois “a atividade comercial de Baptista Caetano com certeza foi um potencializador de sua influência na vida social e política da Vila de São João del Rei”²⁸⁸.

Os indícios encontrados acerca de Manuel Ferreira de Araújo (pai de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, (1777 – 1838, redator do *Patriota*), Francisco Luis Saturnino Veiga (pai de Evaristo da Veiga, 1799 – 1837, redator do *Aurora Fluminense*), Jorge Benedito Ottoni (pai de Teófilo Ottoni, 1807 – 1869, redator do *Sentinela do Serro*) e Manoel Gomes Brandão (pai de Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, 1794 – 1870, redator do *Diário Constitucional*) nos levam a crer que esses quatro pais de produtores de periódicos não estavam no mesmo patamar dos anteriores, ao menos em termos de sucesso mercantil.

Brandão era responsável pelo comando de uma embarcação mercante da qual não se sabe se era proprietário. De qualquer modo, a necessidade de dispender ele mesmo a força de trabalho na nau denota uma condição mais modesta. Conforme biógrafo de Montezuma, “ficamos com a ideia de que (...) a atividade mercantil garantiu a Manoel Brandão o necessário para sustentar a si e à sua família”²⁸⁹. Além disso, o autor ressalta que mesmo sem títulos ou distinções, a mãe de Montezuma apresentava-se como Dona Narcisa Thereza de Jesus Barreto, uma designação remetente a um suposto prestígio nobiliárquico. Aos que almejavam à nobreza, “era necessário aproximar-se de um certo estilo de vida (...) mesmo com fortunas nem sempre

²⁸⁵ GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social...* op. cit., p. 403.

²⁸⁶ MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit., p.33.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 29 e 33.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 42.

²⁸⁹ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p.31.

significativas para tanto. Grande, assim, precisava ser o investimento nas aparências”²⁹⁰. E a aparência para quem se queria nobre na América lusitana era determinante, mesmo que o estilo de vida não correspondesse a uma acumulação de bens, a fim de evitar a desqualificação social²⁹¹.

A situação de Ottoni é semelhante à de Brandão: “comerciante, arrecadador de dízimos, tabelião, Jorge exerceu algumas profissões ao longo da vida sem nunca ser abastado financeiramente. Todavia, nunca foi pobre, situando-se entre as camadas médias e urbanas da população”. Porém, teve algum destaque político local sendo eleito em 1813 vereador na Câmara de Vila do Príncipe, exercendo cargo camarário restrito aos “homens bons”²⁹².

Apesar de designado como *negociante*, termo de distinção dentro do comércio, as limitações econômicas de Manoel Ferreira de Araújo são evidentes na impossibilidade de seu filho poder estudar em Coimbra por falta de recursos e, não obstante, este precisar de pensão da Coroa para concluir o curso na Academia da Marinha²⁹³. Todavia, o prestígio advindo da designação de negociante não parece ser nada desprezível, já que na referida Academia ninguém era admitido “sem ter foro de fidalgo, por pai ou mãe, e provar que seus progenitores tinham sempre vivido à lei da nobreza”²⁹⁴. É relevante destacar que se, por um lado, Ferreira de Araújo possivelmente não detinha tantas riquezas quanto Ledo, por exemplo, isso em nada diminuía seu prestígio social como negociante, garantindo a seu filho o ingresso na Academia. Para Ottoni, também faltaram recursos para enviar o filho para a Universidade, tendo este entrado, em 1826, na mesma Academia.

Por fim, Francisco Luis Saturnino Veiga, após anos como professor régio de primeiras letras, passou a se empenhar no comércio livreiro, após 1809, ao montar uma livraria no Rio de Janeiro na qual trabalhava com os filhos. Assim como nos casos de Ottoni e Araújo, o patrimônio obtido com o negócio não foi suficiente para enviar os filhos de Veiga à Universidade²⁹⁵.

De forma geral, perpassando todos os casos até aqui, o perfil encontrado é o de produtores de periódicos advindos de famílias situadas no estado intermediário ou com

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 30.

²⁹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 284.

²⁹² MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 41.

²⁹³ DAMASIO, Antonio Joaquim. Biographia Dos Brasileiros Distintos por Armas, Lettras, Virtudes e etc. In: *RIHGB* T. 6, 1844, p. 363.

²⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 203.

²⁹⁵ SOUSA, Octavio Tarquínio. *Evaristo da Veiga...* op. cit., p.18.

foros da nobreza civil, seja por formação acadêmica, por prestígio e poder advindos da posse de terra, pelo comércio, desempenho de funções na alta burocracia do império ou participação política local nas Câmaras Municipais. E, geralmente, todas essas famílias eram bem abastadas economicamente. Abaixo desse patamar estavam apenas os dois casos de mecânicos comentados, e mesmo um deles, na ausência de qualquer predado nobiliárquico, com considerável cabedal. A conformação ou sinalização de pertencimento em estamentos sociais mais baixos é, portanto, uma exceção em nossa amostra.

Uma quantidade significativa despontava ainda como referenciais ou representantes de grupos economicamente proeminentes de suas respectivas regiões, como novamente os Borges da Fonseca na Paraíba, ou os Almeida em Minas Gerais. Outros, representantes do estado intermediários, circundavam ou estavam em redes comuns a essas elites através de laços clientelistas, como Apolinário José Gomes, indicando tentativas e estratégias para se aproximar desses grupos destacados política e economicamente. E, finalmente, uma minoria tinha prestígio no ambiente de Corte ou na elite política do império, como os Bivar e os Borges da Fonseca, estes ao menos antes de se engajarem nas revoluções de 1817 e 1824.

Sendo assim, no contexto da Independência, onde as mudanças engendradas apontam para uma maior abertura política e aumento de canais de participação, os produtores de periódicos oriundos dessas famílias se utilizam dessas mudanças para dar continuidade à escalada por prestígio e poder político iniciada por seus ascendentes, traço habitual do Antigo Regime. Porém, buscaram também a inserção em uma esfera pública que passava por transformações decorrentes das torrentes revolucionárias conforme essas se apresentavam diante seus olhos²⁹⁶.

2.1.1. Lacunas

Entre os dados que mais apresentaram dificuldades a serem encontrados e sistematizados de acordo com um padrão comum, os referentes à origem familiar se destacam. A guisa de exemplo, sete (24,13%) dentre os 29 nomes de nossa lista não foram identificados segundo as ocupações de seus pais ou outros familiares, e por vezes nem sequer os nomes de nenhum desses familiares. São eles: Luis Augusto May (1782

²⁹⁶ OLIVEIRA, Cecilia Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.107. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit.

– 1850), redator da *Malagueta*; Manoel Rodrigues de Oliveira (? – 1826), redator da *Folha Medicinal*; João Soares Lisboa, (1785 – 1824), redator do *Correio do Rio de Janeiro*; Francisco de Paula Pérez (não foram encontradas a data de nascimento e nem de falecimento), redator do *Pacífico Oriental de Montevideo*; José da Costa Carvalho (1796 – 1860), redator do *Farol Paulistano*; Joaquim José da Silva Maia (1776 – 1832), redator do *Semanário Cívico*; e Padre Tezinho (não foram encontradas a data de nascimento e nem de falecimento), redator do *Conciliador do Maranhão*. Todavia, em alguns poucos destes casos foi possível a inferência de algumas informações que possibilitam o enquadramento da origem familiar sob alguns parâmetros, mesmo a partir de dados da própria trajetória dos produtores de periódicos.

Sobre Soares Lisboa, sabemos que este português natural do Porto emigrou para a América portuguesa por volta de 1800, quando tinha catorze anos de idade. Incluindo o seu traslado em uma tendência geral, afirmou que os migrantes reinóis “hão de vir buscar (como nós) o que os pátrios Lares lhes negavam – melhora de fortuna por serem abundantes delas”²⁹⁷. De fato, o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, era um entre tantos jovens que migravam de Portugal para o Brasil e passavam a se dedicar ao comércio, galgando nesta atividade os primeiros degraus de ascensão social e melhoria de vida²⁹⁸. Dessa forma, mesmo não sabendo quem eram seus pais, suas ocupações ou patrimônio acumulado, é razoável supor que a família de Soares Lisboa não tinha posses e recursos suficientes para garantir-lhe possibilidade de mobilidade social através de um diploma em Coimbra, por exemplo, parecendo-lhes mais garantida a opção de enviá-lo ao Brasil para ganhar a vida como comerciante.

Em comparação, por exemplo, com Manoel Rodrigues de Oliveira ou mesmo Francisco de Paula Pérez, indivíduos com formação universitária – teologia e medicina, respectivamente -, supõe-se que tais famílias ocupavam um patamar econômico mais abastado que a de Soares Lisboa. De forma geral, entendemos que se os 29 produtores de periódicos, por um lado não vinham todos de famílias economicamente abastadas – como as de Batista Caetano de Almeida, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e outros -, por outro tampouco pertenciam aos estratos mais baixos da população do Império português, como filhos de escravos ou de libertos.

Também em relação ao natural da Bahia, José da Costa Carvalho, filho de pai

²⁹⁷ *Correio do Rio de Janeiro* n° 49, 7 de julho de 1822.

²⁹⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). In: *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9, 2001, p. 58.

homônimo, as poucas informações permitem algumas inferências. Sobre seu pai, uma das poucas coisas encontradas além do nome é o fato de ter sido “patrono-mor da Barra da cidade do Salvador”²⁹⁹. Também é significativo que a primeira eleição vencida pelo produtor de periódicos - valendo-lhe uma cadeira na Constituinte de 1823 – tenha sido como representante da província baiana, apesar de estar sitiado na magistratura de São Paulo desde 1821, após formar-se em Coimbra em 1819. Essa eleição ganha à distância aponta para prestígio familiar sólido na província transferido para o jovem Costa Carvalho, o que é reforçado pela designação de patrono-mor de seu pai. No entanto, se foi possível através do caso de Soares Lisboa e de Costa Carvalho estabelecer algumas inferências acerca de suas respectivas origens familiares e sociais, o mesmo não foi possível para Luis Augusto May, Padre Tezinho, Joaquim José da Silva Maia, Manoel Rodrigues de Oliveira e Francisco de Paula Pérez – ainda que para esses dois últimos, as passagens por universidades apontem para algum cabedal familiar ou ao menos uma maneira de obter os recursos necessários para tal.

2.1.2. Americanos, reinóis e mestiços

Durante o levantamento das origens familiares e sociais dos produtores de periódicos, constatou-se que uma minoria entre os 29 – 7 casos (24,14%) - havia nascido em Portugal, enquanto a grande maioria – 19 casos (65,52%) – era de naturais da América portuguesa, além de outros poucos originários de outras partes da Europa e da ibero-américa – 3 casos (10,34%). Em uma primeira interpretação, isso poderia levar à conclusão de que os fluxos migratórios entre os dois lados do Atlântico tiveram pouca influência na trajetória dos indivíduos que participaram ativamente da fomentação da opinião pública no Brasil. No entanto, estendendo a observação para ramificações pretéritas das respectivas árvores genealógicas, o cenário sofre uma sensível diferença, notável na tabela 3 abaixo, seguindo a ordenação de nomes da tabela 2.

²⁹⁹ GIFFONI, Maria Amália Corrêa. Marques de Monte Alegre. In: *RIHGB-SP* v. LXVII, 1970, p. 319.

Tabela 3: Produtores de periódicos e locais de origem de seus familiares ascendentes

Produtores de periódicos	Nascido em Portugal	Nascido no Brasil		Outros
		Pai ou mãe reinol	Filho de americanos	
José da Silva Lisboa		X		
Frei Caneca		X		
Cipriano Barata		X		
Diogo Soares da Silva de Bivar	X			
Libero Badaró				Nascido na Liguria (atual território italiano)
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães		Não se sabe	Não se sabe	
Teófilo Ottoni			X	
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)		Não se sabe	Não se sabe	
Evaristo da Veiga		X		
Batista Caetano de Almeida			X	
Januário da Cunha Barbosa		X		
Joaquim Gonçalves Ledo		X		
João Batista Gonçalves Campos			X	
Luiz Gonzaga Coelho Fleuri			X	
Cirilo de Alameda y Brea				Nascido na Espanha
João Antônio de Garcia Abranches	X			
Padre Mororó			X	
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente			X	
Hipólito da Costa			X	
Bernardo Pereira de Vasconcelos		X		
Vicente Ferreira Gomes		X		
Antônio Borges da Fonseca			X	
Francisco de Paula Pérez				Nascido na América Hispânica
Luis Augusto May	X			
Joaquim José da Silva Maia	X			
Padre Tezinho	X			
João Soares Lisboa	X			
José da Costa Carvalho		Não se sabe	Não se sabe	
Manuel Rodrigues de Oliveira	X			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Adentrando a parcela dos produtores de periódicos nascidos na América portuguesa, dentre esses 19, quase metade – oito (42,11%) - eram filhos de pais reinóis, enquanto outros oito tinham pais já nascidos no Brasil. Para os três (15,79%) restantes não foram achadas informações para determinar o local de nascimento dos pais. No

entanto, o que essa distribuição demonstra, independente do lado para o qual tenderiam os três casos indeterminados, é o forte equilíbrio entre filhos de pais reinóis e americanos dentre os produtores de periódicos nascidos no Brasil. E caso reagrupemos novamente os 29, temos que, do total, 16 (55,17%), ou seja, mais da metade, ou são reinóis ou filhos de pai reinol. Portanto, nessa perspectiva, o fluxo migratório entre Portugal e Brasil, sobretudo durante o século XVIII, está seguramente presente como fator relevante na trajetória individual ou familiar dos protagonistas do desenvolvimento da opinião pública e da imprensa no Brasil, sendo um traço de destaque na composição de um perfil coletivo.

Trabalhando com uma perspectiva de longa duração acerca desse fluxo migratório, José Jobson de Arruda estima que entre os séculos XV e pouco mais da metade do século XVIII “teriam sido mais de um milhão de emigrados, talvez 1 milhão e meio (...). O ano de 1780 marca o refluxo da maré, de retorno ao padrão anterior ao boom aurífero, em torno, em torno de 4000 a 5000 saídas por ano”³⁰⁰. O período que converge com nossa tabela, portanto, está na transição da explosão migratória para o retorno do padrão mencionado por Arruda. No final da explosão podemos situar os pais reinóis de produtores de periódicos nascidos no Brasil, como no caso de Cunha Barbosa, Frei Caneca e outros. Após a retração e volta a um padrão anterior, o caso de João Soares Lisboa é exemplar.

No entanto, apesar da diminuição numérica, a migração a partir do fim do século XVIII parece ter recebido maiores incentivos do próprio governo imperial com vistas à ocupação territorial das colônias americanas. Sobre o perfil desses migrantes, Rosana Barbosa Nunes assim o define a partir de seu levantamento sobre os reinóis que se deslocaram para o Rio de Janeiro na década de 1790:

eram, em sua maioria, jovens rapazes que se haviam envolvido no sector comercial de cidades brasileiras (...). De 146 passaportes com destino ao Rio de Janeiro, apenas 34 eram mulheres. Os mesmos registos mostraram também que dos 33 imigrantes de quem a profissão era sabida, 9 eram negociantes, 6 eram donos de lojas no Rio de Janeiro ou estavam planejando abrir uma, e 11 haviam ido para o Rio de Janeiro para encontrar alguém que já possuía uma loja naquela cidade³⁰¹.

Dessa maneira, uma das consequências dessa migração foi o domínio do

³⁰⁰ ARRUDA, José Jobson Andrade. Os Portugueses no Brasil: Imigração Espontânea, Imigração Compulsória e Colonização. In: SOUSA, Fernando; ARRUDA, José Jobson de Andrade. (Org.). *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do sul*. Porto: CEPES, 2014, v. 1, p. 22

³⁰¹ NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. In: *Arquipélago*, Vol 07, 2003, p. 177.

comércio varejista fluminense no século XVIII pelos imigrados³⁰². A alta incidência de comerciantes reinóis, ou filhos destes, em nossas tabelas aponta para uma possível correlação entre as tendências migratórias desse setor econômico de fins do século XVIII e a fomentação dos periódicos no Brasil. No Rio de Janeiro, Ledo, Cunha Barbosa, Soares Lisboa e Evaristo da Veiga afinam essa relação. De acordo com Pedreira, os migrantes se deslocavam muitas vezes com apoio de redes de outros comerciantes reinóis já estabelecidos, fortalecendo as mesmas e colocando-as no domínio das praças comerciais. À guisa de exemplo, no Rio de Janeiro, alguns dos maiores negociantes eram migrantes chegados há pouco, e muitas vezes mantinham relações familiares e comerciais próximas com os seus congêneres de Portugal³⁰³. O estabelecimento dessas redes e a manutenção de contatos com agentes em Portugal podem ser observadas incidindo nos projetos e discursos veiculados pelos periódicos fluminenses. Isso se dá particularmente no caso de Ledo, cujas ligações com comerciantes de Portugal permaneceram fortes até fins de 1822³⁰⁴. No decorrer das movimentações pelo Fico, entre fins de 1821 e começos de 1822, o grupo dos liberais fluminenses, em um primeiro momento, “buscaram mobilizar apoios junto a negociantes, varejistas e portugueses recém-emigrados e não titubearam em se aproximar tanto daqueles que, tal como grupos da Bahia, propunham o recrudescimento da ingerência das Cortes nas relações políticas e mercantis do reino quanto da divisão aquartelada na cidade”³⁰⁵. Pois o Fico, com seu teor de insubordinação às Cortes de Lisboa, também sinalizava para o estremecimento das relações comerciais entre Brasil e Portugal.

Por outro lado, a prosperidade e/ou o estabelecimento dos migrantes portugueses em solo americano não vinham exclusivamente do setor mercantil. Mesmo as parcelas desses reinóis oriundas de camadas mais despossuídas, de acordo com Carlos Bacellar, “contavam com um grande trunfo: o de serem o grupo ainda dominador sobre a colônia; basicamente de cor branca, muito importante e não muito abundante no Brasil. Tais fatores aportavam um status diferenciado ao português, que o tornava muito bem vindo

³⁰² *Ibidem*, p. 179.

³⁰³ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Brasil, Fronteira de Portugal... op. cit., p. 59.

³⁰⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Política e Memória Histórica... op. cit., p.164.

³⁰⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...*, op. cit., p.184. Também é notória a época a proximidade de discursos entre o *Revérbero* e o periódico baiano *Semanário Cívico*, conhecido por ser o porta-voz dos negociantes daquela província, e de autoria de, não por acaso, do negociante reinól imigrado Joaquim José da Silva Maia. Ambos desejosos da partida da família real do Brasil.

para propósitos de alianças matrimoniais”³⁰⁶. Parece esse ter sido o caso do já referido reinol Apolinário José Gomes, pai de Vicente Ferreira Gomes, que se casou, aos 45 anos, com Perpétua Robalo Gomes, esta com 26 anos, “quase uma solteirona para a época”³⁰⁷. Analfabeta, Dona Perpétua, porém, era filha de um ilustre paulista, o capitão Manoel dos Santos Robalo. Dessa forma, a distinção de Robalo entre os naturais da colônia se unia ao status de reinol do burocrata de cargo modesto. Assim também parece ter sido com Luis Francisco Saturnino da Veiga, pai de Evaristo da Veiga. Depois de chegar ao Brasil, em 1784, aos 13 anos para ganhar a vida – remetendo a trajetória de Soares Lisboa -, foi professor régio e comerciante livreiro. Casou-se em 1795 ou 1796 com Francisca Xavier de Barros, falecida em 1823. Sobre essa união, informa Octávio Tarquínio de Souza que “Francisco Luís Saturnino Veiga, que se casara com moça abastada, não fora mal sucedido nos negócios da livraria e por ocasião da viuvez já podia dividir com os filhos a parte que lhes tocava na herança materna”³⁰⁸.

Em contraponto, a diferença entre posições sociais pareceu influir de maneira mais enfática em um exemplo onde noivo e noiva eram naturais do Brasil. Os pais do padre Luiz Gonzaga Fleuri, João Fleuri Coelho e Rosa Maria de Lima Camargo, possuíam históricos distintos na região goiana de Meia Ponte³⁰⁹. Coelho, originário de Minas Gerais, chegara há pouco em Goiás tentando fazer fortuna através da exploração das minas auríferas da região³¹⁰. Rosa Maria, por outro lado, era filha do guarda-mor José Cardoso de Camargo, tradicional patriarca e proprietário da região, que foi resistente ao matrimônio³¹¹.

Havendo nas sociedades coloniais luso-americanas grande valoração da origem e da branquitude dos migrantes reinóis, a aproximação e miscigenação com negros e indígenas, por outro lado, era constantemente encarada como demérito. Esse foi o mote de uma entre diversas acaloradas contendas envolvendo Frei Caneca e José Fernandes

³⁰⁶ BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: *Oceanos*, Lisboa, v. 44, 2000, p.31. Essa observação de Bacellar reforça a de Maria Beatriz Nizza da Silva das dificuldades ou obstáculos para a habilitação nobiliárquica de luso-americanos: “o defeito de qualidade em geral provinha dos ascendentes paternos reinóis, o que significa que as alianças matrimoniais que eles contraíam no Brasil contribuíam para uma mobilidade social ascendente”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 86. Também reforça a análise da autora o fato dos únicos dois casos de trabalhadores mecânicos em nossa tabela 2, os pais de Silva Lisboa e Frei Caneca, serem reinóis imigrados.

³⁰⁷ RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha...* op. cit., p.25.

³⁰⁸ SOUSA, Octavio Tarquínio. *Evaristo da Veiga...* op. cit., p. 34.

³⁰⁹ BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do norte...* op. cit., p.11.

³¹⁰ VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. In: *Opsis*, v. 2, 2016, p. 454.

³¹¹ NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Costume entre os Camargos...* op. cit., p.247.

Gama, no periódico deste último, *Arara Pernambucana*, e no folheto resposta de Caneca, *O caçador atirando à Arara Pernambucana*, ambos de 1823. Em seu impresso, Gama afirmou que o carmelita era filho “de dois pardos comedidos, vergonhosamente colocando em questão a sua origem familiar humilde (lembremos que o pai do carmelita era um tanoeiro)”³¹². Em resposta, no mês de junho, o frei trouxe à público sua ascendência:

Mas é ponto de fé pia que essa Maria das Estrelas havia de ser alguma Tapuia, Potiguari, Tupinambá, senhora de muito mingau, tipoias, aipim e macaxeira; e também se foi alguma rainha Ginga, nenhum mal me fez; já está à porta o tempo de muito nos honrarmos do sangue africano³¹³.

Como assinalou Morel em relação a Maria das Estrelas, Caneca “colocou-a como ponto inicial de suas origens no momento de fundação da nação brasileira, numa época em que possuir leve suspeita de sangue impuro (mouro, judeu, africano ou indígena) era considerado mancha fatal para qualquer ascensão social”. Nessa chave, tratava-se de uma sociedade onde, como vimos no caso dos Borges da Fonseca, utilizava-se “a genealogia como instrumento de poder”³¹⁴. Com base nos valores raciais do Antigo Regime, parece um risco Caneca utilizar a genealogia para expor uma possível impureza de sangue. Por outro lado, em 1823 a crítica a esses valores – inclusive nas discussões da Constituinte – se fazia cada vez mais presente. E ao aventar a mistura de sangue entre europeu, negro e indígena em sua genealogia, Caneca também traz à tona o topos do heroísmo da união das raças – índios, negros e portugueses – em Pernambuco na expulsão dos holandeses no século XVII³¹⁵.

O discurso genealógico de Caneca dá a entender que sua bisavó poderia ser tanto índia quanto negra, pareando, em certa medida, as duas condições. Assim, pode tratar-se tanto de uma afirmação do valor do negro, do índio e de suas respectivas inclusões, quanto de uma crítica aos parâmetros sociais de hierarquização dessa sociedade que, pelo crivo da ascendência, podia abrir privilégios ou fechar portas e oportunidades.

Além disso, após os fins de 1822, em diversas localidades do Brasil houve manifestações nativistas exaltando traços americanos autóctones como forma de se contrapor ao elemento europeu, firmando a ruptura política. Essas manifestações

³¹² FARIAS, Amy Caldwell de. *Mergulho no Letes: uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2006, p.92.

³¹³ *O caçador atirando à Arara Pernambucana*. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit.158.

³¹⁴ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 19.

³¹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 187.

ensejaram o fortalecimento de uma identidade brasileira em alteridade com a portuguesa. É nessa perspectiva, que no mesmo ano em que Caneca expõe a suposta presença de sangue africano e/ou indígena na sua árvore genealógica, Francisco Gomes Brandão altera seu nome nas páginas do periódico baiano *Independente Constitucional*, na conjuntura da resistência do grupo refugiado em Cachoeira – sertão da província - e alinhado à Corte do Rio de Janeiro, em contraponto ao representante das Cortes de Lisboa, general Madeira, que ainda mantinha o controle na capital. Nas palavras de Brandão, “d’ora em diante será seu nome Francisco Gê de Acayaba Montezuma, e protesta não querer com esta mudanças nem lesar seus direitos sociais, nem fazê-lo aos Cidadãos com quem tem contraído obrigações”³¹⁶.

Assim, a mudança de nome de Montezuma e a exaltação do sangue indígena ou negro de Caneca no mesmo período não podem ser dissociadas da utilização e fomento de uma identidade brasileira, com suas especificidades étnicas, em contraposição com a portuguesa e no ataque às distinções sociais do Antigo Regime, em que as máculas de sangue se sobrepunham sobre o mérito individual. Dessa maneira, explicitaremos nas próximas páginas que essas exaltações não significavam, nos produtores de periódicos, necessariamente a conformação de um projeto ou engajamento em uma luta centrada em questões estritamente raciais em prol de negros e índios, muito menos abolicionistas.

Isso se torna evidente inclusive no mesmo folheto de Caneca, *O caçador atirando à Arara Pernambucana*. Em determinado momento, o autor reafirma sua posição contra a divisão estamental por raça ou por ocupações profissionais. Conforme ele, “governe quem governar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido que é o da liberdade civil e da felicidade da pátria”³¹⁷, colocando assim, todas as parcelas segregadas num mesmo patamar em oposição à hierarquização social. No entanto, em outro trecho do mesmo folheto, assim se refere ao militar mestiço, revolucionário de 1817 e líder popular Pedro da Silva Pedroso, referência política para a população negra e parda de Recife ³¹⁸:

Podes negar que Pedroso andava em uma roda da mais vil canalha dessa Praça? (...) acharam a Pedroso em uma das palhoças, rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada em seu colo; e vendo aos provisórios, além de apertar com eles para que tomassem

³¹⁶ *O Independente Constitucional* n° 1, 23 de maio de 1823.

³¹⁷ *O caçador atirando à Arara Pernambucana*. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit., p.140.

³¹⁸ FRANÇA, Wanderson. Édipo de. Pedro da Silva Pedroso: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria - Pernambuco, 1823. In: *Revista Tempo Histórico*, v. 5, 2013.

assentos, lhes disse entre outras parvoíces: Sempre estimei muito esta cor, é a minha gente (...) essa imunda e vil canalha, que lhe fazia corte, e o conduzia a todos os atentados, tirando todas as bridas aos seus desavergonhamento, clamou: Morram os caiados (brancos)!³¹⁹

A razão principal do ataque contra Pedroso foi, segundo Morel, a aliança deste ao grupo alinhado à defesa da centralização do poder da Corte fluminense, posicionando-se, assim, contrário aos liberais pernambucanos³²⁰. Em fevereiro de 1823, Pedroso liderou um levante contra a Junta pernambucana presidida por Francisco Paes Barreto. O movimento, conhecido como Pedrosada, adquiriu contornos raciais devido às tropas de pretos e mestiços que agiram sob as ordens de Pedroso. A Junta precisou passar alguns dias refugiada no interior, mas enfim conseguiu recuperar-se e reprimir o levante com auxílio das tropas de milícia do sul da província e da Câmara de Recife³²¹. No entanto, ao rechaçar a atuação desta notória figura de liderança da população negra pernambucana³²², Caneca utilizou-se da retórica de desvalorização racial, evocando o perigo e o pânico envoltos na representação das reuniões dessa massa. A mesma desvalorização que parecia rechaçar ao falar de Maria das Estrelas. Em suma, utilizou-se da tensão racial e do temor do levante de negros, sobretudo escravos, contra os senhores brancos para atingir seu adversário³²³.

No entanto, a identidade racial, uma dentre várias em ebulição e transformação durante a Independência, não se limitava ao temor da disposição de escravos contra proprietários tão em voga pela experiência haitiana e presente na narrativa de Caneca. As palavras do Frei Ihe valeram o descrédito, principalmente, de senhores pretos e pardos³²⁴. As identidades raciais em suas múltiplas manifestações e laços de solidariedade podem ter contribuído para a rejeição do discurso do religioso calcado na oposição de negros contra brancos. Conforme Luiz Geraldo da Silva, “a ideia de que havia uma divergência inconciliável entre homens livres de cor e escravos não encontra guarida nos fatos e nas representações mentais (...). A aliança entre aqueles setores era

³¹⁹ *O caçador atirando à Arara Pernambucana*. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit., p.140.

³²⁰ MOREL, Marco. *Cipriano Barata...* op. cit., p. 193.

³²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit., p 29.

³²² SILVA, Luiz Geraldo da. *Negros Patriotas raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)*. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003.

³²³ Essa versão não era exclusiva de Caneca, pois os testemunhos na devassa que apurou a Pedrosada, principalmente os que acusavam Pedroso, evocavam a Revolução de São Domingo como objetivo pretendido pelos revoltosos. Ver FRANÇA, Wanderson. *Édipo de. Pedro da Silva Pedroso...* op. cit.

³²⁴ MOREL, Marco. *Cipriano Barata...* op. cit., p. 194.

algo factível, e muitas delas foram detectadas em situações específicas”³²⁵. Ainda de acordo com o autor, a ideia do negro proprietário, participante politicamente ou como um destacado militar, como era Pedroso, servia como ideal para os cativos.

Pedroso era especialmente hábil em manipular identidades políticas e raciais, mantendo sua base de apoio mesmo em suas guinadas políticas: fora revolucionário republicano em 1817, sendo preso após o término do movimento. Em 1821 se declara constitucional e fiel às Cortes de Lisboa, conseguindo destas a liberdade do cárcere. Pouco tempo depois rompe com as Cortes e encampa a causa fluminense. Novamente segundo Luiz Geraldo da Silva, “a fonte de poder de Pedroso era a população negra da província, cuja disposição política era por ele mobilizada e manipulada”. Não obstante, não era apenas “um hábil manipulador de identidades políticas, mas também de identidades raciais; embranquecia em certas ocasiões, e tornava-se homem de cor quando necessitava recorrer ao poder de fogo destes”³²⁶.

Caneca mirou seu discurso racial em um alvo que manipulava essa identidade de maneira invejável, e com isso, atraiu a reprovação da ampla base de apoio de Pedroso, espalhada em diversos setores sociais com os quais também se identificavam. O religioso tentou redimir-se escrevendo e publicando uma carta no periódico de seu amigo e correligionário Cipriano Barata. Nas palavras do frei: “parece aquela preposição compreender a todos os Senhores Pardos e Petros. Contudo, como vem depois de se falar dos que faziam Corte ao Pedroso, só a estes é que se deve referir a proposição”. Na mesma edição, Barata afiança seu amigo afirmando que “o redator daquele papel é um dos maiores amigos e defensores da gente de cor”³²⁷. Apesar de não ter, como Frei Caneca, exaltado para si a presença de sangue negro ou indígena, Barata parecia ter um trânsito maior e mais fluído entre diferentes estratos sociais, inclusive entre as populações pretas, pardas e mestiças mais despossuídas, sendo, portanto, o indivíduo certo para auxiliar o carmelita nesta questão³²⁸.

Este imbróglio parece demonstrar como a questão racial não tinha forma ou

³²⁵ SILVA, Luiz Geraldo da. Aspiraões barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 919.

³²⁶ SILVA, Luiz Geraldo da. Negros patriotas... op. cit., p. 517-518. Sobre as diversas guinadas políticas de Pedroso, concordamos com Luiz Geraldo da Silva em, antes de reduzi-las a mero oportunismo e incoerência, enxergá-las em consonância a um “contexto marcado pela transição de formas de pensamento e pelo caráter provisório das formas políticas”.

³²⁷ *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Alerta!* n°29, 12 de julho de 1823. In: BARATA, Cipriano. *Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 330.

³²⁸ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p.72.

posicionamento fixos nos processos e disputas da Independência, podendo pender ou ser utilizada por diversos grupos dependendo da forma como essa questão era inserida e manipulada no debate público, de diferentes maneiras nas diversas províncias. Conforme o exemplo pernambucano de Pedroso, “percebe-se (...) uma identidade própria desses setores urbanos oprimidos do ponto de vista étnico e social, fazendo com que alternassem suas alianças entre patriotas e despóticos ao longo do processo”³²⁹.

Saindo da ação positiva desses grupos étnico-raciais, era muito comum nas disputas locais a acusação de agitador de negros, inclusive de escravos, entre rivais. E, portanto, a aproximação a grupos raciais, mas como instrumento de deslegitimação do acusado. No Pará, Felipe Patroni foi acusado, em 1821, de planejar um levante escravo³³⁰. Mesmo seu sucessor no *Paraense*, o Cônego Batista Campos, um notório senhor de engenho e escravos, não escapou desse tipo de acusação. As acusações, no entanto, ganharam corpo, e coube à historiografia posterior matizar e rever as pechas de abolicionistas precoces a eles atribuídas³³¹.

Montezuma, possivelmente o único mestiço de notórios traços negros entre nossos personagens, preferiu adotar um pseudônimo evocando a cultura indígena ao invés da negra, reforçando que a dimensão retórica da apropriação desses elementos não significava necessariamente o engajamento em projetos voltados para os temas raciais. A questão racial, em sua complexidade, não fazia divisões fixas em torno tão somente da cor da pele de cada indivíduo. “A percepção sobre a cor de cada um acabava sempre derivando de um determinado tipo de reconhecimento construído a partir das relações cotidianas de poder e sociabilidade”³³². Isso se aplica nitidamente na retratação que Frei Caneca se vê obrigado a fazer. E para entendermos a fluidez da questão da cor na vida de um indivíduo como Montezuma, se faz obrigatório perscrutar sua trajetória, e as redes de sociabilidade e configurações em que se inseria. Ascendendo socialmente, como bacharel de Coimbra, figura ativa no debate público pela imprensa e mais tarde como deputado e ministro, nos meios em que atuava observava-se a ação de uma ética do silêncio “destinada a operar em situações formais de igualdade (...) a atender as reivindicações de muitos que a exemplo de Francisco Montezuma conseguiam

³²⁹ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 78.

³³⁰ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Filippe Patroni: um Vintista no Pará...* op. cit., p. 209.

³³¹ SALLES, Vicente. *O negro no Pará...* op. cit. SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. In: *Terra matuta: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Ed. Paka Tatu, 2002.

³³² CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 115.

conquistar algum espaço de respeitabilidade social e empenhavam-se em deixar de lado, na imagem de si próprios (...) sua condição mestiça”³³³. Nesse sentido, há alguma semelhança com Pedroso e suas mudanças de ênfase na identidade racial.

Caneca quebrou esse silêncio, em *O caçador atirando à Arara Pernambucana*, de 1823, primeiro ao arraigar-se o sangue negro/índigena e depois ao criticar Pedroso e seus aliados. Em relação à primeira declaração, não estava tão exposto dada sua fisionomia branca e de traços europeus, enquanto na segunda viu-se obrigado a retratar-se ao quebrar o silêncio em torno de senhores negros e pardos. Já o indivíduo com traços inegavelmente negros, Montezuma, ao utilizar a alteridade da identidade nativista em contraponto com a portuguesa, o fez pelo viés indígena, mantendo o silêncio acerca de suas inegáveis origens africanas.

2.2. Formação

A figura do escritor público como detentor de saber e propagador de luzes é uma constante que acompanha todo o desenvolvimento da imprensa e do conceito de opinião pública durante as mais de duas décadas do processo de Independência³³⁴. Os próprios nomes dos periódicos aqui reunidos servem como indícios dessa relação: *Aurora Fluminense*, *O Farol Paulistano*, *Astro de Minas*, todos evocando a metáfora da disseminação das luzes. Mesmo quando arrogando para si essa função didática, instrutiva e de propagador de luzes de forma mais modesta, o reconhecimento, ou auto-reconhecimento, do periódico como manancial de saberes se fazia presente. Era, por exemplo, o caso da *Matutina Meiapontense*, que em sua primeira edição de março de 1830, se identificava com a “luz que pouco clareia, mas é predecessora do dia”³³⁵.

Periódicos como o *Semanário Cívico* e *O Farol Paulistano* se valiam de estratégias e recursos didáticos buscando instruir e elevar as luzes de seu público leitor. O primeiro recorreu, diversas vezes, ao chamado catecismo político³³⁶, recurso comum a toda imprensa ibero-americana do início do século XIX, onde através de um texto seguindo o modelo de perguntas e respostas, apresentava-se, por exemplo, o significado, funções e objetivos das Cortes, um entre tantos termos centrais na discussão política da

³³³ *Ibidem*, p.15. Sobre a ética do silêncio, ver MATTOS, Hebe. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Niterói: UFF, 2004.

³³⁴ Ver NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. *Opinião Pública...* op. cit.

³³⁵ VIEIRA, Martha Victor. O surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na província de Goiás. In: *História Revista (Online)*, v. 21, 2016, p.131.

³³⁶ SAGREDO, Rafael. *De la Colonia a la República: los catecismos políticos americanos, 1811 – 1827*. Madrid: Fundación Mapfre, 2009.

época³³⁷. Também com vistas ao que considerava um público carente de instrução, o periódico paulista em diversas edições inseria pequenos trechos de autores estrangeiros como Benjamin Constant em seus artigos – prática também corriqueira de muitos periódicos na época. Fazia-o com intuito de tornar esses escritos mais acessíveis a um público sem hábito de leitura do que o permitido pela compra e leitura de seus volumes originais³³⁸.

Os primeiros produtores de periódicos a se lançarem nessa atividade, a partir de 1808, mesmo eventualmente protagonizando embates onde poderiam se posicionar em lados opostos uns em relação aos outros, consentiam ao atribuir-se para si e ao outro a tutela de um público sem tradição de leitura, erudição e debates públicos. Considerando que “o primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela”, Hipólito da Costa declarava que “longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero além disso, traçar as melhorias das Ciências, das artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral”³³⁹. Por um lado, se, em 1808, Hipólito se colocava como o primeiro despertador da opinião pública no mundo luso-americano, por outro, em 1821 Silva Lisboa pretendia dirigi-la³⁴⁰.

Dessa maneira, fomentavam-se principalmente concepções de opinião pública, ao menos entre 1808 e 1821, em que esta precisava necessariamente ser constituída e conduzida por indivíduos capacitados para tal. De acordo com Morel, uma ideia de opinião pública formada por “membros da chamada República das Letras, os letrados, os esclarecidos. Ou seja, a opinião vista como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e tornada pública uma vez que visava propagar as Luzes do progresso e da civilização”³⁴¹. Portanto, uma opinião pública em formação dotada de uma clara verticalização, configurando um campo de atuação de uma auto-reconhecida elite intelectual cujas opiniões se colocavam acima das inúmeras outras opiniões individuais advindas do grosso do conjunto social³⁴².

Nessa concepção de opinião pública de contornos e fronteiras rígidas para participação ativa, não constituía contradição aberrante um escritor público se colocar

³³⁷ *Semanário Cívico* n°2, 8 de março de 1821.

³³⁸ CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/42*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 45.

³³⁹ *Correio Braziliense* n°1, junho de 1808.

³⁴⁰ *O Conciliador do Reino Unido* n°4, 31 de março de 1821.

³⁴¹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., p.208.

³⁴² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Opinião Pública...* op. cit., 159.

contra a democratização da mesma. O ex-censor régio e depois produtor de periódicos Silva Lisboa se fazia bem enfático, em 1821, sobre as possibilidades e os limites da liberdade de imprensa. Nas páginas do *Conciliador do Reino Unido*: “a ilimitada liberdade de imprensa nunca existiu em parte alguma, e muito menos em tempo de comoções do Estado, em que ninguém ousa, nem se lhe tolera, dizer, e menos imprimir, as suas opiniões contra a opinião dominante”. Temendo o caos provocado pela liberdade de imprensa e o acesso à opinião de pública de indivíduos por ele considerados inaptos, Silva Lisboa indagava:

Como pois se deve soltar a rédea a temeridade dos Editores de impressos, de incomparavelmente mais certos e prejudiciais resultados, quando são malinos(sic), deixando-se a qualquer caluniar a arbítrio o Governo, e os Empregados Públicos, e inocular no povo o vírus de suas opiniões errôneas, ou insidiosas, que, no evento, podem vir a ser de piores efeitos que das mercadorias pestiferadas, como a história o tem mostrados com tão fatais exemplos?³⁴³

É com vistas à compreensão dessa nascente opinião pública caracterizada, em um primeiro momento, pelo *status* elitizado da atividade de escritor público, identificado como indivíduo ilustrado e dotado de luzes, que se faz necessário atentar para o perfil de formação e instrução dos 29 produtores de periódicos – que por exercerem essa atividade despontavam como componentes de uma elite intelectual. Observar padrões e diferenças nesse quesito pode oferecer pistas sobre a formação e desenvolvimento da atividade de imprensa no Brasil e da própria formação da opinião pública nas diversas conjunturas entre 1808 e 1831.

2.2.1. Apresentação dos dados

Compilamos na tabela abaixo o quadro de formação intelectual dos personagens elencados, ordenando os nomes conforme o tipo de formação.

³⁴³ *O Conciliador do Reino Unido* n°4, 7 de abril de 1821.

Tabela 4: Produtores de periódicos e suas formações discriminadas por local e ano de conclusão

Produtores de periódicos	Formação	Local	Ano de conclusão
José da Silva Lisboa	Filosofia e Cânones	Coimbra	1779
Cipriano Barata	Filosofia; Matemática (não concluído); Medicina (não concluído); Habilitado como cirurgião	Coimbra	1790
Manuel Rodrigues de Oliveira	Medicina e Filosofia	Coimbra	1799
Hipólito da Costa	Leis e Filosofia	Coimbra	1798
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	Leis	Coimbra	1819
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Leis e Filosofia	Coimbra	1819
José da Costa Carvalho	Leis e Filosofia	Coimbra	1819
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	Leis	Coimbra	Interrompido em 1820 e retomado e concluído após 1822.
Joaquim Gonçalves Ledo	Leis (não concluído)	Coimbra	1808
Diogo Soares da Silva de Bivar	Leis	Coimbra	
Francisco de Paula Pérez	Teologia	Universidade de San Francisco Xavier	1804
Libero Badaró	Medicina	Universidade de Pavia e Turim	1825
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	Matemática/Militar	Academia Real dos Guardas Marinha	1801
Teófilo Ottoni	Matemática/Engenharia/Militar (não concluído)	Academia Imperial dos Guardas Marinha (pediu baixa em 1830 sem prosseguir os estudos na Academia Militar)	1830
Padre Mororó	Ordenação Religiosa	Seminário de Olinda	1802
Frei Caneca	Ordenação Religiosa	Seminário de Olinda	1801
Januário da Cunha Barbosa	Ordenação Religiosa	Seminário de São José	1803
João Batista Gonçalves Campos	Ordenação Religiosa	Seminário no Maranhão	1805

Luiz Gonzaga Coelho Fleuri	Ordenação Religiosa	Seminário em São Paulo	1817
Padre Tezinho	Ordenação Religiosa		
Cirilo de Alameda y Brea	Ordenação Religiosa		
Joaquim José da Silva Maia	Não se sabe se tinha alguma formação superior		
Luis Augusto May	Não se sabe se tinha alguma formação superior		
João Antônio de Garcia Abranches	Sem formação superior		
João Soares Lisboa	Sem formação superior		
Batista Caetano de Almeida	Sem formação superior		
Evaristo da Veiga	Sem formação superior		
Vicente Ferreira Gomes	Sem formação superior		
Antônio Borges da Fonseca	Sem formação superior		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciando a apreciação dos dados com algumas ressalvas, nesta tabela 4 há dois casos de indivíduos que iniciaram seus estudos em instituições de ensino superior da época sem, no entanto, concluírem os respectivos cursos. Trata-se de Ledo, no curso de Leis na Universidade de Coimbra, e de Teófilo Ottoni, na Academia Imperial de Guardas Marinha/Academia Militar no Rio de Janeiro. Para todos os efeitos, não obstante essas passagens por aquelas instituições, não incluiremos nenhum dos dois no grupo de indivíduos com formação superior. Mesmo assim, há de se considerar que, em algum nível, ambos vivenciaram o processo de aprendizado e apreensão de arcabouços e recursos intelectuais passíveis de serem utilizados como forma de distinção social por meio de sua atuação no debate público. Se essas instituições de ensino e formação funcionavam, em certa medida, como locais de treinamento de uma elite política, não se deve perder o fato de que tanto Ottoni quanto Ledo foram treinados de maneira semelhante a outros personagens desta tabela durante os anos em que frequentaram a universidade e a academia.

Todavia, um ponto de fundamental relevância é a conclusão desses cursos. A

possibilidade de inserção em posições de poder, frequentemente no próprio Estado, propiciada por essas formações, era indiscutível, e a falta delas significou para alguns, como veremos mais à frente, um recurso a menos para transpor barreiras em busca de inserção social em círculos mais altos.

A atividade na imprensa, por exemplo, fez-se um caminho alternativo de prestígio e notoriedade em relação à formação superior, conforme mostram trajetórias justamente como as de Ottoni e Ledo. Mesmo sem o diploma, Ledo chegou a espaços como a Câmara, tendo sido também cotado por D. Pedro I, em 1824, para ocupar um ministério³⁴⁴. Da mesma forma, Ottoni conseguiu, em 1864, um assento no Senado³⁴⁵. Cargos estes identificados por José Murilo de Carvalho como locais de ação da elite política³⁴⁶. Em comum a ambos esteve a atividade em periódicos como forma de impulsão de seus respectivos nomes a cargos políticos. Logo, a projeção através da imprensa não tardou a tornar-se uma via de ascensão a ambientes institucionais de poder tanto quanto a formação superior³⁴⁷.

Isso é reforçado, inclusive, pelo início da trajetória política de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Natural de Minas Gerais, diplomado em Leis e Filosofia por Coimbra, em 1819, deu seus primeiros passos na magistratura ocupando cargos como o de Juiz de Fora de Guaratinguetá, em 1820³⁴⁸. Mas isso a contragosto, pois havia solicitado, em 1820, por meio de petição a D. João VI, o mesmo cargo, mas na cidade mineira de Mariana. Não sendo atendido, permaneceu em São Paulo até maio de 1822, quando foi exonerado. E mesmo com a possibilidade de ocupar o cargo de desembargador na Relação de Maranhão, preferiu voltar a Minas Gerais, onde havia sido preterido como ouvidor e mesmo como professor. E em Vila Rica, após abandonar a magistratura, em 1822, concentra seus esforços em projetos como *O Universal*.

Tornando-se um dos mais influentes deputados das primeiras legislaturas e, mais à frente, ministro durante a Regência, Vasconcelos parece ter aberto mão dos caminhos de ascensão pela magistratura por preferir firmar-se como nome influente em sua própria província. E mesmo que sua eleição para a primeira legislatura se deva à influência de sua família - com um histórico de altos cargos na administração provincial - a utilização do *O Universal* como porta voz das ações de Vasconcelos se mostrou

³⁴⁴ BANDECCHI, Brasil. *Ledo...* op. cit., p. 98.

³⁴⁵ MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 15.

³⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p. 57.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 54.

³⁴⁸ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos...* op. cit., p.27

notória.

Para além dos dois casos de não conclusão de cursos superiores, pairam algumas dúvidas sobre outros dois nomes da tabela. O primeiro, Luís Augusto May. De acordo com Isabel Lustosa, “sentara praça em 1798, chegando ao posto de capitão de artilharia. Estudara em Coimbra e fizera parte do Batalhão acadêmico com José Bonifácio durante a ocupação francesa”³⁴⁹. A ausência de maiores complementos a essa informação, como o curso frequentado, a data de ingresso nele e a data de conclusão constitui um possível tratamento de May como um egresso da Universidade uma inferência frágil. Em outro trabalho, João Victor Alves afirma que May “fez parte das forças armadas portuguesas e foi seminarista em Coimbra”³⁵⁰. Essa informação foi reproduzida por Mônica Vasconcelo³⁵¹. Mesmo com um indício a mais acerca do período de estudos em Coimbra, os dados se assentam em bases frágeis, sem maiores referências. As informações mais sólidas e recorrentes sobre May estão em sua formação militar e sua carreira como burocrata. Dadas essas incertezas, não temos como precisar sua formação.

Outro caso semelhante é o de Joaquim José da Silva Maia, negociante e responsável pelo *Semanário Cívico* e pelo *Brasileiro Imparcial*. Em um dos poucos estudos direcionados fundamentalmente a trajetória de Maia para além de seus periódicos, acusa-se a falta de fontes com dados pessoais de Silva Maia, sem, portanto, poder-se apontar para alguma passagem ou não deste personagem por alguma instituição de ensino superior³⁵². Em outro trabalho recente, persiste a lacuna: “há referências de que teve formação intelectual mediana e praticou desde cedo a profissão de negociante, apesar de não sabermos de que modo e onde teria iniciado tais atividades antes de se fixar na Bahia”³⁵³. Diante da incerteza, também não temos como definir com alguma exatidão o grau de instrução de Silva Maia. Portanto, em nosso levantamento existe um índice de formações indeterminadas de 6,9% (dois nomes).

Observando os dados da tabela 4, a atuação na imprensa tem largo domínio de

³⁴⁹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit., p. 155.

³⁵⁰ ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do Gabinete de 20 de novembro de 1827* (Tese de Doutorado). São Paulo: UNESP, 2013, p. 56.

³⁵¹ VASCONCELO, Mônica. *Debate sobre o fim da escravidão e a ação político-educativa da campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Illustrada (1876-1888)* (Dissertação de Mestrado). Maringá: UEM, 2017, p. 23.

³⁵² PEREIRA, Christiane Peres. *A imparcialidade para doutrinar...* op. cit., p. 2.

³⁵³ ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. Expectativas para o Império luso-brasileiro: A memória histórica e filosófica sobre o Brasil de Joaquim José da Silva Maia (1820-1824). In: *XXIII Encontro Estadual de História (ANPUH-SP)*, 2016, Assis. História: por quê e para quem?, p. 1. ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a "nação portuguesa" no contexto da Independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)* (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2018.

indivíduos que concluíram ou tiveram passagens significativas – a exemplo de Ottoni e Ledo - por instituições de ensino superior. Entre 29, ao menos 19 (65,5%) se formaram nesses tipos de instituições, entre universidades, academias militares e seminários. Dentro desses 19, a grande maioria é de indivíduos com decurso por ambientes universitários, contabilizando 11 – 57,9% em relação ao grupo dos 19, e 37,9% entre os 29. E entre os que se formaram em universidades, o predomínio é quase absoluto de Coimbra, presente em nove entre os 11 casos. Mesmo ampliando o escopo para o total de nossos 29 personagens, os que possuem passagem por Coimbra atingem o índice nada desprezível de 31%.

Os únicos dois casos de egressos de universidades para além de Coimbra são de personagens que em suas trajetórias se encontram com a realidade luso-americana ou brasileira com alguma pecha de estrangeiros, em um movimento de migração e/ou de expansão das fronteiras do império. Um é o de Libero Badaró, formado em medicina pela Universidade de Paiva e Turim, em 1825, e que em 1826 aportou no Rio de Janeiro³⁵⁴. O outro é Francisco de Paula Pérez, nascido na província de Chuquisaca – atual território boliviano – e teólogo formado, em 1804, pela Universidade de San Francisco Xavier. Pérez chegou à Cisplatina, por volta de 1820, após passagens por Salta e Tucumán, e lá permaneceu até a metade de 1822³⁵⁵. Dessa forma, a presença na tabela de outras universidades além da de Coimbra se deve a trajetórias com origens exógenas aos mundos luso-americano e brasileiro.

Mesmo a formação de Pérez destoa entre os outros universitários presentes na tabela 4, tornando-se um dado singular em meio ao conjunto padrão dos cursos de Filosofia, Leis e Medicina³⁵⁶. Para sua formação, de acordo com Demuro, “influyó el ambiente espiritual existente en la Real Universidade de San Francisco Xavier, cuyos estudiantes podían conocer tanto la filosofía escolástica como las doctrinas iluministas”³⁵⁷. Assim, sua formação foi mais alinhada ao espaço hispânico que ao luso-americano.

Em consonância com os resultados encontrados por Carvalho, a incidência do curso jurídico domina a formação universitária em nossa tabela, com espaço para

³⁵⁴ GOETA, Augusto. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944, p.14.

³⁵⁵ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit., p. 299.

³⁵⁶ Inclui-se dentro do direito a formação de Cânones de José da Silva Lisboa, referente ao Direito canônico.

³⁵⁷ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit, p. 298.

Filosofia como curso majoritariamente complementar à formação jurídica, e alguma incidência de Medicina³⁵⁸. Nesse ponto, é clara a relevância da formação jurídica, mesmo quando vamos além do grupo de universitários.

Para além da universidade, os outros centros de formação que identificamos foram os seminários e as academias militares. Aqueles, representando sete casos (24,13%) com muito mais incidência do que as academias (3,4%) com apenas um caso. Em nosso levantamento, a opção pela academia militar, nos dois casos em que se fez presente – um deles inconcluso -, foram saídas encontradas por indivíduos sem condições financeiras suficientes para o ingresso na universidade. Araújo Guimarães optou pela Real Academia dos Guardas Marinhas – a época ainda situada em Portugal –, no fim da década de 1790, após não conseguir nenhum tipo de apadrinhamento que o mantivesse em Coimbra³⁵⁹. E mesmo na academia, precisou de uma pensão concedida pelo Estado, a partir de setembro de 1799, para seguir estudando. É possível que o sucesso em obter a pensão se deva ao contato e proteção de Sousa Coutinho, à época Ministro da Marinha³⁶⁰. Ottoni também teve passagem pela academia – já sediada, desde 1808, no Rio de Janeiro sob o novo nome de Imperial Academia dos Guardas Marinhas – ainda que não tenha completado sua trajetória acadêmica na Academia Militar, pedindo baixa do posto de guarda marinha devido a perseguição política em 1830³⁶¹. A academia, de acordo com Leonardo Miranda, era uma opção condizente com os limites econômicos de sua família³⁶².

Em relação aos seminários e à ordenação religiosa, constatamos em Frei Caneca situação similar à de Ottoni e Araújo Guimarães. Intentava matricular-se em Coimbra, mas sendo impedido por dificuldades oriundas da origem humilde de sua família, acabou por formar-se no Seminário de Olinda³⁶³. De acordo com Françoise de Oliveira Souza, uma opção recorrente a época:

o sacerdócio tornou-se a carreira intelectual por excelência e a única de

³⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p. 84.

³⁵⁹ Diferente de Araújo Guimarães, Silva Lisboa obteve êxito nessa estratégia. Também de origem social remetente às classes mais baixas, Silva Lisboa teve a permanência em Coimbra ameaçada quando ao se matricular no curso de Filosofia, anuncia ao pai que havia desistido de seguir a carreira eclesiástica. Contrariado, o pai corta o envio de recursos dos quais Silva Lisboa dependia para manter-se na Universidade. Já nas graças de seus professores, Silva Lisboa é encaminhado para prestar um concurso para professor preparatório, sendo aprovado e obtendo meios para concluir seus estudos. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., p.36.

³⁶⁰ DAMASIO, Antonio Joaquim. *Biographia Dos Brasileiros...* op. cit., p. 363.

³⁶¹ OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typhografia do Correio Mercantil, 1860, p.12. – BBM-Bib B 21 b.

³⁶² MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 47.

³⁶³ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 24.

perspectivas mais amplas. Refugiavam-se no clero aqueles que almejavam cargos na administração pública, os que alimentavam pretensões intelectuais, mas que não tinham posses suficientes para irem à Coimbra³⁶⁴.

Todavia, não se trata de um padrão rígido entre os ordenados. Religiosos como Januário da Cunha Barbosa e Padre Fleuri, por exemplo, advinham de famílias proeminentes, enriquecidas pela atividade mercantil e parte da aristocracia provincial respectivamente, e muito provavelmente teriam condições de arcar com os custos da permanência em Coimbra. Portanto, a carreira eclesiástica parece ter sido uma escolha não determinada pelo impeditivo financeiro de uma formação universitária³⁶⁵. E mesmo assim, é importante que se diga que não havia à época uma barreira fixa e intransponível de alteridade entre a formação universitária e a religiosa³⁶⁶.

A formação religiosa, diferente da universitária, ou mesmo da acadêmica militar, não estava centralizada em poucas instituições, sendo menos necessário o deslocamento e saída dos locais de origem. Nos casos em que encontramos os seminários em que os produtores de periódicos se ordenaram, verificou-se ou a permanência nas próprias províncias de origem, ou deslocamentos regionais para províncias próximas e/ou de pregresso histórico de intercâmbios.

Importante que se ressalte o prestígio que os seminários tinham à época. Os seminários episcopais no Brasil começaram a surgir em meados do século XVIII. Essas instituições, segundo Françoise de Oliveira Souza, “funcionavam também como colégios, recebendo, além de candidatos ao Hábito de Cristo, grande quantidade de alunos (...). Aliás, foi devido ao fato de acolherem filhos de uma elite abastada que os seminários conseguiram sobreviver”. Os seminários não conformavam passagem obrigatória para quem pretendia ingressar na vida religiosa. A exigência maior era passar em exames de conhecimento e de ascendência, vida e costumes, cabendo aos candidatos se prepararem das formas que pudessem. E mesmo assim a ordenação ocorria de maneira pouco criteriosa³⁶⁷.

Dessa forma, a passagem por seminários indicava a formação de uma elite

³⁶⁴ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna...* op. cit., p.78.

³⁶⁵ Além do impeditivo financeiro, encontramos em nosso levantamento outro fator que também se mostrava um impeditivo em relação à universidade. O mineiro Caetano de Almeida, filho primogênito de uma família de afamados comerciantes, já se preparava desde cedo para assumir os negócios da família, e assim o fez após a morte do pai. Não obstante, garantiu a formação universitária para seus irmãos mais novos. A morte do pai e a necessidade de substituí-lo a frente do patrimônio familiar também foi determinante para Ledo abandonar Coimbra. Seu irmão mais novo, Custódio Gonçalves Ledo, no entanto, concluiu sua formação na Europa. Ver: MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit. BANDECCHI, Brasil. *Ledo...* op. cit.

³⁶⁶ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna...* op. cit. p. 77 .

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 73 e 74.

dentro do corpo eclesiástico. E é significativo que todos os religiosos presentes em nossa lista de produtores de periódicos tenham se formado em seminários, mantendo em evidência a relação entre uma formação intelectual privilegiada e a atuação como escritor público.

É comum a esses três tipos de formações (universitária, militar e religiosa) sua utilização como recursos de habilitação social. Isso é bem demonstrado na trajetória de Francisco Montezuma. O produtor de periódicos baiano figura como o único negro entre os 29 personagens. Como já dito, era filho de um comandante, talvez proprietário, de uma embarcação mercante, que acumulou alguma fortuna, o suficiente para custear os estudos do filho em Coimbra.

O ensino universitário, entretanto, não foi a primeira opção de Manoel Gomes Brandão para o filho. De acordo com Sebastião Eugênio Castro Junior, “os pais de Francisco, nunca esconderam o desejo de que o filho viesse a tornar-se sacerdote”, como já mencionado um meio de obtenção de prestígio social”³⁶⁸. Assim, Montezuma ingressou em uma ordem franciscana em 1808, abandonando-a apenas sete meses depois³⁶⁹.

Fechada essa porta, o próprio Montezuma quis alistar-se no exército, outro modo de adquirir ou projetar a obtenção de alguma nobilitação³⁷⁰. Esta porta, no entanto, se fechou por Manoel Gomes Brandão não consentir com a escolha do filho. Montezuma ainda obteve um diploma de cirurgião pela Escola de Cirurgia da Bahia, por volta de 1816. Sem dúvida um profissional necessário, sobretudo em uma capitania com alta incidência de trabalhadores escravos e dependente da manutenção de saúde dessa mão-de-obra. Indo além, a ocupação de cirurgião era útil provavelmente até aos negócios do pai, uma vez que Manoel era comandante de uma embarcação engajada no tráfico negreiro entre Bahia e África³⁷¹.

Por outro lado, havia uma distinção entre as ocupações de médico e cirurgião. O primeiro detinha erudição e conhecimento diagnosticando e acompanhando tratamentos, enquanto o segundo era tido como ofício mecânico³⁷². Sendo assim, não lhe conferiria o tipo de prestígio e possibilidades das formações militar e religiosa. Para esse fim,

³⁶⁸ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 31.

³⁶⁹ VIANNA, Helio. Francisco Gê de Acaiba Montezuma. In: *RIHGB* v. 244, 1959, p. 105.

³⁷⁰ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 51.

³⁷¹ VIANNA, Helio. Francisco Gê de Acaiba Montezuma... op. cit., p. 104.

³⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.15.

Montezuma terminou por ir a Coimbra “para seguir um caminho bastante comum àquele trilhado por muitos entre os relativamente poucos jovens súditos que desejavam investir numa formação capaz de garantir-lhes acesso a posições de maior destaque no seio da sociedade a que pertenciam”³⁷³.

Logo, as três formações predominantes em nossa tabela representavam três das maiores vertentes possíveis a quem desejava ascensão social e penetração nas esferas de poder por meio de uma nobilitação civil acoplada com a Ilustração. A identificação entre essas formações e o desejo de alcançar patamares sociais mais distintos se faz exemplar nas escolhas e estratégias de Montezuma.

2.2.2. Opinião pública: entre os letrados treinados e os autodidatas

De acordo com a tabela 4, há o predomínio dos indivíduos com formação ilustrada ou de algum modo distintiva na imprensa periódica da época. Essa incidência de 65,5% em conjunto com a concepção da opinião pública como instância de ação e tutela de indivíduos ilustrados e especialmente capacitados – dominante até meados de 1821 -, sugere que o ensino superior pudesse funcionar como uma espécie de credencial dessa elite intelectual. Porém, o índice de 27,6% de indivíduos sem essas formações não pode ser tomado como desprezível, indicando, dentro dos limites de nossa amostra, que aproximadamente um em cada quatro produtores de periódicos não era egresso de instituições de ensino superior. Resta-nos verificar como se dava a inserção desses indivíduos nessa nascente opinião pública.

Um dos mais célebres produtores de periódicos sem passagem por instituições de formação superior foi João Soares Lisboa. Foi também, entre os nomes aqui elencados, um dos primeiros com esse perfil a lançar-se nessa atividade, no começo de 1822. Essa diferença entre formações parece ter contribuído para Soares Lisboa enunciar no *Correio do Rio de Janeiro* uma conceituação de opinião pública distinta da elitizada e restrita verificada na produção textual dos egressos de Coimbra, como Silva Lisboa e Hipólito da Costa.

A Soberana Assembleia, para o bom desempenho de tão sublime tarefa, que faz o principal objeto de suas solicitudes, precisa ouvir a opinião pública, esta Rainha do Universo que ninguém ousa atacar impunemente. O patriotismo não é patrimônio de classes privilegiadas, é comum a todos os Cidadãos não egoístas, e tudo quanto é animado por tão sagrado fogo, raras vezes deixa de

³⁷³ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 55.

ser útil ao bem geral da Sociedade: portanto convidamos a todos os nossos concidadãos, para que hajam de emitir suas opiniões ao público, a fim de que ventiladas e combatidas possam andar em resultado a melhor escolha: qualquer pensamento, qualquer lembrança pode ser de grande utilidade³⁷⁴.

Os limites de participação na opinião pública estão sensivelmente alargados nesse excerto de 1823. Conforme o *Correio do Rio de Janeiro*, não só uma pequena parcela da população, um grupo de elitizados e ilustrados, estaria apto a expor suas considerações. Soares Lisboa apregoava que todos os cidadãos contribuíssem, apontando para uma opinião pública formada pelo conjunto das opiniões individuais de cada um, “cuja a imparcialidade não atende a distinções honoríficas”³⁷⁵.

Nessa chave, a própria função da imprensa como agente normativo e tutelar precisava ser alterada. E Soares Lisboa é enfático ao afirmar que, ao contrário de Silva Lisboa – e certamente mirando neste –, “não temos a vaidade louca, e orgulhosa, de nos persuadirmos de que somos capazes de ilustrar a opinião pública”³⁷⁶. Mas para todos os efeitos, a imprensa e os periódicos continuavam a desempenhar papel fundamental na própria existência e manifestação da opinião pública como esta desempenhava na conformação de um governo de moldes liberais.

Nos Governos Constitucionais serve de Termômetro aos Governantes a Opinião Pública, e esta não pode se dar a conhecer senão por meio da Imprensa, e por decentes contestações literárias; do que se segue tornar-se criminoso e egoísta todo o Cidadão, que podendo não quer trabalhar a favor da causa comum; deixando ao Governo privado dos recursos coletivos dos estudiosos, e na dura necessidade de obrar conforme seu entender, muitas e muitas vezes errando por falta daqueles recursos³⁷⁷.

Para esse tipo de ampla participação popular não era possível prescindir da liberdade de imprensa, caracterizada por Silva Lisboa como um perigo para a opinião pública. Quanto mais liberdade de imprensa, mais participações e mais opiniões. E nesse plural, onde Soares Lisboa via contribuição, Silva Lisboa via um risco. As posições de onde falavam eram distintas: Silva Lisboa galgou colocações até um restrito círculo de poder na Corte fluminense através de postos e cargos públicos possibilitados inicialmente pela sua formação em Coimbra, antes de aventurar-se na produção de periódicos. Soares Lisboa visava a penetração nesse mesmo ambiente de poder da Corte, mas encontrou limitações pelos artifícios típicos do Antigo Regime, e utilizou seu periódico como um novo meio de tentativa de projeção. As ampliações dos limites

³⁷⁴ *Correio do Rio de Janeiro* n° 41, 19 de setembro de 1823.

³⁷⁵ *Correio do Rio de Janeiro* n° 62, 27 de junho de 1822.

³⁷⁶ *Correio do Rio de Janeiro* n° 5, 15 de abril de 1822.

³⁷⁷ *Correio do Rio de Janeiro* n° 25, 8 de maio de 1822.

dos ambientes de poder e do debate público lhe eram interessantes já que lhe faltavam credenciais como berço e diploma³⁷⁸.

Não intentamos apontar para uma relação direta e rígida entre instrução superior e a concepção elitizada de opinião pública sob prisma da República das Letras, e em oposição a esta a ausência dessa instrução superior atrelada a uma concepção de opinião pública mais inclusiva e participativa. Mas nos parece que a participação de indivíduos sem as credenciais formais de letrados nos debates públicos, em algum grau, favoreceu novos matizes no desenvolvimento do conceito de opinião pública, uma vez que alguns deles, sem as qualificações institucionais e os seus respectivos acessos a espaços de visibilidade pública, buscavam como meio inicial de projeção a atividade na imprensa, e para isso era fundamental a ampliação dos limites de participação no debate público.

Esse foi o caso também de Evaristo da Veiga, um livreiro igualmente sem passagem por instituições de ensino superior que iniciou sua trajetória pública - marcada por temporadas ilustres no Legislativo - a partir de 1827 nas páginas do *Aurora Fluminense*. E conforme esse periódico:

A opinião pública é a soma das ideias, ou noções comuns a todos os indivíduos de uma mesma sociedade (pelo menos do maior número); se estas ideias são justas, a opinião é boa; se elas são falsas a opinião é má; geralmente falando, a opinião deve consistir na soma das verdades morais e políticas, ditadas pela natureza, e razão, consagradas pelo Legislador, e vivamente sentidas por todos os membros da sociedade. Se todos os membros do corpo social (pelo menos o maior número) não tem as mesmas ideias sobre as coisas que interessam a sua felicidade, e devem determinar a sua conduta, se as verdades relativas aos seus direitos, e deveres, não são para todos igualmente claras, então a opinião pública se decompõe em tantas opiniões parciais quantas são as diferentes maneiras de pensar de cada um, daqui nascem as seitas, partidos, e facções; se a opinião de todos os indivíduos fosse diferente (como algumas vezes acontece em certos objetos) a opinião pública tornar-se-ia nula, e a sociedade caindo na confusão, e anarquia, seria destruída pelas dissensões intestinas; porque esta opinião é a mola principal, e distintivo caráter dos Governos(...) Sem cessar exercita uma censura útil, e uma magistratura severa sobre todos os membros da sociedade; e suprimindo a insuficiência das leis, é quem lança a desonra, o desprezo, o ridículo, e o opróbrio sobre as ações baixas, e perversas (...) Desgraçadamente os homens que criam, ou dirigem a opinião, de ordinário não são filósofos; além disto, estes tem apenas o poder de pensar, de ver, e de mostrar humildemente o que se deve fazer; enquanto outros dispõem da força pública, do dinheiro, das Tipografias, dos Jornais e etc (...) O que se deve pois fazer, neste estado de coisas? Ardentes votos para que as rédeas do Estado sejam sempre confiadas a homens que tenham o gênio na cabeça, e a virtude no coração³⁷⁹.

O tom elitizado de Silva Lisboa encontra algum espaço nesse excerto, onde é

³⁷⁸ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p.73.

³⁷⁹ *A Aurora Fluminense* n° 322, 7 de abril de 1830.

clara a ideia de que a opinião pública seria melhor dirigida por uma elite intelectual de filósofos, mais aptos a alcançarem as melhores soluções através do uso da razão e da erudição. No entanto, essa assertiva surge mais como um desabafo resignado do que como uma declaração normativa. Por outro lado, a ideia de uma opinião pública dotada de espontaneidade e determinada pelo número – ou seja, pela vontade da maioria - se repete, semelhantemente à proposição do *Correio do Rio de Janeiro*.

Dessa maneira, se tomarmos as noções de Silva Lisboa e de Soares Lisboa como dois polos antagônicos entre si, a de Evaristo da Veiga se apresenta com certo hibridismo, mas mais tendente a conceber a opinião pública como esfera de ampla participação social, mesmo reconhecendo que a maioria legitimadora da opinião poderia dar vazão a uma má opinião.

Entre as edições 22 e 24, o *Astro de Minas*, de Batista Caetano de Almeida, publicou na íntegra, em 1828, a Lei de Liberdade de Imprensa redigida no fim de 1823, e em paralelo apresentou um artigo em que refletia acerca da opinião pública. Novamente o termo aparecia com poderes de censura e de guia das decisões governamentais. E mesmo incluindo instituições do próprio governo, à exemplo do corpo de deputados e do júri composto de cidadãos, como manifestações da opinião pública esta se apresentava de modo ainda mais nítido em outro espaço:

O que sobretudo parece aos maiores políticos e jurisconsultos (da América e da Europa) ser o intérprete da opinião pública, é a liberdade de imprensa. É tal a invencível influência desta fiança social, que mesmo imperfeita dá ela cabo de Tiranos, e serve o interesse das nações. Porém de todos os órgãos da opinião pública o mais certo e invariável é, sem dúvida, a publicação diária; os que negam esta verdade não mereceriam que se lhes respondessem³⁸⁰.

Mais uma vez a liberdade de imprensa é ressaltada como pilar fundamental da opinião pública. E se a ação dos “escritores públicos de fama” é imprescindível para a manifestação da opinião pública, seus concidadãos e a força de seu número na configuração de uma maioria definem se a opinião tornar-se-ia pública ou um eco solitário e particular.

Dizer-se que os diários são ecos das opiniões de seus autores e de seus partidos, é dar um parecer que necessita explicação. Se um escritor publica sua opinião singular, alheia aos outros concidadãos, ou estes a acham boa, e admitindo-a, fazem-na opinião pública; ou dela desagrada a todos, ou ao maior número, e seu autor fica no escuro, e cessa de imprimir, se não teima em atulhar de inúteis folhas as casas dos livreiros³⁸¹.

³⁸⁰ *Astro de Minas* n°24, 12 de janeiro de 1828.

³⁸¹ *Ibidem*.

Logo, por mais destaque que tenham os escritores públicos, suas sábias opiniões dependem impreterivelmente da aprovação de seu público leitor, descartando-se a relação de estrita, vertical e unilateral tutela dos primeiros sobre os segundos.

Mesmo produzindo uma folha que se apresentava em plano nacional pendendo mais para o governismo e apoio a D. Pedro I e seus ministros, e, portanto, tendo maior cautela para as críticas publicadas nos impressos e a questão da ampla liberdade de imprensa, João Antônio de Garcia Abranches reconhecia em 1825 a força e a legitimidade da opinião pública frente aos governos nas páginas do *Censor*, publicado no Maranhão. “Isto é o que se chama: Opinião Pública: o é este tribunal oculto que dito fica: o seu poder é tão grande, e sua força tão formidável, que ele tem sido sempre o inimigo mais assustador e irreconciliável de todo o Governo Injusto”. Entre outras demonstrações:

Foi a Opinião Pública quem assassinou o incendiário Marate por instrumento de uma mulher, e foi quem estrangulou o pérfido Danton, o sanguinário Robespierre, e outros tiranos horríveis por instrumento do povo (...) Foi a Opinião Pública quem no Brasil celebrou a Independência, e a Ereção do Império; e é a mesma quem há de punir e a bazar os apóstatas do sistema e os democratas encobertos³⁸².

Havia, em alguma medida, no *Censor* a concepção do escritor público como iluminado e apto a dirigir e tutelar a opinião pública, semelhante a concepção da República das Letras. Ao menos essa era a idealização que fazia.

Depois de bem formado, e previsto nestas matérias, precedendo os estudos preliminares como já dissemos, e passando depois de nove anos de meditação para moderar o fogo, poderá então o nosso Político, sem que receie transtornar a máquina política em caos tenebroso (...) poderá então meter-se a escrever em política dirigir a Opinião Pública; escrever Cartas; e dar instruções, e a sua opinião política aos chefes da Administração Pública³⁸³.

Todavia, o próprio Abranches eximia-se dessa tarefa, sendo enfático ao determinar suas pretensões com o periódico e posicionar-se quanto a sua formação. “Nós não somos árbitros da Opinião Pública; somos o seu manifestador; e muito desejávamos agora contar uma novena de anos de Coimbra, ou possuir os talentos, e as belas letras de alguns jovens esclarecidos que conhecemos para dirigi-la e não incendiá-la”,³⁸⁴.

³⁸² *O Censor* n° 3, 8 de fevereiro de 1825.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *O Censor* n° 1, 24 de janeiro de 1825. É importante ressaltar, como bem observou o professor Marcelo Cheche Galves, em sua arguição a este trabalho, que este trecho redigido por Abranches, acerca da formação em Coimbra, consiste em uma provocação contra o seu rival Odorico Mendes, redator do *Argos da Lei*. Mendes passou nove anos na Universidade, sem, no entanto, completar curso algum, o que revela a ironia de Abranches ao mencionar os necessários “nove anos de meditação”. Ver BOTELHO, Yane. “O

E assim como nos excertos do *Correio do Rio de Janeiro* de 1823, do *Astro de Minas* de 1828, e da *Aurora Fluminense*, de 1830, a força da maioria também era critério fundamental para a legitimidade da opinião nas páginas do *Censor*, em 1825. “Até certo ponto deveria o Governo conservar a sua dignidade na luta; mas quando se viu a opinião pública manifestar-se na máxima parte dos habitantes a favor da Independência, devia também o governo ceder com dignidade”³⁸⁵.

De modo geral, verifica-se no decorrer do processo de Independência transformações no conceito de opinião pública. De acordo com Lúcia Bastos Neves: “fundamentada na supremacia da razão e na presença de uma elite intelectualizada, o conceito adquiria novas conotações, que remetiam para a concepção de uma vontade da maioria, produzida pelo conjunto de cidadãos que devem se fazer representar em assembleia para decidir o bem comum”³⁸⁶.

Esse desenvolvimento é muito bem notado, em dois momentos distintos, na trajetória de Silva Maia como produtor de periódicos. Afirmava, em 1821, em seu *Semanário Cívico*, que “o dever de um redator nas atuais circunstâncias deve ser, não só instruir o Povo, e dirigir-lhe a opinião para os verdadeiros princípios constitucionais; como desmascara a impostura, fazer calar a calúnia”³⁸⁷. Vemos novamente a concepção de opinião pública que remete à República das Letras, onde o redator destacado de seus concidadãos eleva-se acima destes com a missão de instruir-lhes e dirigir sua opinião em uma relação essencialmente verticalizada. O caso de Silva Maia é privilegiado, pois tendo redigido três periódicos – um dos poucos entre os aqui elencados – sua atuação como escritor público compreende um largo período de tempo, entre 1821 e 1830. Se em 1821, Silva Maia acompanha a conceituação mais elitista de Silva Lisboa, predominante até então, o mesmo redator parece ter matizado seu discurso em 1830, adequando-o com o desenvolvimento do conceito de opinião pública verificado nas análises anteriores.

A opinião pública sempre se classificou o voto da maioria da classe pensante de uma nação: é esta classe que dirige as outras, que pugna pelos seus interesses, e que de algum modo obra e pensa por elas, como seus naturais procuradores; e não a classe berradora, e a canalha, que mal pensa e só

jus de governar já não se herda”: Manuel Odorico Mendes e seu projeto de nação brasileira (1825-1833). (Dissertação de Mestrado). São Luís: UFMA, 2017, p. 43. De qualquer maneira, implícito no chiste contra seu desafeto, ainda assim percebe-se enraizada, mesmo que caricaturada, a concepção do escritor público como um indivíduo destacado em suas luzes.

³⁸⁵ *O Censor* n° 6, 17 de março de 1825.

³⁸⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Opinião Pública...* op. cit., 159.

³⁸⁷ *Semanário Cívico* n° 23, 2 de agosto de 1821.

Longe de ser uma guinada completa em direção aos novos elementos de maior democratização constituintes do conceito de opinião pública, muito da elitização de 1821 ainda se faz presente, principalmente a divisão entre uma classe capacitada a participar do debate público e outra não. No entanto, Silva Maia não mais arroga explicitamente para si a função de dirigir a opinião do povo e a legitimação da opinião pública através de uma maioria, parte de uma classe qualificada, e aponta para elementos além da concepção caracterizada como República das Letras.

Através do caso de Silva Maia, observamos o desenvolvimento e as mudanças do conceito de opinião pública, ao agregar princípios que apontavam para uma maior participação no debate público, o alargamento de seus limites e a diminuição na ideia hierarquização. Ao notarmos esses princípios não somente presentes de forma geral na produção dos produtores de periódicos sem formação superior, mas entendendo uma necessidade maior destes na participação do debate público através da imprensa como modo de ascensão sócio-política, acreditamos que este grupo tem grande importância no desenvolvimento do conceito de opinião pública tal como se deu.

2.3. Profissões e ocupações profissionais

A partir de agora passaremos a observar as profissões e ocupações exercidas pelos nossos produtores de periódicos durante suas respectivas trajetórias. A partir desses dados é possível avançar acerca da inserção social desses personagens conforme seus interesses profissionais e os círculos e redes de sociabilidade em que estavam inclusos. Mas principalmente, nos permite a aproximação e o estabelecimento de relações entre a atividade na imprensa e alguns setores e ocupações profissionais.

Por um lado, este levantamento possui critério semelhante ao utilizado anteriormente quando tratamos das origens sociais, nos valendo das profissões dos familiares ascendentes de nossos personagens. Por outro, o maior volume de dados coletados nos permite uma apreciação mais completa, pois diferentemente das dificuldades enfrentadas para aquele tópico, onde poucas informações foram encontradas, tivemos acesso a uma multiplicidade de atividades para cada um de nossos personagens, indo além da limitação de cada indivíduo a somente uma ocupação.

³⁸⁸ *O Brasileiro Imparcial* n°1, 12 de janeiro de 1830.

Portanto, para além da determinação dos personagens somente como comerciante, burocrata, magistrado ou proprietário de terras, por exemplo, pudemos constatar como foi comum a eles a diversidade de atividades e ocupações, dedicando-se a elas de maneira simultânea ou intercalada.

Na tabela 5, listamos as atividades e ocupações que mais incidiram em nosso levantamento, identificando quais de nossos personagens a exerceram, ao menos em algum momento de suas vidas.

Tabela 5: Produtores de periódicos e suas respectivas profissões/ocupações profissionais

Produtores de periódicos	Profissão/Ocupações profissionais										
	Funcionário Estatal	Professor	Comerciante	Proprietário de terras	Magistrado	Advogado	Clérigo	Cirurgião	Médico	Militar	Tradutor
José da Silva Lisboa	X	X		X	X	X					
Cipriano Barata			X					X			
Manuel Rodrigues de Oliveira	X							X	X		
Hipólito da Costa	X	X									X
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)						X					
Bernardo Pereira de Vasconcelos				X	X						
José da Costa Carvalho	X	X	X	X	X						
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente				X	X	X					
Joaquim Gonçalves Ledo	X		X	X		X					
Diogo Soares da Silva de Bivar	X	X	X		X	X					
Francisco de Paula Pérez											
Libero Badaró		X							X		
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães		X				X				X	X

Produtores de periódicos	Funcionário Estatal	Professor	Comerciante	Proprietário de terras	Magistrado	Advogado	Clérigo	Cirurgião	Médico	Militar	Tradutor
Teófilo Ottoni		X	X								
Luis Augusto May	X									X	
Padre Mororó		X					X				
Frei Caneca		X					X				
Januário da Cunha Barbosa	X	X	X	X			X				
João Batista Gonçalves Campos				X	X	X	X				
Luiz Gonzaga Coelho Fleuri		X			X		X				
Padre Tezinho			X				X				
Cirilo de Alameda y Brea	X						X				
Joaquim José da Silva Maia			X								
João Antônio de Garcia Abranches			X	X							
João Soares Lisboa			X	X							
Batista Caetano de Almeida			X	X	X						
Evaristo da Veiga			X								
Vicente Ferreira Gomes	X				X	X					
Antônio Borges da Fonseca		X									
TOTAIS	10	12	12	10	9	8	7	2	2	2	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como dissemos, a coleta de dados para este tópico foi muito mais profícua em comparação com o item das origens sociais e familiares dos personagens. Esbarramos apenas em uma ausência: o caso de Francisco de Paula Pérez, para o qual não encontramos nenhuma atividade além da produção de periódicos, reafirmando a memória deste indivíduo como uma das mais lacunares entre os personagens da época. Também nota-se, observando a tabela 5, a incidência dominante de múltiplas atividades

profissionais para cada personagem. Em apenas três casos (10,34%) nos deparamos com indivíduos em que o levantamento apontou a presença de apenas uma ocupação profissional.

Dentre as 11 atividades listadas, pudemos separá-las em dois grupos: um núcleo formado pelas mais recorrentes e outro contendo as mais residuais. No primeiro grupo: funcionário estatal com dez casos (34,48%); professor e comerciante com 12 casos cada (41,38%); proprietário de terras e magistrado com dez (34,48%) e nove (31,03%) casos respectivamente; advogado com oito ocorrências (27,59%) e clérigo com outras sete (24,14%). No segundo grupo, com duas ocorrências cada (6,90%), estão militar, tradutor, médico e cirurgião. A aproximação desses produtores de periódicos com atividades que denotam, senão a posse de um diploma ou a obtenção de instrução formal, mas certo domínio da cultura letrada é evidente, sobretudo em seis entre as 11 levantadas: professor, advogado, magistrado, clérigo, médico e tradutor. Sendo que dessas seis, quatro estão no núcleo mais recorrente e duas no mais residual.

Apesar de militares, magistrados, clérigos e, em alguns casos, professores também serem funcionários estatais, estabelecemos uma categorização de mesmo nome para agrupar uma série de atividades, entre elas o grosso da burocracia, cujas designações formais não foram encontradas ou eram tão específicas que particularizá-las dificultaria mais do que auxiliaria o tratamento e a observação conjunta dos dados. Sendo assim, estão subentendidas nessa categoria tanto postos como contador do arsenal do Exército, diretor de fiação de seda, deputado da junta de inspeção da Tipografia Nacional, bibliotecário da Biblioteca Pública, e escriturário – desempenhados respectivamente por Ledo, Bivar, Araújo Guimarães, Januário da Cunha Barbosa e Vicente Ferreira Gomes - quanto atividades ou postos cuja denominação exata nos escapa, mas que caracterizam serviço ao Estado, como por exemplo, a viagem de Hipólito da Costa aos Estados Unidos, entre 1798 e 1799, para levantamento e registro de informações a mando do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho³⁸⁹.

Essa categoria de funcionários estatais por si só se mostra como uma das mais numerosas em nossa tabela, identificada em dez casos (34,48%). Somando aos funcionários estatais os militares, clérigos, magistrados e professores a serviço do Estado, cujos nomes já não figuravam nessa coluna, o número dobra de dez para vinte

³⁸⁹ BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *Hipólito da Costa na Filadélfia, 1798-1800*. São Paulo: Hucitec, 2011.

ocorrências (68,97%), apontando que a grande maioria de nossos produtores de periódicos em algum momento trabalhou prestando serviços ao Estado, quer fosse o português ou o brasileiro. Esse alto número, também presente na aproximação entre elite política e burocracia proposta por José Murilo de Carvalho, a expande para a nossa amostra de elite intelectual representada pelos produtores de periódicos. De acordo com o autor, o funcionalismo público funcionava não apenas como a trilha habitual de ascensão de setores de elite – representada, sobretudo, na magistratura -, mas também como alternativa às limitações ocupacionais da sociedade escravista para os setores médios urbanos, e mesmos às camadas mais baixas³⁹⁰. Portanto, um dos maiores empregadores de mão-de-obra, qualificada ou não, da época, independente do estrato social.

Entre Europa e América, a fomentação da opinião pública, como espaço de discussão inicialmente desautorizado pelo Estado absolutista, se faz pelo véu do segredo, desviando dessa censura estatal, para depois insurgir de maneira pública em oposição a características centrais desse modelo de Estado absolutista³⁹¹. Assim, ao menos no caso luso-americano, parece razoável inferir que a despeito da orientação da censura estatal absolutista, foram justamente quadros e representantes desse mesmo estado, e não indivíduos completamente apartados de cargos ou mercês públicas, os responsáveis pelos impulsos iniciais de formação da opinião pública crítica a alguns dos traços fundamentais da organização da máquina estatal que compunham, encampando em sua maioria, a partir de 1820, a defesa do modelo constitucional e outras reformas visando abertura política e modernização.

E de acordo com nossa lista de personagens, essa não foi uma característica restrita a um ou alguns nichos do funcionalismo público, sendo uma constante, em vários pontos hierárquicos, adquirindo roupagens mais ou menos conservadoras, revestidas de interesses e projetos dos mais diversos.

Podemos tratar, por exemplo, de postos mais modestos, como o exercido por Ledo, cuja distância mais acentuada do topo dos servidores estatais e do ambiente de Corte parece contribuir para a elaboração de discursos mais críticos ao governo central, como os publicados no *Revérbero* (1821-1822). Todavia, em setores mais elevados do organograma do Estado também localizamos inclinação semelhante por reformas e

³⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.164.

³⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.

mudanças. Mesmo estando apto a trilhar a via da magistratura e trabalhando sob as ordens diretas de Sousa Coutinho, Hipólito da Costa produziu de maneira muito longeva, para os padrões da época, o *Correio Braziliense*, conhecido, em seus primeiros anos, pelas suas críticas ao estado absolutista português e propostas de reformas com vistas à maior abertura política. Mesmo quando a partir de 1822, com um discurso que se alterou conforme o rumo dos acontecimentos³⁹², criticava as Cortes de Lisboa - uma das grandes expressões do movimento constitucional do império português -, não deixava de ressaltar sua preferência pelas inovações trazidas pelo sistema de organização política das Cortes do que pela volta ao modelo anterior.

Não suponham que nós, notando defeitos no atual sistema, queremos, nem direta nem indiretamente, aprovar o sistema passado: esse era tão mau, que nada de mal que aconteça agora é capaz de o igualar (...). É claro que um Sistema de Governo Constitucional, ainda que mau, é preferível a um Sistema despótico aonde não há outra regra senão na vontade sempre variável do déspota ou déspotas que governam³⁹³.

Até mesmo Silva Lisboa, em sua ojeriza a inovações políticas e sociais súbitas e bruscas, tendo, além disso, sua trajetória ascendente em muito tributária dos mecanismos e vias tradicionais do Antigo Regime, entrou em desacordo com posturas intervencionistas do Estado absolutista durante o exercício de suas funções em cargos estatais. Em sua passagem pela Mesa de Inspeção da Bahia, entre 1797 e 1808, o secretário Silva Lisboa se deparou constantemente com queixas de agricultores e comerciantes em relação à direção e à condução da política econômica governamental. Em face desses protestos, “não discordava das opiniões expressas nesses pareceres”. Silva Lisboa “cumpria rigorosamente as ordens régias, porém tinha suas próprias ideias a respeito do comércio da colônia, a ponto de escrever sobre temas considerados

³⁹² O *Correio Braziliense* iniciou suas atividades com o mote maior de defesa da união entre Portugal e Brasil concomitante com reformas úteis e liberalizantes para sanar os vícios do absolutismo que mantinham o império em situação de atraso, além da representação deste último como uma entidade política unificada para além de suas diversas partes. A oposição do periódico é matizada conforme a erupção de eventos como a Revolução de 1817, criticada e rejeitada por Hipólito da Costa, demonstrando sua reprovação por revoluções, dando a prerrogativa das mudanças e das reformas ao Estado monárquico, assim como pelas acusações de supostos recebimentos de subsídio do próprio D. João VI. Quando explode a Revolução do Porto de 1820, o *Correio Braziliense* mantém sua suspeita para com revoluções, mas transparece certo otimismo com os pressupostos e expectativas do pacto constitucional. Hipólito até concebe de forma positiva a possibilidade de retorno de D. João VI a Portugal. No decorrer do trabalho das Cortes de Lisboa, o *Correio Braziliense* amenta nos tons das críticas a essa instituição, até passar para aberta oposição, incorporando inclusive a retórica acerca das intenções recolonizadoras das Cortes. Por fim, na passagem de 1821 para 1822, a defesa da manutenção do Reino Unido é sacrificada em prol do projeto independentista do Rio de Janeiro com ênfase na manutenção da unidade do Brasil. Ver JANCSÓ, István.; SLEMIAN, Andrea. Um caso de patriotismo imperial. In: DINES, Alberto. (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Estudos*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado; Correio Braziliense, 2002.

³⁹³ *Correio Braziliense* n° 165, fevereiro de 1822.

subversivos no contexto português, como as vantagens da liberdade comercial”³⁹⁴.

Dessa maneira, um conservador antirrevolucionário sempre a serviço da realza e das tradições monárquicas não era automaticamente um reacionário defensor da manutenção do absolutismo. As diferenças e os conflitos entre Silva Lisboa e seus publicistas rivais, alguns igualmente alocados na máquina estatal, se davam a despeito de ambos os lados, de maneira geral, verem com diferentes graus de aprovação alguns aspectos do regime constitucional, conforme os possíveis projetos para seu desenvolvimento. Essas diferenças podem ser identificadas em características e contrastes entre discursos encontrados nos diferentes periódicos. Como exposto no primeiro capítulo, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, em sua edição inicial, como outros periódicos que iam surgindo a partir de 1820, destacou a Revolução do Porto e a instituição das Cortes de Lisboa como marcos iniciais e decisivos para o processo de regeneração portuguesa. Essa narrativa se altera em um texto de Silva Lisboa de 1821, comungando seu apreço pela vindoura ordem constitucional ao seu compromisso com o estado imperial, a família real e as tradições.

Dia 26 de fevereiro de 1821! Dia de salvação e de regeneração do reino do Brasil! Dia de espetáculo digno de Deus, e dos homens que o adoram em espírito e verdade! Dia, em que a Mão Invisível do Fundador e Regedor da Sociedade manifestou as suas riquezas de misericórdia, tocando o coração do nosso Augusto Soberano, para em seu nome enviar o Gênio da Harmonia, o Príncipe Real D. Pedro, como o Anjo da Concórdia, trazendo tão boa nova; havendo antes o Amável, Ínclito e Heroico Jovem (glória dos olhos de todos os vassalos) nas mais críticas circunstâncias da segurança pública, sido o Intercessor, e Mediador entre o Trono e o Povo, para a sua Majestade Outorgar a Graça de uma Liberal Constituição, conforme ao Espírito do Século, Empenho de Portugal, Voto do Brasil, e de todos os habitantes dos mais Estados e Domínios da Coroa³⁹⁵!

De acordo com esse modo de ver as coisas, não são mais os revolucionários lusitanos do Porto os responsáveis pelo alvorecer da regeneração e do constitucionalismo, mas sim D. João VI, que por intermédio de D. Pedro, concede e autoriza a elaboração de uma Constituição. Fica sob a incumbência da família real conduzir as reformas e as mudanças encerradas no espírito do século – e, portanto, supostamente inevitáveis –, a fim de evitar o caos. Dessa forma, Silva Lisboa não apenas não era contrário aos princípios constitucionais e a abertura do absolutismo, como os via como um movimento que não podia ser refreado por muito tempo. A questão era de quem e de como administrar e guiar esse movimento. Para o velho ilustrado era

³⁹⁴ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., p. 129.

³⁹⁵ *O Conciliador do Reino Unido* nº1, 1 de março de 1821.

prerrogativa da Coroa e seu círculo restrito no qual já era figura referencial e destacada.

Dentro do agrupamento do indivíduos que serviram ao Estado, Silva Lisboa também pertencia ao grupo com passagem pela magistratura, cuja somatória abrange nove nomes (31,03%). Entre eles há uma divisão reveladora da tensão carregada pelo desenvolvimento da figura do juiz em meio ao processo de Independência: cinco dentre os dez são formados no curso jurídico de Coimbra – a saber, Silva Lisboa, José da Costa Carvalho, Felipe Alberto Patroni, Diogo Soares da Silva de Bivar e Bernardo Pereira de Vasconcelos - enquanto os outros quatro – Manoel de Araújo Ferreira Gomes, Batista Caetano de Almeida e os padres João Batista Gonçalves Campos e Luiz Gonzaga Fleuri - não possuíam formação universitária. Estes últimos ingressaram nos cargos após 1828, quando a figura do juiz de paz foi regulamentada, tornando-se eletiva em suas localidades como forma de diminuir o poder do governo central sob essa esfera, tornando-a acessível às elites locais³⁹⁶. Não nos foi possível confirmar se o pleito foi a maneira de acesso desses quatro personagens à magistratura, havendo essa certeza apenas em relação a Caetano de Almeida e a Batista Campos. No entanto, a investidura de todos esses casos de não diplomados, após esse processo de abertura, a alguns postos regionais do judiciário parece significativo e indissociável da formação do debate público no Brasil. O ímpeto da abertura do acesso da magistratura pode muito bem ser assinalado como tributário da desconfiança e rejeição da figura do juiz - percebida já nos primeiros periódicos - atribuída pelas folhas impressas ao despotismo e ao poder arbitrário, característicos da degeneração do absolutismo. De acordo com João Soares Lisboa, “o poderio da gente Togada é colossal; seu despotismo e arbitrariedade é transcendente e prejudicial a toda a classe de Cidadãos”³⁹⁷. E se a esses quatro juízes não diplomados associa-se a constante pauta pela abertura de cargos, cabe aos seis primeiros indivíduos, portanto, a classificação de figuras mais tradicionais da magistratura remanescente do Antigo Regime.

A alçada de Caetano de Almeida à magistratura de forma eletiva é exemplar para a observação de como a abertura política do regime constitucional impactou na realidade das províncias remanejando rivalidades e conflitos pré-existentes de acordo com a nova roupagem do Estado. Projetando-se como homem público, Caetano de Almeida disputou o cargo de juiz de paz, em 1829, com Luis José Custódio em São

³⁹⁶ MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)* (Dissertação de Mestrado). Vitória: UFES, 2013, p.67.

³⁹⁷ *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro* nº 1, 24 maio de 1823.

João del Rei. Ambos despontavam de grupos rivais na corrida pelo poder em São João há décadas.

Esse tipo de processo eleitoral sendo, a época, uma novidade, suscitou dúvidas, desconfianças e, por conseguinte, perturbações. Estando em grande evidência, essas eleições receberam grande atenção da imprensa³⁹⁸. Imprensa esta cujos grupos em questão já haviam integrado entre seus investimentos. Caetano de Almeida dispunha do *Astro de Minas*, enquanto Custódio era apoiado pelo *Amigo da Verdade*. As eleições terminaram com a vitória de Caetano de Almeida, mas não sem a acusação de fraudes no pleito, com os referidos periódicos agindo nessa peleja.

Para Carlos Eduardo Maculan, “é possível identificar a formação de grupos políticos na primeira metade do século XIX na vila de São João del-Rei. Eles não podem ser classificados como partidos no sentido moderno, no entanto, estes agrupamentos podem ser identificados como uma primeira manifestação deles”³⁹⁹. Esses grupos em disputa já existiam antes da conformação dos processos eleitorais e da livre imprensa, mas se adequaram e levaram sua competição para essas novas instituições.

Outra possibilidade observada para os produtores de periódicos que, em algum momento exerceram cargos da magistratura ou tiveram alguma passagem por cursos jurídicos, foi a atuação como advogado particular. Essa atividade contempla oito (27,59%) da nossa totalidade de casos, e cinco dentre os nove apontados como magistrados. A atuação autônoma como jurista aparenta ter sido uma alternativa em períodos de impossibilidade de exercício de cargos públicos, em especial aos egressos de Coimbra. Após desligar-se do cargo de ouvidor de Ilhéus, depois de uma curta e tempestuosa temporada entre 1780 e 1781, Silva Lisboa lamentava ver-se “obrigado a ganhar minha subsistência da mendiga advocacia, vida pouco análoga à constituição do meu gênio”⁴⁰⁰. Felipe Patroni, de maneira semelhante, depois de concluir o curso jurídico em Coimbra – não encontramos o exato ano, mas se dá entre 1822 e 1827 -, se estabelece no Rio de Janeiro onde também se ocupa como advogado até conseguir em 1828 a nomeação para de juiz de fora da Comarca de Praia Grande⁴⁰¹.

A atividade de profissional liberal não parecia gozar de tanto prestígio quanto a de magistrado. Além disso, a advocacia particular não obedecia a lógica de um nicho

³⁹⁸ MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit., p.85.

³⁹⁹ *Ibidem*, p.105

⁴⁰⁰ KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu...* op. cit., p. 57.

⁴⁰¹ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará...* op. cit., p.70.

reservado aos que obtiveram enobrecimento civil mediante a formação superior. A figura dos rábulas, indivíduos autorizados a exercer a atividade sem diploma - como, por exemplo, Vicente Ferreira Gomes - devido à escassez de indivíduos diplomados, talvez trouxesse certa depreciação a advocacia, não a tornando tão atraente ou sendo a trilha ideal para os egressos de Coimbra⁴⁰². De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva, a queixa de advogados formados em relação aos rábulas já existia desde o século XVIII. “Uma possibilidade aberta aos bacharéis que não conseguiam entrar na carreira da magistratura era a advocacia, mas mesmo nesse campo a concorrência era grande (...) Queixavam-se dos ‘inumeráveis rábulas e advogados de provisão’ que com eles concorriam nos auditórios”⁴⁰³.

A advocacia também parece ter sido uma atividade por vezes não encarada como profissão longa, mas como ocupação exigida conforme as ocasiões. Para Batista Campos, a representação jurídica tornou-se complementar à sua articulação política no Pará. A residência do padre, a partir de 1820, tornou-se um dos centros de encontro e planejamento de seus correligionários, e “ele próprio provisionara-se advogado para a defesa de sua gente no judiciário, polícia e repartições públicas, independentemente de advogados”⁴⁰⁴. O militar Araújo Guimarães, apesar de não possuir diploma em leis e nem trajetória como magistrado, fez-se advogado de defesa de seu filho, o Major Inocêncio Eustáquio, acusado de rebelião e envolvimento na Sabinada (1837 -1838) perante o Conselho de Guerra na Bahia⁴⁰⁵.

Não obstante a distância entre a advocacia e os postos e nomeações públicas, outros profissionais liberais estavam mais longe do Estado do que os advogados⁴⁰⁶. Dessa forma, apesar da alta incidência de advogados em nossa tabela, esta não necessariamente atenua a proximidade referida entre as atividades exercidas pelos produtores de periódicos e a esfera estatal. Entre as ocupações não remuneradas pelo Estado é uma das mais numerosas, e também a mais próxima da área de atuação estatal. Outros profissionais liberais, como médicos, cirurgiões e tradutores, alcançam índices muito menores, com dois (6,90%) casos cada.

Os picos de incidência em relação a profissões e ocupações estão nas atividades de professor e comerciante, com 12 (41,38%) casos cada. O magistério parece coadunar

⁴⁰² RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha...* op. cit., p. 49.

⁴⁰³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.201.

⁴⁰⁴ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará...* op. cit., p.35.

⁴⁰⁵ DAMASIO, Antonio Joaquim. *Biographia dos Brasileiros...* op. cit., p. 369.

⁴⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., p.101.

muito bem com a atividade na imprensa, especialmente pela dimensão didática e de difusão de luzes arrogada pelos escritores públicos. O prospecto do *Observador Constitucional*, de Libero Badaró, de 1829, era enfático ao objetivar a produção de sua folha “a aumentar a instrução principalmente das classes inferiores, fazendo-lhes conhecer os seus direitos, as leis que os governam e os meios de os manter”. No mais, “nos parece que já se deve aproveitar do terreno inculto para deitar-lhe semente boa, e não esperar que as más sementes cresçam (...) é pelas classes menos instruídas, já o temos dito, que escrevemos”⁴⁰⁷.

Badaró é um entre os tantos produtores de periódicos que se ocuparam do magistério durante sua trajetória e procurou, conforme o excerto acima, se projetar como instrutor de seu público de forma análoga a um professor perante os alunos. A posição de professor aparentava agregar algum prestígio e conferir domínio do saber a quem a ocupava. Somado a isso, o magistério também se apresenta em nosso levantamento como uma forma comum de ocupar um cargo público, outra fonte de prestígio, mesmo quando em caráter mais ocasional e fortuito do que uma carreira sólida e longa como professor, como se deu com o redator do *Observador Constitucional*. A Badaró, ao menos, essa passagem pelo magistério pareceu suficiente para oferecer-se a ocupar temporariamente a cadeira de Geometria da província de São Paulo, em 1828, que se achava vaga, dispensando os vencimentos⁴⁰⁸.

Tendo ocupado uma série de cargos no magistério, Frei Caneca, após formar-se no Seminário de Olinda, estava habilitado a lecionar filosofia, retórica e geometria, o que passou a fazer no Convento do Carmo a partir de 1803, em Recife. Eventualmente também ocupou a cadeira de Lente de Geometria na Vila de Recife. De acordo com Morel, o domínio e o ensino da retórica como disciplina teve implicações evidentes na atuação do frade como produtor de periódicos. Sob o impacto das reformas educacionais do período pombalino, a retórica se renovou ao afastar-se da tradição escolástica, onde a ornamentação, as vestes de erudição e o rebuscamento estilístico lhe davam o tom. Adquirindo aspecto mais pragmático e menos hermético, “a nova tendência definia a retórica como o poder de persuasão, sendo associado ao exercício do magistério e, mais ainda, à pedagogia política e cultural, visando ao esclarecimento da humanidade”. Portanto, a missão do professor de retórica estava muito próxima à

⁴⁰⁷ SILVEIRA, Argemiro. Alguns apontamentos biographicos de Libero Badaró. In: *RIHGB*, t.53, 1890, p.338.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p.324.

empresa encampada pela maior parte dos produtores de periódicos e escritores públicos do período: a promoção do esclarecimento, da difusão de luzes e do pedagogismo político. “Ensinar a ciência da palavra que transformava as consciências e a sociedade, no púlpito, nas salas de aula ou, futuramente na imprensa, eis um aprendizado teórico ao qual Frei Caneca se dedicou por vários anos”⁴⁰⁹.

Além de típico representante da magistratura e da elite política da primeira metade do século XIX, José da Costa Carvalho, responsável pelo *Farol Paulistano*, também se destacou em cargos influentes na educação superior, mas aparentemente somente após sua atuação como produtor de periódicos. Em 1835, era o diretor dos cursos jurídicos da província de São Paulo, que ao lado da Faculdade de Direito de Recife foram as bases de formação da elite brasileira no período pós-Independência, substituindo a hegemonia de Coimbra. Porém antes disso, por meio da publicação do *Farol Paulistano*, Costa Carvalho já procurava incutir em seu público leitor um repertório de conhecimentos e saberes que considerava indispensável para a formação de cidadãos atuantes na monarquia constitucional. Fazia isso por meio de traduções de excertos de livros e artigos de autores como Rousseau ou Constant, intercalando-as com outras seções regulares da folha, como a seção de cartas ou o acompanhamento dos trabalhos legislativos. Por vezes, a missão pedagógica era descontinuada, mas longe de ser abortada.

Muito tempo há, que não damos algumas traduções aos nossos leitores, sendo esse um dos pontos do nosso plano, e conhecendo nós a muita vantagem, que desse trabalho pode resultar ao público, o qual pela maior parte não tem, nem pode obter certo livros já por sua raridade, já pelo seu preço, e também a muita gente acontece não ter ânimo, por desuso, e não ser essa sua profissão, antes pelo contrário, às vezes inteiramente diversa, de ler um grosso volume, mas achando em um pequeno artigo de um Periódico aquelas verdades que se tornariam incomodas, espalhadas em um volume, as lerão com prazer, as reterão, e irão adornando o seu espírito, e ficando mais nas circunstâncias de conhecerem seus deveres, e direitos, e por consequência o que devem fazer, e exigir, e a opinião pública irá sendo mais ilustrada, mais valente e fixa, mais formidável aos déspotas e proveitosa à sociedade. Outros objetos durante a Sessão Legislativa nos desviaram deste, ao qual voltamos, e em um primeiro lugar oferecemos este⁴¹⁰.

A formação da opinião pública e a instrução do público configuravam planos tão basilares do periódico quanto a função informativa e o espaço de debate público trazido pela seção de correspondências. Todavia, a função pedagógica estava invariavelmente plasmada ao projeto político expresso pelo periódico, num movimento em que formar e instruir o leitor também significava arregimentá-lo. A figura professoral não se separava

⁴⁰⁹ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 25.

⁴¹⁰ *O Farol Paulistano* n° 165, 19 de novembro de 1828.

da figura de referência ou liderança política representada pelo periódico. Mantendo-se no exemplo do *Farol Paulistano*, esses artigos e excertos também serviam como legitimadores de posições e críticas contidas na folha. O artigo traduzido da edição nº 149, de setembro de 1828, *Principal causa da corrupção dos príncipes*, é certeiro em sua frase inicial: “se há tiranos sobre a terra, é porque há vis adutores”⁴¹¹. Conforme o historiador Carlos França, os alvos eram figuras como o secretário do imperador Francisco Gomes da Silva, conhecido como Chalaça⁴¹². Este tendo figurado constantemente nas páginas do *Farol Paulistano*, em boa parte das vezes era vigorosamente criticado. Em edição de fevereiro de 1830:

É para lastimar, que este homem, que ninguém deixa de conhecer mais que muito, não seja assaz conhecido por aquele a quem mais interessa que o conhecesse, que soubesse quanto é prejudicial ao Brasil e ao seu mais caro Cidadão um homem tal como Francisco Gomes da Silva. A verdade chega quase sempre tarde ao Trono: malvados lhes sabem sempre opor embaraços, e a glória dos Monarcas é muitas vezes obscurecida, inocentes eles, por homens com quem não se enganariam pessoas da mais acanhada esfera⁴¹³.

Assim, a crítica e a oposição ao Chalaça não seriam apenas uma opinião ou uma posição pessoal dentro do periódico, mas um diagnóstico embasado nas verdades úteis escritas pelos mais notáveis autores e trazidas ao público pelas recorrentes traduções. Formar e ilustrar a opinião pública, tal qual um professor, incorria na tentativa de convencer e angariar politicamente a opinião pública – e, com isso, formá-la.

Outra trajetória muito marcada pelo magistério foi a de Araújo Guimarães. Formado pela Academia Real da Marinha, tornou-se, em 1801, professor da mesma instituição, também havendo lecionado por anos – entre 1811 e 1821 - na Real Academia Militar. E mesmo nos anos finais de vida, afastado do ambiente da Corte, voltando para Bahia, sua província de origem, é nomeado, em 1834, pelo governo provincial, professor de geometria e mecânica aplicada às artes⁴¹⁴. Anos antes, a produção de um periódico como *O Patriota*, comprometido com o iluminismo luso, nos moldes do enciclopedismo europeu, potencializa o perfil de professor difusor de luzes de Araújo Guimarães para um espaço de debate público ainda incipiente e em formação⁴¹⁵. E é justamente esse perfil de Araújo Guimarães um dos mais prolíficos e requisitados redator de periódicos a serviço das Coroas portuguesa e brasileira, tendo

⁴¹¹ *O Farol Paulistano* nº 149, 20 de setembro de 1828.

⁴¹² OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa...* op. cit., p.75.

⁴¹³ *O Farol Paulistano* nº 307, 13 de fevereiro de 1830.

⁴¹⁴ DAMASIO, Antonio Joaquim. *Biographia Dos Brasileiros...* op. cit.

⁴¹⁵ KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 141.

assumido a redação e edição de diversas folhas oficiais, entre as quais a *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1812 e 1821⁴¹⁶, e o *Diário do Governo*, entre 1826 e 1830.

Observando a tabela 5, também é vultosa a relação entre a atividade na imprensa e a atividade comercial. O próprio estabelecimento do ambiente de debate público por meio da circulação dos periódicos é em grande parte tributário da atividade mercantil. Era em livrarias, boticas e outros estabelecimentos comerciais, por exemplo, que o público podia comprar essas folhas. Esse era o caso da botica pertencente ao padre Tezinho, onde entre outros produtos, estavam à venda, a partir de 1821, as edições do *Conciliador do Maranhão* – do qual o clérigo era redator⁴¹⁷. Estendendo o alcance das rotas comerciais, também se estendiam o alcance dos periódicos para destinos para além do entorno de seus locais de produção. Nesse caso, navios e embarcações eram fundamentais para o fluxo de periódicos interprovinciais ou mesmo intercontinentais⁴¹⁸. Além disso, os periódicos traziam informações e artigos de teor comercial. À guisa de exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de 1811, passou a trazer em suas páginas uma lista de navios que atracavam no porto do Rio de Janeiro⁴¹⁹. Já o *Farol Paulistano*, a partir de 1829, publicava as oscilações cambiais, o movimento do porto de Santos e os preços dos gêneros de exportação e importação de São Paulo e Rio de Janeiro⁴²⁰.

O comércio, como vimos, também vinha em prestígio ascendente desde as reformas pombalinas, que em suas tentativas de reorganizar e impulsionar essa atividade com vistas à recuperação e modernização do império português conferiu-lhe foros e acessos a nobilitação. A economia política, uma das ciências sobre as quais se baseavam os ímpetus reformistas, igualmente reafirmava a centralidade e a importância do comércio. De forma geral, a atividade mercantil estava diretamente associada a civilização e a felicidade dos povos. Silva Lisboa, um de seus maiores entusiastas e introdutor dessa tradição de economia política no Brasil⁴²¹, enxergava uma trilha de progresso sinalizada pelo desenvolvimento comercial. Em uma de suas obras:

As nações, como os indivíduos, aspiram à felicidade: mas em que esta

⁴¹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

⁴¹⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.96.

⁴¹⁸ LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808 - 1822)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2015, p.25.

⁴¹⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da impressão...* op. cit., p.25.

⁴²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit., p.106.

⁴²¹ ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit., p.36.

consiste e como se alcança, é árduo de definir. Presentemente se acorda ser ela inseparável da sólida civilização e honesta opulência, que pressupõe o devido culto do eterno Regedor do mundo, a acertada direção do trabalho social, a sincera comunicação dos homens, a mútua prestação dos seus bons ofícios e a franca permuta dos produtos da respectiva terra e indústria. Estas vantagens, dando aos povos caráter, subsistência, luzes, segurança e cômodos na vida, aproximam (senão restabelecem) a humanidade ao competente grau na escala da criação, de que, aliás decai no estado selvagem, bárbaro e impolido⁴²².

Não foi por acaso que tão pronto a Corte assentou-se no Rio de Janeiro em 1808, estabeleceu em sua nova sede as chamadas aulas de comércio, procurando profissionalizar os agentes mercantis que atuavam no novo quadro decorrente da mudança da sede de governo do império e da abertura dos portos⁴²³. A saída de Silva Lisboa da Bahia para o Rio de Janeiro inclusive teve na possibilidade de ministrar parte dessas aulas um de seus motivos, apesar disso não ter se concretizado. Outro de nossos produtores de periódicos, Bivar, além de negociante inscrito no Rio de Janeiro, também foi nomeado lente de Direito Mercantil e inspetor da Aula de Comércio anos depois, em 1830⁴²⁴.

A política de reorganização e valorização do comércio colonial, que como também já vimos se mostrava presente nos movimentos migratórios nas gerações precedentes de nossos personagens, firmava a atividade mercantil como via de enriquecimento e enobrecimento, atraindo novos agentes e mantendo tradições de famílias já distintas por essa atividade. Logo, quando explode o surgimento do debate público, esse setor mercantil cada vez mais potencializado e incentivado surge como um dos grandes temas articuladores dessa nova forma de discussão política e um dos mais poderosos interesses ao redor do quais se compunham grupos que se expressavam através dos periódicos.

Folhas muito relevantes do período se destacaram como porta vozes de grupos e interesses mercantis. O *Semanário Cívico* de Silva Maia, comerciante de grosso-trato matriculado na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro, é comumente identificado como órgão de expressão dos negociantes baienses⁴²⁵. Em 1821, o redator reafirmava o comércio como “fonte da riqueza e o único nervo que só pode fazer prosperar a

⁴²² LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa de econômica do autor dos princípios de direito mercantil*. Lisboa: Impressão Régia, 1804, p.9. BN -Livros Raros – 084, 001, 002.

⁴²³ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As aulas de comércio no Império lusobrasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: *Textos das comunicações apresentadas na VII Jornada Setecentista*. [s.l.], 2007.

⁴²⁴ VIANNA, Helio. Diogo Soares da Silva de Bivar... op, cit.

⁴²⁵ ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a "nação portuguesa"*... op. cit., p. 71.

agricultura, e as artes, que torna os sertões em florescentes Cidades”, revalidando a associação entre desenvolvimento comercial, civilização e felicidade. No entanto, o texto também trazia tom de lamentação, ao constatar a desvalorização da figura do comerciante e o fato de que a atividade mercantil “tem entre nós, tomado a direção dos outros ramos de nossa indústria: quero dizer; está ainda na sua primeira infância”⁴²⁶.

Se em um primeiro momento o redator demonstrara grandes expectativas para com a chegada da Corte e a abertura dos portos a partir de 1808, os acontecimentos percorreram um caminho antagônico com o “destruidor e impolítico Tratado de Comércio de 1810, com a Inglaterra, e após dele todo o aparato para o enterro do nosso Comércio”⁴²⁷. Desse modo, o alinhamento de Silva Maia e seu periódico às Cortes de Lisboa em oposição às políticas da Corte fluminense encontram justificativa nos interesses mercantis dos grandes negociantes baianos⁴²⁸.

No Rio de Janeiro, o grupo dos liberais fluminenses, responsáveis por folhas como o *Revérbero* e o *Correio do Rio de Janeiro*, também orientava sua postura no debate político tendo os interesses de comerciantes emergentes, incluído os dos próprios produtores de periódicos, como um de seus norteadores. De maneira semelhante ao *Semanário Cívico*, por vezes o avanço do poder mercantil estrangeiro, dificultando a concorrência e o desenvolvimento das forças produtivas locais, encontrou espaço nessas publicações, estabelecendo entre grupos mercantis de diferentes províncias pautas em comum⁴²⁹. Os comerciantes e outros homens do círculo mais estreito da Corte – dos quais em nossa lista Silva Lisboa é o maior representante -, e que por isso desfrutavam de maiores privilégios e regalias, também eram figuras antagonizadas pela folha baiana, assim como por outras fluminenses⁴³⁰. Contudo, em face das particularidades e interesses locais, os choques de interesses entre os grupos mercantis das duas províncias surgiram através do embate entre os periódicos.

Um dos pontos de discórdia surgiu quando Silva Maia discorreu, em outubro de 1821, sobre a possibilidade de instituições de Cortes Constituintes no Brasil. De acordo com ele, “que as Cortes devem ser convocadas e reunidas em Lisboa pois parece inegável”⁴³¹. Entre seus argumentos, apontava haver em Portugal “maior população de homens livres, mais indústrias, comércio, e maior número de pessoas instruídas”. A

⁴²⁶ *Semanário Cívico* n°6, 15 de abril de 1821.

⁴²⁷ *Semanário Cívico* n°9, 26 de abril de 1821.

⁴²⁸ Sobre Silva Maia, sua trajetória será mais detalhadamente explorada no próximo capítulo.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal...* op. cit., p.159.

⁴³⁰ ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a "nação portuguesa"...* op. cit., p. 158.

⁴³¹ *Semanário Cívico* n°35, 25 de outubro de 1821.

heterogeneidade e falta de coesão entre as províncias também desabilitava, na opinião de Silva Maia, a porção americana do império, além de tornar impraticável a escolha de uma ou outra província como sede das Cortes.

A argumentação foi rechaçada, em dezembro de 1821, no *Revérbero*. De acordo com a folha fluminense:

a grandeza da Nação exige, para conservar-se e crescer, que, ou a Sede do Governo seja no Brasil, gozando Portugal das vantagens, que mencionamos no nosso n° IV, ou que o Brasil tenha um Governo central seu subordinado e sancionado por aquele, e apertado com todos os laços do Comércio, uniformidade de Rito e de Língua, e com todas as prisões de parentescos⁴³².

Os projetos políticos dos dois grupos mercantis, não obstante seus aspectos de similitudes, chocavam-se na concepção administrativa do Brasil, na medida em que se questionava se este devia portar o centro de poder do império ou ao menos uma centralização própria ainda que subordinada a Lisboa. Silva Maia recusava essa possibilidade, esperando o esvaziamento do poder do Rio de Janeiro sobre as demais províncias do Brasil, passando-o para Lisboa. Em contrapartida, o projeto dos liberais fluminenses, mesmo desejosos da partida da Corte levando os privilégios e as regalias de seus rivais enobrecidos, não abdicava da posição central do Rio de Janeiro na disposição de forças no Brasil. Este deveria, mesmo não abrigando a Corte ou as Cortes, ser uma força centrípeta e de coesão para as demais províncias americanas, como um anteparo entre estas e Lisboa. Este seria um tema que gradativamente, a partir do final de 1821, colocaria em oposição esses dois grupos mercantis. Pouco mais de seis meses depois, o *Semanário Cívico* alertava em relação aos planos de estabelecimento de uma Constituinte no Rio de Janeiro, cuja campanha foi vigorosa nos periódicos dos liberais fluminenses, sobretudo no *Correio do Rio de Janeiro*:

A independência pois do Brasil, nas atuais circunstâncias, é uma quimera que só pode ser espalhada, ou pelos nossos inimigos, ou por todos aqueles que não conhecem este país; e esta independência se estabelecerá no mesmo momento em que se instalarem Cortes com Poder Legislativo no Rio de Janeiro(...) Todos finalmente tem bem fundados receios que, ficando S.A.R no Rio de Janeiro e estabelecendo Cortes a seu jeito, se não restabeleça o antigo despotismo, porque os figurantes na cena atual podem muito facilmente iludir um jovem e inexperiente príncipe⁴³³.

Além de fomentar grupos de interesses engajados na produção de periódicos e pautar temas na imprensa, o comércio ou o sucesso na carreira mercantil por vezes foi utilizado como qualificação para o nascente debate público, principalmente na ausência

⁴³² *Revérbero Constitucional Fluminense* n° 6, 01 de dezembro 1821.

⁴³³ *Semanário Cívico* n°35, 27 de junho de 1822.

das qualificações intelectuais ou sociais mais tradicionais e aceitas, como a formação universitária, por exemplo. Soares Lisboa, como vimos, “não era formado em Coimbra, não frequentara as Aulas de Comércio, não tinha pais nobres, não era casado com uma filha de família influente e não tinha uma carreira militar de conquistas”, o que lhe barrou a escalada social nas vias habituais do Antigo Regime⁴³⁴. A ação na livre imprensa, uma então novidade em 1822, apresentou-se como alternativa para participação política, mas mesmo nesse ambiente deveria enfrentar homens como Silva Lisboa, munidos de credenciais formais, e firmar-se como agente legítimo. Nos embates impressos, por vezes, Soares Lisboa precisou justificar a falta dessas credenciais: “não fomos a Coimbra? E quantos estúpidos foram lá, e voltaram da mesma forma, se não piores? Versar as Universidades, e Academias, sem aprender coisa alguma, é defeito repreensível, porém estudar em particular, e saber mais do que era de esperar, nunca pode ser defeito”⁴³⁵.

Para negociantes como Soares Lisboa, a formação e os méritos específicos da profissão deveriam certificar e legitimar o espaço que buscavam nesse novo espaço de discussão. Como explica Paula Botafogo Ferreira:

Nesse sentido, o redator do *Correio do Rio de Janeiro* entendia-se credenciado à imprensa e ao governo da monarquia constitucional também por sua carreira e formação letrada mercantil, que o habilitava, a partir da conduta de um perfeito negociante, também para regular a negociação de seus concidadãos no espaço público, moderada pelos mesmos elementos e princípios que as operações comerciais, como as virtudes morais, o crédito, a prevalência do “bem comum” sob o interesse particular e a probidade⁴³⁶.

Outro exemplo de grande negociante, Baptista Caetano de Almeida, responsável pelo *Astro de Minas*, mesmo sem ter passado pelos bancos de Coimbra angariou, através do sucesso mercantil, prestígio suficiente entranhar-se no espaço público. De acordo com um de seus biógrafos, “o alcance comercial e o prestígio social indicam a importância que Baptista Caetano atingiu na província de Minas Gerais (...). Este prestígio o credenciou a entrar no espaço público e a agir na esfera de poder das decisões coletivas”⁴³⁷. Se instituições formais como as Aulas de Comércio credenciavam e formavam um grupo privilegiado através dos cada vez mais valorizados conhecimentos mercantis, negociantes bem sucedidos, mas que não adentraram esse grupo seletivo, pareciam tentar fazer valer seu conhecimento autodidata legitimados por

⁴³⁴ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit.

⁴³⁵ *Correio do Rio de Janeiro* n° 83, 23 de julho de 1822.

⁴³⁶ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p. 354.

⁴³⁷ MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit., p. 46.

suas triunfantes trajetórias nessa atividade vinculada com o progresso e a civilização. Constituíam sua “formação letrada por escritos disseminados, sobretudo, desde o final do século XVIII e início do XIX, e que faziam parte da cultura de escrita e de leitura dos negociantes”⁴³⁸.

Não estavam todos os produtores de periódicos que desempenharam atividade mercantil no mesmo *status* dentro da hierarquia dessa ocupação. Se Silva Maia, Soares Lisboa, Ledo, Caetano de Almeida e outros eram exemplos de distinção na condição de negociantes de grosso trato, outros, como o Padre Tezinho e Cipriano Barata, tiveram incursão significativamente mais humilde nesse meio. Assim como o padre, Barata não estava à frente de grandes redes de abastecimento ou de longo alcance, mas foi tão somente, no fim de sua vida, dono de uma pequena botica, funcionando no mesmo prédio que abrigava sua residência, no Rio Grande do Norte, entre 1836 e 1838, onde diferente de tantos outros personagens célebres do período, precisava trabalhar para se manter⁴³⁹.

Todavia, em comum aos pequenos e aos grandes comerciantes, que somados figuram como presença avultante em nossa tabela, parece haver uma proximidade com o espaço urbano. O desempenho da atividade mercantil e da atividade na imprensa, que - exceto no caso de Minas Gerais e Goiás - esteve centralizado nas capitais das capitanias e províncias, aponta para o predomínio das grandes cidades como ambiente predominante na trajetória desses homens. Nesse caso, é interessante constatar que outra ocupação ou atividade bastante recorrente na tabela 5 é a exploração e a posse de terras. São dez casos (34,48%) em que encontramos referências à detenção de propriedade rural. Metade dos que exerceram atividade mercantil constam como proprietários, justamente os pertencentes à camada mais distinta de negociantes: Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Soares Lisboa e Caetano de Almeida. Este último, por exemplo, era dono de uma fazenda em Camanducaia equipada com engenho, moinhos e uma quantidade considerável de escravos⁴⁴⁰. Outro notório senhor de engenho e proprietário de escravos foi o padre Batista Campos, que à frente do *Paraense* e figura central da Independência em Belém indica, na justaposição e simultaneidade dessas atividades, a ausência de exclusividade ou alteração entre interesses urbanos e rurais em boa parte

⁴³⁸ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p. 165.

⁴³⁹ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 317.

⁴⁴⁰ MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit., p. 40.

desses produtores de periódicos⁴⁴¹. Assim, não podemos falar desses periódicos como porta vozes exclusivos de grupos proeminentes urbanos e seus interesses, em detrimento das aspirações de grupos agrários apartados desse mecanismo de debate público.

Em trabalhos de referência historiográfica acerca da vida política à época do processo de Independência, a recorrência de um grupo de representantes do clero como agente ativo dessa conjuntura é habitual, descartando a hipótese de figuras como Frei Caneca ou Padre Mororó configurarem como exceção em um quadro mais geral⁴⁴². Nosso levantamento se mantém nessa perspectiva, ao constatar a presença de sete (24,14%) religiosos no rol total de produtores de periódicos. Mesmo sendo a categoria menos representada entre o grupo de ocupações mais recorrentes, o índice de aproximadamente um padre a cada quatro de nossos personagens está longe de ser desprezível.

Observando os indivíduos em atividade nos altos postos políticos, durante o século XIX no Brasil, Carvalho constatou uma alta e constante participação de religiosos até o ano de 1842. O marco é corroborado pelo amplo trabalho de Oliveira Souza exclusivamente focado na trajetória política de religiosos⁴⁴³.

Dessa forma, o período da Independência é parte de um contexto mais amplo de forte participação política de religiosos em teor ascendente. E, entre os meios de atuação, a imprensa não ficou à margem para esse grupo.

Há uma particularidade em relação aos relatos biográficos dos padres que difere este grupo em comparação aos representantes de outras profissões. Fleuri, por exemplo, é descrito por Humberto Borges, um de seus biógrafos, em 1984, como

sacerdote, com irrelevante atuação no campo religioso e muitos filhos (...) distinguiu-se em dois setores: o público – como vereador, juiz municipal, professor, membro da Junta Provisória de Goiás (...) – e o jornalístico, como redator-chefe d’ *A Matutina Meiapontense*, primeiro jornal anhanguerino, cabendo-lhe também a honra de inaugurar a imprensa governamental ao lançar, aos 3 de junho de 1837, o *Correio Oficial de Goiás*⁴⁴⁴.

Já em um relato sobre Batista Campos, em que a trajetória política do paraense é enaltecida, há, porém, uma clara assertiva desabonadora, quase como uma justificativa para tão extraordinária vida pública: “Batista Campos nunca soube ser padre”⁴⁴⁵.

⁴⁴¹ SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos... op. cit.

⁴⁴² SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna*... op. cit. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*... op. cit. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*... op. cit.

⁴⁴³ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna*... op. cit. p. 19.

⁴⁴⁴ BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do norte*... op. cit., p. 19.

⁴⁴⁵ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*... op. cit., p.45.

Estudando a construção da memória desse personagem, João Nei Eduardo da Silva percebe uma tendência constante nos relatos biográficos, sejam apologéticos ou adversos, em apresentar “um político líder de facção política, em detrimento de uma outra imagem que era parte de sua vida: a do sacerdote, do padre”⁴⁴⁶.

Há subentendido nesses relatos uma condição excludente na relação entre função religiosa e ação política. No entanto, essa condição entra em choque com os números referentes à participação política de padres no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX. O entendimento da separação rígida entre espaços religiosos e laicos revela-se, dessa forma, um obstáculo para a compreensão da realidade política do período. Encampamos e ratificamos, dessa forma, a conclusão de Oliveira Souza de que é “equivocado e anacrônico conceber uma separação entre o padre e o político”⁴⁴⁷.

Insistir nessa divisão é perder de vista os efeitos das medidas pombalinas de secularização e laicização da cultura e principalmente da educação, mesmo esta última ainda estando em boa parte nas mãos de religiosos, apesar da expulsão dos jesuítas do Império Português em 1759. O Seminário de Olinda, local de formação de dois de nossos padres produtores de periódicos, Frei Caneca e Padre Mororó, fundado em 1800, foi concebido nos moldes que orientaram a reforma da Universidade de Coimbra, recebendo, inclusive, muitos estudantes que não necessariamente tinham interesse na vida eclesiástica. Foi erigido como uma instituição, das mais avançadas do império português, preparada para formar não somente clérigos mais afinados com as diretrizes do reformismo ilustrado como quadros de elite para atuar inclusive nos cargos da alta burocracia⁴⁴⁸.

O abandono das funções religiosas como sendo condição para uma plena participação política também conflita com o que constatamos nas trajetórias individuais. Ao menos dois de nossos religiosos alcançaram o posto de cônego: Januário da Cunha Barbosa e Batista Campos. Esse posto compunha o corpo capitular que respondia diretamente ao bispo, estando no círculo do alto clero.

Outro de nossos personagens que ilustra a possibilidade de sucesso tanto na vida política quanto na eclesiástica – inclusive o sucesso de uma em função da outra - é Alameda y Brea, cuja trajetória perpassa diretamente tanto as realidades luso-

⁴⁴⁶ SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos... op. cit., p. 143.

⁴⁴⁷ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna*... op. cit. p. 26.

⁴⁴⁸ CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem. O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2012, p.39.

americanas e hispânicas das primeiras décadas do século XIX. Portanto, este religioso aponta o fenômeno do padre político como traço comum da América ibérica oitocentista. Iniciando sua projeção justamente através da política, ao redigir, entre 1810 e 1814, a *Gazeta de Montevideo*, Alameda y Brea alcançou posteriormente os impressionantes postos de arcebispo em Cuba, Burgos e Toledo. Ainda mais, foi nomeado Cardeal da Santa Igreja Romana em Consistório. E a atuação política foi uma constante em toda sua trajetória, destacando sua passagem por Cuba onde “se mostrou contrario a lo realizado por Lorenzo y colaboradores, procurando en todo momento el restablecimiento del orden y el fin de la aventura liberal en Santiago, exhortando al obediencia de los decretos reales y órdenes de Tacón”⁴⁴⁹. Manteve-se, portanto, o mesmo monarquista ferrenho e defensor do Antigo Regime que demonstrou ser durante sua passagem pela Banda Oriental, onde no papel de produtor de periódicos antagonizava com a Junta de Buenos Aires, apoiando a influência da Coroa portuguesa na região na medida em que esta, na figura de Carlota Joaquina, irmã do rei espanhol Fernando VII, poderia também remeter ao poder da Coroa espanhola. As trajetórias de clérigo e agente político do poder monárquico, seja pela Banda Oriental ou por Cuba são indissociáveis na trajetória de Alameda y Brea.

Ao mesmo tempo é preciso cuidado com o peso dado à formação religiosa – ou mesmo a universitária - como fator explicativo para as ações políticas. Comparando religiosos com magistrados, Carvalho afirma que:

Padres, médicos e maçons: eis os mais típicos representantes do radicalismo político nas três décadas que precederam a Independência. Muitos deles não diferiam dos magistrados pela origem social: diferiam pela formação e pela carreira(...) O contraste revela-se também no comportamento dos dois grupos: os padres envolveram-se em praticamente todos os movimentos de rebelião desde 1789 até 1842. A tônica geral da participação dos padres, sobretudo dos mais ilustrados, era dada pelo ideário das revoluções Francesa e Americana, notadamente no que dizia respeito ao combate ao absolutismo, à defesa das liberdades políticas e da democracia. Essas ideias que não atingiam Coimbra conseguiam chegar aos seminários brasileiros⁴⁵⁰.

Essa constatação levou Carvalho a propor uma homogeneidade de uma elite política formada nos cursos jurídicos de Coimbra atentado para a formação como fator de estruturação dessa unidade. Ainda, de acordo com o autor, a formação eclesiástica pareceu direcionar os clérigos luso-americanos como grupo para uma posição distinta no campo de forças políticas. Não negamos a força da formação comum na disposição

⁴⁴⁹ NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes politica de fr. Cirilo Alameda y Brea... op. cit., p.227.

⁴⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*... op. cit., p.86 e 189.

dos indivíduos no campo político nem sua capacidade de gerar quadros com potencialidades semelhantes. No entanto, enfatizamos justamente o caráter potencial desses traços, entendendo que entre a formação religiosa e o posicionamento político radical é necessária a atuação em configurações propícias que despertem e direcionem o uso desse repertório no decorrer das etapas que conformam uma trajetória. Do contrário, a formação tende a ser encarada como um traço determinante e provocador de efeitos inevitáveis.

Os exemplos de Frei Caneca e Padre Mororó são oportunos para ilustrar essa reflexão com casos empíricos. Como já dito, ambos tiveram sua formação no Seminário de Olinda no mesmo período. O fato de ambos terem morrido executados devido a suas participações na Confederação do Equador, inclusive parece legitimar a relação direta entre formação religiosa e ação política radical. Contudo, as particularidades e diferenças entre as duas trajetórias podem justificar a cautela em automatizar essa relação.

Caneca acena para uma coerência maior na aproximação entre o Seminário de Olinda e a ação revolucionária. Foi preso por participação na Revolução de 1817, sendo libertado pela anistia decorrente da Revolução do Porto, e morreu fuzilado como uma das principais lideranças da Confederação do Equador. Todavia, não era um revolucionário convicto em 1817. De acordo com Morel, “não participou da República pernambucana de 1817, embora tenha sido um dos presos com a derrocada do movimento”, com base, principalmente, em delações⁴⁵¹. Por outro lado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mesmo sendo o típico representante da magistratura formada em Coimbra teve papel muito mais ativo na mesma revolução, sendo igualmente preso.

Até esse momento, a vida do carmelita era discreta, pautada por sua atuação intelectual e profissional no convento e pelo convívio familiar. Ele não nasceu geneticamente inoculado por uma espécie de vírus patriótico, como pretendem algumas abordagens apologéticas. Em sua trajetória, a esfera privada predominava sobre os interesses da causa pública, atividade letrada sobre a política. A brutalidade da prisão iria enviá-lo para outras dimensões⁴⁵².

Dessa forma, apesar de preso por ser supostamente revolucionário, Frei Caneca só se tornaria um personagem de atividade e projeção política após a prisão. E da experiência do cárcere, inclusive, que se insere em redes e grupos políticos organizados. Conhece, por exemplo, Cipriano Barata, que prestava e agia em solidariedade a esses

⁴⁵¹ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 47.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 49.

presos⁴⁵³. Saindo da prisão em 1821, de pronto se engajou nos desdobramentos do movimento constitucionalista em Pernambuco, e o envolvimento com as questões públicas não cessou até sua morte, em 1825. O repertório obtido no Seminário de Olinda, portanto, não encontra direcionamento público ou político antes de 1817, não sendo em si autossuficiente para explicar o engajamento do carmelita.

Já o padre cearense tem participações distintas em 1817 e em 1824, senão diametralmente opostas. Saindo ordenado do mesmo Seminário de Olinda apenas um ano depois de Caneca, em 1802, rapidamente ascende no Ceará ao “rol de favoritos do Governador Sampaio, absolutista empedernido”⁴⁵⁴. O ano de 1817, também é um marco para Mororó e o início de seu envolvimento público com questões políticas, mas de uma maneira bastante diferente e mais ativa em relação à trajetória de seu colega pernambucano. Parte da rede composta por grandes autoridades da província, Mororó foi opositor e crítico ferrenho da Revolução Pernambucana. Colaborando com as autoridades, denunciou a participação do ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho no movimento, “exibindo fidelidade ao sistema monárquico português”⁴⁵⁵. Essa postura obediente e voluntariosa lhe valeu favores como sua nomeação de professor de Latim em Viscosa e a nomeação de seu cunhado como escrivão em Quixeramobim.

Cerca de sete anos mais tarde, conforme João Alfredo de Sousa Montenegro, “ao tomar conhecimento da dissolução da Constituinte (...) liderou campanha de protestos contra malsinado o ato, culminando em enérgica declaração da Câmara de Quixeramobim (...) acusando o monarca de traição e proclamando o governo republicano”⁴⁵⁶. Com a adesão do Ceará a Confederação do Equador, o novo presidente da província, Tristão Gonçalves de Alencar, preso em 1817 por envolvimento na Revolução Pernambucana, chama Mororó para compor o novo governo revolucionário, assumindo o cargo de secretário assim como a redação do *Diário do Governo*. Por essas atividades foi preso, enviado ao Rio de Janeiro e fuzilado em abril de 1825.

A diferença entre o Mororó de 1817 e o de 1824 é acintosa, principalmente ao participar de um governo revolucionário sob o comando de outrora inimigos que denunciou aos poderes vigentes. Essa discrepância não escapou a seu biógrafo: “o grande problema da pesquisa sobre o clérigo reside justamente no ponto relacionado com uma propalada conversão ideológica do mesmo, a partir da sua adesão à causa da

⁴⁵³ TAVARES, Luiz Henrique Dias. Cipriano José Barata de Almeida. In: *Universitas*, n° 35, 1986, p. 64.

⁴⁵⁴ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p. 21.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 31.

Independência (...) prefiro opinar no sentido de uma reapropriação pelo sacerdote de todo um acervo de ideias iluministas, logo que as novas circunstâncias o permitissem”⁴⁵⁷. O que Montenegro cunha como grande problema, entendemos como manifestação da instabilidade da crise, das perspectivas de futuro aberta e provisoriamente das formas e posições políticas comuns e recorrentes nas trajetórias dos indivíduos estudados nesse trabalho. Conforme István Jancsó e Andréa Slemian “o passado tomado como objeto de análise foi, em seu tempo de vida vivida, obra de homens enredados numa trama de alternativas, todas visando à superação de uma crise cujas variáveis básicas não apareciam com nitidez”⁴⁵⁸.

De forma semelhante, um estudo mais recente da trajetória padre coloca justamente nessa alteração de posicionamento do personagem a questão das súbitas mudanças das conjunturas provinciais. Conforme Francisco Weber Porfírio, “a ascensão ‘liberal’ do Padre (...) coincidiu com o fim do governo de Manuel Ignacio Sampaio, quando este foi nomeado (...) a assumir a Capitania de Goiás em 1820”. E logo depois o autor questiona: “seria viável acreditar na participação do Padre Mororó na Confederação do Equador, caso Manuel Ignacio Sampaio estivesse à frente do governo cearense em 1824?”⁴⁵⁹.

Portanto, o preparo e o repertório de ideias desenvolvido durante a passagem pelo Seminário de Olinda não leva o indivíduo à direção da radicalização política ou do espírito nativista regional tão logo surja uma conjuntura revolucionária. É preciso que a configuração onde esse personagem se insere ofereça os estímulos propícios para ativar essa relação potencial. Para Mororó, esses estímulos não existiam quando orbitava ao redor das figuras de poder características do Antigo Regime em 1817. No entanto, passaram a existir em 1824. Caneca chegou a uma posição política semelhante antes do cearense, devido a diferenças de trajetórias e às diferenças de posições em configurações e conjuntura distintas nas províncias de Pernambuco e Ceará.

Januário da Cunha Barbosa é outro caso em que as supostas inclinações determinadas pela formação precisam ser observadas em conjunto com a trajetória. Em seu estudo sobre escritores de periódicos, Lúcia Bastos Neves expandiu para esse grupo, representante da elite intelectual, o modelo explicativo de Carvalho. No entanto, é a

⁴⁵⁷ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p. 22.

⁴⁵⁸ JANCÓS, István; SLEMIAN, Andrea. Um caso de patriotismo imperial... op. cit.

⁴⁵⁹ PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. *(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais o Spectador Brasileiro (RJ) e o Diário do Governo do Ceará em 1824*. (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: UFC, 2019, p. 88.

figura do padre fluminense que leva a autora a reconhecer os limites da distinção entre o que ela denomina como *elite brasiliense* e *elite coimbrã*:

A dinâmica do processo histórico não permite considerar essa classificação como uma divisão rígida, pois foi elaborada levando-se em conta a atuação desses elementos no período compreendido nos anos entre de 1820 a 1823 (...). em alguns casos, os indivíduos, apesar de incluídos num grupo, passaram a agir após 1823, com os pressupostos básicos do outro. Exemplo típico foi Januário da Cunha Barbosa (...). Conhecido por suas ideias mais democráticas, juntamente com Gonçalves Ledo, transformou-se num típico representante do pensamento coimbrão ao longo do Império exercendo, até mesmo, o cargo de censor de peças teatrais⁴⁶⁰.

Por fim, a participação política ativa do clero no período, representada pela incidência desse grupo na tabela 5, pode ser explicada pelo próprio desenvolvimento do clero na sociedade luso-americana. Os religiosos respondiam ao Estado português, então para todos os efeitos, também podiam ser considerados como funcionários estatais. E, por vezes, as fronteiras entre burocrata e religioso se tornavam bem tênues, conforme explica Françoise de Oliveira Souza.

E ao assumirem funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado, os padres tornavam-se uma ambígua autoridade que transitava entre o poder temporal e o espiritual(...).Some-se a isto o fato de que a vida associativa pública e legal, durante os anos de dominação colonial, existiu quase que unicamente sob o manto da religião.⁴⁶¹

Desse modo, a integração dos religiosos às comunidades onde exerciam suas atividades propiciava entre clérigos e, ao menos, parte da população vivências, experiências, interesses e aspirações comuns. E como figuras referenciais do poder público, assim como responsáveis pela vida espiritual, não foi um fenômeno aberrante parte deles tornar-se porta-voz de setores dessas populações e líderes políticos. Quando as novas formas de participação política, oriundas do movimento constitucional, irromperam na América lusitana, entre elas a atividade na imprensa, essa característica longeva do Antigo Regime, do padre porta-voz, se adequou à nova ordem em surgimento na figura do padre político, produtor de periódicos ou parlamentar.

Com as informações acerca das profissões ou atividades profissionais dos produtores de periódicos, juntamente com as considerações sobre as suas respectivas origens sociais e formações intelectuais concluímos esse segundo capítulo. Em seu

⁴⁶⁰ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais...* op. cit., p. 88.

⁴⁶¹ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna...* op. cit. p. 44.

conjunto, esses elementos indicam determinados perfis sociais recorrentes aos 29 personagens. Esses perfis apontam para um *background* comum, como uma única imagem baseada em traços sincrônicos, revelando aspectos gerais sobre esses produtores de periódicos entre 1808 e 1831.

De forma geral, esse grupo se caracteriza por uma origem situada principalmente no chamado estado do meio, dentro dos estamentos do Antigo Regime, e quando não bem abastados economicamente, dificilmente eram pobres. Essa posição social para alguns – Silva Lisboa e Frei Caneca – fora alcançada de forma mais recente, enquanto outros – Ledo e Bernardo Pereira de Vasconcelos – davam continuidade a rotas familiares ascendentes mais sólidas. A formação intelectual, em sua maior parte, se deu com passagens for instituições de ensino superior de alto padrão para a época – Coimbra, academias militares e seminários -, ainda que fatia não desprezível de nossa amostra não possuísse essa credencial. De qualquer forma, essa tensão entre diplomados e não diplomados foi aparentemente relevante para o desenvolvimento da opinião pública na América lusitana.

Por fim, foi constatada alta frequência no exercício de atividades e profissões atreladas ou próximas ao Estado (burocratas, professores, magistrados, e clérigos) denotadoras de cabedal intelectual (professores, clérigos e advogados) ou oriundas da formação de grupos econômica e socialmente proeminentes (proprietários de terra e comerciantes).

Os quadros construídos para esse capítulo se fazem majoritariamente estáticos, uma vez que as informações reunidas foram organizadas e indicam características mais comuns aos personagens em sua coletividade, passíveis de serem tratadas em blocos maiores e remetendo menos às particularidades de cada trajetória e suas realidades locais. Por outro lado, é inegável que esses traços mais particulares se fizeram presentes nesse capítulo, já que não é possível separar de maneira arbitrária e rígida nem as histórias individuais e tampouco o próprio processo de Independência.

Todavia, é no capítulo seguinte em que essas singularidades ocuparão primeiro plano, ao organizarmos quadros formados por informações que remetem mais aos deslocamentos de posições e posturas no decorrer do tempo, onde a trajetória individual e as realidades locais e mais próximas de cada personagem são ainda mais relevantes.

Capítulo 3: Análise longitudinal e diacrônica: comparação entre trajetórias

3.1. Tipografias

De acordo com François Guerra, “es muy posible que para que haya un proceso revolucionario de tipo moderno y no sólo revueltas sociales, por muy amplias que sean, se necesite un grado relativamente alto de alfabetización y un desarrollo significativo de la imprenta”⁴⁶². Na realidade examinada pelo autor, a da Nova Espanha durante seu processo de Independência, “la existencia de un material de imprenta abundante y extendido permitirá a los insurgentes (...) el establecimiento de sus diferentes imprentas de guerra, de las que saldrán sus diversos periódicos”⁴⁶³.

Por um lado, se a historiografia atual tende cada vez mais a conceber as revoluções de Independência ibero-americanas num espaço revolucionário comum⁴⁶⁴, superando a ideia do Brasil como ente apartado e caso singular dentro da América Latina, por outro, existem alguns fatores que qualificam certa particularidade para o caso brasileiro. Podemos apontar, entre eles, o movimento de transposição da Corte lusa para a América, e o início tardio das atividades tipográficas em relação ao conjunto da América Hispânica.

Mas a despeito desses fatores específicos, não há como dissociar as revoluções de independência hispânica e brasileira, como se fossem processos apartados e totalmente independentes entre si. Tendo-as como pontos axiais no período de conformação da modernidade na América Ibérica entre 1750 e 1850, somos levados a discordar de Guerra e conceber a Independência como processo revolucionário moderno mesmo na ausência de uma produção tipográfica minimamente expressiva antes de 1808. Decerto, o comércio livreiro e circulação de periódicos e panfletos, nada estranhos à América Portuguesa, já preparavam o substrato potencializado pela

⁴⁶² GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 275.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 283.

⁴⁶⁴ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.), *Diccionario político...* op. cit. PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015. PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, São Paulo: USP, 2012. BASTOS, Carlos Augusto Castro. *No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2013. BRITO, Adilson Junior Ishihara. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2016.

instalação das tipografias, a partir de 1808, e pelos decretos e leis de liberdade de imprensa, a partir de 1820, sendo este um marco cronológico inicial válido da formação da opinião pública no Brasil.

Não obstante algumas isoladas e malfadadas tentativas, como no Recife, em 1706, e no Rio de Janeiro, em 1746, rapidamente suprimidas pela Corte e sua política de proibição de produção de impressos no ultramar⁴⁶⁵, a primeira tipografia a entrar em pleno funcionamento no Brasil foi a Impressão Régia, montada em 1808 no Rio de Janeiro, vinda de Portugal junto com a família real. Até 1821, além da Impressão Régia, se encontrava em funcionamento regular apenas a Tipografia de Silva Serva na Bahia⁴⁶⁶. Em Pernambuco, estava armazenado parte do equipamento particular comprado pelo negociante Ricardo Fernandes Castanho, em 1815, e nunca utilizado devido à falta de mão-de-obra qualificada até passar pelas mãos dos revolucionários de 1817, que se puseram a utilizá-lo em prol do movimento. Após esse episódio, a Corte ordenou o envio para o Rio de Janeiro de todo equipamento, que, no entanto, só foi remetido em parte⁴⁶⁷.

Na Banda Oriental, e eventualmente Cisplatina, uma situação atípica: houve entre 1817 e 1821⁴⁶⁸, ao menos duas oficinas na capitania/província. Uma era a tipografia em poder do governo local, conhecida como Tipografia do Estado, cujas origens remontam a 1810, quando do seu envio do Rio de Janeiro para Montevidéu, a fim de combater o discurso revolucionário da Junta de Buenos Aires e ampliar a influência da corte portuguesa na região, fazendo-o através da *Gazeta de Montevideo*⁴⁶⁹. A outra chegou em maio de 1817 com o independentista hispano-chileno contrário ao

⁴⁶⁵ IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na corte de D. João, editor na independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007, p.16. No Recife, o governador Francisco de Castro Morais instalou, em 1706, uma tipografia que seria voltada para a impressão de letras de câmbio e orações devotas. No mesmo ano, uma Carta Régia determinou o fechamento do estabelecimento e o sequestro do equipamento, reforçando a proibição de produção de impressos na América lusitana. No Rio de Janeiro, o responsável pela instalação de uma tipografia, em 1746, foi Antonio Isidoro da Fonseca, que havia desempenhado a função de impressor anteriormente em Lisboa e trouxe o equipamento consigo ao mudar-se para o território fluminense. De forma semelhante ao caso pernambucano, a Coroa agiu rapidamente censurando a atividade. Ver em SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit., p.17.

⁴⁶⁶ RIZZINI, Carlos Toledo. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil...*, op., cit. p. 322. SERVA, Leão. *Um tipógrafo na colônia: Vida e obra de Silva Serva, precursor da imprensa no Brasil e das fitas do Bonfim*. São Paulo: PubliFolha, 2014.

⁴⁶⁷ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e Liberdade: Notas para uma história da tipografia de Pernambuco (1817-1850). In: Aníbal Bragança e Márcia Abreu. (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 193.

⁴⁶⁸ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit., p. 246.

⁴⁶⁹ DE MARÍA, Isidoro. *Montevideo Antiguo. Tradiciones y recuerdos*, tomo II. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1976, p. 62-63.

governo de Buenos Aires, José Miguel Carrera. Este último tinha um inimigo comum com o general Lecor - militar português no comando da ofensiva na Banda Oriental e autoridade política e administrativa de Montevideu –, o cabildo de Buenos Aires. Sendo assim, Lecor, adotou uma postura de tolerância às publicações de Carrera, apesar de ainda vigorar a censura prévia no império. Com pressão de Buenos Aires sobre o Rio de Janeiro, Carrera termina por ser expulso da província em 1819. Diferente do ímpeto deste em publicar periódicos, a Tipografia do Estado permaneceu subutilizada até 1821.

Ainda em 1817, foi realizada a tentativa de leiloar publicamente o equipamento; malfadada, pois não houve propostas⁴⁷⁰. A coexistência de uma tipografia clandestina em plena utilização, publicando dois periódicos de teor político, com uma subutilizada e oficial até 1821, aponta para a Banda Oriental – a partir de 1821, Província Cisplatina - como um espaço privilegiado de aproximação e interação entre os processos de Independência hispânico e brasileiro, inclusive em suas características contrastantes.

Na Nova Espanha tratada por Guerra, a situação de apenas duas grandes tipografias funcionando com licença régia remonta a 1796. Em 1809, o número sobe para cinco, isso sem contar as *imprentillas* clandestinas não quantificadas e espalhadas por diversas províncias⁴⁷¹. No entanto, esse panorama sensivelmente diverso em relação a América portuguesa, antes de significar apenas alteridade e distanciamento, pode ser entendido justamente como fator para a rápida familiarização dos lusos-americanos com a produção de periódicos. Principalmente se levarmos em conta a alocação dos territórios espanhóis e portugueses da América ibérica num mesmo Espaço de Experiência Revolucionário Moderno, onde ideias e impressos circulavam favorecendo a troca e a fomentação de experiências⁴⁷².

A produção tipográfica luso-americana engata realmente com a Revolução do Porto, em agosto de 1820, e suas resoluções acerca do livre exercício de imprensa. Entre setembro de 1820 e março de 1821, as Cortes de Lisboa expediram três decretos sobre liberdade de imprensa, aprovados em 20 de setembro e 13 outubro de 1820 e mais um em 9 de março de 1821 com a aprovação das bases da constituição. Ainda no dia 2 de março de 1821, o Rei Dom João VI decretou no Rio de Janeiro o fim da censura

⁴⁷⁰ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit., p. 266.

⁴⁷¹ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências...* op. cit., p. 283. ALVES, Camilla Farah Ferreira. *Na América, dois impérios: os encontros entre o Brasil e o México na imprensa periódica (1808-1822)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2015.

⁴⁷² PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

prévia⁴⁷³. Em poucos meses, no embalo do Vintismo e da nova legislação de imprensa, multiplicaram-se as tipografias no Rio de Janeiro com o advento das oficinas privadas, e novas tipografias surgiram em outras províncias, como Maranhão e Pará⁴⁷⁴. No Maranhão, a iniciativa foi do governo de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, com a instalação da Tipografia Nacional em São Luís em 1821⁴⁷⁵. No Pará, Felipe Patroni, em sociedade com Daniel Garção de Melo, trouxe de Portugal o equipamento tipográfico e fundou a Imprensa Liberal em 1822; antes disso havia requisitado, sem sucesso, uma tipografia ao governo regencial de D. Pedro no Rio de Janeiro⁴⁷⁶.

A rapidez com que os periódicos e os folhetos aparecem para vendas nas próprias oficinas, boticas, livrarias, etc., já estabelecendo interlocução com seus congêneres europeus e hispânicos, sugere a prévia internalização por parte de seus autores dos aspectos morfológicos próprios desse tipo de publicação. Podemos observar a velocidade de surgimento e multiplicação dos periódicos em diversas províncias da América portuguesa por meio do levantamento de Pimenta e Slemian sintetizado no gráfico abaixo:⁴⁷⁷

Gráfico 1 - Periódicos em circulação nas províncias do Brasil (com mais de um número)
- 1819 -1823

⁴⁷³ De acordo com Morel, “al ver dividido su poder con la Junta de Gobierno revolucionaria y para no perder terreno, el 2 de marzo de 1821 el monarca firmó a su vez un decreto suspendiendo provisionalmente la censura previa para la prensa en general. Se trataba de una decisión tardía, ya que en aquel momento la libre circulación de impresos se había vuelto incontrolable en Brasil”. MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick.: *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII y XIX*. México, Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos - FCE, 1998. Ver também: NUNES, Tássia Toffoli *Liberdade de imprensa no Império brasileiro. Os debates parlamentares (1820-1840)*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: USP, 2010.

⁴⁷⁴ Complementando, o aparecimento das tipografias nas províncias até abril de 1831 seguiu a seguinte ordem: Maranhão (1821), Pará (1822), Minas Gerais (1823), Ceará (1824), Paraíba (1826), Rio Grande de São Pedro e São Paulo (1827), e Goiás (1830).

⁴⁷⁵ GALVES, Marcelo Cheche. Dirigir e retificar a opinião pública... op. cit., p. 125.

⁴⁷⁶ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes....* op. cit., p. 131.

⁴⁷⁷ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.70.

Fonte: SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Nas próximas páginas, trataremos de inserir nossos personagens nesse panorama de advento e multiplicação das tipografias. Consideramos essa múltipla contextualização individual relevante, em primeiro, lugar, porque tomada em seu conjunto nos aproxima do quadro geral estudado em trabalhos sobre o surgimento da imprensa no Brasil. E, em segundo lugar, porque trata-se de analisar um ponto fundamental da atividade do produtor de periódicos: a transformação ou veiculação de suas ideias e projetos em um produto material passível de circulação em crescimento. É preciso perscrutar os modos e caminhos de acesso dos nossos produtores de periódicos às tipografias, empreendimentos onerosos, novos, reduzidos e, dependendo da configuração política local, bastante restritos, nesse início de fomentação da imprensa no Brasil.

A comparação dos mecanismos e meios de acesso às tipografias pode apontar para elementos comuns significativos do meio e da interação social da época. Isso porque os impressos detêm em si grande protagonismo no que Darton denominou de circuito de comunicação, “que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor”⁴⁷⁸. A circulação do impresso, portanto, ao mobilizar uma pluralidade de indivíduos e tarefas, retira o ato da produção de um periódico de um pretensão

⁴⁷⁸ Ver DARTON, Robert. *A questão dos livros...* op. cit., p. 141.

monopólio criativo de seu editor ou redator. Detendo-nos na etapa entre o autor e/ou editor e o impressor, verificaremos os atores envolvidos e a relação entre eles. O fato dessas relações se estabelecerem, e muitas vezes em redes de sociabilidade previamente existentes, permite-nos constatar configurações e redes de sociabilidade nas quais se inseriam nossos personagens.

3.1.1. Apresentação dos dados

Doravante, passaremos a nos basear principalmente nos dados agrupados na tabela 6, apresentando 29 produtores de periódicos, os periódicos em que – e quando – escreveram, editaram ou orientaram, e as tipografias por eles utilizadas entre 1808 e 1831, com os nomes ordenados e agrupados por províncias de atuação.

Tabela 6: Produtores de periódicos, os respectivos periódicos de atuação e tipografias utilizadas

Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)	<i>Conciliador do Reino Unido (1821)</i>	Impressão Régia
	<i>Sabatina Familiar de amigos do bem comum (1821 – 1822)</i>	Imprensa Nacional RJ
	<i>Reclamação do Brasil (1822)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>Roteiro brazílico ou Coleção de princípios e documentos de Direito Político (1822)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>Império do Equador na Terra de Santa Cruz (1822 -1823)</i>	Imprensa Nacional RJ
	<i>Causa do Brasil no júzo dos governos estadistas da Europa (1822 -1823)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>Atalaia (1823)</i>	Imprensa Nacional RJ
	<i>Triunfo da Legitimidade contra a facção de anarquistas (1825 - 1826)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa espadachina (1828)</i>	Tipografia Plancher Seignot
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Joaquim Gonçalves Ledo	<i>Revérbero Constitucional Fluminense (9/1821 a 10/1822)</i>	Tipografia de Silva Porto - até 10/1822 Imprensa Régia/Tipografia Nacional RJ - de 05 a 07/1822 Tipografia Moreira e Garcez - até 05/1822
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Januário da Cunha Barbosa	<i>Revérbero Constitucional Fluminense (9/1821 a 10/1822)</i>	Tipografia de Silva Porto - até 10/1822 Imprensa Régia/Tipografia Nacional RJ - de 05 a 07/1822 Tipografia Moreira e Garcez

		- até 05/1822
	<i>Diário Fluminense (1830 - 1831)</i>	Tipografia Nacional RJ
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
João Soares Lisboa	<i>Correio do Rio de Janeiro (4 a 10/1822; 6 a 11/1823)</i>	Tipografia de Silva Porto - até 10/1822 Tipografia de Torres – 6 11/1823
	<i>Desengano aos Brasileiros (6/1824)</i>	Tipografia de Miranda e Cia – 1824
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Luis Augusto May	<i>A Malagueta (12/1821 a 6/1822; 7/1822 a 7/1824; 9/1828 a 8/1829; 1/1831 a 3/1832)</i>	Tipografia Moreira e Garcez - 1821 a 1822 Tipografia de Silva Porto - 1822 a 1824; Tipografia da Astrea - 1828 a 1829 Tipografia de R. Ogier – a partir de 1831
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Evaristo da Veiga	<i>Aurora Fluminense (12/1827 a 1835)</i>	Tipografia do Diário do RJ – 12/1827 a 9/1830 Tipografia de Cunha e Vieira – 9 a 10/1830 Tipografia de Gueffier e Cia – a partir de 10/1830
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Manuel Ferreira de Araújo Guimarães /	<i>Gazeta do Rio de Janeiro (3/1812 - 7/1821)</i>	Imprensa Régia
	<i>Diário do Governo/Diário Fluminense (5/1826 - 4/1830)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>O Patriota (1/1813 - 12/1814)</i>	Impressão Régia
	<i>O Espelho (10/1821 – 6/1823)</i>	Tipografia Nacional RJ
	<i>Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil (5/1826)</i>	Tipografia Nacional RJ
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Baptista Caetano de Almeida	<i>Astro de Minas (11/1827 a 6/1839)</i>	Tipografia do Astro de Minas
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Bernardo Pereira de Vasconcelos	<i>O Universal (7/1825 a 1842)</i>	Tipografia Patrícia e Barboza/Tipografia Patrícia do Universal/Tipografia do Universal
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Teófilo Ottoni	<i>Sentinela do Serro (9/1830 a 1832)</i>	Tipografia de A. F. Carneiro
Produtor de periódicos	Periódicos/	Tipografia
José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre)	<i>Farol Paulistano (2/1827 a 6/1831)</i>	Tipografia Paulistana/Imprensa de Roa e Cia/Tipografia do Farol Paulistano
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Libero Badaró	<i>O Observador Constitucional (10/1829 a 11/1830)</i>	Tipografia do Farol Paulistano
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Frei Cirilo de Alameda y Brea	<i>Gazeta de Montevideo (8/1811 a 6/1814)</i>	Tipografia del Cabildo/La Carlota
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Francisco de Paula Pérez	<i>El Pacífico Oriental de Montevideo (12/1821 a 7/1822)</i>	Tipografia do

		Estado/Imprensa de Pérez
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Antônio Borges da Fonseca	<i>Gazeta Paraibana (8/1828 a 3/1829)</i>	Tipografia Nacional da Paraíba
	<i>Abelha Pernambucana (4/1829 a 8/1830)</i>	Tipografia Fidedigna – 4 a 6/1829 Tipografia do Diário – de 6/1829 a 8/1830
	<i>O Repúblico (10/1830 a 7/1831; 1832 a 1855)</i>	Tipografia da Astréa – de 10 a 12/1830 Tipografia de R. Ogier – 12/1830 a 7/1831
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	<i>O Paraense (5 a 6/1822)</i>	Imprensa Liberal
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Cônego João Batista Gonçalves Campos	<i>O Paraense (6/1822 a 2/1823)</i>	Imprensa Liberal
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
João Antônio de Garcia Abranches	<i>O Censor (1/1825 a 5/1830)</i>	Tipografia Melandiana – de 1 a 3/1825 Tipografia Nacional MA – 12/1825 a 5/1830
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezinho	<i>O Conciliador do Maranhão (11/1821 a 4/1823)</i>	Tipografia Nacional MA – 11/1821 a 4/1823
	<i>Palmatória Semanal (3 a 6/1822)</i>	Tipografia Nacional MA – 3 a 6/1823
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Manuel Rodrigues de Oliveira	<i>A Folha Medicinal (3 a 5/1822)</i>	Tipografia Nacional MA – 3 a 5/1822
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Frei Caneca	<i>Tifis Pernambucano (12/1823 a 08/1824)</i>	Tipografia de Miranda e Cia
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Cipriano Barata	<i>Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco (4 a 11/1823)</i>	Tipografia de Cavalcante e Cia
	<i>Gazeta Pernambucana (7 a 9/1823)</i>	Tipografia de Cavalcante e Cia
	<i>Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida (11/1823)</i>	Tipografia de Cavalcante e Cia
	<i>Sentinela da Liberdade hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de todos os Santos. Alerta! (1 a 4/1831)</i>	Tipografia da Viúva Serva e Filhos
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Diogo Soares da Silva de Bivar	<i>Idade d'Ouro do Brasil (1811 - 1821)</i>	Tipografia Silva Serva/Tipografia da Viúva Serva e Carvalho
	<i>Variedades ou Ensaios de Literatura (2 a 7/11812)</i>	Tipografia Silva Serva
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Joaquim José da Silva Maia	<i>Semanário Cívico (3/1821 a 6/1823)</i>	Tipografia Silva Serva/Tipografia da Viúva Serva e Carvalho
	<i>Sentinela Bahiense (6 a 10/1822)</i>	Tipografia da Viúva Serva e Carvalho
	<i>O Brasileiro Imparcial (1 a 12/1830)</i>	Tipografia do Diário do RJ

Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	<i>Diário Constitucional/O Constitucional</i> (9/1821 a 8/1822)	Tipografia da Viúva Serva e Carvalho
	<i>O Independente Constitucional</i> (3 a 4/1823)	Tipografia Nacional BA
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Hipólito da Costa	<i>Correio Braziliense</i> (6/1808 a 12/1822)	Tipografia de W. Lewis - 1808 – 1811 Tipografia do Correio Braziliense - 1811 – 1816 Tipografia de L. Thompson - 1816 – 1819 Tipografia de R. Greenlaw 1819 -1822
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Vicente Ferreira Gomes	<i>Diário de Porto Alegre</i> (?/1827 a 6/1828)	Tipografia Riograndense
	<i>O Constitucional Rio Grandense</i> (7/1828 a 3/1831)	Tipografia da Santa Casa de Misericórdia
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Padre Mororó	<i>Diário do Governo do Ceará</i> (4 a 5/1824)	Tipografia do Governo Revolucionário do Ceará
Produtor de periódicos	Periódicos	Tipografia
Padre Luiz Gonzaga Camargo Fleuri	<i>A Matutina Meiapontense</i> (3/1830 a 1834)	Tipografia Oliveira

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de analisar os dados, são necessárias explicações e ressalvas. Na tabela 6 estão elencados 49 periódicos e 32 tipografias de doze províncias (a totalidade de províncias que tiveram atividades tipográficas entre 1808 e abril de 1831), mais o caso de Londres, considerando Hipólito da Costa e seu *Correio Braziliense*.

Dentro da contagem dos 49 periódicos, já estamos levando em consideração o fato do baiano *Diário Constitucional* ter alterado seu nome para *O Constitucional* e depois para *Independente Constitucional*. Portanto, sendo essencialmente o mesmo periódico, redigido e editado pelos mesmos indivíduos na mesma conjuntura, constam como apenas um título. Também tomamos como um único título as *Sentinelas da Liberdade*, de Cipriano Barata, um periódico essencialmente autoral, cujas variações de título e de tipografia se deram pelas mudanças (parte delas coercitivas) de localidade de atuação de seu autor⁴⁷⁹.

Relacionando quantidade de periódicos e número de produtores de periódicos, temos a produção média de 1,6 periódicos por indivíduo. No entanto, existem alguns casos atípicos entre os 29. Silva Lisboa foi responsável por nove periódicos entre 1808 e 1831; o número máximo de títulos para um mesmo personagem, excetuando Silva Lisboa, são os cinco periódicos de que participou Manuel Ferreira Araújo Guimarães.

⁴⁷⁹ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit.

Portanto, o caso de Silva Lisboa, de um redator que participou de mais de cinco folhas representa 3,45% do total de personagens. Atuando em cinco folhas, o outro caso excepcional já mencionando de Araújo Guimarães, representa, outros 3,45%. O número aumenta timidamente para dois ou 6,90% quando consideramos um mesmo produtor de periódicos passando por três folhas. O grosso, entretanto, está nos 20,69% (seis casos) e nos 65,52% (19 casos), referentes a indivíduos que atuaram em dois e em apenas um periódico entre 1808 e 1831, respectivamente. Portanto, ao invés de estabelecer uma média geral na simples razão entre quantidade de periódicos e quantidade de personagens, consideramos como tendência mais segura a participação de cada indivíduo em um ou, quando muito, a terça parte destes em dois periódicos, escorados conjuntamente no índice de 86,20% dos casos. No entanto, os quatro casos restantes, ou 13,80%, em suas distinções podem revelar elementos interessantes.

Silva Lisboa era, desde 1808, não somente membro da Junta Administrativa da Imprensa Régia como também censor, nomeado para ambas as funções por seu amigo e protetor D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁴⁸⁰. De acordo com levantamento feito através do material da Imprensa Régia, foi o autor que mais publicou obras impressas pela tipografia: sendo mais de 40 títulos até 1822⁴⁸¹. Na tripla posição de administrador, escritor e censor, tinha até 1821 grande poder sobre o material que era e que deixava de ser publicado na América lusitana. Há que se lembrar que *censura*, à época, tinha sentido semântico diverso ao de hoje, estando mais próximo de apreciação, emissão de pareceres e até mesmo de difusão das Luzes, sendo o censor, portanto, um cargo denotativo de prestígio e reconhecimento intelectual⁴⁸². É de se pensar que Silva Lisboa podia pôr em prática, através de suas atividades, um projeto pedagógico e de ilustração bastante pessoal para a fatia americana do império, por meio da impressão ou veto de

⁴⁸⁰ FARIA JUNIOR, Carlos de. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008, p. 153.

⁴⁸¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da impressão...* op. cit., p. XXV.

⁴⁸² ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. In: *Fênix*, vol. 4, 2007. Outro produtor de periódicos ligado a atividade censória foi Diogo Soares da Silva de Bivar, nomeado censor provincial na Bahia em fevereiro 1821, não obstante as resoluções anteriores da Cortes de Lisboa acerca da liberdade de imprensa. Ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia...* op. cit., p. 38. Anos depois, já no Rio de Janeiro, a partir de 1843, Bivar voltaria a ocupar a função de censor, mas analisando peças teatrais na qualidade de presidente do Conservatório Dramático Brasileiro. Acreditamos que a função era sinal de que ainda era reconhecido pela capacidade intelectual e detinha considerável prestígio na Corte. Ver: LEMOS, Valéria Pinto (Org). *Os exames censórios do conservatório dramático Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Também não por acaso, João Antônio de Garcia Abranches decidiu intitular *O Censor*, seu periódico, revestindo-o de autoridade. Ver ABRANCHES, Dunshee. *Garcia de Abranche...* op. cit. GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit.

livros e outros materiais.

Mesmo perdendo parte dessa prerrogativa, com a queda da censura prévia em 1821, a posição dentro da administração da tipografia e o prestígio na Corte certamente possibilitaram a Silva Lisboa não só se inserir no impulso de proliferação dos periódicos, mas, ainda além, ocupar certo lugar de liderança, publicando nove folhas regulares entre 1821 e 1831, sete delas no curto período entre 1821 e o fim de 1823. De forma geral, conforme o levantamento de Ana Maria Camargo e Rubens Borba Moraes, a Imprensa Régia recebia demanda muito maior do que podia atender. Dito isso, torna-se claro que indivíduos como José da Silva Lisboa tinham mais facilidade e maior preferência para publicar⁴⁸³. Portanto, a proximidade de Silva Lisboa tanto com a Corte quanto com a tipografia – a oficina mais central e de funcionamento mais regular do período – foram indispensáveis para a grande quantidade de suas publicações.

O segundo caso desviante, o de Araújo Guimarães, também está diretamente relacionado com a Corte e com a Imprensa Régia. De acordo com Isabel Lustosa, tratava-se do “único jornalista profissional do Rio de Janeiro”⁴⁸⁴. A afirmação contém considerável anacronismo ao projetar um jornalismo profissionalizado no início do século XIX, mas apesar disso também alude ao fato de Guimarães ter oferecido seus préstimos de redator de forma regular ao governo da Corte portuguesa no Rio de Janeiro – e do Império brasileiro posteriormente. Foi o principal redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1812 e 1821, retornando a um outro periódico oficial, o *Diário do Governo* no período entre 1826 e 1830, já em um contexto imperial brasileiro. Redigiu, em 1826, algumas edições do também oficial *Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil*⁴⁸⁵.

Entre 1821 e 1823, Araújo Guimarães criou, editou e redigiu *O Espelho*, folha que se posicionava em defesa do governo de D. Pedro, sobretudo ao ministério dos Andradas – inclusive é encerrado em julho de 1823, mês da demissão de José Bonifácio. Também nesse periódico, o próprio D. Pedro publicava, sob anonimato, artigos violentos e insultantes, como, por exemplo, o anteriormente mencionado texto contra Luis Augusto May⁴⁸⁶.

⁴⁸³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da impressão...* op. cit., p.XXV.

⁴⁸⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit., p.172.

⁴⁸⁵ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina...* op. cit.

⁴⁸⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da impressão...* op. cit., 276. Ver também: MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota*

De menor engajamento para o amplo debate público por meio da imprensa foi *O Patriota*, que circulou entre 1813 e 1814, ainda durante a vigência da censura prévia sobre o Império Português – do qual o Brasil era sede. Era focado principalmente na discussão e divulgação científica. No entanto, não se inserir num debate público aberto não o diminuiu como produção carregada de um projeto político. A própria designação de *O Patriota*, segundo Morel, se inseria numa disputa semântica em torno do conceito de pátria, delimitando-o no decorrer das suas edições “como espaço de atuação intelectual, de lealdade e proximidade com o monarca, como lugar de nascimento, e, ainda, espaço de progresso material – ficando de fora deste elenco os significados mais claramente politizados ou revolucionários”⁴⁸⁷.

Dessa maneira, o incentivo para divulgação científica, vinculado ao progresso material, também não se descolava de um movimento de reafirmação de autoridade da Coroa portuguesa sobre seus domínios americanos, com sua sede no Rio de Janeiro em meio às convulsões revolucionárias na América hispânica. Não por mera coincidência, os que publicavam n’*O Patriota* formavam uma associação de indivíduos em torno de uma concepção “do Império luso-americano, capitaneada e formulada pelo fidalgo português D. Rodrigo de Sousa Coutinho (...), herdeiro político direto do marquês de Pombal e seu despotismo ilustrado, além de chefe do partido inglês em Portugal”⁴⁸⁸, salientando a permanência dessa rede mesmo após a morte de sua figura central – Coutinho - em 1812. De fato, Guimarães foi apadrinhado por Coutinho nos últimos anos da década de 1790, quando iniciava seus estudos na Academia Real da Marinha, em Lisboa, sendo lembrado e ajudado pelo ministro em outras ocasiões, como em suas transferências para o Rio de Janeiro e da Academia Real da Marinha para a Academia Real Militar, por exemplo⁴⁸⁹. A reverência de Guimarães por Coutinho também é notada na homenagem póstuma “Epicedio ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho... Offerecido a condeça de Linhares por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães”⁴⁹⁰, de 1812.

Um dos colaboradores d’*O Patriota* e igualmente expoente intelectual protegido

(1813 – 1814). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 24.

⁴⁸⁷ MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas... op, cit., p. 22.

⁴⁸⁸ *Ibidem* p. 33.

⁴⁸⁹ SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro. In: *Rev. Bras. de História da Matemática*, v. 11, n. 21, São Paulo, 2011, p. 83.

⁴⁹⁰ GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Epicedio ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho...Offerecido a condeça de Linhares por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1812. – BN- Livros Raros - 37, 5, 4.

de Coutinho foi Silva Lisboa, cujas atribuições de censor e de administrador da tipografia levam a crer que o periódico contava com sua anuência, pois se assim não fosse encontraria dificuldades para publicação; além disso, tinha o censor entre seus colaboradores. Não obstante, todos esses periódicos elencados na trajetória de Guimarães foram publicados pela Imprensa Régia/Tipografia Nacional, como pode ser observado na tabela 6. É significativo que as duas exceções de nossa lista, Silva Lisboa e Araújo Guimarães, cujas participações como editor e redator principal em periódicos são acima da média, participavam de uma mesma rede e estavam posicionados em lugares próximos dentro da configuração da Corte. Até por isso, ambos tinham acesso privilegiado à tipografia estatal, levando-nos a sustentar como fundamental a relação entre a possibilidade produção de periódicos e a inserção sócio-política do indivíduo e suas redes de sociabilidade. Mesmo após 1821, numa sociedade em que a lei formalizava a liberdade de imprensa, é notável a preeminência da quantidade acima da média de periódicos de Guimarães e Silva Lisboa, todos engajados na defesa dos governos da Regência do príncipe D. Pedro e do Império brasileiro. Os dois casos aqui analisados, portanto, já demonstram que diferentes posições sócio-políticas e inserções nas configurações de poder implicam em acesso desigual às tipografias e à produção de periódicos. Como bem apontou Myriam Pires, o “vocabulário político era ferramenta de expressão e difusão da ideologia monárquica, em uma clara demonstração do espaço da Tipografia da Imprensa Regia como um importante centro de poder, lugar em que as alianças políticas se faziam extremamente necessárias”⁴⁹¹.

Os dois casos de produtores de periódicos relacionados a três folhas são os de Antônio Borges da Fonseca e de Joaquim José da Silva Maia. Comum a ambos foi a intensa itinerância entre 1808 e 1831. Nesse período, Fonseca esteve na Paraíba (1808 – 1826 e 1828 -1829), em Pernambuco (1826 -1828 e 1829 - 1830) e no Rio de Janeiro (1830 – 1832), e publicou periódicos em todos esses lugares⁴⁹². No mesmo intervalo de tempo, Silva Maia fez o trajeto Bahia (até 1823), Portugal (entre 1823 e 1828) e Rio de Janeiro (a partir de 1828), também publicando periódicos em todas essas localidades. Por Fonseca foram editados a *Gazeta Paraibana* (1828-1829), *Abelha Pernambucana* (1829–1830) e o *Repúblico* (1830-1831). De Silva Maia temos o *Semanário Cívico*

⁴⁹¹ GOUVEA, Myriam Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2008, p.50.

⁴⁹² Ver: SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico...* op., cit., 2010. RANGEL, Maria Lúcia de Souza. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. São Paulo: PUC Campinas, 1995. VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit., 1945.

(1821-1823), o *Sentinela Bahiense* (1822), *O Imparcial* (1826-1828) e *O Brasileiro Imparcial* (1830)⁴⁹³. Observando os títulos destes periódicos e dos demais listados na tabela, é notável que parte expressiva deles - três em sete, no primeiro caso, e 21 de 48 (43,75%), no segundo – fazem alusão às realidades provinciais ou locais. Portanto, em caso de mudança do produtor de periódicos para outra província (ou em alguns casos cidade, vila e etc.), a manutenção desses títulos acarretaria perda de coerência e sentido de suas propostas iniciais. Não parece à toa que, entre os periódicos de Fonseca, apenas o *Repúblico* teve grande longevidade, a despeito da continuidade das mudanças de províncias de seu editor durante a Regência e o Segundo Reinado. Poucos foram os casos como o do *Sentinela da Liberdade*, cujo título original trazia ainda *na Guarita de Pernambuco*, que se manteve e adaptou seu título pelos mais diversos locais, tornando-se junto com seu responsável, Cipriano Barata, uma sólida referência nacional⁴⁹⁴.

Assim, ainda que não possa ser tido com um fator absolutamente determinante, frequentes deslocamentos entre províncias aparenta ter sido um elemento significativo para a quantidade de periódicos de que participou cada personagem. Claro que não se pode, de forma inversa, determinar a quantidade de periódicos somente pelos itinerários. João Soares Lisboa, por exemplo, saiu de Portugal, esteve em Porto Alegre até 1818, seguiu para o Rio de Janeiro, passou pelo exílio em Buenos Aires entre 1822 e 1823, voltou para a Corte ainda em 1823, e terminou seus dias em Pernambuco em 1824. Nestes vários destinos, só produziu periódicos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Em Porto Alegre, aliás, isso não seria possível, pois não houve tipografia antes de 1827, além de à época de sua estadia ainda estar vigente a censura prévia. É por isso que enfatizamos que o itinerário é um fator potencial conjugado aos vínculos entre periódicos e seus títulos com as realidades provinciais.

Já em relação ao número de tipografias, contamos 32, admitindo que no Rio de Janeiro, a anterior oficina estatal denominada *Impressão Régia* muda seu nome, após a ruptura com Portugal, para *Tipografia Nacional*, mantendo-se os mesmos equipamento e estabelecimento, portanto conformando em termos materiais apenas uma tipografia⁴⁹⁵. Em Rio Grande de São Pedro, a Tipografia Riograndense, inaugurada em 1827 e pertencente ao governo provincial, é arrendada, em 1828, pela Santa Casa de

⁴⁹³ Sendo escrito e publicado no Porto, e, portanto, extrapolando nossa unidade de análise, não incluímos *O Imparcial* na listagem de periódicos.

⁴⁹⁴ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p.212.

⁴⁹⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da impressão...* op. cit.

Misericórdia da província, passando a se chamar Tipografia da Santa Casa de Misericórdia⁴⁹⁶. Também nesse caso contamos ambas como uma só oficina. Na província Cisplatina, a imprensa de propriedade do governo provincial, momentaneamente arrendada e gerida por Paula Pérez, é formada fundamentalmente pelo mesmo equipamento enviado pela Corte portuguesa em 1810 e que possibilitou a publicação da *Gazeta de Montevideo*⁴⁹⁷. Logo, contam como apenas uma tipografia. Em Pernambuco, tanto a Tipografia de Miranda e Cia, que funcionou entre 1823 e 1824, quanto a Tipografia do Diário de Pernambuco, que funcionou a partir de 1825, tinham como proprietário comum Antonino José de Miranda Falcão. No entanto, preso em 1824, durante a repressão à Confederação do Equador, não encontramos informações sobre o destino de sua oficina⁴⁹⁸. E por isso não é possível afirmar que as duas oficinas sejam a mesma, apenas com o nome alterado. Portanto, nesse caso, contabilizamos como duas oficinas diferentes.

Mais uma observação no tocante ao número de tipografias é que o total de 32 inclui as quatro oficinas londrinas utilizadas por Hipólito da Costa para redigir o *Correio Braziliense*. Todavia, como o funcionamento e a inserção no espaço social dessas tipografias inglesas pouco tem a acrescentar sobre o desenvolvimento desse tipo de estabelecimento nos espaços lusoamericanos e brasileiros, teremos 28 como o nosso número total de tipografias elencadas.

A distribuição entre as províncias dessas 28 tipografias indica um início de desenvolvimento irregular da imprensa no Brasil. Em ordem decrescente, contamos, a partir da tabela 6, dez (35,71%) oficinas no Rio de Janeiro; quatro (14,28%) em Pernambuco; três (10,71%) em Minas Gerais; duas (7,14%) na Bahia e outras duas no Maranhão (7,14%); Paraíba, Pará, Rio Grande de São Pedro, Goiás, São Paulo, Cisplatina/Banda Oriental e Ceará com uma tipografia cada (3,57%), somando estas últimas sete (25%). É importante novamente ressaltar que esses números não pretendem se passar pela totalidade das tipografias. Inclusive pelo fato de muitos desses produtores de periódicos terem exercido essa função somente em alguns períodos entre 1808 e 1831, não sendo possível rastrear em suas trajetórias o desenvolvimento completo da imprensa em suas respectivas províncias.

⁴⁹⁶ RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha...* op. cit., 74.

⁴⁹⁷ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit., p. 297.

⁴⁹⁸ NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco...* op. cit., p.22.

3.1.2. Acesso às tipografias

Nos exemplos acima citados de Silva Lisboa e Araújo Guimarães, apontamos para situações de acesso privilegiado às tipografias. Ao examinarmos os casos dos nossos 29 personagens, percebemos diferenças oscilando entre maiores e menores dificuldades e/ou constrangimentos em conseguir imprimir seus respectivos periódicos.

Um dos modos mais garantidos de assegurar a impressão dos periódicos era possuir (ou ser um dos donos) sua própria tipografia. Em nossa lista, contamos quatro casos (13,7%): Felipe Patroni (Pará)⁴⁹⁹, José da Costa Carvalho (São Paulo)⁵⁰⁰, Teófilo Ottoni e Baptista Caetano de Almeida (ambos de Minas Gerais)⁵⁰¹. Uma minoria em nossa lista. No entanto, alguns traços dessa minoria são significativos, sobretudo em relação aos referentes a Minas Gerais.

Ottoni e Almeida não somente eram oriundos de famílias de comerciantes, como também se projetaram como bem sucedidos mercadores⁵⁰². Essa proximidade entre o perfil mercantil e a posse de tipografia encontra eco em outros exemplos de tipógrafos célebres, cujas oficinas figuram em nossa tabela. É o caso de quatro pioneiros: Manoel Antônio da Silva Serva (Tipografia Silva Serva), proprietário da primeira tipografia particular da América lusitana; Antônio Joaquim da Silva Garcez e José Cristo Moreira (Tipografia de Moreira e Garcez), e Manoel Joaquim da Silva Porto (Tipografia de Silva Porto), que inauguraram duas das primeiras tipografias particulares do Rio de Janeiro em 1821 e 1822. Os perfis dos quatro coincidem: comerciantes reinóis imigrados há poucos anos para a América e com experiência no mercado livreiro. Também é o caso dos livreiros e impressores franceses Pierre Plancher (Tipografia Plancher e Signot), Gueffier (Tipografia de Guffier & Cia) e René Ogier (Tipografia de René Ogier),

⁴⁹⁹ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Filippe Patroni: um Vintista no Pará...* op. cit., p. 227.

⁵⁰⁰ Apesar de inicialmente a Tipografia do Farol Paulistano chamar-se Typhografia de Roa & Cia, recebendo o nome de seu primeiro impressor, o espanhol José Maria Roa, denotando a propriedade a ele, a oficina altera, em 1828, sua alcunha para o nome do periódico dirigido por Costa Carvalho. Ver OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa...* op. cit., p. 60 e 176. Além disso, algumas cartas de um certo Carlos Mariano, endereçadas a Costa Carvalho no Rio de Janeiro (no exercício de seu mandato de deputado), contém informações detalhadas sobre a situação material e financeira da oficina e pedidos de envio de recursos para a manutenção da mesma. IHGB-Lata 219 Doc 26. Dessa forma, sustentamos que Costa Carvalho era ou tonou-se, ao menos, parcialmente proprietário da tipografia.

⁵⁰¹ MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida...* op. cit., 147. MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 125.

⁵⁰² Apesar de magistrado de carreira, José da Costa Carvalho também era proprietário de terras e envolvido com comércio. Ver: CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo...* op. cit., p.37.

radicados na Corte⁵⁰³. A primeira tipografia (Tipografia Oliveira) de Goiás, instalada em 1830, era propriedade de um dos detentores das grandes fortunas locais, o comendador Joaquim Alves de Oliveira, cujas posses adivinham do comércio, terra e empréstimos a juros⁵⁰⁴.

De acordo com Mayra Gouvea, essa empreitada que se iniciava na América lusitana, onde “riscos pessoais e financeiros eram constantes”, tinha nos comerciantes um perfil recorrente. “Tais agentes, edificavam na América uma dupla sociabilidade, baseada na estreita relação entre comércio e comunicação, herdeiras do ideário ilustrado europeu”⁵⁰⁵.

Otoni e Almeida também apontam para uma particularidade da província mineira. Os periódicos de ambos, *Sentinella do Serro* e *Astro de Minas*, eram produzidos, respectivamente, em Serro Frio e São João del Rei. Nosso outro representante de Minas Gerais, Bernardo Pereira de Vasconcelos, tinha seu *Universal*, publicado em Vila Rica. Entre os 29 casos estudados, Minas Gerais figura como a única província onde a produção de periódicos não estava concentrada em uma única cidade⁵⁰⁶. Indo afora de nossa lista, essa singularidade de Minas Gerais se acentua. O *Pregoeiro Constitucional* vinha de Pouso Alegre, e *A Estrela Marianense* vinha de Mariana⁵⁰⁷. Em todas as outras províncias que abrigaram atividade de imprensa, não foi observada essa característica. Não conseguimos apontar causas dessa particularidade de Minas Gerais, mas presumimos que outros estudos de teor comparativo entre províncias cujo foco seja a atividade tipográfica possam ajudar a esclarecer esse ponto.

Contudo, se a posse de uma tipografia significava maior facilidade na produção de periódicos, ela não acarretava em si garantias contra imprevistos, ou total independência em relação a outros indivíduos no processo de materialização e circulação do discurso político, que por vezes podia obrigar o hiato da publicação. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o *Farol Paulistano*, em 1829. Conforme o próprio

⁵⁰³ SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos typographos. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. São Paulo: Edusp, 2004. v. 01. p. 3.

⁵⁰⁴ COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG, 2013, p. 23.

⁵⁰⁵ GOUVEA, Myriam Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder...* op. cit., p.111.

⁵⁰⁶ Poderíamos mencionar a Tipografia Nacional e Imperial na Bahia instalada em Cachoeira, coexistindo com a Tipografia de Silva Serva em Salvador. Mas essa situação se deu pela conjuntura dos conflitos da Independência naquela província. Tão logo se deu o 2 de julho, a oficina chegou no dia 15 do mesmo mês em Salvador, que como nas demais províncias figurou como a cidade que concentrou as tipografias. Ver CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia...* op. cit., p. 15.

⁵⁰⁷ ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)* (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

periódico:

Esperamos que nossos leitores de sorte nenhuma nos atribuam a falta que houve da nossa Folha em dois dias marcados para a sua publicação. O incidente de haver-se quebrado o Prelo no dia 10 do corrente era irremediável, pois nesta Cidade não há outro além desse, que para aqui veio unicamente pelo empenho que fazemos que haja uma Folha Provincial – Procuraremos por tanto suprir esta falta nos N^{os} seguintes com maior abundância de matérias: é quanto cabem em nossas forças⁵⁰⁸.

Não somente questões de manutenção do equipamento de impressão atravessavam a trajetória das publicações. Para além da oficina tipográfica, funcionava, como mencionamos há pouco, todo um circuito de comunicação entre as ideias e sua materialização e circulação em formato impresso. Trata-se, portanto, de várias relações de interdependência entre diversos atores que perpassavam o debate público e a opinião pública em formação, transcendendo a ação individual dos produtores de periódicos aqui elencados.

Um exemplo para além de nossa lista, mas ilustrativo, é do *Diário do Rio de Janeiro*, editado por Zeferino Vito de Meireles, que ocupou diversos cargos na Imprensa Régia, chegando a ser nomeado vice-administrador, antes de abrir sua própria oficina em 1822 (a Tipografia do Diário do Rio de Janeiro)⁵⁰⁹. Como prestigiado funcionário da Imprensa Régia e inserido nas mesmas redes de sociabilidade em que se encontravam outras figuras conhecidas da mesma tipografia, como Silva Lisboa e Araújo Guimarães, Meireles não teve dificuldades em imprimir por lá as primeiras edições de seu periódico, antes de passar a fazê-lo em sua própria oficina. No entanto, mesmo a condição de acesso privilegiado à principal tipografia da época não garantia a Meireles que seu periódico chegasse incondicionalmente às mãos dos leitores.

Manuel Joaquim da Silva Porto, Mercador de Livros na rua da Quitanda, instado por queixas de alguns dos Srs. Subscritores do Diário, pela falta de exatidão nas suas entregas, não pode deixar de declarar que ele não é o Redator, nem o Editor do mesmo Diário, que não foi ele quem se comprometeu às suas entregas; que esta promessa foi feita pelo Redator; e que tais faltas nem o Redator é culpado, e sim o são as pessoas, que nisso tem sido empregadas: portanto o dito Porto, que simplesmente foi encarregado de receber subscrições, não continua a recebe-las este mês de Junho, sem que as pessoas que subscreverem se sujeitem a boa, ou má recepção do sobredito Diário e a falta de alguns números que já não há, até que o fim do mês se regule este negócio por outra maneira⁵¹⁰.

Desse excerto, podemos ter alguma dimensão da multiplicidade de agentes

⁵⁰⁸ *O Farol Paulistano* n^o 221, 6 de junho de 1829.

⁵⁰⁹ GOUVEA, Myriam Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder...* op. cit., p.42.

⁵¹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de junho de 1821.

atuando no circuito. Um deles, Silva Porto, também antes de abrir sua oficina, recebeu os pedidos de assinatura de periódicos em sua livraria, serviço que prestou para a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, e também para a *Malagueta*⁵¹¹. A distribuição - ainda que as livrarias, como no caso do próprio Silva Porto, e boticas, como a do Padre Tezinho, vendessem parte da tiragem⁵¹² -, sobretudo a entrega para assinantes, de acordo com o comunicado publicado, parecia depender de serviços de outros agentes, tornando mais complexas as redes atuantes no circuito.

Em São Paulo, o estabelecimento de uma primeira tipografia particular se deu em 1827, após anos de malfadadas tentativas - a partir de 1823 - do governo provincial em fazê-lo através de requerimentos à Corte reivindicado o equipamento. O fato de a única tipografia paulista ser particular gerou certo mal-estar entre o estabelecimento e o governo provincial, pois, por lei, a documentação oficial precisava ser obrigatoriamente impressa nesse estabelecimento, cujos dois periódicos que publicava (*Farol Paulistano* e *Observador Constitucional*) se posicionavam cada vez mais como opositores do governo paulista⁵¹³. Em 1829, o próprio Costa Carvalho pleiteou junto ao Conselho Geral da Província a criação de uma Tipografia Nacional para a província como oficina oficial. “É provável que vislumbresse uma forma de fixar um órgão exclusivamente voltado para a publicação de questões inerentes à esfera política oficial e de desvincular as tipografias particulares dessa obrigação”⁵¹⁴.

No Pará, o estabelecimento da tipografia em 1822, se associa com uma série de transformações já em curso. De acordo com José Alves de Souza Junior, a mudança da família real para o Rio de Janeiro acarreta problemas para os grandes negociantes da província, vinculados por suas atividades com os portugueses da Europa⁵¹⁵. Esses negociantes, unidos à alta burocracia da província, formavam um grupo com poder e influência mais tradicional em contraposição a um ou grupo que se destacava de forma mais recente, formado principalmente por proprietários de terras e negociantes, enriquecidos, principalmente em função do horizonte econômico aberto pela tomada de Caiena pelo estado português entre 1809 a 1817⁵¹⁶. Com a Revolução do Porto, abre-se a possibilidade da penetração da elite econômica mais recente no governo provincial,

⁵¹¹ IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto...* op. cit., p. 69.

⁵¹² BRAGA, Maria de Fátima Almeida. *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica do padre Tezinho...* op. cit.

⁵¹³ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa...* op. cit., p. 176.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 176.

⁵¹⁵ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução...* op. cit., p. 133.

⁵¹⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Filippe Patroni: um Vintista no Pará...* op. cit., p. 175.

assim como essa disputa passa a figurar no primeiro periódico local, *O Paraense*, na medida em que este fazia clara oposição ao governo da Junta e, mais tarde, ao governador das armas José Maria de Moura.

A interpretação de Souza Junior foi posteriormente matizada por André Roberto de Arruda Machado, que, entre outros expedientes, alargando o recorte temporal da análise e considerando a influência do desenrolar dos fatos nas províncias próximas, delineou um cenário mais complexo, para além da competição comercial, “deixando claro que existiam outras forças envolvidas na disputa e que as elites políticas da província tinham tido até então um frágil controle da situação”⁵¹⁷. O título do livro de Arruda, *A quebra mola real das sociedades*, remete à situação de crise e desagregação de dinâmicas sociais e institucionais vigentes até então. “No contexto da crise do Antigo Regime os homens, ao estabelecerem seus projetos de futuro, conviviam com um sentimento generalizado de provisoriedade e instabilidade política, cenário importante para se compreender tanto suas decisões quanto atitudes”⁵¹⁸. Portanto, há consenso entre Arruda e Souza Junior em relação a aguda alteração do cenário político e do equilíbrio de forças no Pará desde o início da crise em 1808, e potencializada após 1820.

Essa alteração no equilíbrio de forças, a abertura de várias possibilidades e fomentação de diversos projetos indissociáveis ao sentimento de provisoriedade e instabilidade, produzindo um “decréscimo na diferença de poder - uma difusão geral de oportunidade de poder entre os jogadores e os grupos de jogadores (...)tal configuração só aparecerá em tempos de crise”. Essa mudança de configuração “vai mudar a concepção que os jogadores tem de seu jogo – ou seja, as suas ideias, os processos de discurso e pensamento com os quais tentam assimilar e dominar sua experiência do jogo”⁵¹⁹.

Circunscrevendo a escala para o rol de nossos personagens, identificamos que a mudança no jogo, característica do contexto de crise, ao abrir novas possibilidades e sugerir novos meios de ação, contribuiu para a chegada da tipografia na província. Até 1820, Felipe Patroni era um estudante de leis em Coimbra, cujas perspectivas para época seria formar-se e integrar a magistratura com a possibilidade de ascensão dentro do Estado⁵²⁰. No entanto, retorna prematuramente à sua província de origem em

⁵¹⁷ MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades...* op. cit., p.38.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p.39.

⁵¹⁹ ELIAS, Nobert. *Introdução...* op. cit., p. 98 e 99.

⁵²⁰ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução...* op. cit., COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* op. cit.

dezembro daquele ano “com um projeto de assumir o governo”, possibilitado pela perspectiva das formações de juntas eleitas conforme as orientações dos revolucionários vintistas. Desse modo, “reelaborou os pressupostos vintistas em seu discurso liberal, adaptando-os à condição colonial”, e após uma nova passagem por Lisboa ao longo de 1821, como emissário da Junta do Pará, onde atuou como redator em periódicos lisboetas como *Astro da Lusitânia* e *O Patriota*, retorna a Belém no início de 1822, trazendo consigo material para a montagem de uma tipografia. Este material foi comprado da Imprensa Nacional de Lisboa em sociedade com Daniel Garção de Mello, responsável pelo *Indagador Nacional*⁵²¹.

Já tendo rompido com a Junta que anteriormente o havia enviado como emissário às Cortes de Lisboa, e disposto a colocar em prática sua vontade de ocupar posição de poder no governo provincial, passa a lançar mão de um novo recurso tornado possível a partir de 1820, o uso da palavra impressa no debate público. Durante toda a circulação do *Paraense*, entre os inícios de 1822 e 1823, a Imprensa Liberal funcionou como única tipografia da província. Isso colocava Patroni e os demais colaboradores da folha em situação privilegiada no debate público, não havendo nenhum outro periódico para contestá-lo⁵²². Mesmo após a prisão e envio de Patroni a Lisboa, a situação continua a mesma, sendo *O Paraense* o único periódico da província, agora sob a tutela de clérigo João Batista Campos.

Observamos outros dois casos em que apesar de considerável controle sobre as tipografias utilizadas, os indivíduos não eram seus proprietários, tendo arrendado temporariamente oficina de terceiros. Um deles já foi mencionado no primeiro capítulo: trata-se de Francisco de Paula Pérez, que enquanto o desenrolar dos acontecimentos não levou a bater de frente com o projeto da Corte fluminense por defender a permanência do alinhamento político da província às Cortes, conseguiu o arrendamento da tipografia

⁵²¹ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Filipe Patroni: um Vintista no Pará... op. cit., p. 227.

⁵²² Como apontado antes, após 1820, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco não encararam de maneira muito significativa o monopólio da atividade tipográfica reduzida a uma tipografia. Essa realidade foi mais palpável, sobretudo, em províncias como Ceará, Bahia, São Paulo, Cisplatina, Goiás, Paraíba, Bahia e Maranhão. Sobre esta última, Marcelo Galves ressaltou que “diferentemente dos debates produzidos na Corte por uma centena de jornais e panfletos impressos em diversas tipografias a partir de interesses distintos a produção e circulação de impressos no Maranhão, limitada a cidade de São Luís, caráter restrito, quase sempre sob a égide da administração provincial. A imagem de uma imprensa livre com inúmeros jornais como porta-vozes de determinados políticos e grupos parece não se adequar a realidade provincial do período”. Ver: GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p.82. Essa observação parece contemplar, de modo geral, esse conjunto de províncias. Apenas ressaltamos que no caso do Pará, São Paulo e, em algum grau, a Bahia – pensando na impressão do *Diário Constitucional* – a égide da administração provincial foi confrontada pela iniciativa privada de grupos em oposição se valendo do material impresso.

pertencente ao governo provincial cisplatino – a mesma utilizada para a publicação da *Gazeta de Montevideo* – e, assim, publicar seu *El Pacifico Oriental de Montevideo*⁵²³.

O segundo caso é do Vicente Gomes Ferreira em Rio Grande de São Pedro. Filho de um funcionário público e ocupando-se como rábula (advogados sem formação, mas com permissão de atuação pelo governo provincial), Ferreira é cooptado pelo governo para tocar a redação do oficioso *Diário de Porto Alegre* em 1827⁵²⁴. Foi o segundo redator deste periódico – o primeiro da província -, antecedido por João Inácio da Cunha.

Deixando de lado os quatro casos de indivíduos detentores de oficinas, ou de posse delas, em nossa tabela resta a grande maioria (25 ou 86,3%) de não proprietários ou arrendatários de tipografias. Dentro dessa maioria, identificamos dez casos – 34,5% entre os 29 ou 40% entre os 25 restantes - de redatores que, em algum momento, atuaram em periódicos reconhecidamente de propriedade e/ou editados por terceiros, estes possuidores de oficinas tipográficas. A saber: Araújo Guimarães (*Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Governo*, *Diário do Senado da Câmara do Rio de Janeiro*), Januário da Cunha Barbosa (*Diário Fluminense*), Cirilo de Alameda y Brea (*Gazeta de Montevideo*), Batista Campos (*O Paraense*), Padre Tezinho (*O Conciliador do Maranhão*), Cipriano Barata (*Gazeta Pernambucana*), Diogo Soares da Silva de Bivar (*A Idade d'Ouro no Brasil*), Ferreira Gomes (*Diário de Porto Alegre*), Padre Mororó (*Diário do Governo do Ceará*) e Padre Luiz Gonzaga Camargo Fleuri (*Matutina Meiapontense*).

Dos 10 casos, seis deles - Araújo Guimarães, Januário da Cunha Barbosa, Cirilo de Alameda y Brea, Padre Tezinho, Ferreira Gomes e Padre Mororó – foram recrutados para atuarem em periódicos pertencentes à Coroa ou aos governos provinciais, e, portanto, se utilizando de tipografias públicas: a Impressão Régia/Tipografia Nacional, Tipografia del Cabildo (Cisplatina), Tipografia Nacional (Maranhão), Tipografia Riograndense, e Tipografia do Governo Revolucionário do Ceará⁵²⁵. Dessa maneira,

⁵²³ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* op. cit., p. 297.

⁵²⁴ RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha...* op. cit., p. 69.

⁵²⁵ A tipografia chegou ao Ceará no contexto da Confederação do Equador, enviada pelo governo revolucionário de Pernambuco aos aliados cearenses, em 1824 Ver: MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p. 87. Mesmo tratando-se, portanto, de um governo rebelde e revolucionário o proprietário da tipografia, ainda sim o entendemos como governo provincial. Para além disso, o fato do governo pernambucano ter enviado o equipamento a partir do que tinha na província aponta para a aprendizagem de produção do material em solo brasileiro, e mesmo antes, na condição de território luso-americano, não havendo mais a necessidade de importação como foi feito nos casos da Imprensa Liberal, de Patroni trazida de Portugal ou mesmo com a própria imprensa pernambucana de

trata-se de cooptação pelo poder local vigente. Porém, em conjunto, chama a atenção que entre os seis recrutados, quatro eram religiosos, denotando prestígio por parte dos governantes e reconhecimento do clero como fatia letrada e ilustrada da população.

Três dentre os dez – Batista Campos, Cipriano Barata e Padre Fleuri – embarcaram como colaboradores em iniciativas privadas, mas cujas associações entre eles e os respectivos proprietários das folhas e oficinas revelam aproximações de interesses políticos em funcionamento, assim como narram episódios importantes acerca do processo de Independência.

Como já mencionado, Batista Campos deu continuidade ao *O Paraense* de Felipe Patroni e Daniel Garção, quando o primeiro foi preso pelo governo provincial e enviado a Portugal. No entanto, mesmo se opondo ao governo provincial e mais ainda ao Governador das Armas Maria de Moura, tal qual seu antecessor, parecia haver diversidade entre os projetos políticos, apontando para uma não homogeneidade dentro da oposição ao governo provincial. Conforme João Nei Eduardo da Silva:

Batista Campos seria um liberal, um defensor dos princípios políticos do liberalismo. Não na mesma medida que Felipe Patroni, que se encontrava (...), muito mais afinado com a linguagem dos ideais vintistas. Contrariamente a Felipe Patroni, Batista Campos compreendia o vintismo pela sua experiência cotidiana das intensas disputas políticas travadas contra o autoritarismo do Governador das Armas. Entretanto não teria sido um independentista convicto, ao menos até o momento em que ocorreu o crescente acirramento das disputas envolvendo por um lado o Cônego e o grupo responsável pelo jornal *O Paraense* e por outro o Governador das Armas José Maria de Moura⁵²⁶.

Em relação a Cipriano Barata, este assumiu a redação e a direção da *Gazeta Pernambucana*, em paralelo ao seu trabalho no *Sentinela da Liberdade*⁵²⁷, entre os números 15 e 21, no segundo semestre de 1823, época em que também foi preso pelo governo provincial e enviado ao Rio de Janeiro⁵²⁸. A *Gazeta Pernambucana*, assim como a tipografia onde era impresso (Tipografia Cavalcante & Cia), era de propriedade

1815 importada da Inglaterra Ver: GOUVEA, Myriam Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder...* op. cit., p.113. BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Impressos e Liberdade...* op. cit., 191.

⁵²⁶ SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos... op. cit., p. 143.

⁵²⁷ Em seu número de estreia, Barata afirmava: “Abre-se uma nova carreira a nossa pena e as nossas ideias. Tendo o redator da *Gazeta Pernambucana* embarços para continuar a publicar esta folha, veio por um acaso ter a mim o trabalho, que de boa vontade tomo para suprir muitas coisas que não podem abranger as *Sentinellas*; o publico pode olhar para ela como continuarão daqueles brados de alerta que dou nas quartas e sábados. Meu desejo é beneficiar a pátria, espalhar livres doutrinas e iluminar a todos. Não é, portanto, necessário fazer preâmbulos, porque esta é a *Pernambucana* do costume, so com a diferença de ser o estilo um pouco mais livre”. Ver NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco...* op. cit., p.40.

⁵²⁸ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...*, op. cit., 166.

de Manoel do Rego Clemente Cavalcanti, tipógrafo, que junto com outros sócios comprou o material da antiga Tipografia Nacional (pertencente ao governo provincial), monopolizando durante poucos meses, até a fundação da Tipografia de Miranda & Cia no final do mesmo ano, a tecnologia da palavra impressa na província.

De modo geral, tanto o surgimento da imprensa quanto a Independência em Pernambuco perpassam a rivalidade entre dois grandes grupos. A grosso modo: o norte algodoeiro e federalista e o sul açucareiro e unitarista, cujos inícios de dinâmicas e atritos devem muito as alterações de cunho econômico provocadas pela radicação da Corte no Rio de Janeiro⁵²⁹.

Dentro desse processo, a *Gazeta Pernambucana* surge em 14 de setembro de 1822, apenas três dias antes do levante que derrubou a Junta de orientação federalista presidida por Gervásio Pires Ferreira. Essa ação, que carregava em si a aliança entre unitaristas e o ministério dos Andradas, deu brecha para posse da chamada “junta de los matutos (septiembre de 1822 a diciembre de 1823), que le sucedió, preparó los caminos de la independencia en Pernambuco, pero por vías tortuosas (...) todos sus miembros eran señores de ingenio y residían en el campo”⁵³⁰. Durante a vigência da junta dos matutos se estabelece um governo de conciliação entre unitaristas e federalistas, impulsionado, em parte, devido ao temor de levantes de negros e escravos como no caso da chamada Pedrosada⁵³¹. É nesse interim, inclusive, que um de nossos personagens, Frei Caneca, fervoroso federalista e apoiador de Gervasio Pires, escreve e profere, em dezembro de 1822, o “Sermão da Aclamação”, saudando o novo imperador, mas ao mesmo tempo reforçando algumas expectativas concernentes ao seu ideário político de um Legislativo forte coibindo a extrema centralização de poder do Executivo:

O imperador, podendo fazer todo o bem aos seus súditos, jamais causará mal algum, porque a Constituição com sábias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões e exercitar a arbitrariedade (...) è nesta forma de governo que o cidadão se lisonjea (...) sem nada ver acima de si que a lei e o merecimento por ela protegido⁵³².

É nesse período também que se dá a produção, por Barata, de periódicos em

⁵²⁹ SILVA, Luiz Geraldo da. Pernambuco y la independencia: entre el federalismo y el unitarismo. In: Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, 2013. MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit.

⁵³⁰ SILVA, Luiz Geraldo da. Pernambuco y la independencia... op. cit., p.103.

⁵³¹ Ver FRANÇA, Wanderson Édipo de. *O serviço das armas, as gentes do povo e os escravizados: Pernambuco na época da Independência (1817-1824)* (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2014. MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit.

⁵³² MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit., p.119.

Pernambuco. E aqui há um ponto de tensão significativo, pois esse personagem é um dos maiores expoentes do federalismo pernambucano, figura emblemática da Confederação do Equador – apesar de encontrar-se preso no Rio de Janeiro nessa época - e conhecido correligionário de Frei Caneca, assumindo a direção de um “órgano unitário”, no dizer de Luiz Geraldo da Silva⁵³³.

A mesma *Gazeta Pernambucana*, em janeiro de 1823, criticava duramente pontos do projeto federalista presentes nas *Instruções relativas a Constituição*, documento elaborado pelas câmaras de Recife e Olinda com vistas a orientar os trabalhos da Constituinte:

A Câmara de Olinda, esta autoridade que escolhendo o braço do Despotismo, e ignorante de suas atribuições invade o território alheio, usurpa a liberdade dos Povos desta Província, e se constitui em seu Supremo Legislador, e arbitra da sua sorte, como passamos a ver pelas instruções. abaixo transcritas dadas aos Deputados desta Província, merece de que façamos sobre elas as reflexões que julgarmos de mister em desempenho ao que nos havemos hipotecado⁵³⁴.

O artigo 13 das instruções, “que S. A. R. terá o pleno poder executivo em todo Reino do Brasil sem a maior influência no Corpo Legislativo”, dispositivo que vai de encontro às expectativas de Frei Caneca, é qualificado pela *Gazeta Pernambucana* como ocioso e desaforado⁵³⁵. No entanto, já com Barata na redação, seja pelo desenrolar dos acontecimentos, seja por uma guinada editorial advinda de plena liberdade dada ao novo redator, a mesma preocupação não mais é encarada como desaforo ou ociosa, quando a possibilidade de veto absoluto do imperador às leis feitas no Legislativo:

Do que havemos dito se conclui facilmente as razões por que os Reis e seus Sequazes, acostumados à dominarem a Sociedade, lutam para acabar o sistema de Cortes Liberais ou livres; e forcejão para estabelecer a convocação de Cortes Suplicantes; ou ao menos darem Carta a seu arbítrio e vontade; nas Primeiras que são as nossas, o povo prepondera e é o Soberano verdadeiro; nas Segundas o Rei usurpa o poder Soberano, e diz que é Senhor; e quando se vê apertado, recorre para o ardil da Carta, que vem a ser o mesmo que Cortes Suplicantes ou quase Suplicantes. Deste sistema Despótico é que nasceu — aquela coisa chamada Veto absoluto — este quer dizer Governo absoluto; pois tanto faz dizer eu governo absoluto, como proíbo o que quero absolutamente; de sorte que querer, ou aprovar — o Veto absoluto — é querer, e aprovar o Governo absoluto e Despótico; que vale o mesmo que frustrar toda a Constituição Liberal ou livre⁵³⁶.

Fica a questão de como seria a dinâmica e o relacionamento entre o novo redator federalista em um órgão pertencente a um indivíduo unitarista. Ainda mais, as edições

⁵³³ SILVA, Luiz Geraldo da. Pernambuco y la independencia... op. cit., p.106.

⁵³⁴ *Gazeta Pernambucana* n° 6, 15 de janeiro de 1823.

⁵³⁵ *Gazeta Pernambucana* n° 6, 15 de janeiro de 1823.

⁵³⁶ *Gazeta Pernambucana* n° 16, 14 de agosto de 1823.

da *Sentinela da Liberdade*, publicadas por Barata em Pernambuco também foram todas impressas na Tipografia de Cavalcante & Cia – mesmo porque era única funcionando em Pernambuco à época. Se esse choque de projetos não acarretou maiores problemas quando Barata escrevia periódicos em Pernambuco, não demorou muito, após a sua prisão, para que a questão se acirrasse.

De acordo com Mário Ramires, estabeleceu-se uma relação de rivalidade entre a Tipografia de Cavalcante & Cia e a recém-surgida Tipografia de Miranda & Cia - de propriedade de Miranda Falcão - com esta última imprimindo os periódicos mais radicais como o *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca, por filiação política.

Às vésperas da Confederação do Equador, esse antagonismo ganhou tamanha força que não somente Cavalcante era alvo de fortes acusações no *Typhis Pernambucano*, como essas acusações aparentemente alimentaram e deram base para o governo provincial confiscar o material da Cavalcante & Cia, em junho de 1824, e rearranjá-lo em uma nova tipografia pública, recuperando o nome de Tipografia Nacional⁵³⁷. Indissociável às acusações contra Cavalcante, se observava nas palavras de Caneca o acirramento dos fatores que levaram à deflagração da Confederação do Equador:

Desde muito que nós clamamos contra a discórdia que mãos fluminenses tem plantando entre nós e se esforçado para dela tirarem copiosa colheita; há muito que nos aflige a energia do morgado do Cabo e de seus satélites para satisfazerem as intenções sinistras do Rio de Janeiro contra Pernambuco⁵³⁸

Esta edição do *Typhis Pernambucano* tratava, entre outros assuntos, de um levante militar ocorrido em março com o fim de depor o então presidente Manuel de Carvalho Paes de Andrade. De acordo com Caneca, quando se averiguavam as responsabilidades do malfadado levante atrás de seus orquestradores, “apareceram unicamente seis e o sargento-mor engenheiro de Portugal Antônio Francisco de Hollanda Cavalcanti, que pouco antes estava à paisana ao lado do facinoroso Manuel Clemente do Rego Cavalcanti, redator da Pernambucana, do número 23 em diante”. Mais à frente, novamente situa Cavalcante em meio à facção que atuava em consonância com a Corte contra a província: “Esses ímpios tem sido Francisco Muniz Tavares, Jerônimo Vilela Tavares, Tomás Xavier de Almeida, Manuel Clemente do Rego Cavalcanti (...) Isto é declarado pelos mesmos, que, sendo desgraçadamente

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 146.

⁵³⁸ *Typhis Pernambucano* n° 13, 1 de abril de 1824.

seduzidos, se acham hoje perdidos e desamparados”⁵³⁹.

Revelando uma mudança na configuração de redes e forças, é notório que personagens contrários ao movimento de 1824 cerraram fileira com Caneca em 1817, como Muniz Tavares e o próprio governador designado por D. Pedro I, Francisco Paes Barreto – mencionado por Caneca como morgado do Cabo. Portanto, entre idas e vindas das rivalidades internas de Pernambuco, é possível que o tempo de Barata à frente da folha de Cavalcante tenha se dado em uma conjuntura de relativa trégua.

Por fim, a *Matutina Meiapontense*, escrita pelo padre Fleuri, só surge em 1830, em Goiás. Era impresso na Tipografia Oliveira, encomendada na Corte e propriedade do já mencionado comendador Joaquim Alves de Oliveira, umas das maiores fortunas da província. Como no caso do Pará e de Pernambuco, o advento da tipografia se dá em Goiás em meio a uma movimentação que remonta ao início do processo de Independência, influenciando e influenciada por grupos provinciais anteriormente estabelecidos disputando as esferas de poder entre si como trataremos mais a frente.

Oliveira, de origem humilde, converteu-se em grande produtor de cana e cachaça e comerciante, possuindo em certo momento o maior plantel de escravos da província - os quais também comercializava. Nitidamente uma força econômica, ascendeu sua influência na política ainda mais após as mudanças institucionais trazidas a partir de 1820, sendo membro da Junta de 1822 e deputado para a Constituinte em 1823⁵⁴⁰. Apesar da origem humilde e da ausência de curso superior, Oliveira é descrito como indivíduo instruído, tendo entre seus mentores justamente o padre Fleuri, apontando para possíveis estabelecimentos de redes de sociabilidade e/ou clientelares⁵⁴¹. Dessa forma, ao designar Fleuri como redator de seu periódico, Oliveira alocava a cultura letrada do padre para agregar valor à folha, fazendo dele seu porta-voz.

Os principais grupos em disputa em Goiás estavam estabelecidos no sul da província, onde predominava a agricultura em contraposição ao norte pecuarista, e nesta porção ainda havia um ressentimento generalizado devido à carência de investimentos em comparação com aquela⁵⁴². Entre esses grupos sulistas em disputa estavam os denominados por parte da historiografia como situacionistas – onde se alocavam, entre outros, Oliveira e o padre Fleuri - assim conhecidos por estarem por maior tempo no

⁵³⁹ *Ibidem*.

⁵⁴⁰ VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. In: *Opsis*, v. 2, 2016, p. 452.

⁵⁴¹ MOREYRA, Sérgio Paulo. A independência em Goiás. In: *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, 1973, p. 467.

⁵⁴² *Ibidem*, p. 468.

controle da província e ascender ao poder dentro da legalidade em contraposição aos opositoristas, responsáveis por levantes e revoltas no intuito de chegarem às posições de poder institucional⁵⁴³.

Apesar de desposarem o vocabulário do liberalismo e do constitucionalismo próprios da época, as rivalidades entre os grupos em disputa “não se pautavam por identidades ideológicas distintas, pois ambos pertenciam ao grupo de grandes proprietários”⁵⁴⁴. Os objetivos eram muito mais o acesso aos cargos e postos de mando do que concepções políticas conflitantes. De modo geral, durante todo o processo de Independência, ambos os grupos sempre estiveram acompanhando o centro de poder em vigência no cenário maior.

Por fim, nos resta a grande maioria entre os casos presentes em nossa tabela: a dos produtores de periódicos cujas folhas eram impressas nas tipografias de terceiros. Dos 29 nomes, 19 (65,5%) se enquadraram nessa condição em algum momento⁵⁴⁵. E não há dominância desses casos em uma província em particular, estando presentes em todos os locais onde as tipografias estavam presentes. No Rio de Janeiro, por exemplo, a totalidade dos casos elencados aponta para essa condição. Foi na Corte que se concentraram 10 (35,7%) entre as 28 tipografias contabilizadas no conjunto das províncias, o que significa mais de um terço das tipografias de 12 unidades políticas.

Como já vimos, as redes e grupos de interesses comuns foram fundamentais para o acesso de Silva Lisboa e Araújo Guimarães à Impressão Régia. Entre 1821 e 1823, a Corte abrigou também o grupo dos liberais fluminenses, que apartados dos círculos mais próximos de poder, cargos e mercês também não tinham prioridade na Impressão Régia. Lembrando que esta que, como já apontado, mesmo sempre tendo mais trabalhos do que suportava, mantinha suas preferências, como, por exemplo, os inúmeros periódicos de Silva Lisboa.

Para esse grupo de liberais fluminenses – entre os quais estavam Januário da Cunha Barbosa, Soares Lisboa e Ledo – o acesso a tipografias também não se deu de

⁵⁴³ VIEIRA, Martha Victor. Os 'Amigos da Ordem': antilusitanismo e cultura política na província de Goiás (1830-1834). In: *XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa*, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio - Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa. Rio de Janeiro: ANPUH Rio de Janeiro, 2012. p. 3.

⁵⁴⁴ VIEIRA, Martha Victor. Os 'Amigos da Ordem':... op. cit., p. 3.

⁵⁴⁵ Foram eles: José da Silva Lisboa, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, João Soares Lisboa, Luiz Augusto May, Evaristo da Veiga, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Libero Badaró, Antônio Borges da Fonseca, João Antônio de Garcia Abranches, padre Tezinho, Manoel Rodrigues de Oliveira, Frei Caneca, Cipriano Barata, Diogo Soares da Silva de Bivar, Joaquim José da Silva Maia, Francisco Gê de Acaiaba Montezuma e Hipólito da Costa.

maneira sortida. Quando o *Revérbero* começou a circular, em setembro de 1821, havia na Corte duas tipografias em funcionamento. Quando o *Correio* inicia suas atividades, em abril de 1822, esse número havia subido para sete⁵⁴⁶. Entre as possibilidades para a primeira folha havia, já excetuando a inacessível Impressão Régia, a Tipografia de Moreira e Garcez. Conforme Cecília Helena Oliveira, “a edição de folhetos e periódicos envolvia também alianças e relações de favor”, sendo o *Revérbero* “impresso na oficina de Moreira e Garcez, visto que os negociantes e proprietários da tipografia pactuavam (...) com as propostas que os redatores defendiam e tinham interesse em promover a circulação do jornal”⁵⁴⁷. Para Soares Lisboa as possibilidades eram maiores, e em sua primeira fase – antes da Bonifácia e do exílio – o *Correio* foi impresso na Tipografia de Silva Porto. Os perfis de Silva Porto, de José Moreira e Joaquim Garcez coincidiam pelos três serem comerciantes reinóis em ascendência, há pouco tempo imigrados e tentando galgar degraus sociais, tendo dificuldade em fazê-lo por meio dos mecanismos tradicionais da sociedade de Antigo Regime e vislumbrando novas possibilidades de ação pelas novidades advindas dos Vintismo português.

Não por acaso, a partir de julho de 1822, tendo a oficina de Moreira e Garcez encerrado suas atividades, o *Revérbero* também passou a ser impresso na Tipografia Silva Porto, oficina que além de também imprimir o *Correio*, era gerida pelo próprio Soares Lisboa, também residente no espaço, apontando-o como seu endereço de maior frequência. Segundo o próprio periódico, “de hoje em diante poderão (...) procurar-nos na Tipografia de Manuel Joaquim da Silva Porto, onde fazemos nossa mais frequente residência (...) encarregado da sua Direção e Administração”⁵⁴⁸. Foi para esse mesmo espaço que o grupo dos liberais fluminenses, através de artigos publicados no *Correio*, direcionou os que concordavam com a convocação de uma Constituinte brasileira a assinarem a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, a ser entregue ao Príncipe-Regente⁵⁴⁹.

Esse claro uso da oficina como espaço de articulação política do grupo, indicador das transformações dos espaços públicos durante a fomentação da opinião pública no espaço luso-americano, foi assim percebido e, por vezes, mesmo estranhado e criticado por outros escritores públicos. É o que se percebe no folheto de 1822 denominado *O Pelotiqueiro Desmascarado* que, sem depreciar a oficina no exercício da

⁵⁴⁶ BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro...* op. cit.

⁵⁴⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles de *A astúcia liberal...* op. cit., p. 195.

⁵⁴⁸ *Correio do Rio de Janeiro* n° 32, 17 de maio de 1822.

⁵⁴⁹ *Correio do Rio de Janeiro* n° 33, 18 de maio de 1822.

função de Tipografia, questionava veementemente sua legitimidade como espaço para abrigar aquele tipo de discussão, mais adequada ao Paço do Conselho; sendo assim a *Representação*, para o autor do folheto, valia "tanto quanto nada"⁵⁵⁰.

Outro famoso opositor aos liberais fluminenses, Silva Lisboa, também se colocou firmemente contra a *Representação*, não poupando a Tipografia de Silva Porto ao descrevê-la como o local de maquinacões de seus inimigos contra o Brasil. Em um de seus muitos periódicos:

Tendo já indicado as autoridades em que me fundei para me opor pelo prelo ao devasso Papel, que pôs a esta Capital em comoção nunca vista nos Anais do Rio de Janeiro, e isto por um golpe de mão feito de emboscada na Tipografia de Porto, que se tem nisso mostrado Caverna de Ciclopes forjando raios para anti-trovejar a Jove; ou a Cova de Trofonio para dar Oráculos de - maior monta que os dos Mistérios Eleusinos, passo a amplificar a minha defesa contra as capituladas da Cabala Anti-Brasílica⁵⁵¹.

É nessa mesma época que o *Revérbero* passou também a ser impresso nessa mesma tipografia, após sua passagem pela Impressão Régia nos meses de maio, junho e julho de 1822. A transição da folha da oficina de Moreira e Garcez para a Impressão Régia é um ponto fulcral da trajetória política do periódico. Conforme Cecília Helena Oliveira, “folhetos e jornais se constituíam em mercadorias e em objetos de luta política e as tipografias particulares não só faziam concorrência à Impressão Régia como procuravam burlar a censura sobre as publicações”⁵⁵². Dessa maneira, em um primeiro momento, a disposição entre as folhas dos liberais fluminenses e a Impressão Régia estava configurada em uma relação de antagonismo. Após o Fico, Ledo e outros liberais fluminenses começam a obter êxito na estratégia de aproximação ao Príncipe Regente. O redator consegue de D. Pedro a convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias e é eleito pelo Rio de Janeiro. Dessa forma, Ledo tendo penetrado em esferas do alto escalão do Estado começou de lá a agir sob as diretrizes de seu grupo. Com o prestígio adquirido, insere o *Revérbero* como um dos periódicos impressos pela Tipografia Nacional (novo nome da Impressão Régia), o que seria impossível anteriormente, tendo em vista necessária influência política para se fazer como uma das prioridades da oficina sempre concorrida.

A mudança de oficina não acarretou o fim da luta dos grupos liberais fluminenses e nem em sua deserção por Ledo e Januário. “Isso não significou o

⁵⁵⁰ *O pelotiqueiro desmascarado*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822. - BN - Livros Raros 099A,005,023.

⁵⁵¹ *Memorial Apologético das Reclamações do Brazil* n° 3, 23 de julho de 1822,

⁵⁵² OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles de *A astúcia liberal...* op. cit., p. 150.

abandono de uma postura oposicionista por parte dos liberais. Enquanto o discurso do *Revérbero* amenizava críticas diretas do governo (...), a luta política promovida por eles encontrou no *Correio do Rio de Janeiro* seu veículo de expressão”⁵⁵³. Portanto, ficava para o *Revérbero* - agora impresso na Tipografia Nacional - e seus redatores a função de estabelecer a ponte entre os liberais fluminenses e o governo regencial, enquanto as críticas e a postura combativa que poderia minar esse elo de ligação estava a cargo do *Correio* e o ambiente da Tipografia de Silva Porto, não sendo escolhidos como porta-vozes da *Representação* e movimentação para a convocação da Constituinte, uma jogada mais arriscada.

Dessa maneira, nem as relações entre nossos personagens e tipógrafos estavam reduzidas a mera prestação de serviços, e nem o funcionamento das oficinas estava relegado a simples estabelecimento comercial. O acesso a esses espaços perpassava também redes e grupos de interesses comuns, pois nesse ambiente de formação da opinião pública e alargamento da participação política, os impressos eram instrumentos estratégicos e fundamentais para a conformação desses novos meios de participação.

Os limites entre o funcionamento comercial e a função de força política de uma tipografia privada se tornaram indistinguíveis no caso da Tipografia de Silva Serva, na Bahia. Propriedade e fundada por Manoel Antônio da Silva Serva, com anuência do governo, em 1811, o proprietário (falecido em 1819) não estava à frente da oficina quando esta se tornou um dos pontos fundamentais da Independência na Bahia⁵⁵⁴. Sendo a única da província, detinha o monopólio da impressão de periódicos e avulsos. No caso dos periódicos, produzia o *Idade d’Ouro*, o *Semanário Cívico*, que, defendiam o desenvolvimento do sistema constitucional sob a tutela das Cortes de Lisboa. No entanto, conforme o processo de Independência se desenrolava estabelecendo a oposição entre dois centros de gravidade, Rio de Janeiro e Lisboa, não tardou para que outro periódico baiano se alinhasse ao primeiro. Tratava-se do *Diário Constitucional* que começou a circular em setembro de 1821. Polemizando com as duas folhas acima citadas, num primeiro, momento por opor-se à junta governativa baiana, com o acirramento da situação passou a encampar a adesão ao projeto do Rio de Janeiro. Era o único periódico a colocar-se dessa maneira, enfrentando, portanto, a oposição conjunta

⁵⁵³ *Ibidem*, p. 196.

⁵⁵⁴ Sobre a tipografia como um espaço público e de debate político: “fora o aumento no volume de trabalho, os encontros e conversações que aconteciam em seus arredores refletiam o alargamento (...) dos espaços cotidianos de debate político. Disputando-os da forma que podiam, estes homens que, graças ao domínio das letras, começavam a se arrogar deveres de intervenção na vida pública”. CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 73.

dos demais.

Em março de 1822, após o Fico e a clara demonstração de contrariedade do Rio de Janeiro quanto às resoluções das Cortes de dirigir obediência direta das províncias americanas à Lisboa, esvaziando seu poder como centro articulador, o *Diário Constitucional* afirmava que “é útil ao Brasil ter um Ponto Central de Pública Administração, donde emanem as providencias necessárias a manter a unidade das partes deste vasto e riquíssimo Reino”. Não obstante, este centro deveria “ter todas as Atribuições do centro, ou do Poder Executivo do Reino de Portugal e Algarves”⁵⁵⁵.

As respostas dos periódicos alinhados às Cortes e ao governo provincial eram continuas e assíduas, como nos mostra o seguinte excerto do *Semanário Cívico*, que além da contra argumentação continuava utilizando formas de formatação didática na intenção de instruir um público que considerava desprovido de luzes, grupo ao qual, nesse excerto, parecia aos redatores da folha rival:

Em o n° passado havíamos refutado em um breve diálogo, em quatro linhas, as quatro longas páginas do *Diário* n°16; resultou porém, que aquelas quatro linhas produziram outras quatro longas páginas do n°34; sempre assim há de acontecer a todos aqueles que não tem boas razões para alegar. Continuaremos ainda a responder-lhe com outro diálogo, ainda que mais extenso, porque julgamos este método mais perceptível, e ainda ao alcance dos mais rudes⁵⁵⁶.

Comum aos dois polos desse embate entre impressos era a oficina em que todas essas folhas eram impressas: a Tipografia de Silva Serva, a única da Bahia, e de longo histórico de alinhamento ao governo local, fosse o designado pelo Rei nos moldes do Antigo Regime, fosse as juntas formadas após a eclosão do movimento constitucional. De acordo com Renato Berbet de Castro, “a Tipografia da Viúva Serva e Carvalho continuou a trabalhar na cidade de Salvador, servindo, inclusive, ao brigadeiro Madeira de Melo, mas sendo um estabelecimento público, sem ideologia e atitude política, nenhuma medida foi contra ela tomada (...) após 2 de julho de 1823”⁵⁵⁷.

Consideramos exagerada a afirmação de que não havia atitude política na tipografia, visto que, de forma geral, todos estes estabelecimentos tornaram-se espaços de discussão e prática política. Mas a contínua impressão do *Diário* em meio a todos os seus antagonistas demonstra uma autonomia da tipografia e seu posicionamento de não recusar a produção de uma folha oposicionista, a despeito do alinhamento com o

⁵⁵⁵ *Diário Constitucional* n° 31, 21 de março de 1822.

⁵⁵⁶ *Semanário Cívico* n° 57, 4 de abril de 1822.

⁵⁵⁷ CASTRO, Renato Berbet de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia: (Cachoeira, 1823 - Salvador, 1831)*. São Paulo: Ática, 1984, p. 2.

governo provincial, inclusive na figura do general Madeira. No entanto, como parte integrante do agravamento entre independentistas e leais às Cortes de Lisboa, a disputa através da palavra imprensa não pôde continuar com as vestes de neutralidade da tipografia.

O governo já vinha pressionando a folha, como fica claro na transcrição de determinação da Junta ao periódico: “este papel é incendiário: não deve sair para nos livrarmos de dúvidas, não queremos que no *Diário* venham mais discursos; hão de aparecer somente Notícias, e estas sem reflexão alguma”⁵⁵⁸. Pouco tempo depois, o comunicado de que o *Diário* alteraria sua periodicidade, saindo apenas três vezes por semana, foi publicado desta forma: “declaramos que d’ora em diante somente se publicará três folhas por semana com a denominação de *O Constitucional* (..), pois que a mais se não quer obrigar o Seu Proprietário: advertindo porém, que, logo que mude de circunstâncias a mesma Imprensa, continuará diariamente, como até agora e debaixo do mesmo título de *Diário Constitucional*”⁵⁵⁹.

A responsabilidade pela mudança na periodicidade é atribuída exclusivamente à Tipografia, mesmo não se especificando quais eram as circunstâncias que impediam a continuidade da impressão diária. Pode-se cogitar excesso de trabalho, justificativa comum à época, mas mesmo considerando que as folhas antagonistas do antigo *Diário*, como o *Semanário Cívico* e a *Idade d’Ouro* não fossem diárias, exigindo menos trabalho da tipografia, as mesmas não esboçaram qualquer turbulência ou alteração de suas periodicidades. Além disso, o aceno de que passado o momento de turbulência o antigo ritmo seria retomado também exclui a impressão diária como algo além do controle da oficina. Portanto, nos inclinamos a considerar que a pressão cada vez maior do governo provincial sobre a folha teria começado a constranger a tipografia, cuja relação de proximidade com as autoridades locais era notória.

Essa hipótese ganha força em face do empastelamento do *Constitucional* (título da folha oposicionista após alterar sua periodicidade), que por conta da interrupção forçada pela invasão de soldados do general Madeira à tipografia, não foi além de agosto de 1822⁵⁶⁰.

Refugiando-se em Cachoeira, no Recôncavo baiano, junto com a resistência ao governo de Madeira, Montezuma passou a integrar o Conselho Interino de Governo,

⁵⁵⁸ *Diário Constitucional* n° 7, 15 de fevereiro de 1822.

⁵⁵⁹ *Diário Constitucional* n° 37, 3 de abril de 1822.

⁵⁶⁰ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 89.

completamente alinhado com a política da Corte do Rio de Janeiro. Atuou como emissário, indo ao Rio de Janeiro algumas vezes para articular entre outros planos a ofensiva militar na Bahia⁵⁶¹. Dentre as orientações recebidas, estava o pedido de remessa de uma tipografia ao governo, que chegou a Cachoeira em fins de fevereiro de 1823⁵⁶². E em março do mesmo ano vinha a público *O Independente Constitucional*, já trazendo explícito no título o projeto defendido, impresso na recém-instalada Tipografia Imperial e Nacional da Bahia, sob o comando do Conselho Interino de Governo.

A presença de uma tipografia, entre os pedidos do Conselho, demonstra a importância adquirida por esse tipo de maquinário/estabelecimento, cuja instalação na América lusitana tinha acontecido há 15 anos, mas a plena liberação de seu funcionamento há apenas três. E não só os impressos oficiais do Conselho eram indispensáveis, mas um periódico a ele alinhado também, explicando o rápido aparecimento da nova folha de Montezuma⁵⁶³.

Esses dois exemplos, do Rio de Janeiro e da Bahia, ilustram as formas de acesso às tipografias nos casos de produtores de periódicos que não eram proprietários e nem prestavam serviços como escritores nas folhas de proprietários dessas oficinas. Esses acessos poderiam ser mais ou menos sólidos dependendo de fatores como o vínculo entre o proprietário e o produtor de periódicos, e a configuração das forças políticas na província.

Os responsáveis pelo *Revérbero* em determinado momento, após o *Fico*, estiveram em posição favorável dentro dessa configuração na Corte, conseguindo a impressão da folha pela Impressão Régia, oficina pública do governo da regência de D. Pedro. Ainda que não fosse pública, a Tipografia de Silva Serva permaneceu alinhada ao governo baiano em diferentes conjunturas (antes e depois da Revolução do Porto), e os responsáveis pelo *Diário Constitucional*, se em primeiro momento conseguiram a publicação da folha, gradualmente enfrentaram censuras e pressões. Por fim, foram impedidos pelo governo do general Madeira de dar continuidade a publicação. De forma

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 125.

⁵⁶² CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia...* op. cit., p.8.

⁵⁶³ Essa situação de embate entre dois grupos que se arrogavam o governo provincial indissociável a circulação de periódicos também remonta ao surgimento da imprensa no Ceará, onde o governo revolucionário da Confederação do Equador pernambucano remete ao seu aliado cearense uma tipografia, que imediatamente passa a publicar o *Diário do Governo do Ceará*, redigido inicialmente pelo padre Mororó. Quando os revolucionários capitulam, as forças legalistas tomam para si o controle da tipografia e do próprio *Diário* mantendo sua publicação sob orientação legalista. Essa preservação demonstra a importância que era dada aos periódicos e tipografias nas conjunturas de embate políticos, sendo preferível a sua incorporação do que a simples extinção. Ver MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p.101.

semelhante, quando os liberais fluminenses perdem a queda de braço com o ministério dos Andradas e começam a cair em desprestígio popular, assim como sua influência na Corte passa a minguar, o *Revérbero* deixa de ser impresso na Imprensa Régia⁵⁶⁴. No caso da folha fluminense, não há a violência de um empastelamento tal como na Bahia, mas a cisão não foi de modo algum harmoniosa, havendo troca de acusações públicas entre as duas partes⁵⁶⁵.

Aliados da maior tipografia da província, os liberais fluminenses passaram a imprimir seu veículo de propaganda na Tipografia de Silva Porto, que seu correligionário Soares Lisboa gerenciava e onde também imprimia seu *Correio do Rio de Janeiro*. Além do mais, o próprio Silva Porto também estava incluso no grupo desses liberais, sendo seu estabelecimento um grande ponto de encontro, como já dito anteriormente. A diferença entre os casos do Rio de Janeiro e da Bahia estava na difusão de outras tipografias particulares na primeira província, havendo oficinas e proprietários com diversas posturas e posicionamentos políticos. Era possível, portanto, se rearranjar após a saída da Imprensa Régia e continuar a publicação do periódico. Isso não era opção para o *Diário Constitucional*, banido da única tipografia da província. A chegada de uma segunda tipografia à Bahia, em 1823, se deu justamente em função dessa falta de possibilidade de produção de impressos para além da oficina de Silva Serva.

Acreditamos inclusive que a repressão e censura ativa do governo baiano na ação do cerco contra o *Diário Constitucional* na tipografia decorre muito do fato da única oficina provincial apresentar-se como um instrumento mais estratégico e importante de se ter sob controle e monopólio em comparação com oficinas de outras localidades cuja atividade de impressão esteja mais disseminada. A ocorrência de episódios semelhantes em províncias dotadas de apenas uma tipografia parece avalizar essa reflexão. O mesmo ocorreu no Pará, quando a Imprensa Liberal foi silenciada, em 1823, e o grupo responsável pelo *O Paraense* submetido a perseguições. Nesse mês, o governo de Maria Moura tomou o controle da oficina e do periódico, tornando-o *O Luso-Paraense*, e revertendo a propaganda independentista em discurso pela manutenção do controle do império português na província⁵⁶⁶. O mesmo se deu no Ceará e a Tipografia do Governo Revolucionário do Ceará, nas diversas ocupações da Província Cisplatina e a Tipografia Del Cabildo até 1820, e mesmo em Pernambuco e a

⁵⁶⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles de *A astúcia liberal...* op. cit., p. 255.

⁵⁶⁵ *O administrador da Typographia Nacional ao público [Defesa do mesmo às acusações do procurador geral Joaquim Gonçalves Ledo, publicado na Gazetn.10]* BN - Livros Raros - 099D,017,012 ex.1

⁵⁶⁶ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* op. cit., p. 224.

oficina utilizada pelos revolucionários de 1817. Em contrapartida, em províncias cuja proliferação de tipografias se deu de maneira rápida, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, não foram constatados casos de invasões ou silenciamento de periódicos através de ações ou ataques em suas respectivas oficinas.

Dessa maneira, a característica da América portuguesa de aparecimento tardio das tipografias e do surgimento de poucas oficinas durante o processo de Independência, em relação ao espaço hispano americano, pode ter acirrado as disputas pelo controle de tais estabelecimentos, tornando-os centros de difusão política singulares cujo controle justificou ações mais ou menos agressivas na mesma ordem em que essas tipografias eram menos ou mais limitadas em determinadas regiões.

3.2. Faixa-etária

Os dados sobre os quais nos deteremos agora articulam os limites biológicos e a ação social e política dos produtores de periódicos. Observaremos - munidos, sobretudo, das datas de nascimento desses 29 indivíduos - como as diferenças de recepção e elaboração de experiências contribuíram para as diferentes ações, trajetórias e discursos produzidos. Essas experiências perpassam diferentes episódios e eventos contidos ou relacionados ao período entre 1808 e 1831. Alguns desses episódios e eventos pressupõem a observação ou a ação contemporânea dos atores elencados; outras não, devido justamente aos diferentes anos de nascimento. É, portanto, razoável supor que a elaboração de experiências a partir deles apresentem diferenças.

Conforme Koselleck, *experiência* pode ser entendida como “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento”⁵⁶⁷; logo, uma reminiscência do passado que se perpetua no presente com poder de orientar ações. Além disso, a experiência incorre em uma operação mista de vivência e elaboração narrativa de fenômenos históricos que perduram no tempo para além dos limites etários da vida humana, e dessa forma, “as experiências políticas são percebidas e processadas de maneira diferentes conforme a idade e a posição social”⁵⁶⁸. Logo, o determinante biológico da data de nascimento vem ocupar um primeiro plano

⁵⁶⁷ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado...* op. cit., p. 309.

⁵⁶⁸ KOSELLECK, Reinhardt. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014, p. 35.

se tratarmos da comparação das formas de experiências entre diferentes pessoas.

Na tabela 7, apresentamos a lista de nossos personagens ordenada de forma crescente em relação ao ano de nascimento de cada um:

Tabela 7: Produtores de periódicos, seus respectivos anos de nascimento e idade quando do início das atividades em periódicos

Produtores de periódicos	Ano de nascimento	Idade no início da atividade em periódicos
José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)	1756	65
Cipriano Barata	1762	61
João Antônio de Garcia Abranches	1769	56
Manuel Rodrigues de Oliveira	década de 1770	-
Hipólito da Costa	1774	34
Francisco de Paula Pérez	década de 1770	-
Joaquim José da Silva Maia	1776	45
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	1777	35
Padre Mororó	1778	46
Frei Caneca	1779	44
Cônego Januário da Cunha Barbosa	1780	41
Frei Cirilo de Alameda y Brea	1781	30
Joaquim Gonçalves Ledo	1781	40
Luis Augusto May	1782	39
Cônego João Batista Gonçalves Campos	1782	40
João Soares Lisboa	1785	37
Diogo Soares da Silva de Bivar	1785	26
Padre Luiz Gonzaga Coelho Fleuri	1793	37
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	1794	27
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1795	30
José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre)	1796	31
Batista Caetano de Almeida	1797	30
Libero Badaró	1798	31
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	1798	23
Evaristo da Veiga	1799	28
Vicente Ferreira Gomes	1805	22

Teófilo Ottoni	1807	23
Antônio Borges da Fonseca	1808	20
Padre Tezinho	Não encontrado	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes da apreciação dos dados, cumpre alertar que alguns deles contém margens de inexatidões. São os casos de Manoel Rodrigues de Oliveira e Francisco de Paula Pérez. Para o primeiro, não encontramos a data exata de nascimento do redator e editor da *Folha Medicinal*, e por isso utilizamos o ano da obtenção do seu diploma em Coimbra, 1799, para estabelecermos uma estimativa⁵⁶⁹. Comparamos a data de formação com a de outros nomes de nossa lista, e achamos proximidade com Hipólito da Costa (1798) e Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (que não se formou em Coimbra, mas na Academia Real da Marinha, em 1801)⁵⁷⁰. Tendo o primeiro nascido em 1774 e o outro em 1777, e considerando que agruparemos esses dados com base nas décadas, parece bem razoável alocar o nascimento de Oliveira na década de 1770. Para Paula Pérez, formado em 1804, em teologia, pela Real Universidade de San Francisco Xavier (no vice-reino do Peru)⁵⁷¹, fizemos a mesma comparação, equiparando-o a nomes como Joaquim Gonçalves Ledo (que não se formou mas frequentou durante anos o curso de Leis em Coimbra até 1808) e aos cônegos Januário da Cunha Barbosa e João Batista Gonçalves Campos, ordenados em 1803 e 1805⁵⁷², respectivamente. Assim, tomamos por verossímil o nascimento de Paula Pérez no final da década de 1770.

O único nome para o qual não obtivemos nem a data de nascimento e nem dados que pudessem subsidiar uma aproximação foi o do Padre Tezinho, redator do *Conciliador do Maranhão*.

Entendemos que a organização cronológica puramente matemática não dá conta da descrição e análise de fenômenos históricos, mas separar esses dados em décadas, num primeiro momento, nos possibilitou uma primeira interação com o conjunto dessas datas. Dessa forma, entre os 29 nomes, um nasceu na década de 1750 (3,45%); dois na década de 1760 (6,90%); sete na década de 1770 (24,14%); sete na década de 1780

⁵⁶⁹ MARQUES, Cesar Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão...* op. cit., vol 2, p.391.

⁵⁷⁰ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa...* op. cit., p. 4. SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838)... op. cit., p.84.

⁵⁷¹ GONZÁLEZ DEMURO. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental...* p. 298.

⁵⁷² IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa... op. cit., p.197. MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. *Tempos de revoltas no Brasil oitocentista: ressignificação da Cabanagem no baixo Tapajós (1831 - 1840)*. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2015, p.25.

(24,14%); oito na década de 1790 (27,59%); três na primeira década do século XIX (10,34%); e um cuja data não pode ser estabelecida (3,45%).

Percebemos um núcleo forte abrangendo as décadas de 1770, 1780 e 1790, somando 75,86% das incidências, em contraposição com agrupamentos mais residuais de nascimentos antes de 1770 e depois de 1800, cada um representando de maneira simétrica 10,34% e 20,68% somados. Assim, após um primeiro momento, procedendo com a separação década a década, podemos abrir mão dela uma vez que o intervalo entre 1770 e 1800 em contraposição aos restantes é mais significativo.

Antes de passarmos às implicações desses números numa perspectiva geracional, é válido tecer mais alguns comentários acerca de como a tabela 7 se apresenta.

Uma das maneiras como o estudo da história da imprensa e da opinião pública no Brasil é ordenada diz respeito à periodização. Entre 1808 e 1820, com os meios materiais disponíveis, mas sem a conjuntura política favorável à livre impressão e circulação de impressos, a imprensa nos territórios luso-americanos era por deveras incipiente, e os poucos periódicos circulando, em sua quase totalidade, eram alinhados à política da Corte do Rio de Janeiro⁵⁷³. A partir da Revolução do Porto e os seguidos decretos e leis em prol da liberdade de imprensa, temos o um impulso fulcral de desenvolvimento de uma opinião pública e uma explosão no número de periódicos em comparação com o momento anterior, caracterizando uma imprensa que se inseria principalmente na questão do Vintismo português e, mais à frente, no rompimento político entre Brasil e Portugal. Esse impulso dura até os fins de 1823, quando após a perseguição a produtores de periódicos, a dissolução da Assembleia Constituinte e a centralização do poder no Executivo encabeçado pelo imperador D. Pedro I, há uma diminuição sensível na quantidade de periódicos, e consequentemente um constrangimento no debate público. Marco Morel ilustrou essa variação no seguinte gráfico, utilizando os periódicos fluminenses como parâmetro⁵⁷⁴:

Gráfico 2 - Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro (1808 – 1840)

⁵⁷³ Segundo Robert Darton, a tecnologia de impressão sofreu pouquíssimas mudanças entre a época de Gutenberg (século XV) e o século XIX. Disso, inferimos que a formação da opinião pública como instituição moderna, portanto, não dependia apenas da tecnologia material disponível, mas das transformações sociais e políticas adequadas para surgir, a partir do século XVIII. Ver DARTON, Robert. *A questão dos livros...* op. cit., p.27.

⁵⁷⁴ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...* op. cit., p. 23.

Fonte: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...*, op. cit

Com base no gráfico, a situação se modifica a partir de 1826, com a abertura da primeira legislatura do Congresso brasileiro impulsionando o debate público e a organização de novas oposições ao governo do Imperador. Esse movimento é acompanhado pelo número de periódicos, que até Abdicação, em 1831, só faz crescer – com uma única breve regressão entre 1828 e 1830 - e a níveis muito maiores do que os períodos anteriores⁵⁷⁵.

Estabelecendo esses três marcos temporais de fomento da imprensa (1808, 1820, 1826) e suas respectivas conjunturas políticas, podem surgir algumas aproximações sugestivas com a tabela 7.

O impulso da produção de periódicos a partir de meados de 1826 é bem representada pelo surgimento das folhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos (*O Universal*), Evaristo da Veiga (*Aurora Fluminense*), José da Costa Carvalho (*O Farol Paulistano*), Batista Caetano de Almeida (*O Astro de Minas*) e Libero Badaró (*Observador Constitucional*), todos eles nascidos após 1790. De pronto, há uma aparente correspondência entre os períodos de nascimento e de início de atividades políticas, sobretudo através da imprensa. No entanto, ao aprofundarmos e tensionarmos essa suposta e estreita relação, revela-se sua falta de sustentação.

Entre os oito indivíduos nascidos na década de 1790 presentes na tabela, seis deles (75%) só iniciam suas atividades na imprensa periódica na fase simbolizada pelo ano de 1826. No entanto, as duas exceções não são nem um pouco desprezíveis. Tanto Montezuma quanto Patroni são nomes fundamentais não somente na história da imprensa e nos sucessos de suas províncias de origem - Bahia e Pará, respectivamente – mas também na própria história da Independência.

⁵⁷⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., p. 204.

Montezuma, colega de Bernardo Pereira de Vasconcelos em Coimbra⁵⁷⁶, ao voltar à Bahia, teve papel ativo no processo e nos conflitos que levaram à Independência e à incorporação da província ao Império do Brasil. O periódico que redigiu, o *Diário Constitucional*, surgido em agosto de 1821, foi a voz mais dissonante na imprensa baiana até então. Ganhando espaço entre periódicos plenamente comprometidos com o governo provincial e as Cortes de Lisboa, tais quais *Semanário Cívico* e o *Idade d'Ouro no Brasil*, mesmo se num primeiro momento não questionasse a autoridade do Congresso lisboeta, não deixou de criticar, por exemplo, os decretos de 1º de outubro, que, entre outras medidas, alteravam a administração dos territórios luso-americanos e determinavam a volta de D. Pedro à Europa. Nas páginas do *Diário*, em março de 1822, ficava o desafio: “quem poderá, sem vergonha dos homens, controverter em público, que a execução daqueles Decretos de 1º de Outubro eram o garrote da Liberdade Brasileira?”⁵⁷⁷.

No desenrolar dos acontecimentos, em que a polarização entre Rio de Janeiro e Lisboa se tornava mais acirrada, o periódico passou a sofrer perseguição do governo do general Madeira, precisando mudar seu local de produção da capital para Cachoeira, sendo impresso numa tipografia enviada por D. Pedro para continuar circulando sob o novo e sintomático nome de *O Independente Constitucional*⁵⁷⁸.

Dessa maneira, e estando exilado na Europa entre 1824 e 1831⁵⁷⁹, Montezuma não agiu politicamente no contexto de 1826 junto com Vasconcelos, Veiga e outros nascidos nos anos de 1790, mas teve papel de destaque entre 1821 e 1823.

Também é sintomático que Patroni seja um dos mais novos entre esses oito indivíduos. Nascido em 1798, foi o criador e redator da primeira fase do *Paraense*, primeiro periódico impresso do Pará, que circulou a partir de maio de 1822. Diferentemente do *Diário Constitucional*, a ação de escritor público de Patroni não o levou a encampar o espectro independentista⁵⁸⁰. Mas isso não significou uma trajetória menos marcante e acidentada. Patroni nem chegou a concluir o curso de Leis em Coimbra, tamanha a ânsia em participar dos eventos decorrentes da Revolução do Porto

⁵⁷⁶ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma...* op. cit., p. 214

⁵⁷⁷ *Diário Constitucional* nº34, 30 de março de 1822.

⁵⁷⁸ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma...* op. cit., p. 126.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 165.

⁵⁸⁰ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução...* op. cit., p.163. Patroni ainda chegou a ser eleito deputado pelo Pará para a legislatura de 1842, mas essa Câmara foi dissolvida logo na primeira sessão e paraense não conseguiu ser reeleito. BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico...* op. cit., v. 2. p. 347.

na sua província natal, chegando ao Pará no final de 1820⁵⁸¹.

Determinado a conduzir a província em sua adesão ao Vintismo português, Patroni se utilizou, entre outros meios, da imprensa. *O Paraense* foi sua arma contra o governo provincial quando percebeu as diferenças inconciliáveis entre este e seus planos. Logo, e de maneira semelhante a Montezuma, sofreu perseguição das autoridades provinciais, tendo sido preso e enviado a Portugal ficando, portanto, sem condições de se manter na redação do periódico⁵⁸². Voltou ao Brasil após a Independência, mas “acabou se retirando do cenário político – onde, na realidade, só na juventude apareceu com algum destaque”⁵⁸³. Portanto, diferente de nomes como Vasconcelos e Caetano de Almeida, não foi atuante na conjuntura política entre 1826 e 1831, apesar de ser mais novo que ambos.

Para além dos dois casos de produtores de periódicos nascidos após 1790, mas não atuantes na conjuntura entre 1826 e 1831, cabe observar os casos típicos para também contestar qualquer possível relação determinante entre a data de nascimento e a atividade política exclusiva nesses anos. José da Costa Carvalho realmente só passou a orientar, editar e escrever *O Farol Paulistano* a partir de 1827, mas sua trajetória pregressa estava longe do anonimato. Também colega de Vasconcelos e Montezuma em Coimbra, o recém-formado Costa Carvalho foi enviado em 1821 da Bahia para a província de São Paulo para ocupar o cargo de Ouvidor, e dessa maneira dava os primeiros passos na carreira na magistratura⁵⁸⁴. E em meio às convulsões do movimento constitucionalista do império português, participava ativamente dos acontecimentos da província paulista. Em junho de 1821, a província formava sua Junta de Governo, conforme as orientações de Lisboa, mas sob a tutela do governo do Rio de Janeiro⁵⁸⁵. De forma semelhante ao que ocorria na maioria das províncias, a nova possibilidade dos quadros locais encabeçarem a administração trouxe à tona ao plano político institucional os conflitos entre diferentes grupos. Nomes ligados à elite mais tradicional da província dividiam cargos com outros mais alinhados a grupos oriundos de regiões de desenvolvimento mais recentes, como Santos e outras localidades interioranas. Para descrever a composição da Junta, o historiador Luiz Adriano Borges utilizou o termo

⁵⁸¹ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Filipe Patroni... op. cit., p.177.

⁵⁸² SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Constituição ou Revolução...* op. cit., p. 235.

⁵⁸³ SALLES, Vicente. *O negro no Pará...* op. cit., p. 249.

⁵⁸⁴ VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre...* op. cit., p. 26.

⁵⁸⁵ LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo... op. cit., p.373.

“barril de pólvora”⁵⁸⁶. E não demorou muito para o barril explodir em um levante:

A “Bernarda” de Francisco Inácio, ocorrida em maio de 1822 é sintomática para perceber a formação de forças políticas opostas em São Paulo. A disputa envolveu, de um lado, os Andradas, mais especificamente os irmãos José Bonifácio e Martim Francisco e seus aliados e, de outro, Francisco Inácio de Souza Queiróz e João Carlos de Augusto Oeynhausen. Um dos motivos da revolta foi “o despotismo dos Andradas”⁵⁸⁷.

Os Andradas eram lideranças ligadas a Santos e ao interior cujo grupo rival tinha entre seus arregimentados justamente Costa Carvalho. Sendo assim, o futuro responsável pelo *Farol Paulistano* estava em plena ação política já em 1822, sendo nome presente nos acontecimentos paulistas durante a ruptura política entre Brasil e Portugal. Como, desde janeiro de 1822, José Bonifácio já era ministro de D. Pedro, não foi difícil para ele reprimir o levante e abrir em julho uma devassa contra seus inimigos. Essa devassa mais tarde seria suspensa em setembro, conforme proposta de Ledo em sessão do Conselho de Procuradores das Províncias⁵⁸⁸.

De qualquer maneira, a ausência de publicação de um periódico não significou a não atuação de Costa Carvalho no processo de Independência nos anos anteriores a 1826. Diferente de Vasconcelos, de quem não há notícias de exercício político nessa época⁵⁸⁹, Costa Carvalho já estava em plena ação. A falta de um periódico como instrumento desse exercício político inclusive não tinha como ser contornada, uma vez que, a despeito de algumas malfadadas tentativas, São Paulo só alocaria sua primeira tipografia em 1827⁵⁹⁰. Portanto, não havia condições materiais de impressão de uma folha, retirando da estreia na imprensa de Costa Carvalho em 1827 um determinante advindo da sua data de nascimento.

O único grupo cujas datas de nascimento impossibilitaram a ação e a vivência política durante a fase de expansão da quantidade de periódicos na América portuguesa entre 1820 e 1823 parece ter sido o dos nascidos já no século XIX, os 10,34% residuais a frente do núcleo mais numerosos dos nascidos entre 1770 e 1800.

⁵⁸⁶ BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. In: *Almanack*, v. 6, 2013, p. 66.

⁵⁸⁷ BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Aspectos econômicos da participação paulista... op. cit., p.67.

⁵⁸⁸ VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre*... op. cit., p. 89.

⁵⁸⁹ Ver SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*... op., cit. SILVA, Wlamir. A forma primeira de Proteu: As façanhas de Bernardo Pereira de Vasconcelos no reino da liberdade. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

⁵⁹⁰ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa*... op. cit., p.60.

3.2.1. Gerações

Observando os extremos da tabela 7, temos em uma ponta nomes como José da Silva Lisboa e Cipriano Barata, enquanto na outra figuram Borges da Fonseca e Teófilo Ottoni. Dentro da nossa baliza cronológica (1808 – 1831), o período de ação política e pública em comum desses quatro indivíduos se concentra no já mencionado intervalo marcado pela abertura da primeira legislatura do Império e retomada da fomentação dos periódicos no Brasil. Nesse momento, Barata e Silva Lisboa já eram, por assim dizer, veteranos do cenário político e no debate público, enquanto Fonseca e Ottoni davam seus primeiros passos através da publicação de seus periódicos iniciais. Silva Lisboa e Barata não viveriam para ver a coroação de D. Pedro II, em 1841. Por outro lado, Fonseca e Ottoni seriam figuras de peso durante o Segundo Reinado. Silva Lisboa e Barata se enfrentaram e atuaram na desagregação do Império Português, divergiram em suas apreciações sobre a Revolução Francesa (que ambos acompanharam contemporaneamente) e os modos de implementação e velocidade nas mudanças necessárias inicialmente para a recomposição do Império Português, e mais tarde para a construção do Estado nacional brasileiro. Quando iniciaram suas respectivas trajetórias políticas, Fonseca e Ottoni já eram de nacionalidade brasileira, e suas ações gravitavam comumente em torno do governo imperial sediado no Rio de Janeiro.

Observando os parâmetros jurídicos do final do século XVIII, constatamos que menores de 14 anos não eram responsabilizados penalmente (exceto escravos) e que era preciso, para os homens, terem 21 anos completos para se casarem e serem considerados civilmente maiores de idade⁵⁹¹. Em relação à percepção da infância, os 14 anos iniciais marcavam o limite de uma primeira fase da vida do ser humano denominada *puerícia*, de onde se seguia a *adolescência* até os 25 anos, cuja característica era o desenvolvimento e conquista da maturidade⁵⁹². Sob esses parâmetros, Ottoni e Fonseca deixaram a infância e deram os primeiros passos na busca pela maturidade já brasileiros, sendo razoável supor que a vivência sob a identidade de pertencimento ao Império Português não lhes foi particularmente saliente, ao menos não tanto quanto para Barata e Silva Lisboa.

Dessa forma, não é difícil alegar que entre as duplas Barata/Silva Lisboa e

⁵⁹¹ LONDOÑO, Fernando Torres. O aparecimento do conceito de Menor na Primeira República. In: PRIORE Mary del. (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 130.

⁵⁹² PRIORE, Mary del. *A História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p.84 e 140.

Otoni/Fonseca é possível haver uma cisão geracional baseada nos processos e eventos vividos por uns e não pelos outros. Todavia é preciso desenvolver essa afirmação com mais exatidão, e ter ciência de suas implicações, principalmente por ambas as duplas interagirem com destaque numa determinada fase de mesmo processo histórico. De acordo com Mannheim,

la conexión generacional no es, ante todo, otra cosa que una modalidad específica de posición de igualdad dentro del ámbito histórico-social, debida a la proximidad de los años de nacimiento(...), la posición generacional se puede determinar a partir de ciertos momentos vitales —basados en los datos naturales de la mudanza de las generaciones— que sugieren a los individuos afectados por ellos determinadas formas de vivencia y pensamiento⁵⁹³

As diferentes posições baseadas nas datas de nascimento engendram, conforme o sociólogo alemão, “un nuevo acceso al bien cultural acumulado” socialmente⁵⁹⁴. Dentro desse bem cultural acumulado, não nos parece alijada a experiência histórica. Portanto, a diferença geracional implica em diferentes maneiras de experiência dentro do devir histórico.

Além disso, conforme a tabela 7, a diferença entre as datas de nascimento também implicou na disparidade de idades de início das atividades como produtores de periódicos, mesmo considerando as diferentes conjunturas. Condições materiais e políticas para que Barata e Silva Lisboa começassem a produzir periódicos regularmente só deram quando ambos já eram sexagenários. Já Otoni e Borges da Fonseca iniciaram seus primeiros periódicos na faixa dos vinte anos, sendo para a juventude desses indivíduos a livre imprensa uma realidade mais consolidada. Isso significa que as publicações possivelmente apresentam diferentes sedimentações de experiências.

Todavia, uma das grandes contribuições de Mannheim para o estudo dos problemas geracionais foi demonstrar que a simples distância entre nascimentos, portanto o fator biológico, não é o suficiente para evidenciar a quebra entre gerações. Os impulsos sociais são imprescindíveis.

Cuando sucede algo de ese estilo tendríamos que hablar, más bien, de la activación de una potencialidad de la posición que estaba dormida. Parece probable que la intensidad de la activación esté conectada con la velocidad de la dinámica social. Si las revoluciones socioespirituales introducen un tempo que acelere la transformación de las disposiciones hasta el punto de que no sea ya posible una modificación latente y continua de las formas de la vivencia, del pensamiento y de la configuración, ocurre entonces que los nuevos puntos de partida cristalizan en alguna parte, con la figura de un

⁵⁹³ MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. In: *REIS*, nº 62, 1993, p.210.

⁵⁹⁴ *Ibidem*, p.211.

impulso que se destaca como algo nuevo y de una nueva unidad que da forma. En estas ocasiones hablamos de un nuevo estilo generacional, de una nueva entelequia generacional⁵⁹⁵

Assim, não há uma matemática fixa e exata para determinar, a partir das datas de nascimento, as quebras geracionais, uma vez que a dinâmica social é elemento chave para identificar essa mudança. O traço mais seguro para sinalizar a ruptura entre gerações parece residir na mudança de experiência histórica. “Hay capacidades que sólo pueden llegar a realizarse mediante la efectividad de los nuevos nacimientos, como son la de disponerse de nuevo a partir de la nueva sustancia vital, o la de formar um nuevo destino, nuevas formas de expectativas preconfiguradoras a partir de um nuevo contexto de experiência”⁵⁹⁶.

Nesse ponto, há forte proximidade entre as considerações de Mannheim e os trabalhos de Koselleck acerca do tempo e da experiência. Para este, *espacio de experiencia* e *horizonte de expectativa* também conformam um par de categorias úteis para a perscrutação do tempo histórico, pois em conjunto guiam ações e discursos políticos. Portanto, diferentes espaços de experiência conduzem a diferentes horizontes de expectativa, estabelecendo um sinal de mudança entre gerações⁵⁹⁷.

A possibilidade de uma história dos conceitos tal qual proposta por Koselleck pode nos fornecer meios de identificarmos com mais clareza as diferenças geracionais, pois “conceptos vendrían a ser algo así como concentrados de experiencia histórica y, al mismo tiempo, dispositivos de anticipación de las experiencias posibles”⁵⁹⁸. E podendo ser expressados por palavras, os conceitos, em suas alterações semânticas, acenam para as mudanças geracionais. Propomos a aproximação das diferenças geracionais entre as pontas de nossa tabela não somente pela vivência e ação em diferentes conjunturas, mas também pelo uso conceitual em seus escritos.

Por fim, se como propôs Mannheim, a velocidade da dinâmica social permite maior nitidez às mudanças geracionais, a conjuntura revolucionária onde estão inseridos os produtores de periódicos é um recorte privilegiado para essa observação. Entre as sedições do fim do século XVIII, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, que sinalizaram uma mudança do questionamento de aspectos pontuais do governo para

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p.228.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p.215.

⁵⁹⁷ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado...* op. cit., p. 308.

⁵⁹⁸ SEBASTIÁN, Javier Fernández. Hacia una historia Atlántica de los conceptos políticos. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.), *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. [Iberconceptos I], Madrid, Fundación Carolina / CEPC, 2009, p.27.

a própria organização do Estado, passando pela migração da Corte para o Rio de Janeiro, a Revolução do Porto, o processo de ruptura política com Portugal e finalmente o início de organização do novo estado imperial marcado pela abdicação de D. Pedro I, esse período oferece uma aceleração nunca antes vista do tempo histórico na América portuguesa, ensejando um acúmulo de experiência vertiginoso e consequentemente uma sucessão de projetos e expectativas. São acontecimentos dotados de grande ineditismo e de manifestação de uma crise cuja sucessão irrompe alteração contínua de espaços de experiência e horizontes de expectativas. Dessa maneira, o modo de elaboração dessas sucessivas experiências se dá de formas distintas de acordo com os limites biológicos de tempo de vida para os indivíduos e com suas diversas perspectivas de futuro⁵⁹⁹.

3.2.2. Experiência, conceito e diversidade geracional

Em março de 1821, no primeiro de seus muitos periódicos, José da Silva Lisboa declarava ao público leitor que era

o propósito desta Folha Literária o conciliar, e jamais desunir, os ânimos e os interesses dos naturais e habitantes da Monarquia Lusitana; convido por isso, quanto posso e devo, bem dirigir a Opinião Pública, a fim de atalhar os desacertos populares, e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas, mais zelosos que discretos, e que antes preferem arder que luzir

No parágrafo seguinte:

depois que rebentou no fim do Século passado o Vulcão Revolucionário da França (cuja hórrida catástrofe foi acelerada por senão ter feito em oportunas épocas serena revisão das Leis antiquadas, e prudente mudança das Instituições incompatíveis com as luzes das ciências sobre a melhora do Regimento Civil), tendo quase todas as Nações (...) depois da Paz Geral adotado a Liberal Constituição da Grã-Bretanha (...) era impossível que a Briosia Nação Portuguesa (...) permanecesse estacionária⁶⁰⁰

Quase quarenta anos depois, em 1860 - vinte e cinco após a morte de Silva Lisboa -, Teófilo Ottoni, na sua *Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela*

⁵⁹⁹ Uma abordagem geracional em relação aos personagens participantes da Independência já foi desenvolvida por Maria Odila da Silva Dias em DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, v.278, 1968. Nesse clássico estudo, a autora procurou apresentar através do uso da categoria de geração, um grupo coeso de ilustrados luso-americanos atuante desde os fins do século XVIII, sobretudo, em torno dos projetos de reforma do Conde de Linhares. Maria Odila usou como baliza temporal a formação universitária – portanto, também uma baliza social - desses indivíduos, a partir de 1772. Dessa maneira, diferente do que procuramos apresentar aqui, a autora buscou majoritariamente a coesão e a sincronia de um grupo cuja trajetória é transpassada pela Independência, caracterizando esse conjunto de indivíduos como uma geração. Nós, de forma contrária, tentamos explicitar como a Independência foi um nexo de atuação de diferentes gerações.

⁶⁰⁰ *O Conciliador do Reino Unido* nº4, 3 de março de 1821.

província de Minas Gerais, rememorava a repercussão da abdicação de D. Pedro I, na Vila do Príncipe, na província mineira:

Instantaneamente a cidade iluminou-se, bandas de música acompanhavam a guarda cívica e a população em massa, que até o romper do dia percorreram as ruas, cantando hinos patrióticos, entre vivas à liberdade, à revolução de 7 de abril, ao redator do *Sentinella do Serro* etc, etc.... Nessa noite, sem a enérgica e generosa intervenção do redator da *Sentinella do Serro*, os primeiros ímpetus do povo triunfante teriam sido fatais a alguns poucos desafetos à nova ordem de coisas e ao mesmo tempo pessoas inofensivas. Entre hinos e vivas, repetiam-se com furor grito de guerra dos dias antecedentes: - Abaixo o tirano! Morram os Portugueses! – Morra o Japiassu! Como designavam o ouvidor da Comarca, Desembargador Antônio José Vicente da Fonseca [...] que por efeito das suas convicções tinha desaprovado o nosso movimento revolucionário. A exacerbação dos espíritos prognosticava cenas horrorosas, mas minha influência [...] era imensa. À porta do ouvidor, depois de uma cena tumultuosa, pude conseguir silêncio e atenção. Arenguei ao povo, pregando e exigindo moderação e generosidade e pedindo que – os morras – somente ecoassem contra o tirano, e que não manchássemos com excessos criminosos a bela vitória que nossos irmãos fluminenses acabavam de ganhar. Minha palavra tinha autoridade, e coube-me a glória de salvar um magistrado honrado e os portugueses que residiam na povoação.⁶⁰¹

As conjunturas referenciadas nos dois estratos são bem distintas. Silva Lisboa se empenha na manutenção e exaltação do império português, enquanto na rememoração de Ottoni a designação lusa aparece como pecha de antagonismo diante da abdicação de D. Pedro I ao trono do Império Brasileiro. Silva Lisboa busca, através do periódico, conduzir a opinião pública para evitar os excessos que poderiam degenerar o movimento constitucional português num vulcão revolucionário tal como ocorrera na França, onde a troca do antiquado pelo novo não teria sido feita de maneira prudente. A revolução, portanto, aparece como consequência e risco degenerativo de se deixar levar sem resistências ou moderação pela torrente das novidades e mudanças, ainda que estas últimas sejam desejadas ou mesmo inevitáveis, sendo a França o grande exemplo prático, seguida da América espanhola. O temor da degeneração violenta e falta de moderação também aparecem nas memórias de Ottoni, mas esse risco foi contido pelo próprio redator e editor do *Sentinella do Serro*, cuja influência e autoridade foram advindas do exercício de escritor público. Além disso, a revolução, agora louvada e comemorada não se confunde necessariamente com a degeneração violenta, ainda que carregasse este risco.

Alguns pontos, entre eles a semântica e o uso de algumas palavras, ora se desviam ora encontram alguma semelhança na escrita destes dois indivíduos acerca de

⁶⁰¹ OTTONI, Teófilo. *Circular...* op. cit., p.16.

fenômenos contidos no longo processo da Independência. *Moderação*, por exemplo, permanece como valor basilar e indispensável, mas *revolução* tem significados e valorações distintas.

Silva Lisboa e Ottoni são protagonistas do processo de Independência, mas a Lisboa coube a vivência de mais conjunturas desse processo, dividindo o palco das lutas políticas com Ottoni, em grupos opostos, somente nos sucessos que levaram à abdicação de D. Pedro I, estando nesse momento o primeiro no fim de sua vida e trajetória política ocupando um cadeira no Senado e o outro apenas começando a sua como produtor de um periódico. Em 1860, data da publicação da circular de Ottoni, este chegaria num ponto semelhante ao de Silva Lisboa em 1831, nos últimos anos de sua vida e prestes a adentrar o Senado⁶⁰².

Para dar mais concretude a essa diferença, podemos resgatar os já mencionados ciclos de acumulação de experiência histórica propostos por Jancsó. Silva Lisboa, assim como já demonstramos em relação a Barata, tem sua trajetória pública desde a magistratura até o senado marcadas por vivência e ação nos quatro ciclos⁶⁰³, enquanto Ottoni só os tem no último.

O primeiro foi o da revisão/contestação das relações metrópole-colônia a partir da crítica política prática de aspectos do estatuto colonial, cobrindo o último quartel do século XVIII. O segundo ciclo, de matriz prática e doutrinariamente conservadora, se dá nos marcos da legitimidade dinástica e repousa sobre o resgate quase anacrônico do direito tradicional ibérico, aliado à revisão da ideia de Império, numa releitura colonial. Somente o terceiro ciclo configura a ruptura da dependência política como eixo articulador das ações políticas, enquanto o quarto movimento é, para o conjunto, o da reconstrução das relações internas de poder resultantes da reciclagem ou supressão da forma anterior⁶⁰⁴.

O motivo por Silva Lisboa ter tido vivência e atuação mais longas no processo de Independência está, dessa vez, no determinante biológico. O primeiro é o único, entre os 29 produtores de periódicos, nascido na década de 1750, ocupando a ponta do montante residual de nascidos antes de 1770, enquanto o outro é o penúltimo entre os três nascidos já no século XIX. Enquanto 1821 representa um ano de plena ação política para Lisboa, à frente do *Conciliador do Reino Unido*, Ottoni rememora em sua circular que “contava apenas 13 anos de idade quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito da liberdade (...) foi uma faísca elétrica que, passando através do espírito patriótico de meu

⁶⁰² A *Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais* é justamente uma peça parte da campanha de Ottoni para ser eleito senador.

⁶⁰³ Ver ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit.

⁶⁰⁴ JANCÓSÓ, István. *A Construção dos Estados Nacionais...* op. cit., p.6.

pai, o Sr. Jorge Benedicto Ottoni, abrasou-me também a jovem imaginação”⁶⁰⁵.

As memórias de Ottoni apresentam o modo como experienciou as mudanças e os choques de 1821: como uma corrente elétrica, mas tendo o pai como anteparo na impossibilidade expor a si mesmo diretamente ao fenômeno, devido a tenra idade. Portanto, bem distinto de Silva Lisboa, cujas ideias reverberavam e atraíam as mais diversas reações na arena de discussão política que se formava nos territórios luso-americanos à época. Entre um e outro, diferentes formas de experiências e trajetórias marcadas por acontecimentos distintos, ainda que tenham partilhado a vivência e atividade política durante os últimos anos do Primeiro Reinado.

Essa diferença é não só ilustrada, mas reforçada na comparação do manuseio do conceito *revolução* entre os dois indivíduos, principalmente se nos escorarmos na trajetória do próprio conceito dentro da realidade luso-americana e brasileira.

Conforme Pimenta e Fanni, de forma geral, nos fins do século XVIII, “nos discursos reformistas, revolução é termo preterido, em favor de outros como reforma, adiantamento, melhoramento e progresso”⁶⁰⁶. Os sentidos de inovações radicais anti-monárquicas explicam o silêncio dos reformistas. Mas no decorrer do século XIX, o termo perderia o consenso de negatividade no império lusitano, e o conceito passaria a ser politizado e utilizado por diversos grupos conforme os efeitos da era das revoluções estendiam-se com mais força na América Ibérica.

Na Conjuração Baiana de 1798, na qual Barata esteve envolvido, o conceito adquiriu, para os conjurados, conotação positiva, estando próximo semanticamente de termos como liberdade e felicidade⁶⁰⁷. O consenso acerca de revolução como algo indesejado começava a perder unanimidade na medida em que seu uso como recurso político seguia rumo ascendente. Seu uso na Revolução Pernambucana de 1817 já é mais polissêmico, com seus entusiastas e detratores disputando seu significado. Com a Independência, em 1822, é possível observar até mesmo setores mais conservadores caracterizarem essa mudança como revolução conservadora e mantenedora da ordem, mas ainda assim uma revolução⁶⁰⁸. Nesse ponto, o conceito “se encontrava pronto para adentrar com força na história do novo país, onde fincaria raízes profundas pelos quais a

⁶⁰⁵ OTTONI, Teófilo. *Circular...* op. cit., p.2.

⁶⁰⁶ PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. *Revolución en Brasil: la historia de un concepto, un concepto en la historia (siglos XVIII-XXI)*. In: Fabio Wasserman. *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019. Ver também MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil: 1789-1801*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

⁶⁰⁷ *Ibidem*.

⁶⁰⁸ *Ibidem*.

nova nação representaria seu passado e a si mesma, condicionando até mesmo tradições eruditas e acadêmicas”⁶⁰⁹.

Entre o silêncio, a quebra do tabu de sua negatividade consensual e a disseminação e disputa de sua utilização, são os acúmulos de diferentes experiências e os usos políticos que engendram as mudanças semânticas no conceito. Para um indivíduo como Silva Lisboa, com trajetória política iniciada no último quartel do século XVIII, com forte ligação e o compromisso e penetração na Corte, sobretudo na rede de ilustrados que rodeava o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, revolução é algo estritamente negativo e indissociável dos terrores ocorridos na França, como revela o excerto de 1821 do *Conciliador do Reino Unido*.

Mesmo em anos posteriores, as mudanças bruscas, os levantes e as comoções são relacionadas por Silva Lisboa ao conceito de revolução continuaria recebendo qualificações da experiência francesa. Às vésperas da Confederação do Equador, respondia incisivamente ao periódico de Frei Caneca: “é do dever patriótico interpor apelo à honra brasileira a fim de que (...) se destroncar a hidra do jacobinismo, que ousa de colo alçado insurgir com o espectro do federalismo”⁶¹⁰. Em 1828, quando o debate sobre qual soberania, do imperador ou do povo, tinha a primazia responde a um dos seus interlocutores “todos os amantes da Ordem Civil, são unânimes e uníssonos em reconhecer e afirmar, que a Monarquia da França foi derrubada pelos Trombeteiros do Princípio Anarquico, que a *Astréa e sua Correspondência* apregoa – a *Soberania reside na Nação*”⁶¹¹.

A constante utilização da Revolução Francesa como parâmetro negativo encontra numa fala do colega senador José de Alencar sobre o próprio Silva Lisboa, em 1832, um eco interessante: “sua literatura, posto que vasta, quando muito poderia ser própria para o século passado até 1789, para agora de certo, não é muito própria”⁶¹².

Podemos alocar Barata próximo da posição geracional de Silva Lisboa, ao menos, mais próximo que todos os demais produtores de periódicos. Com seis anos de diferença entre seus nascimentos, ambos começaram já sexagenários a atuação na livre imprensa. Para Barata, assim como para Silva Lisboa, o curso da Revolução Francesa não lhe foi legado como uma memória histórica, mas como um processo ao qual pode

⁶⁰⁹ *Ibidem*.

⁶¹⁰ *Rebate brasileiro contra o Thyfis Pernambucano*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824. BN – Obras Raras - OR-00518 [11].

⁶¹¹ *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa espadaxina* n°8, maio de 1828.

⁶¹² *Anais do Senado Federal*, sessão de 23 de maio de 1832, v.1, p.114.

acompanhar contemporaneamente. Mais que isso, para ele e os demais revolucionários baianos de 1798 o movimento francês se estendia no horizonte como uma realidade próxima e possível. Conforme Morel, “nas falas de Cipriano (e também em outros documentos citados nos Autos como os próprios papéis sediciosos) destaca-se a espera de um reforço das tropas oriundas da Revolução Francesa, isto é, da França revolucionária daquele momento”⁶¹³.

Na faixa dos trinta anos a época de 1798, o referencial francês parece ter se sedimentado fortemente nas elaborações de experiência de Barata. Já em junho de 1823, ao criticar o deputado cearense à Constituinte, Padre José Joaquim Xavier Sobreira, quando este condicionou a reestruturação das tropas cearenses à aprovação da Assembleia, Barata justificou a autonomia provincial da seguinte maneira; “em uma Revolução o povo reassume a sua autoridade e os seus Direitos imprescritíveis, e destrói o seu Governo, aniquila os reis, as Leis e tudo velho para criar tudo novo”⁶¹⁴. De acordo com Morel, “tais postulados são claros e filiam-se justamente à linha de modernidade política marcante das heranças da Revolução Francesa”⁶¹⁵. Considerando a Independência um movimento revolucionário e apto para substituir a velha ordem pelo novo sem maiores restrições, Barata se coloca como pleno oposto a Silva Lisboa. Mas tal alteridade só é possível por ambos partilharem da mesma experiência como principal referência: a Revolução Francesa.

Conforme Mannheim “alguien es viejo cuan vive en el contexto de una experiencia específica que él mismo obtuvo y que funciona como una preconfiguración, por cuyo medio cualquier nueva experiencia recibe de antemano, y hasta cierto punto, la forma y el lugar que se le asignan”⁶¹⁶. De forma complementar, Koselleck afirma que “podemos caracterizar o envelhecimento pela diminuição da capacidade de se surpreender. Quanto maior tiver sido o acúmulo interiorizado de surpresas possíveis, menor será a capacidade de surpreender-se, tão própria dos jovens”⁶¹⁷. Portanto, as novas experiências que ativam ou perpassam o conceito de revolução, tendem a serem valorizadas por Silva Lisboa e Barata tendo como parâmetro o horror ou a valorização da herança da Revolução Francesa por eles contemporaneamente experienciada.

Não foram poucos os outros que também apontaram a idade e vivência anterior

⁶¹³ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 63. MATTOSO, Katia Queiroz, *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Salvador, Itapuã, 1969..

⁶¹⁴ MOREL, Marco. *Sentinela da Liberdade e outros escritos...* op. cit., p. 291.

⁶¹⁵ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 341.

⁶¹⁶ MANNHEIM, Karl. *El problema de las generaciones...* op. cit., p.215.

⁶¹⁷ KOSELLECK, Reinhardt. *Estratos do tempo...* op. cit., p. 24.

de Silva Lisboa como determinantes de seu posicionamento. O próprio Ottoni significativamente o fez no seu *Sentinela do Serro*, quando ao defender o trabalho da Câmara dos Deputados de ataques de representantes do Senado afirmou: “que o caduco Silva Lisboa insultasse com tanta injustiça a Assembleia Constituinte não nos admira”⁶¹⁸.

Já o produtor de periódicos das Minas utiliza o termo revolução em seu escrito de 1860 contendo no conceito representando por essa palavra não mais tendo à frente a experiência revolucionária francesa, mas ainda mais latente a ruptura com Portugal, dando ao conceito uma valoração positiva. Mesmo ainda no seu primeiro periódico, o *Sentinela do Serro*⁶¹⁹, publicado a partir de 1829, a epígrafe da folha, citação de Thomas Jefferson, “conclamava os leitores a usar o direito de revolução como saída em caso de governos despóticos”. Dizia, “o fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem; estes direitos são a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência a opressão”⁶²⁰.

Comentando sobre a denominada por ele revolução de 7 de abril, mas agora poucos meses após a abdicação, Ottoni escreve:

Quando os servis nos atacam ou quando é preciso desarmá-los para evitar o ataque, é lícito, ou antes, é rigoroso dever dos filhos da Pátria (...) voarem ao campo de batalha, e fazerem aí, (mas somente aí) cruenta guerra aos inimigos da liberdade; mas quando a vitória declarou-se por nós, quando a forças está da nossa parte é uma vileza, é uma indignidade abusar da fraqueza dos vencidos para espancá-los (...) mas não foi essa a conduta dos briosos fluminenses (...) no dia 7 de abril (...) Neste combate virtuoso nunca se ousam mostrar-se os sanguinários ambiciosos, sempre fracos e covarde(...) Robespierre escondeu-se quando os verdadeiros republicanos (...) atacaram o palácio de Luiz XVI; ganha a batalha, eis o monstro surgindo para vir fazer

⁶¹⁸ *Astro de Minas* n° 451, 9 de outubro de 1830.

⁶¹⁹ O próprio nome do periódico de Ottoni revela uma tradição criada e perpassada dentro dos momentos iniciais da história da imprensa no Brasil. A *Sentinella do Serro* se enquadra na perpetuação de diversas outras “sentinelas” tributárias da influência da *Sentinela da Liberdade* e da trajetória de seu autor Cipriano Barata. Houve, além da folha de Ottoni, a *Sentinela da Liberdade no Rio de Janeiro* (1823); *Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande* (1823); *Sentinela do Povo* (1855); *Sentinela da Liberdade* (1869); *Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul* (1830); *A Sentinela* (1892); *A Sentinela Maranhense* (1834); *Sentinela Constitucional* (1830); *Sentinela da República no Estado de Pernambuco* (1892), entre outras. Dessa maneira, a propagação das sentinelas configura um fenômeno multigeracional onde o termo sentinela está carregado com a experiência inicial de Barata transmitida e perpetuada através de toda a duração do Império seguindo pelo período republicano. Ottoni certamente se aloca nessa transmissão sendo-lhe a figura de Barata uma influência. Entre outros exemplos de afinidade política, Ottoni, que esteve junto com Barata na sociedade política Clube dos Amigos Unidos, criada pelo primeiro e presidida pelo segundo. De acordo, com Miranda, “não resta dúvida de que a vida e ação política de Cipriano Barata exerceram grande inspiração sobre Ottoni”. Ver MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 83. No mais, ressaltando a ênfase geracional, Ottoni nascido em 1807, estava muito próximo em termos de posição geracional a José Raimundo Barata de Almeida, nascido em 1806 e filho de Cipriano Barata. Ver MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., p. 311.

⁶²⁰ MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada...* op. cit., p. 167.

os massacres do 2 e 5 de setembro. Temos quase certeza que isto não sucederá entre nós; os liberais não consentirão ainda que apareçam no Brasil Robespierres⁶²¹.

O conceito de revolução, associado ao 7 de abril, apresenta-se distinto para Ottoni do que era para Silva Lisboa. Não há mais a ele um juízo depreciativo instantâneo. Apesar de a revolução poder ser degenerada em massacres levados a cabo pelos sanguinários, a princípio essa não é uma sina inescapável. A França, mais especificamente a fase jacobina representada por Robespierre, de forma semelhante aos discursos de Silva Lisboa, figura como exemplo negativo. O problema não reside mais na Revolução Francesa, mas especificamente no terror jacobino, em figuras como Robespierre. Mesmo *república/republicanos*, termos majoritariamente rechaçados nos primeiros anos do processo de Independência, ganham acenos e usos positivos. E mesmo a experiência francesa ainda conectada ao conceito é sobrepujada pela experiência recente do próprio 7 de abril como exemplo bem sucedido de revolução. Mesmo ainda um processo em aberto, Ottoni não crê em sua degeneração. A França consta como exemplo ocorrido há mais de quarenta anos, o que para Ottoni representa uma lição dentro da História passada a ele como bem sócio-cultural que ele não vivenciou, diferente do 7 de abril, o qual viveu e no qual atuou diretamente.

Mesmo setores mais conservadores e governistas, cujo posicionamento na imprensa era semelhante ao de Silva Lisboa, como o próprio *Diário do Governo*, já em 1823, elaboraram a Independência como uma revolução moderada e conservadora⁶²². Essa possibilidade de qualificações ao conceito estimula ainda mais o aparecimento de novas nuances e, portanto, sua polissemia. Dessa maneira, a revolução, mesmo para setores avessos a maiores convulsões sociais, não detinha mais em si plena determinação negativa e degenerativa, podendo ser bem administrada e guiada. Essa concepção elaborada na conjuntura da ruptura entre Brasil e Portugal assimilada nos relatos de Ottoni, mas não nos de Silva Lisboa ressalta a diferença geracional entre ambos.

As transformações e matizações do conceito atingiram indivíduos a princípio reprovadores da via revolucionária, como Evaristo da Veiga e sua *Aurora Fluminense*⁶²³, mas que se mostraram cientes da crescente polissemia e politização do

⁶²¹ *Aurora Fluminense* n° 495, 15 de junho de 1831.

⁶²² PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. *Revolución en Brasil...* op. cit.

⁶²³ NEVES, Guilherme Pereira das; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Revolução*. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.387.

conceito, o que ensejava a dissolução de qualquer unanimidade semântica. O periódico, em 1828, alertava que “há uma classe de inimigos do Sistema Representativo mais temível, do que os declarados absolutistas, e que não é entre nós pouco numerosa (...). procuram paralisar todos os esforços dirigidos ao melhoramento público” Esse grupo, dotado de uma retórica moderada e supostamente alinhado aos princípios constitucionais, segundo a folha, não raro afirmava que “a instituição das Câmaras deliberantes é muito vantajosa, mas que é preciso acautelar os excessos, a que facilmente propendem; e logo com a história da Revolução Francesa vos mostrarão que as discussões públicas tem produzido mais resultados funestos, do que úteis”⁶²⁴. Poucos meses depois, em junho, o periódico aprofundaria a reflexão explorando o campo semântico do conceito:

As palavras *Revolução*, *Revolucionário*, são uma espécie de talismã mágico, com que os governantes sabem a propósito fazer calar a opinião pública, e incutir terrores nos homens pacíficos, e moderados, e contudo as Revoluções são sempre filhas dos erros dos Governos (...). É depois de se haver por todos os meios atormentado a população, calcado o seu amor próprio, ultrajado os seus prejuízos mais nobres, os direitos mais respeitáveis, que a indignação rompe todas as barreiras, e aparecem esses vulcões e lavas que levam tudo diante de si⁶²⁵.

Apesar de antirrevolucionário, o periódico de Evaristo da Veiga tem ciência de que a politização e a disputa acerca do termo revolução podem ser usadas pelos apoiadores do governo para perseguir e censurar mesmo indivíduos que se identificam como moderados, tal qual é seu caso. Criticar esse uso do conceito significa a ampliação do leque polissêmico e, nesse caso, a contestação e a matização do teor integralmente negativo do termo como usado pelos governistas, cuja referência principal é a Revolução Francesa, alusão também recorrente, junto com a América espanhola, na própria *Aurora Fluminense* quando condenava erupções e revoltas bruscas⁶²⁶.

Todavia, Evaristo da Veiga, começou a atividade na imprensa em 1827, com 28 anos, quando Silva Lisboa já contava com 71. Veiga, diferente do velho conservador, não vivenciou a Revolução Francesa em seu desenvolvimento, mas recebeu-a e elaborou sua experiência como um dado social herdado. De alguma forma, para ele essa experiência parecia mais aberta a reelaborações e não tão determinante e estanque quando se pensava sobre revolução, sobretudo em face de eventos mais recentes.

Em outubro de 1830, o periódico abordou a queda de Carlos X, na França,

⁶²⁴ *A Aurora Fluminense* n° 32, 9 de abril de 1828.

⁶²⁵ *A Aurora Fluminense* n° 59, 25 de junho de 1828.

⁶²⁶ *A Aurora Fluminense* n° 460, 11 de março de 1831.

ocorrida em julho daquele ano, reproduzindo parte de artigo publicado na folha francesa *Le Globe*, que classificou como “o mais belo elogio da última Revolução Francesa”:

A revolução atual tem um caráter inteiramente novo: ela não terá o seu terror. Os Realistas (...) podem mostrar-se nos passeios públicos as suas pessoas serão respeitadas bem como suas propriedades (...). Nada foi pilhado dos monumentos públicos, nada das casas particulares, nenhuma violência se fez (...) Proteção das pessoas, respeito às propriedades: tal foi a palavra de ordem, e de reunião

Retomando a narrativa, o redator do *Aurora Fluminense* prosseguiu:

Estes e muito outros fatos de que estão cheios os jornais e os panfletos Franceses, fazem honra àquele povo, ou antes, mostram que o triunfo da civilização tem sido completo em Paris. Compare-se o povo de 27, 28 e 29 de Julho de 1830 com o de 20 de Junho e 10 de Agosto de 1792, a generosidade de homens que souberam não abusar de uma justa vitória, com os assassinios de Setembro⁶²⁷.

Desse modo, a Revolução de 1830 se coloca de maneira mais importante na ordem do dia na *Aurora Fluminense*, levando o redator inclusive a matizar a condenação da revolução do final do século XVIII, dividindo-a em duas fases: uma civilizada e a outra não. Denota-se dessa narrativa a possibilidade de revoluções benéficas, caso bem guiadas. A elaboração da experiência da Revolução de 1830 foi particularmente de suma importância para a ação política dos moderados na conjuntura do fim do primeiro reinado. Conforme Marcello Basile, esse evento “encontrou ampla receptividade na voz dos liberais brasileiros, que insinuavam haver uma associação, ditada pelo imputado caráter absolutista do governo, entre o monarca deposto da França e o imperador do Brasil”⁶²⁸.

A reelaboração do conceito de revolução encontra terreno mais fértil no jovem Evaristo da Veiga do que no velho Silva Lisboa. O primeiro, outrora categoricamente antirrevolucionário, em abril de 1831 terminou por apoiar o movimento que culminou na abdicação de D. Pedro I. Em 8 de abril de 1831, dia seguinte a queda do imperador, a *Aurora Fluminense* relatou: “uma revolução, a mais assombrosa por seus amplos efeitos e pela marcha que tem seguido, ocorreu no Brasil”. No entanto, de forma diversa a experiência jacobina ou hispano americana, e por mais que o artigo desse ênfase na tensão e na possibilidade de ter havido caos, concluiu que “a ordem pública não foi perturbada um instante. Ninguém tem sido insultado por suas opiniões (...) Viva a Nação

⁶²⁷ A *Aurora Fluminense* n° 406, 29 de outubro de 1830.

⁶²⁸ BASILE, Marcello. A Revolução do 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, p.1.

Brasileira” Viva a Constituição! Viva D. Pedro II, Imperador Constitucional!”⁶²⁹. A mesma narrativa foi reafirmada em abril de 1833, conformando a queda de D. Pedro I como “uma revolução gloriosa (...) uma revolução necessária executada sem sangue e sem horrores”⁶³⁰.

Acompanhando esses excertos da *Aurora Fluminense*, entre 1827 e 1833, percebe-se pontos de inflexão do desenvolvimento do conceito de revolução, tributário de elaborações de experiências recentes em articulação com as experiências acumuladas anteriormente. Também destacamos que entre 1826 e 1830, Ottoni, na faixa dos vinte anos, estava precisamente no Rio de Janeiro acompanhando in loco as publicações na Corte. Ainda além, conforme seu próprio relato, já se ocupava da discussão política, sendo “cedo admitido à sociedade de Evaristo [da Veiga] e de [Bernardo Pereira de] Vasconcelos, que o acariciavam como que pressangando-lhe brilhantes destinos”⁶³¹.

Pela distinta acumulação e elaboração de experiências entre Ottoni e Silva Lisboa, evidenciada pela comparação entre as trajetórias e pelas notáveis alterações semânticas e no uso do conceito de revolução, cujo desenvolvimento pode ser acompanhado pela produção de produtores de periódicos em faixas-etárias entre os dois, temos por verossímil afirmar que entre as extremidades cronológicas, ordenadas pelas diferentes datas de nascimento, da lista dos 29 produtores de periódicos, existe ao menos uma clara quebra geracional. A partir dessa constatação, tem-se que nosso período, o do processo de Independência (1808 – 1831) abriga uma sucessão de diferentes experiências, ensejando modos distintos de atuação e discursos políticos, diferença proporcionada pela sucessão geracional.

3.3. Itinerários

De acordo com Dênis Antônio de Mendonça Bernardes, a partir da Revolução do Porto de 1820, o desenvolvimento dos eventos “em todas as províncias do Reino do Brasil, aconteceu determinado por uma triangulação de poder que envolvia inevitavelmente as Cortes de Lisboa, a Corte no Rio de Janeiro (...) e os embates das forças políticas locais”, de forma concomitante ao avanço do constitucionalismo. Não obstante, “esta triangularidade da ação política redesenhou também as relações entre os

⁶²⁹ A *Aurora Fluminense* n° 469, 8 de abril de 1831.

⁶³⁰ A *Aurora Fluminense* n° 755, 10 de abril de 1833.

⁶³¹ OTTONI, Teófilo. *Circular...* op. cit., p. 10.

dois centros de poder – As Cortes em Lisboa e a Corte no Rio de Janeiro – com as províncias e destas entre si”⁶³². Sendo assim, se os eventos e acontecimentos são em alguma medida determinados e determinantes de uma relação triangular entre províncias e os centros de poder do império português, as ações individuais, por sua vez, também o são. Estão no conjunto de fenômenos afetados pela duplicação do centro gravitacional do Império.

A duplicidade desses centros se prolongou até meados do segundo semestre de 1823, quando Bahia, Pará e Maranhão aderem formalmente à Independência e ao Império brasileiro. Nesse intervalo entre 1820 e 1823, além da sucessão de acontecimentos e eventos influenciados e influenciadores da recomposição do centro gravitacional poder do império luso, sobretudo na relação com as colônias americanas, há outro fenômeno que igualmente se intensifica, a movimentação de indivíduos. Ao menos em relação aos produtores de periódicos aqui estudados.

Como detalhado nas tabelas 8, 9 e 10, entre 1808 e 1831, os anos compreendidos entre 1820 e 1823 apresentam intenso deslocamento espacial de nossos personagens, inclusive em comparação com os intervalos de 1808 a 1819 e de 1824 a 1831, cronologicamente maiores. Entre 1808 e 1819, 14 entre os 29 produtores de periódicos se deslocaram para além de limites provinciais. Para o intervalo entre 1820 e 1823 esse número aumenta para 15 e atinge 16 nos anos entre 1824 e 1831. Um crescimento numérico absoluto bem modesto, mas levando em consideração que o primeiro intervalo compreende 12 anos, o segundo apenas quatro e o terceiro sete, percebe-se uma intensificação significativa nos números de indivíduos se deslocando, sobretudo no intervalo mais comprimido.

Outra maneira de observar a intensificação desses deslocamentos é pelo levantamento de quantidades de saídas de um espaço para outro. Para isso privilegiamos o trânsito entre capitanias/províncias da América portuguesa e entre estas e o território europeu do império português, ou mesmo para além dos limites deste⁶³³. Para o primeiro intervalo, contamos 21 saídas de um lugar a outro. Para o segundo, 31 saídas e

⁶³² BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional...* op. cit., p. 358.

⁶³³ Nas tabelas 8, 9 e 10, consideramos cada deslocamento de uma capitania ou província e fixação significativa em outro território como uma saída. Os casos notificados como “Destino X/Destino Y - ano –ano” correspondem a um fluxo contínuo de um lugar para o outro sem a fixação de um em detrimento do outro. Nesses casos, contamos como uma única saída. Na tabela 10, por exemplo, esse é o caso de José da Costa Carvalho, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Batista Caetano de Almeida entre 1826 e 1831, quando foram deputados na Câmara no Rio de Janeiro. O exercício dos cargos provocou, para os três, o constante deslocamento das províncias onde estavam estabelecidos – São Paulo e Minas Gerais respectivamente – para o Rio de Janeiro.

outras 27 para o terceiro. Como no caso do número de indivíduos se deslocando, observamos um aumento significativo após a Revolução do Porto, sobretudo entre 1820 e 1823, o menor intervalo.

Esses números apontam para a intensificação dos deslocamentos entre 1820 e 1823, quando o império contava com dois centros de poder e de gravidade. Além disso, os números de 1824 a 1831 também superam os de 1808 a 1819, quando a adesão de todas as antigas províncias luso-americanas à Independência resulta em dois impérios distintos com seus respectivos centros de poder e gravidade.

Uma das formas de analisar esses números é relacioná-los com o desenvolvimento da crise do Império português e seu desenho geral. A partir de 1808, temos um evento de imensa magnitude com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Todavia, até 1820, a Corte, independentemente do local em que estava situada, ainda era o principal referencial de poder agregador para os territórios luso-americanos. Isso se altera com a Revolução do Porto e o estabelecimento das Cortes de Lisboa, deixando o futuro da configuração dos centros de poderes em aberto. Portanto, um cenário de crise mais acirrado, onde as diversas expectativas e projetos são seguidas por uma aceleração – maior distância percorrida em menor tempo - dos deslocamentos dos nossos personagens. Entre 1824 e 1831, essa aceleração parece diminuir, ou ao menos não parece ter aumentando. A diminuição das saídas de 31 para 27 é acentuada pelo alargamento dos anos. Para esse intervalo os projetos e expectativas continuavam pululando em um horizonte de futuro aberto com vistas a formação de um novo Estado Nacional sobre um mosaico de províncias e regiões, mas a unicidade do centro de gravidade e de poder do nascente Império do Brasil oferecia seu grau de estabilidade.

O que faremos nas próximas páginas é analisar os deslocamentos individuais de nossos personagens nesses três períodos tentando entendê-los à luz de suas conjunturas, baseadas na coesão interna dos impérios português e brasileiro.

3.3.1 1808 a 1819

Tabela 8: Itinerários dos produtores de periódicos entre 1808 – 1819

Produtores de periódicos	Itinerários entre 1808 – 1819	Saídas
Luis Augusto May	Portugal/Londres – 1808 – 1810 São Paulo – 1810 – 181? Rio de Janeiro – 18? – 1819	3
Cirilo de Alameda y Brea	Espanha - 1808 Banda Oriental – 1808 – 1814 Rio de Janeiro – 1814 Espanha – 1814 – 1819	3
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	Pernambuco – 1808 Bahia – 1808 – 1816 Portugal – 1816 – 1819	2
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Minas Gerais – 1808 – 1813 Portugal – 1813 – 1819 Minas Gerais – 1819	2
Luiz Gonzaga Coelho Fleury	Goiás – 1808 – 1811 São Paulo – 1811 – 1817 Goiás – 1817 – 1819	2
João Soares Lisboa	Rio Grande de São Pedro – 1808 – 1818 Rio de Janeiro – 1818 – 1819	1
José da Silva Lisboa	Bahia – 1808 Rio de Janeiro – 1808 – 1819	1
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	Bahia – 1808 Rio de Janeiro – 1808 – 1819	1
Frei Caneca	Pernambuco Bahia – 1817 – 1819	1
José da Costa Carvalho	Bahia – 1808 – 1814 Portugal – 1814 – 1819	1
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	Pará - 1808 – 1816 Portugal – 1816 – 1819	1
Joaquim Gonçalves Ledo	Portugal – 1808 Rio de Janeiro – 1808 – 1819	1
Diogo Soares da Silva de Bivar	Portugal – 1808 – 1810 Bahia – 1810 – 1819	1
Francisco de Paula Pérez	Perú Argentina	1
Liberio Badaró	Liguria	0
Hipólito da Costa	Londres	0
Manuel Rodrigues de Oliveira	Maranhão	0
Cipriano Barata	Bahia	0
Teófilo Ottoni	Minas Gerais	0
Padre Mororó	Ceará	0
Januário da Cunha Barbosa	Rio de Janeiro	0
João Batista Gonçalves Campos	Pará	0
Padre Tezinho	Maranhão ? – 1819	0
Joaquim José da Silva Maia	Bahia	0
João Antônio de Garcia Abranches	Maranhão	0
Batista Caetano de Almeida	Minas Gerais	0

Evaristo da Veiga	Rio de Janeiro	0
Vicente Ferreira Gomes	Rio Grande de São Pedro	0
Antônio Borges da Fonseca	Paraíba	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

O período entre 1808 e 1819 é o de estabelecimento e de conformação do Rio de Janeiro como a sede da Corte, e, portanto, como centro de gravidade e de poder do império português. Esse deslocamento para a região fluminense instigou diretamente, ao menos, a locomoção de três de nossos personagens para o mesmo destino: Silva Lisboa, Araújo Guimarães e João Soares Lisboa.

Os dois primeiros, naturais da Bahia, estavam nessa capitania quando da chegada da Corte na América. Araújo Guimarães desde 1805, a convite de João de Saldanha Guedes Brito, o conde da Ponte, nomeado no mesmo ano governador da Bahia. O pedido para acompanhar o novo governador vinha durante um movimento de ascensão política e social do baiano, que se iniciara em 1798 ao ingressar na Academia Real da Marinha, e já no ano seguinte ter apresentado para o então Ministro da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a tradução do curso de matemática do Abade Marie. O trabalho impressionou o ministro que colocou Araújo Guimarães sob sua proteção e agiu em diversas ocasiões para promovê-lo. Professor na mesma academia em que se formou, tirou uma licença para acompanhar o conde da Ponte. Quando da chegada da Corte na Bahia, auxiliara o governador a hospedar e acomodar os recém-chegados. Terminada a licença, não retornou para Portugal, mas seguiu com a Corte para o Rio de Janeiro, onde reencontrou Coutinho, agora Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Este logo nomeou Araújo Guimarães como capitão do corpo de engenheiros. Em 1819, a sucessão de promoções já havia feito-lhe coronel graduado. Além disso, já era um dos redatores mais requisitados pela Coroa, redigindo a *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1812 e 1821, além de publicar *O Patriota*, entre 1813 e 1814, com aval do governo e da censura então vigente⁶³⁴.

Silva Lisboa, após se formar em Coimbra, voltou para a Bahia, ocupando cargos da magistratura, tais como ouvidor (1780 – 1781) e deputado da Mesa de Inspeção (1797 – 1808). Também projetou seu nome como difusor de economia política no império publicando *Princípios de Direito Mercantil* (1798) e *Princípios de Economia*

⁶³⁴ DAMASIO, Antonio Joaquim. *Biographia Dos Brasileiros...* op. cit. SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838)... op. cit. TRENTIN, Paulo Henrique. *Matemática no Brasil: as traduções de Manoel F. de Araújo Guimarães (1777-1938) das obras de Adrien Marie Legendre*. (Tese de Doutorado), São Paulo, PUC-SP, 2011.

Política (1804). Tal qual Araújo Guimarães, também já havia caído nas graças de Coutinho – e do também ministro Tomás António de Vila Nova Portugal. Dessa forma, o prestígio adquirido lhe valeu em 1808, quando a Corte se assentou no Rio de Janeiro, o convite de ministrar as aulas régias de Economia Política na nova sede do império. Apesar das aulas não terem se concretizado, o deslocamento para o Rio de Janeiro, igualmente ao exemplo de Araújo Guimarães, significou uma série de promoções e cargos como de administrador e censor da Imprensa Régia (1808), deputado real da Junta de Comércio (1808), Inspetor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos (1821), aumentando sua influência e notoriedade na Corte⁶³⁵.

Portanto, Silva Lisboa e Araújo Guimarães atraídos para o Rio de Janeiro, como novo centro de poder do império português, viram no traslado da Corte para a América um ponto de inflexão para a possibilidade de inserção nesse ambiente assim como a impulsão de suas respectivas trajetórias como representantes de uma nobreza civil distinta e instituída a partir da instrução e do treinamento pela formação. Apesar de potencializadas pela mudança da Corte para o Rio de Janeiro, um evento dotado de singularidade e ineditismo, a rápida ascensão de ambos os personagens se deram pelas características habituais do Antigo Regime.

Soares Lisboa, por outro lado, chegou ao Rio de Janeiro apenas em 1818, sem formação acadêmica, mas embalado por uma ascendente trajetória como comerciante em Rio Grande de São Pedro. Tendo imigrado de Portugal por volta de 1800 para fazer a vida no comércio luso-americano, tal como muitos jovens portugueses como vimos no capítulo 2, iniciou em posições mais baixas até chegar a negociante de grosso trato. Entre suas áreas de atuações, integrou a rede comercial de munício das tropas portuguesas na região da campanha na Banda Oriental.

No Rio de Janeiro, matriculado negociante de grosso trato em 1818, tentou, a partir de 1820, galgar novos degraus na hierarquia social enviando pedidos de mercês ao rei, portanto, ao modo tradicional do Antigo Regime. Teve os pedidos por cargos rejeitados tanto em 1820 quanto em 1821. De acordo com Paula Botafogo Ferreira, uma série de obstáculos se interpôs entre Soares Lisboa e seu plano de ascensão social: “não era formado em Coimbra, não frequentara as Aulas de Comércio, não tinha pais nobres, não era casado com uma filha de família influente e não tinha uma carreira militar de conquistas. Contava com a liberalidade da política de distribuição de mercês, mas não

⁶³⁵ ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa...* op. cit. FARIA JÚNIOR, Carlos de. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa...* op. cit.

obteve sucesso”⁶³⁶. Algumas dessas distinções eram possuídas por alguns de seus concorrentes mercantis e por indivíduos como Silva Lisboa e Araújo Guimarães, que se aproximaram com maior êxito do ambiente de poder da Corte. Quando Soares Lisboa tenta, a partir de 1822, através da recém instituída livre imprensa, projetar-se através da opinião pública alinhado aos valores vintistas de abertura política, aqueles outros dois, que obtiveram sucesso onde este falhou, seriam alguns de seus adversários nos embates entre periódicos, em um ambiente onde novas perspectivas e projetos coexistiam e, por vezes, chocavam-se com os costumes e meios tradicionais.

O Rio de Janeiro, na qualidade de sede do império, também foi o destino de Luiz Augusto May em algum momento durante a década de 1810. Lá, se engajou na alta burocracia da Corte, sendo nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha em 1820. Parece uma continuidade coerente com a trajetória e os deslocamentos feitos anteriormente em função dos serviços prestados para a Coroa. Manteve-se em trânsito entre Portugal e Londres entre 1808 e 1810 como secretário de Domingos Antônio de Sousa Coutinho, o Conde de Funchal e embaixador português na Inglaterra. Chegou neste último ano em São Paulo onde atuou, sob recomendação de Funchal, como intérprete de trabalhadores suecos da fábrica de São João de Ipanema, em Sorocaba – sendo a produção industrial na América lusitana reflexo direto da transferência da Corte. Não se sabe quanto tempo ficou por lá e nem quando chegou ao Rio de Janeiro a fim de ocupar um cargo na burocracia imperial⁶³⁷.

Apesar da Corte situada no Rio de Janeiro atrair indivíduos, de origem ou situados na América lusitana, em busca de enobrecimento, ascensão social e aumento de prestígio e influência, Portugal continuou a manter na parte europeia do império uma instituição de fundamental importância para quem desejava esse tipo de trajetória. A única universidade do império, maior centro de formação e treinamento para a elite intelectual e burocrática, manteve-se em Coimbra. E como visto no caso de Soares Lisboa, havia credenciais em uma formação acadêmica que poderia ser o diferencial no sucesso ou fracasso dessa empreitada. Assim, conforme a tabela 8, cinco indivíduos – Ledo, José da Costa Carvalho, Felipe Patroni, Montezuma e Bernardo Pereira de Vasconcelos - se deslocaram entre Brasil e Portugal em função dos estudos em Coimbra. Ledo voltou de lá, em 1808, sem concluir o curso. Montezuma e Patroni

⁶³⁶ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p.104.

⁶³⁷ VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa...* op. cit. e LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos...* op. cit.

partiram em 1816, enquanto Costa Carvalho o fez dois anos antes. E Vasconcelos partiu em 1813 e voltou a Minas Gerais em 1819.

Ao não concluir o curso de Leis, priorizando sua volta ao Rio de Janeiro para tocar os negócios mercantis da família, Ledo estabeleceu trajetória similar à de Soares Lisboa. Encontrando obstáculos nas tentativas de garimpar espaços nos escalões da Corte e ultrapassado por alguns de seus concorrentes, ambos se engajaram nas ações dos liberais fluminenses, entre cujos artifícios passaram a utilizar, a partir de 1821, com a imprensa, inserindo-se no debate público e compensando distinções como o enobrecimento por meio da formação universitária.

Todavia, como visto no capítulo 2, a formação universitária não era a única opção de instrução e enobrecimento disponível. O ordenamento religioso também era bastante cotado por famílias já distintas ou em busca de distinção. Esse foi o destino de Luiz Gonzaga Coelho Fleuri, advindo de família proeminente de Goiás. Os melhores centros de formação de religiosos eram os seminários, disponíveis em capitanias do Brasil. Foi a busca por esse ensino de excelência que Fleuri esteve em São Paulo entre 1811 e 1817, ano em que retornou a Goiás⁶³⁸. Também com vistas a obter uma formação, Francisco Montezuma voltou à sua capitania de origem, a Bahia, em 1808, depois de passar a maior parte da infância em Pernambuco. No período entre 1808 e 1816 – quando partiu para Coimbra –, Montezuma diplomou-se cirurgião na Escola de Cirurgia em Salvador, fundada durante e devido a breve passagem da família real pela capitania⁶³⁹.

Os deslocamentos tabulados não ocorreram todos conforme a vontade e os planos dos indivíduos em trânsito. Ao menos dois personagens experimentaram mudanças de localidades de maneira coercitiva, manifestações da repressão do Estado e revezes advindos de derrotas políticas. Nos dois casos a transferência da Corte para o Brasil teve papel fundamental. O primeiro foi o exílio de Diogo Soares da Silva de Bivar, condenado como traidor por ter colaborado com os invasores franceses, como visto no capítulo 1. Expulso de Portugal, Bivar aportou em 1810 na Bahia e por lá ficou graças a sua proximidade com Marcos Noronha e Brito, o Conde dos Arcos e então governador da capitania. O segundo foi Frei Caneca, preso como participante da Revolução Pernambucana de 1817 e enviado para cumprir pena na Bahia no mesmo

⁶³⁸ BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do norte...* op. cit.

⁶³⁹ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p.52.

ano, onde ficou até 1821, quando os revolucionários condenados foram libertados sob indulto das Cortes de Lisboa. Entre as forças, relações e conflitos presentes na Revolução, “uma disputa entre colônia e metrópole, com a diferença de que esta última já não estava em Lisboa, mas no Rio de Janeiro”⁶⁴⁰.

Durante este primeiro período entre 1808 e 1819, alguns de nossos personagens estavam em locais fora das fronteiras do Império português. Libero Badaró viveu durante esses anos sua infância e juventude na república da Liguria, enquanto as poucas informações a respeito de Francisco de Paula Pérez indicam que este teve passagem pelo Peru e pela região do Prata. Até onde sabemos, essas trajetórias individuais desses dois personagens nesse período tiveram pouca ou nenhuma relação e relevância para com o cenário da América portuguesa, ainda que no caso de Paula Pérez, a região do Prata, por onde passou, fosse essencialmente significativa para a realidade política das colônias luso-americanas.

Por outro lado, radicado em Londres desde 1805, quando fugiu da prisão em Lisboa, onde estava encarcerado por portar material referente à maçonaria, após importante passagem pelos Estados Unidos, onde filiou-se a essa sociedade, Hipólito da Costa foi um ator de enorme destaque publicando, a partir de 1808, seu *Correio Braziliense*, mesmo exilado fora do império, onde terminou seus dias em 1823⁶⁴¹. Londres em especial, talvez pela proximidade diplomática com Portugal e pelo exercício da livre imprensa, enquanto a censura prévia ainda vigorava nos territórios lusitanos, parecia um local propício para a publicação de periódicos voltados para o império português. Além do *Correio Braziliense*, foram produzidos na capital britânica periódicos como *O Espelho* (1813 – 1814), *O Campeão Português* (1819 -1821), e o oficioso *Investigador Português* (1811 – 1819), editado sob orientação do embaixador português Domingos de Sousa Coutinho e mantido por pensão paga pela Coroa. Este último demonstra o engajamento da Coroa em se contrapor principalmente ao *Correio Braziliense* numa disputa pela imprensa na impossibilidade de impedir a publicação⁶⁴².

Já as movimentações de Cirilo de Alameda y Brea nesse período não só apontam para a transferência da Corte portuguesa para ao Rio de Janeiro como também respondem ao momento revolucionário hispânico, revelando pontos de entroncamento e de unidade da conjuntura ibero-americana. O religioso é enviado da Espanha para

⁶⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca...* op. cit., p.17.

⁶⁴¹ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa...* op. cit., p. 12.

⁶⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* op. cit., p.31.

Montevideu em 1808, durante o vazio de poder provocado pela prisão dos reis espanhóis durante a ocupação francesa. Decidido a combater os movimentos independentistas, sobretudo o de Buenos Aires, Brea publicou entre 1811 e 1814 a *Gazeta de Montevideo*, com apoio e tipografia enviada pela Coroa portuguesa no Rio de Janeiro. Defensor da tradição e do governo monárquico do Antigo Regime, o religioso tenta atenuar o vazio de poder espanhol apoiando o reforço da autoridade monarquia experimentada na América portuguesa e a influência desta na Banda Oriental, dessa forma combatendo a Junta de Buenos Aires. Quando Fernando VII retorna ao trono em 1814, retomando as rédeas do governo espanhol, Brea é incumbido de missão diplomática no Rio de Janeiro, e depois retorna para a Espanha.

3.3.2. 1820 -1823

Tabela 9: Itinerários dos produtores de periódicos entre 1820 - 1823

Produtores de periódicos	Itinerários entre 1820 – 1823	Saídas
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	Portugal – 1820 – 1821 Bahia – 1821 – 1822 Rio de Janeiro/Bahia – 1822 – 1823 Exílio na Europa	4
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	Portugal – 1820 Pará – 1820 – 1821 Portugal – 1821 -1822 Pará – 1822 Portugal – 1822 – 1823	4
Cipriano Barata	Bahia – 1820 – 1821 Portugal 1821 – 1822 Recife 1822 – 1823 Rio de Janeiro – 1823	3
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Minas Gerais - 1820 São Paulo – 1820 - 1822 Minas Gerais – 1822 – 1823	2
Padre Mororó	Ceará – 1820 – 1822 Recife – 1822 Ceará – 1822 – 1823	2
Joaquim Gonçalves Ledo	Rio de Janeiro – 1820 – 1822 Buenos Aires – 1822 – 1823 Rio de Janeiro – 1823	2
João Soares Lisboa	Rio de Janeiro – 1820 – 1822 Buenos Aires – 1822 – 1823 Rio de Janeiro – 1823	2
Joaquim José da Silva Maia	Bahia – 1820 – 1823 Maranhão – 1823 Portugal – 1823	2
Januário da Cunha Barbosa	Rio de Janeiro – 1820 – 1822 França - 1822 – 1822 Rio de Janeiro – 1823	2
João Batista Gonçalves Campos	Pará – 1820 – 1823 Rio de Janeiro – 1823	2
Diogo Soares da Silva de Bivar	Bahia – 1820 – 1821 Rio de Janeiro – 1821 – 1823	1

Francisco de Paula Pérez	Cisplatina - 1820 – 1822 (expulso em 1822)	1
Padre Tezinho	Maranhão – 1820 – 1823 Portugal – 1823	1
José da Costa Carvalho	Bahia – 1820 – 1821 São Paulo/Rio de Janeiro – 1821 – 1823	1
Frei Caneca	Bahia – 1820 – 1821 Pernambuco – 1821 -1823	1
Antônio Borges da Fonseca	Paraíba – 182? Pernambuco – 182? – 1824	1
Libero Badaró	Liguria	0
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	Rio de Janeiro	0
Teófilo Ottoni	Minas Gerais	0
Luis Augusto May	Rio de Janeiro	0
José da Silva Lisboa	Rio de Janeiro	0
Luiz Gonzaga Coelho Fleury	Goiás	0
Cirilo de Alameda y Brea	Espanha	0
João Antônio de Garcia Abranches	Maranhão	0
Batista Caetano de Almeida	Minas Gerais	0
Evaristo da Veiga	Rio de Janeiro	0
Vicente Ferreira Gomes	Rio Grande de São Pedro	0
Manuel Rodrigues de Oliveira	Maranhão	0
Hipólito da Costa	Londres	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a Revolução do Porto, em agosto de 1820, chegamos à conjuntura descrita por Denis Bernardes, onde os acontecimentos nas províncias da América portuguesa se enquadram em uma triangulação onde os outros vértices são os dois centros de poder e de gravitação do império: a Corte no Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa. Com o avanço do constitucionalismo vintista, as determinações de eleições de Juntas Governativas e de deputados para representar as províncias nas Cortes, abriu-se maior perspectiva para os atores regionais envolverem-se na direção política de suas localidades. Essa abertura de perspectivas precipitou e acelerou o desenvolvimento de múltiplos projetos, assim como os colocou, por vezes, em choque uns com os outros. Essa alteração no jogo de forças, característicos nas conjunturas de agravamento de crises, ampliou o leque e estimulou ações dos atores participantes. Estes engajaram-se em projetos, planos e em tomadas de decisões e posicionamentos estimuladas pelo cenário. E esses pontos de inflexão de suas respectivas trajetórias muitas vezes estiveram manifestos em deslocamentos entre províncias, reinos e continentes, como vimos, sensivelmente acelerados entre 1820 e 1823.

Foi embalado pela Revolução do Porto que Felipe Patroni decidiu abandonar o curso de Leis em Coimbra e voltar ao Pará, sua província de origem, resoluto em

participar e ter papel de destaque nos desdobramentos revolucionários locais e a compor o novo governo. No entanto, chegando em dezembro de 1820, partiu para Lisboa já em fevereiro de 1821, como emissário do Governo Provincial junto às Cortes, a quem a Junta paraense estava formalmente alinhada ao ser a primeira província a aderir a Revolução. Essa função foi fruto de uma negociação entre Patroni e a Junta eleita, que, de acordo com José Alves de Souza Junior, pretendia “livrar-se daquele incomodo indivíduo que começava a articular uma oposição junto com seus aliados”⁶⁴³. Nessa movimentação está clara a presença de rivalidades adaptando-se às novas regras do constitucionalismo. E mesmo que o envio de Patroni para a Junta fosse uma maneira de afastá-lo, este tendo aceitado a nomeação aponta para uma ascensão política do outrora estudante de Coimbra. Portanto, a ida de Patroni para o Pará em 1820 e sua volta para Portugal em 1821 carrega certa ambiguidade, não podendo ser encarada como uma plena vitória, em vista de seus planos originais, e nem como uma total derrota, tendo obtido uma nomeação formal do novo governo.

Barata também teve itinerário semelhante ao de Patroni nesses primeiros anos após a Revolução do Porto. Participou da deposição de Francisco de Assis Mascarenhas, o conde de Palma, do governo da Bahia, segunda província a aderir ao movimento do Porto, em 1821. Mas apesar do destaque nessa ação, não foi nomeado para nenhum cargo do novo governo. Conforme Marco Morel, a organização da Junta se deu por uma “conciliação onde se excluíam os elementos considerados exaltados e, com eles, significativas parcelas da população. Cipriano Barata acabou indo para Lisboa, eleito deputado”⁶⁴⁴. Dessa forma, assim como Patroni, Barata era indesejado pelo novo governo provincial, e sua ida a Lisboa continha em si um teor de derrota local, mas também uma vitória política. Como deputado baiano nas Cortes, Barata teve desempenho de destaque, com discursos e posturas incisivas e não raro despertando reações. Episódios como a troca de agressões com o também deputado baiano marechal Luis Paulino Oliveira Pinto de França certamente ajudaram a fomentar sua fama de exaltado⁶⁴⁵. Quando a manutenção da união entre Brasil e Portugal já se fazia insustentável, Barata junto com outros deputados luso-americanos (Antonio Carlos Andrada, Diogo Feijó, Agostinho Gomes e Silva Bueno) articulou uma fuga de Portugal

⁶⁴³ SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Filippe Patroni: um Vintista no Pará...* op. cit., p. 178.

⁶⁴⁴ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit., 121.

⁶⁴⁵ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Grandes vultos...* op. cit., p. 119.

sem assinar a Constituição, voltando ao Brasil⁶⁴⁶.

Em 1820, Bernardo Pereira de Vasconcelos retornou à Minas Gerais após concluir o curso de Leis em Coimbra. Seguindo as tradições do Antigo Regime, tentou por meio de petição a D. João VI os cargos de juiz de fora de Mariana ou São João del Rei ou de juiz criminal na Bahia. Nenhum dos pedidos foi acatado, contudo lhe foi oferecido o cargo de juiz de fora em Guaratinguetá, em São Paulo. Relutou em assumir, tentando ainda garantir o cargo de ouvidor em Vila Rica, assim que vagasse. Também sendo negado esse pedido, partiu para a capitania paulista⁶⁴⁷. Pelos pedidos feitos por Vasconcelos, supõe-se a intenção de manter-se em Minas Gerais e por lá trilhar as vias da magistratura e, provavelmente, continuar o acúmulo de prestígio político tal como seu pai, Diogo Pereira de Vasconcelos – como visto no capítulo 2. Nas palavras de Otávio Tarquínio de Sousa, “se alguma ação exerceu o juiz de fora de Guaratinguetá, nos sucessos da Independência brasileira, foi tão discreta ou tão modesta, que não mereceu registro algum”⁶⁴⁸.

Vasconcelos permaneceu no cargo em Guaratinguetá até ser exonerado em maio de 1822, quando voltou para Minas Gerais. Tentou, em 1823, novas petições para o cargo de professor e ouvidor na província mineira, sendo ambas negadas. Dois anos depois, fundou *O Universal*, seu primeiro periódico. Ainda em 1825, foi nomeado desembargador da relação do Maranhão, função que nunca chegou a exercer. Dessa trajetória supõe-se que o objetivo maior de Vasconcelos era permanecer em Minas Gerais e projetar-se como homem público por lá, mas sem desistir de alçar cargos na magistratura. Por fim, aparentemente encontrou na imprensa e na ação parlamentar – foi eleito deputado para a primeira legislatura – um campo de ação que contemplasse a ação política, o prestígio público e a permanência em Minas Gerais. Portanto, para Vasconcelos, o modo de ascensão político social por meio da carreira na magistratura, um traço remetente ao Antigo Regime encontra nas novidades advindas do constitucionalismo e dos movimentos revolucionários uma alternativa viável. Um possível deslocamento para Maranhão é trocado pela desejada permanência em Minas Gerais atuando como parlamentar e produtor de periódicos.

Colega de Vasconcelos em Coimbra, o baiano José da Costa Carvalho também retornou de Portugal em 1820, e no ano seguinte foi igualmente alocado em um cargo

⁶⁴⁶ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico... op. cit.

⁶⁴⁷ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos...* op., cit., p.27.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, p.28.

da magistratura em São Paulo. Foi nomeado juiz de fora na capital paulista e em 1822 tornou-se ouvidor. Diferente de Vasconcelos, Costa Carvalho não teve objeções em permanecer em São Paulo, onde se tornou figura pública referencial, tendo sido representante da região na Constituinte de 1823 e, em 1842, presidente da província, além do proprietário da primeira tipografia e do primeiro periódico, o *Farol Paulistano*.

A rápida inclusão e assimilação de Costa Carvalho pelo cenário político local em alguma medida contrariou o primeiro posto ao qual foi designado. Segundo Ana Paula Medicci, juiz de fora “era um magistrado nombrado por el Rey de Portugal para actuar en consejos donde se hacía necesaria la intervención de un juez exento e imparcial, que normalmente sería de fuera de la localidad”. Não obstante, “muchas veces estos jueces asumían también un papel político y eran indicados para presidir cámaras municipales, a modo de controlar el poder central de la vida municipal”⁶⁴⁹. No entanto, logo em 1822, Costa Carvalho casou-se com Genebra de Barros Leite, nada menos do que a viúva do brigadeiro Luis Antônio de Sousa Queiroz, detentor de umas das maiores fortunas da colônia e de notável proeminência social e política. Assim, apesar de desempenhar um cargo onde deveria ser o representante do poder central do império se contrapondo aos interesses locais, Costa Carvalho adentrou pelo matrimônio justamente à uma das famílias que representavam os interesses regionais.

Esses e outros interesses foram remanejados com a Revolução do Porto de 1820. Diferente do Pará e da Bahia, São Paulo teve a eleição de sua Junta mais alinhada com a Corte no Rio de Janeiro do que com às Cortes em Lisboa, mantendo inclusive João Carlos Augusto de Oyenhausen como governador geral, anteriormente nomeado pela Coroa. No entanto, como naquelas províncias, diferentes grupos se articularam para ocupar o novo governo. E como já mencionado há algumas páginas, o atrito entre esses diferentes grupos resultou na chamada Bernarda em maio de 1822. Para Luiz Adriano Borges, uma das maneiras de divisão desses grupamentos era:

1) “homens de horizontes muito amplos e de interesses cosmopolitas” como José Bonifácio, Martim Francisco e Nicolau Vergueiro; 2) um grupo formado no interior da capitania “gente de Itu, Porto Feliz e São Carlos, proprietários de grandes canaviais e senhores de numerosa escravaria” entre os quais Francisco de Paula Souza e Mello, Antonio Paes de Barros e Manuel Rodrigues Jordão; 3) homens da “antiga administração que defendiam ideias da época ou continuavam no cenário político por motivos de prudência de outros grupos políticos e militares”, representados por Oeynhausen, Oliveira Pinto, Francisco Inacio e Costa

⁶⁴⁹ MEDICCI, Ana Paula. São Paulo en el movimiento de Independencia de Brasil (1820-1822). In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 2013.

Carvalho. Estes últimos, todos rebeldes na Bernarda⁶⁵⁰.

O levante foi, sobretudo, entre esse último grupo e os Andradas, principalmente Martim Francisco, que sucedeu Oyenhausem no governo geral por meio de manobra de José Bonifácio, então poderoso ministro de D. Pedro. O objetivo manifesto da Bernarda era acabar com o despotismo dos Andradas, mas para além da política administrativa, foi também uma manifestação da luta de interesses comerciais⁶⁵¹.

Dessa maneira, diferente de Vasconcelos, Costa Carvalho teve papel considerável nas comoções da Independência durante o exercício da magistratura. Contudo, com José Bonifácio ministro não houve dificuldades para este em contar com o poder central para refrear o levante. Essa derrota política culminou no deslocamento de Costa Carvalho e Francisco Ignácio (maior liderança da Bernarda) ao Rio de Janeiro onde D. Pedro lhes exige obediência ao governo de Martim Francisco⁶⁵². Todavia, Costa Carvalho retornou ao Rio de Janeiro, em 1823, em circunstâncias bem diferentes ao ser empossado deputado para a Assembleia Constituinte, conformando, portanto, uma vitória política.

Outros deslocamentos oriundos de derrotas políticas se fizeram notórios no ano de 1822. Como mencionado no capítulo 1, a devassa instaurada e a perseguição de José Bonifácio contra seus rivais políticos valeram o exílio de três de nossos personagens: Ledo e Soares Lisboa partiram para Buenos Aires, enquanto Januário da Cunha Barbosa foi para a França. Os três voltaram ao Brasil e ao Rio de Janeiro, em 1823. Também mencionado no capítulo 1, ao manter-se alinhado às Cortes de Lisboa, criticando o governo do Rio de Janeiro em seu *Pacífico Oriental de Montevideo*, Francisco de Paula Pérez terminou expulso da província Cisplatina e seu destino posterior nos é desconhecido.

O ano de 1822 também foi intenso para Patroni. Em Lisboa, pouco podia fazer em relação aos rumos do governo paraense a quem fazia oposição de maneira cada vez mais aberta. Solicitou ao rei e a Regência de Portugal nomeá-lo governador do Pará e em face da rejeição solicitou um cargo de secretário na Junta, também recusado. Em novembro de 1821, fez uma representação às Cortes assim como um discurso na Assembleia perante o rei, onde criticava todo o ministério como composto por servis e adutores em torno do monarca e a própria Constituinte, taxando-a de ineficaz frente

⁶⁵⁰ BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Aspectos econômicos da participação paulista... op. cit., p.67.

⁶⁵¹ *Ibidem*, p.67.

⁶⁵² VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre*... op. cit., p. 178.

aos abusos dos ministros. O discurso foi considerado tão ofensivo, inclusive a D. João VI, que nem permitiram sua conclusão, além de instaurarem uma devassa contra Patroni⁶⁵³.

Sem perspectivas em Lisboa, o paraense retorna à sua província em março de 1822, munido de material tipográfico comprado em Portugal. Decidira fazer sua ação política diretamente no Pará e através da imprensa, por meio de *O Paraense*. O crítico periódico batia de frente especialmente com o Governador das Armas brigadeiro José Maria de Moura, empossado em abril de 1822. Para este, veio a calhar o pedido de prisão contra Patroni vindo de Lisboa em função do discurso feito no ano anterior. O paraense foi preso em junho e deportado para Portugal, conformando mais uma derrota política⁶⁵⁴.

Como também relatado no capítulo 1, em 1821, Diogo Soares da Silva de Bivar abre mão da redação da *Idade d'Ouro do Brasil*, do cargo de censor e da estabilidade adquirida na Bahia e parte para o Rio de Janeiro onde tenta se inserir nos ambientes de Corte e mais próximos do poder. Hélio Vianna condicionou esse deslocamento aos interesses da carreira de advogado de Bivar. Todavia, aventamos a hipótese de haver motivação política nessa mudança, especialmente tentando evitar justamente um revés político e cair em desgraça novamente com a família real em função de adesão a movimentos revolucionários. Nesse sentido, a experiência da derrota anterior se aliou ao vislumbre de uma possível repressão posterior, o que de fato ocorreu com muitos de nossos personagens.

Mas se para Bivar a explosão e o desenvolvimento do Vintismo podem ter despertado cautela, para Frei Caneca significou uma mudança bem-vinda em sua situação de preso revolucionário. O indulto concedido pelas Cortes a esses presos culminou na saída de Caneca da Bahia e seu retorno para Pernambuco, onde voltou-se ainda mais para a ação política⁶⁵⁵. Pernambuco também foi o destino de Barata após retornar das Cortes de Lisboa no fim de 1822, tendo a dominação do general Madeira na Bahia à época levado o baiano a optar por Recife. Até 1823, ocupou-se da ação política e da produção de periódicos nessa cidade, fazendo forte oposição ao Ministério dos Andradas e ao que este sucedeu. Barata poderia ter ido ao Rio de Janeiro e ser empossado como deputado na Constituinte, mas mesmo eleito, recusou a tomar posse,

⁶⁵³ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* op. cit., p.251.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do primeiro império...* op. cit., p. 143.

colocando em dúvida o compromisso da Assembleia com a liberdade. Ao invés disso, figura incômoda para a Corte no Rio de Janeiro e também para o governo provincial pernambucano, foi preso em novembro de 1823, sob o pretexto de forçá-lo a ocupar o cargo para qual foi eleito. Mas com a Constituinte já dissolvida, foi a Corte como prisioneiro, condição em que permaneceu até 1830⁶⁵⁶. A possibilidade de um deslocamento ao Rio de Janeiro movido por uma vitória e ascensão política deu-se coercitivamente, pelo contrário, como uma derrota.

A Bahia foi o cenário de ação de Montezuma após retornar de Coimbra em 1821. No fim do mesmo ano, passou a integrar a redação do *Diário Constitucional* junto com Francisco José Corte Real. A trajetória de Montezuma entre 1821 e 1823 ilustra bem o desenvolvimento da tensão e da dinâmica triangular entre província, Lisboa e Rio de Janeiro. Em princípio, Montezuma e o *Diário* se colocavam como oposição ao governo provincial baiano. Conforme a antinomia entre Rio de Janeiro e Lisboa se acentua, sobretudo, após o Fico, no começo de 1822, os atores provinciais começam a definir com maior ênfase a qual polo de poder se alinham. Montezuma passa a encampar o projeto fluminense. Quando seus correligionários se refugiam em Cachoeira, formando um governo paralelo em oposição ao do general Madeira, Montezuma, que teve seu periódico empastelado, é escolhido como emissário para a Corte do Rio de Janeiro. Isso leva a seu deslocamento sucessivas vezes à Corte nos primeiros meses de 1823. E é em uma dessas viagens que obtém de D. Pedro a tipografia para voltar a imprimir seu periódico de propaganda política. A atuação vitoriosa e o prestígio advindo desta rendeu-lhe uma cadeira de deputado na Constituinte. Segundo Sebastião Castro Junior, “o grande marco da sua integração à comunidade política da Corte”⁶⁵⁷. No entanto, a vitória logo se tornou derrota, pois alinhado aos Andradas nos trabalhos constituintes, como estes Montezuma também foi exilado após a dissolução da Assembleia em novembro de 1823.

Entre os derrotados na Independência na Bahia, alinhados ao general Madeira, estava Joaquim José da Silva Maia, redator do *Seminário Cívico*. A derrota, figurada na tomada da capital provincial pelas tropas alinhadas ao Rio de Janeiro, levou Silva Maia a se mudar para o Maranhão em julho de 1823, província onde a Independência ainda não havia sido consolidada. Após a adesão maranhense ao império brasileiro, ainda no

⁶⁵⁶ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade...* op. cit.

⁶⁵⁷ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p. 141.

mesmo mês, Silva Maia partiu para Portugal, região que após a ruptura tornou-se destino frequente dos derrotados politicamente nas províncias brasileiras⁶⁵⁸.

Na mesma província do Maranhão, pouco antes da adesão ao Império brasileiro, o padre Tezinho, em abril de 1823, saiu da província rumo a Portugal. O redator do *Conciliador do Maranhão*, ligado ao governo provincial, foi eleito para a segunda legislatura das Cortes de Lisboa. No entanto, não chegou a desfrutar dessa vitória política. Ao chegar em solo europeu, o retorno do absolutismo da monarquia portuguesa já estava em plena ascensão. Desse modo, Tezinho nunca viria a ocupar o cargo no legislativo. Eventualmente retornou ao Maranhão no ano seguinte, mas aparentemente se retirou da política pública⁶⁵⁹.

No Pará, a adesão formal ao império brasileiro só ocorreu em agosto de 1823, sendo a última província a fazê-lo. No dia 17 do mesmo mês, um novo governo é eleito, tendo entre seus quadros, Batista Campos. No entanto, o pleito não significou o fim das instabilidades e dos choques dos diferentes grupos que vinham disputando o poder no Pará. Em outubro de 1823, ocorreu um levante onde a reivindicação era a deportação de outros elementos portugueses ainda na província. Lembrando que a denominação de portugueses estava atrelada à indivíduos ligados com o grupo dominante de outrora, antes da adesão ao império brasileiro. Os manifestantes pressionaram Batista Campos e outros componentes do governo a abrir o depósito militar de armas.

Em 18 de outubro, Batista Campos foi preso pelas forças enviadas pelo Rio de Janeiro para garantir a adesão e pacificar a província chefiadas pelo almirante Grenfell. Após ser levado à presença do almirante – onde teria sido amarrado à frente da boca de um canhão – foi enviado ao Rio de Janeiro para ser julgado. Na Corte, “fazendo ele mesmo a sua defesa, Batista Campos é absolvido, condecorado Cavaleiro da Ordem de Cristo e regressa ao Pará”⁶⁶⁰, em agosto de 1824. Desse modo, o deslocamento provocado por uma derrota política se transformou em uma vitória complementada com uma condecoração. Em alguma medida, certamente pela aproximação de Batista Campos e de *O Paraense* com o projeto independentista, conforme os acirramentos entre os grupos provinciais em consonância com a tensão entre Rio de Janeiro e Lisboa levassem a isso⁶⁶¹ - pois de forma geral, até uma radicalização maior das forças em

⁶⁵⁸ ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a "nação portuguesa"...* op. cit., p. 22.

⁶⁵⁹ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p. 96.

⁶⁶⁰ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará...* op. cit., p. 41.

⁶⁶¹ SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos... op. cit., p. 143.

disputa no Pará, a folha não havia levantando essa bandeira⁶⁶². E mesmo assim, após a formalização da adesão, as reviravoltas vividas por Batista Campos demonstra que as disputas entre grupos provinciais prosseguiram, mesmo sob alteração da conjuntura maior, adaptando-se a essa mudança.

Duas movimentações em direção a Pernambuco parecem indicar que não obstante Rio de Janeiro e Lisboa, a época, simbolizarem pontos de gravitação e poder do império português, regiões da América lusitana também possuíam suas próprias dinâmicas internas, com algumas províncias sobressaindo-se como polos de referência em relação a outras. O padre Mororó sai do Ceará e vai para Pernambuco em 1822, retornando a sua província de origem no mesmo ano. O deslocamento se deve a uma disputa judicial entre o padre e o Ouvidor Lagos. A desavença, segundo, João Alberto de Sousa Montenegro, não é dissociável às forças em confronto no Ceará no contexto da Independência, sendo Lagos alinhado às Cortes de Lisboa. Ambos precisaram se apresentar na Relação de Pernambuco para dar continuidade ao processo⁶⁶³.

Já o jovem Antônio Borges da Fonseca, nascido em 1808, se dirige da Paraíba para Pernambuco em algum momento nos primeiros anos da década de 1820, de acordo com Carolina Paes Barreto da Silva, “para frequentar os bancos escolares do Liceu Pernambucano, estabelecimento educacional recém-formado (...) A turma que se formou no Liceu em 1826 contava com a presença de militares e civis que mais tarde alcançariam importantes posições, entre eles estaria Borges da Fonseca”⁶⁶⁴. Portanto, uma instituição educacional dirigida à formação e reprodução de uma elite.

Entre as motivações de deslocamento de ambos está o fato de se dirigirem a instituições cuja existência no âmbito regional destacava Pernambuco em meio as outras províncias. Essa relação ganha ainda mais fôlego se lembrarmos que tanto Ceará quanto a Paraíba já haviam sido territórios pernambucanos. O Ceará só obteve autonomia em 1799, enquanto a Paraíba ficou anexada a Pernambuco entre 1756 e 1799. Dessa forma, esses dois deslocamentos ocorrem não entre províncias e os centros de poder e gravitação do império, mas entre províncias com histórico de intercâmbios, cujas movimentações também se mantiveram durante a Independência.

3.3.2. 1824 -1831

⁶⁶² COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* op. cit., p. 299.

⁶⁶³ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., 29.

⁶⁶⁴ SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico...* op. cit., p.46.

Tabela 10: Itinerários dos produtores de periódicos entre 1824 - 1831

Produtores de periódicos	Itinerários entre 1824 – 1831	Saída
João Batista Gonçalves Campos	Rio de Janeiro– 1824 Pernambuco – 1824 Maranhão – 1824 – 1825 Rio de Janeiro - 1825 Pará - 1825 – 1831	4
Antônio Borges da Fonseca	Pernambuco – 1824 – 1828 Paraíba – 1828 – 1829 Pernambuco – 1829 – 1830 Rio de Janeiro – 1830 – 1831	3
João Antônio de Garcia Abranches	Maranhão – 1824 – 1825 Portugal – 1825 Maranhão 1825 – 1831 Portugal – 1831	3
Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente	Portugal – 1823 – 1827 Rio de Janeiro – 1827 - 1829 Pará – 1829 – 1830 Rio de Janeiro – 1830	3
Cipriano Barata	Rio de Janeiro – 1824 – 1830 Bahia – 1830 – 1831 Rio de Janeiro – 1831	2
Libero Badaró	Liguria – 1824 – 1826 Rio de Janeiro – 1826 – 1828 São Paulo – 1828 – 1830	2
Teófilo Ottoni	Minas Gerais – 1824 – 1826 Rio de Janeiro – 1826 – 1830 Minas Gerais – 1830 – 1831	2
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma (Visconde de Jequitinhonha)	Exílio na Europa – 1824 – 1831 Rio de Janeiro – 1831	1
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Minas Gerais – 1824 – 1825 Minas Gerais/Rio de Janeiro – 1826 – 1831	1
José da Costa Carvalho	São Paulo – 1824 – 1826 Rio de Janeiro/São Paulo – 1826 – 1831	1
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães	Rio de Janeiro – 1824 – 1831 Bahia – 1831	1
João Soares Lisboa	Rio de Janeiro – 1824 Pernambuco – 1824	1
Batista Caetano de Almeida	Minas Gerais – 1824 – 1830 Minas Gerais /Rio de Janeiro – 1830 – 1831	1
Cirilo de Alameda y Brea	Espanha Cuba – 1831	1
Joaquim José da Silva Maia	Portugal – 1824 – 1828 Rio de Janeiro – 1828 – 1831	1
Joaquim Gonçalves Ledo	Rio de Janeiro	0
Diogo Soares da Silva de Bivar	Rio de Janeiro	0
Francisco de Paula Pérez		0
Luis Augusto May	Rio de Janeiro	0
Padre Mororó	Ceará – 1824 – 1825	0
Frei Caneca	Pernambuco	0
Januário da Cunha Barbosa	Rio de Janeiro	0
Luiz Gonzaga Coelho Fleury	Goiás	0
Padre Tezinho	Maranhão – 1824 - ?	0
José da Silva Lisboa	Rio de Janeiro	0

Manuel Rodrigues de Oliveira	Maranhão	0
Hipólito da Costa	Londres	0
Evaristo da Veiga	Rio de Janeiro	0
Vicente Ferreira Gomes	Rio Grande de São Pedro	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir de 1824, com, ao menos, uma primeira adesão formal de todas as províncias ao Império brasileiro, o desafio agora do único centro de poder do novo Estado nacional, o Rio de Janeiro, parecia ser firmar-se como tal e garantir a unidade territorial. Um dos grandes problemas a enfrentar surge já em 1824 com a eclosão da Confederação do Equador. A tensão entre projetos de maior autonomia provincial oriundos do Nordeste, principalmente de Pernambuco, e a busca do Rio de Janeiro em estabelecer-se como grande centro de poder, tem seu estopim com a nomeação pela Corte de Francisco Pais Barreto para o governo pernambucano, fato somado a outras frustrações como a dissolução da Constituinte de 1823. A designação contrariava os federalistas que desejavam a manutenção no cargo do até então presidente eleito, Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

A revolta iniciada em Pernambuco teve focos de maior adesão no Ceará e na Paraíba novamente destacando a centralidade pernambucana frente essas províncias. Brutalmente rechaçada pelo governo imperial, a Confederação do Equador, em seu declínio, significou também o fim da trajetória de três de nossos personagens, João Soares Lisboa, Frei Caneca e Padre Mororó, mortos sob a repressão ao movimento.

Frei Caneca, junto a Paes de Andrade, foi um dos nomes mais ativos da revolta, tendo sido, inclusive, nomeado secretário do governo revolucionário de Pernambuco⁶⁶⁵. Rendido e capturado em novembro de 1824, Caneca recebeu a sentença de morte em dezembro e foi executado em janeiro de 1825⁶⁶⁶.

A presença do Padre Mororó em nossa lista e, portanto, sua ação como produtor de periódicos foi determinada pela Confederação do Equador. Desde a dissolução da Constituinte, o religioso já liderava movimentos de contestação ao Rio de Janeiro a frente da Câmara de Quixeramobim. Com a adesão do Ceará à Confederação, estabeleceu-se um governo revolucionário provincial que recebeu de Paes de Andrade uma tipografia, com a qual produziu seu próprio órgão de comunicação e propaganda política, o *Diário do Governo do Ceará*⁶⁶⁷. A folha teve como seu primeiro redator o

⁶⁶⁵ MOREL, Marco. *Frei Caneca...* op. cit., p. 76.

⁶⁶⁶ BRITO, José Gabriel de Lemos. *A gloriosa sotaina do primeiro império...* op. cit., p. 299.

⁶⁶⁷ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p. 102.

Padre Mororó, que também se ocupou como secretário de governo⁶⁶⁸. Tal como Caneca, foi preso e sentenciado a morte durante a repressão, sendo fuzilado em abril de 1825⁶⁶⁹.

Para Soares Lisboa, a participação na Confederação do Equador parece ocorrer em face ao esgotamento de suas tentativas de ação política no Rio de Janeiro. Após sua volta a Corte fluminense, no início de 1823, depois do exílio em Buenos Aires, teve destino diverso de seus outrora correligionários, Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Diferente destes, Soares Lisboa foi o único condenado, em julho, na Bonifácia, sendo sentenciado a 10 anos. Preso, desde o fevereiro, passou a escrever o *Correio do Rio de Janeiro* da prisão, enquanto Ledo e Januário, após seus respectivos retornos a Corte, obtinham algum sucesso em seus projetos de ascensão política.

No cárcere, Soares Lisboa não escondia sua indignação para com a singularidade de sua situação. Conforme Paula Botafogo, “atribuía a absolvição dos outros réus à diferença de tratamento dada a ele pelos magistrados, pois não possuía padrinho, nem gozava da proteção de figuras importantes e, automaticamente, insinuava que foi graças a isso que os outros réus foram absolvidos”⁶⁷⁰. Foi durante esse período preso, estando em posição bem diferente de seus antigos colegas, que começou a aproximar-se de um novo grupo político com um projeto diverso dos encampado pelos liberais fluminenses entre 1821 e 1822. Passou, através de seu periódico, a declarar “publicamente sua adesão ao pensamento de Cipriano Barata e assumia o papel de disseminador e porta-voz das suas ideias na Corte, unindo forças contra seus opositores, em torno de uma mesma campanha em defesa da liberdade”⁶⁷¹.

A alteração de configurações e conjunturas entre 1822 e 1823 contribuiu para a alteração de projeto político de Soares Lisboa assim como sua aproximação maior a outro grupo. Quando recebeu clemência do imperador, em novembro de 1823 – data em que Barata foi preso -, com a condição de exilar-se do império, requisitou passaporte para a Inglaterra. Todavia, aportou em Pernambuco em março de 1824, sendo acolhido na casa de Paes de Andrade, demonstrando que a aproximação a Barata e seu grupo havia sido bem sucedida⁶⁷².

Em junho, retomou sua atividade na imprensa, mas com um novo título, o *Desengano aos Brasileiros*. O nome sintomático acenava para o rompimento com

⁶⁶⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó: A revolução impressa*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da cultura do Estado do Ceará, 2004, p. 103.

⁶⁶⁹ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó...* op. cit., p. 34.

⁶⁷⁰ FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política...* op. cit., p.104

⁶⁷¹ *Ibidem*, p.307.

⁶⁷² *Ibidem*, p.329.

projeto e os ideais contidos no *Correio do Rio de Janeiro*. A própria narrativa da história se alterou nesse desengano. “Demarcava-se o ressentimento de Soares Lisboa para com seu ideal moral de monarca e de governo ‘Monarco-Democrático’, que agora entendia ser impossível de realizar”, além de “o despertar para uma análise dos acontecimentos dos quais participou em 1822 e 1823 que ‘desmascarava’ o ‘contrato’ entre D. Pedro I e D. João VI e denunciava a natureza dos monarcas que, para ele, era incompatível com um governo de liberdade”⁶⁷³. Integrado ao novo projeto e grupo político, Soares Lisboa terminou por participar da Confederação do Equador, sendo morto em novembro de 1824 em meio a um tiroteio durante a repressão.

Durante a explosão da Confederação do Equador, Batista Campos tentava um tortuoso retorno ao Pará, após vitória judicial na Corte. Em 1824, governava a província o Coronel José Araújo Rozo outro desafeto do clérigo. O navio que trazia Batista Campos aportou em Pernambuco, província sob a vigência da Confederação do Equador, antes de seguir para o Pará. Foi o bastante para Rozo acusá-lo de trabalhar pela adesão do Pará à revolta, dificultando sua entrada na província. Batista Campos se refugiou no Maranhão para não ser preso, mas foi capturado por Lorde Cochrane - enviado pela Corte para garantir a ordem na província maranhense -, orientado por Rozo, e novamente enviado para ser julgado no rio de Janeiro em março de 1825⁶⁷⁴.

De maneira semelhante a ocasião anterior, é novamente absolvido, além de ser condecorado como cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e nomeado acipreste da Catedral de Belém, conseguindo retornar com ainda mais prestígio para o Pará⁶⁷⁵. Notável nesses deslocamentos de Batista Campos é que apesar de enfrentar perseguições e cenários desfavoráveis no Pará, seu prestígio na Corte no Rio de Janeiro parece não só ter permanecido intacto, mas de fato se intensificado. Contudo, até o fim de sua vida, em 1834, não deixou sua província de origem procurando se estabelecer na capital fluminense, onde aparentemente gozava de boa aceitação. Entendemos que isso reforce que o objetivo e os projetos políticos de Batista Campos visavam fundamentalmente a manutenção de sua presença no Pará. Dessa maneira, não há como afirmar a existência de uma só via desejada de ascensão política cujo destino era obrigatoriamente a Corte, o centro de poder do império.

No Maranhão, passou a ser publicado no início de 1825, o *Censor*, de autoria de

⁶⁷³ *Ibidem*, p.330.

⁶⁷⁴ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará...* op. cit., p. 42.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, p. 42.

João Antônio de Garcia Abranches. A publicação acompanhou uma nova conjuntura da província, sendo uma folha impressa em tipografia particular, a primeira da região, e alinhada ao grupo político que perdera espaço com a Independência⁶⁷⁶. Localmente, o periódico representava a oposição que fora a situação de outrora, até meados de 1823. Numa conjuntura imediatamente após a ruptura com Portugal, Marcelo Cheche Galves aponta que é “preciso recuperar a condição de Abranches como ‘português’, designação que o acompanhou em vida e morte e que, mais que um lugar de nascimento, remete às relações de Abranches com (...) figuras como Frei Nazaré, padre Tezinho e comendador Meirelles”⁶⁷⁷.

Foram frequentes os choques entre Abranches e o governo provincial, sobretudo na figura de seu presidente, Manuel de Telles da Silva Lobo, apoiado por Lorde Cochrane e pelo *Argos da Lei*, folha de autoria de Odorico Mendes. A crescente oposição levou a prisão e deportação de Abranches para Portugal em maio de 1825⁶⁷⁸. Destino bem diferente do de seu rival Odorico, cuja projeção na imprensa valeu-lhe a eleição para deputado na primeira legislatura. Abranches retornou ao Maranhão em dezembro de 1825, quando já haviam deixado a província Odorico, Lobo (também eleito) e Cochrane, onde retomou a produção do *Censor* com periodicidade irregular até 1830.

No plano nacional, Abranches foi um ardoroso defensor de D. Pedro I, não só condenado o 7 de abril de 1831, mas também partindo para o Açores no mesmo ano a fim de somar-se as forças dos constitucionalistas portugueses que enfrentavam o absolutismo de D. Miguel.

A eleição da primeira legislatura, que levou Odorico Mendes ao Rio de Janeiro, também contemplou com cadeiras de deputados a José da Costa Carvalho e Bernardo Pereira de Vasconcelos, reeleitos para a seguinte e, nesta última, acompanhados por Batista Caetano de Almeida. Diferente de Odorico, talvez pela distância substancialmente menor do Rio de Janeiro, os três não deixaram Minas Gerais e São Paulo para fixarem residência na capital fluminense. Ao invés disso, faziam frequentes viagens entre uma província e outra, cuidando de seus respectivos negócios em ambas. A continuidade do *Astro de Minas*, do *Universal* e do *Farol Paulistano* durante todo esse período, sob a orientação de Almeida, Vasconcelos e Carvalho também corrobora a

⁶⁷⁶ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial...* op. cit., p. 81.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, p.257.

⁶⁷⁸ ABRANCHES, Dunshee. *Garcia de Abranches...* op. cit., p.56.

manutenção dos vínculos destes com suas províncias. Para Carvalho e Vasconcelos, especialmente, a primeira legislatura foi um passo inicial de duas trajetórias cujos futuros ápices contariam com ministérios para ambos.

Periódicos e discursos parlamentares, a partir de 1826, se tornaram manifestações de um mesmo fenômeno. Conforme Raphael Almeida:

no contexto de alargamento dos canais de participação política, como foi o fim do Primeiro Reinado, os jornais relacionavam-se com os espaços de sociabilidade e as instâncias de poder que se constituíam; havia conexão entre o que se discutia, por exemplo, no teatro e na Câmara dos Deputados, e o que se publicava na imprensa. Pode-se mesmo afirmar que os jornais eram uma espécie de fórum alternativo à tribuna. Por seu intermédio, os assuntos em discussão adquiriram publicidade e multiplicavam-se, graças à leitura e crítica⁶⁷⁹.

Portanto, a atividade exercida na Câmara por esses deputados produtores de periódicos se estendia na imprensa, através dos periódicos cujas publicações mantiveram em suas províncias. Essa articulação entre província de origem e Rio de Janeiro, por parte de Costa Carvalho, inclusive, incide diretamente no deslocamento espacial de outro produtor de periódicos, Libero Badaró. Este último chegou ao Rio de Janeiro em 1826 vindo da República da Liguria, aparentemente com o interesse de aprofundar seus estudos de botânica com a flora brasileira⁶⁸⁰. No entanto, é certo que se envolveu também com a discussão política, aproximando-se do deputado Costa Carvalho.

Em 1828, Badaró deixou o Rio de Janeiro e se fixou em São Paulo, onde, a partir de outubro do ano seguinte, passou a publicar *O Observador Constitucional*, impresso na tipografia de Costa Carvalho. Com o discurso bem afinado com o do *Farol Paulistano*, a filiação não passou despercebida aos seus oponentes políticos, entre os quais o Bispo D. Manoel Joaquim de Andrade, vice-presidente da província a época. De acordo com ofício onde o religioso queixava-se ao ministério, “Badaró, que em 1828 por aqui mandou o deputado Dr. Costa Carvalho (...) passou por acaso a redator daquela folha, que tem extração pelos continuados ataques e chincalhões às autoridades”⁶⁸¹. Portanto, a presença de Badaró e sua folha em São Paulo foi, em parte, orquestrada por Costa Carvalho durante seu período como deputado no Rio de Janeiro, intentando possivelmente o reforço do combate político contra seus adversários na província paulista. Assassinado em novembro 1830, é possível que a morte de Badaró tenha sido

⁶⁷⁹ ALMEIDA, Raphael R. *Imprensa e patriotismo...* op. cit., p.130.

⁶⁸⁰ SILVEIRA, Argemiro. *Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró...* op. cit., p. 12.

⁶⁸¹ *Ibidem*, p. 25.

encomendada por outra autoridade provincial contra quem também se colocava em pleno embate político, o ouvidor Cândido Ladislau Japiáçu⁶⁸². O assassinato de Badaró foi amplamente utilizado como combustível pela oposição ao governo imperial, contribuindo para o desgaste da imagem de D. Pedro I até a abdicação⁶⁸³.

Nas páginas de *O Repúblico*:

Convidar todos os redatores liberais para quem em nome do Brasil clamem contra o monstruoso autor de tais crimes, é o objeto deste artigo. O assassinio do Dr. Badaró não foi perpetrado somente contra a ilustre pessoa do Redator do Observador Constitucional, nele foi também assassinada a Constituição, a Liberdade, e a Segurança de cada um dos Cidadãos Brasileiros(...) É também por segurança própria, por bem geral do Brasil, que os Redatores Liberais devem insistir pela execução da Lei contra os assassinos do Dr. Badaró: este fato é o princípio da execução da trama cujo plano é obra de um gabinete secreto, e de que são agentes executores os Japiáçus e assalariados estrangeiros⁶⁸⁴.

Após ser detido no Pará e deportado para Portugal em 1822, Patroni aproveitou para concluir seu curso de Leis em Coimbra. Em algum momento, ainda na década de 1820, retornou ao Brasil, mas para o Rio de Janeiro, Corte do novo império, onde atuou como advogado. Conforme um de seus biógrafos, as derrotas políticas do começo da década pesaram na escolha em fixar-se na Corte, pois não “apeteceu-lhe voltar ao Pará, tais as decepções que recebera na sua terra natal”⁶⁸⁵.

Em 1828, foi nomeado juiz de fora da comarca de Praia Grande de Maricá, em Niterói, adentrando a magistratura; posto que veio a assumir no ano seguinte. Nesse intervalo, passou uma temporada no Pará, onde se casou com Maria Ana de Souza Azevedo, sua prima. E em janeiro de 1829, com a esposa, retornou ao Rio de Janeiro. Sobre a atuação discreta, em comparação com sua trajetória até 1822, nessa nova conjuntura, “confirmou-se no seu cargo de juiz (...) que embora das mais importantes comarcas do país, deveria tê-lo angustiado na sua destinação de voos mais largos”. De mais expressivo, o único cargo que ocupou foi o de deputado eleito pelo Pará em 1842, legislatura dissolvida após meras cinco sessões⁶⁸⁶.

Outro derrotado e exilado na conjuntura da Independência que retornou anos depois ao Brasil foi Silva Maia. Anteriormente fiel à Cortes de Lisboa e opositor ao projeto fluminense, o redator do Semanário Cívico se tornou a partir de 1830, no Rio de Janeiro, um dos defensores do governo do imperador através de sua nova folha *O*

⁶⁸² CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo...* op. cit., p.53.

⁶⁸³ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa...* op., cit., p. 248.

⁶⁸⁴ *O Repúblico* n° 21, 11 de dezembro de 1830.

⁶⁸⁵ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará...* op., cit., p. 70.

⁶⁸⁶ *Ibidem*, p.70.

Brasileiro Imparcial. De partidário da manutenção das colônias americanas no império português para denominar a si mesmo como brasileiro, parece ter havido uma guinada significativa na trajetória de Silva Maia entre 1823 e 1828. Para Christiane Pereira,

é apenas quando d. João morre e d. Pedro começa a influenciar nas decisões lusas, no ano de 1826, que Silva Maia mergulha na nova “missão” doutrinária. Disposto a defender a Constituição dada por d. Pedro àquele reino e a manutenção da ordem dinástica de sucessão do trono, o redator valoriza as ações do Imperador do Brasil glorificando sua figura como d. Pedro IV de Portugal⁶⁸⁷.

A defesa de Silva Maia da causa constitucional em Portugal se torna cada vez mais arriscada e difícil quando D. Miguel assume o trono em 1828, com um governo alinhado aos moldes do Antigo Regime. Silva Maia inclusive é preso no início desse ano pela sua atuação no *Imparcial*. Foi libertado em maio, quando “teria sido reclamado às autoridades portuguesas pelo Consulado brasileiro em Portugal, auxiliado em Londres pelo ministro visconde d’Itabayana e na Holanda pelo ministro brasileiro P. A. de Carvalho; foi este quem lhe concedeu passaporte legal para apresentação no Rio de Janeiro”⁶⁸⁸.

Portanto, a guinada de adversário do príncipe regente D. Pedro para defensor do imperador D. Pedro I se deu pelo desenvolvimento das conjunturas políticas de Brasil e Portugal, ainda muito próximas, sobretudo por sua convergência na Casa dos Braganças, ainda que divididas em estado-nacionais diferentes. Silva Maia visava a defesa do constitucionalismo português representado por D. Pedro I, fazendo de si um liberal na conjuntura política portuguesa, mas um conservador na brasileira. Inclusive, a ingerência de D. Pedro I nos assuntos portugueses, vista com tanta desconfiança pelos oposicionistas de seu governo no Brasil era de fato desejada por Silva Maia, que não terminou por ver o retorno do soberano à Portugal, pois faleceu em 1830 no Rio de Janeiro.

O ano de 1830 também foi a data da chegada de Borges da Fonseca ao Rio de Janeiro, onde teve papel de destaque nos acontecimentos que resultaram no 7 de abril de 1831, sobretudo através de seu periódico *O Repúblico*, desempenhando vigorosa oposição ao governo de D. Pedro I. Antes disso, o paraibano participou da Confederação do Equador quando estava estudando em Pernambuco. Segundo o próprio, em manifesto publicado em 1860: “começo minha vida política, tinha eu quase 17 anos. Quando o primeiro imperador dissolveu a soberana assembleia constituinte,

⁶⁸⁷ PEREIRA, Christiane Peres. *A imparcialidade para doutrinar...* op. cit., p. 3.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 80.

Pernambuco levantou-se para vingar a soberania Nacional”, tendo sido recrutado entre os secundaristas na província⁶⁸⁹.

Apesar da derrota nessa estreia política, Borges da Fonseca permaneceu em Pernambuco até 1828, ano em que retornou a sua província de origem, a Paraíba, onde atuou como professor de primeiras letras e iniciou sua atividade na produção de periódicos na *Gazeta Paraibana*, cuja publicação se estendeu até março de 1829⁶⁹⁰. Foi também na Paraíba que integrou o diretório da Sociedade Jardineira. Conforme Carolina Barreto Silva, “esta sociedade teve grande influência política no início do século XIX, sendo fundada para se opor à Sociedade Coluna do Trono (...) Teria se ramificada por todas as províncias, em cujas capitais criara-se centro dirigidos por um (...) grande centro do Rio de Janeiro”⁶⁹¹.

Em fevereiro Borges da Fonseca foi preso em função de seus escritos também enfrentando um processo por abuso de liberdade de imprensa. Absolvido em março, além da repressão também justificou sua mudança para Recife como designação da Jardineira para compor o diretório da organização na capital pernambucana⁶⁹². Nesse período, entre 1829 e 1830, publicou o *Abelha Pernambucana*, E novamente em função da Jardineira, deixou o Recife e partiu para o rio de Janeiro, onde passou a integrar o diretório central da organização e iniciou a publicação de *O Repúblico*. Portanto, os deslocamentos de Borges da Fonseca constituem uma ascensão dentro de uma sociedade que se constituiu e se desenvolveu no papel de oposição ao governo de D. Pedro I e a Corte fluminense⁶⁹³.

Encarcerado a maior parte do primeiro reinado, a sorte de Cipriano Barata começou a mudar na medida em que a popularidade de D. Pedro e seu governo decaía⁶⁹⁴. Na queda de braço entre o Executivo e o Legislativo, a oposição presente neste último tomou o caso de Barata para si. Vieira Souto, por exemplo, deputado e redator do *Astrea* compôs uma comissão de inquérito que visitou o prisioneiro em 1827, além de ter publicado o requerimento deste, direcionado a Câmara dos Deputados, nas páginas do referido periódico⁶⁹⁵.

Com pressão da imprensa e do Legislativo, em abril de 1830 o Supremo

⁶⁸⁹ *Diário de Pernambuco* n° 1, 2 de janeiro de 1860.

⁶⁹⁰ RANGEL, Maria Lúcia de Souza. *A atuação política de um publicista*:... op. cit., p. 86.

⁶⁹¹ SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico*... op. cit., p.50.

⁶⁹² RANGEL, Maria Lúcia de Souza. *A atuação política de um publicista*:... op. cit., p. 104.

⁶⁹³ SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico*... op. cit., p.50.

⁶⁹⁴ MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*... op. cit., p. 211.

⁶⁹⁵ *Ibidem*, p. 211.

Tribunal de Justiça se reuniu para decidir pela anulação da sentença de Barata. E em setembro, com 69 anos, o baiano foi posto em liberdade. Sem interesse em permanecer na Corte, desembarcou na Bahia ainda em dezembro de 1830, e no início de 1831 dando continuidade, por lá, a publicação do *Sentinela da Liberdade*.

Nessa nova fase continuou a antagonizar autoridades, sobretudo militares nos governos e presidências das províncias. Também acompanhou a abdicação de D. Pedro I, a qual não considerou uma revolução, principalmente por não notar grandes alterações na dinâmica do poder⁶⁹⁶. E ainda em abril de 1831, após participação em um tumulto em Salvador é novamente preso, cerca de seis meses após ser colocado em liberdade. Em maio foi novamente transferido para uma prisão no Rio de Janeiro. A trajetória errática de Barata demonstra um indivíduo levado repetidamente a Corte de maneira coercitiva, ao contrário da vontade em manter-se na região Nordeste.

No ano de 1831, ocorreram outros dois deslocamentos. Situado nos círculos da Corte fluminense desde 1808, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães obteve em janeiro de 1831 “reforma no posto e Brigadeiro efetivo, com permissão para residir na terra natalícia”⁶⁹⁷. Portanto, em movimento de aposentadoria – ainda que tenha desempenhado cargos como de professor na província baiano – embarcou com a família no mesmo mês para a Bahia, de onde partira décadas antes para o Rio de Janeiro. Morreu por lá pouco tempo depois, em 1838.

Mesmo no exílio desde a dissolução da Constituinte de 1823, Montezuma continuava sendo uma figura com certa presença na política brasileira. Em 1829, na eleição para a segunda legislatura da Câmara dos Deputados foi eleito como suplente. Nos primeiros meses de 1831, a vacância da cadeira de Miguel Calmon du Pin e Almeida, abriu-se a vaga para Montezuma adentrar o parlamento. E “enquanto (...) atravessava novamente o oceano, a notícia da abdicação do Imperador aos poucos ia se espalhando pelo imenso território brasileiro”⁶⁹⁸. Dessa forma, voltava após a queda do responsável pela dissolução da Constituinte de 1823 e, conseqüentemente, por seu exílio na Europa.

A comparação entre os deslocamentos espaciais dos produtores de periódicos encerra esse terceiro capítulo, onde as trajetórias individuais e seus respectivos

⁶⁹⁶ *Ibidem*, p. 249.

⁶⁹⁷ DAMASIO, Antonio Joaquim. *Biographia Dos Brasileiros...* op. cit., p. 368.

⁶⁹⁸ CASTRO JUNIOR, Sebastião Eugênio Ribeiro. *Francisco Montezuma e os dilemas da mestiçagem...* op. cit., p.167.

desenvolvimentos vieram mais à tona do que na etapas anterior. Mas a semelhança do segundo capítulo, as páginas anteriores deixam clara a impossibilidade de uma separação rígida entre sincronias e diacronias.

Mesmo em tópicos acerca do acesso de cada personagem às tipografias ou das quebras geracionais, foi necessário lidar com subgrupos formados por indivíduos cujas sucessões de pontos em seus percursos de vida foram passíveis de aproximação por semelhanças e, portanto, apontando para sincronidades - ainda que as singularidades tenham sido as norteadoras do desenvolvimento desse último capítulo.

Considerações Finais

Não falaremos de conclusões por aqui, pois acreditamos que o veio de investigação sobre o qual essa dissertação se debruçou está longe de ser concluído. A inclusão de novos personagens ao grupo dos nossos 29 produtores de periódicos pode e deve ser estendida até onde novas pesquisas e esforços forem capazes, e, dessa forma, tornando-se aptos para ratificar ou retificar nossas análises assim como encontrar caminhos por nós não trilhados. Isso se nos mantivermos neste grupo específico de produtores de periódicos, visto que outros atores coletivos ainda não trabalhados dessa forma esperam por manuseio semelhante. O que de fato podemos oferecer nessas últimas páginas é um balanço dos resultados encontrados e algumas possíveis projeções dos mesmos.

Os primeiros pontos a destacar correspondem ao capítulo inicial e, portanto, a memória histórica construída acerca dos nossos personagens. Perpassar essa questão foi uma tarefa que não constava nos planos iniciais de pesquisa, mas imediatamente após os primeiros dias de trabalho tornou-se impossível dela se desviar. As construções de memórias em muito influenciaram o acesso e tabulação dos dados e informações que serviram de base para os capítulos 2 e 3, pois o volume e a pungência – ou não – dessas memórias acarretou em profusão ou escassez de nossa base informativa. Desse modo, podemos dizer que partimos de um manancial bastante heterogêneo nesse aspecto, ora oferecendo confortável e larga base, ora tensionando e afunilando as possibilidades de tratamento conjunto entre personagens pela exiguidade.

Portanto, nos coube num primeiro momento reconhecer e analisar esse relevo tortuoso e desigual das memórias individuais antes de nos lançarmos nas comparações de perfis e trajetórias, já que parte dos dados fundamentais para esse trabalho estava espalhada e dispersa por essa paisagem errática da historiografia. Por outro lado, entre o desnível do excesso e da pouquidão em relação às informações para cada personagem, tornou-se claro que ainda que essa oscilação não fosse o ideal, também estava longe de impedir o desenvolvimento do trabalho, inclusive pelas possibilidades de compensação nessa relação de desequilíbrio.

Dessa maneira, para uma análise de um ator coletivo, havendo uma parte da amostragem cujo acesso e o resgate se dê de maneira mais abundante, a inclusão de indivíduos negligenciados ou esquecidos pela história faz-se de maneira menos árdua. Em nosso caso, para cada José da Silva Lisboa, Bernardo Pereira de Vasconcelos ou

Frei Caneca, nos foi possível acrescentar de maneira mais funcional personagens como Padre Tezinho e Francisco de Paula Pérez. Haveria decerto problemas se nosso rol fosse composto apenas por figuras como esses últimos ou se nos aventurássemos em uma biografia de um dos dois. Se estes fossem o caso, as lacunas e falta de maiores bases se colocariam como obstáculos de difícil transposição. No entanto, ao dividirem espaço com nomes mais consagrados pela memória histórica, mesmo os silêncios acerca de Paula Pérez e Tezinho tiveram algo de relevante a dizer, como, por exemplo, a respeito do desenvolvimento de tradições historiográficas da Independência, suas escolhas e descartes, e, principalmente, no caso de Paula Pérez, amostras de contornos de integração da história de imprensa nas Américas portuguesa e espanhola.

Logo, partindo de um rol consistente, o manejo coletivo de determinado grupo permite que mesmo os indivíduos cujas memórias remetam a poucos e poucos detalhes importem e se façam presentes até mesmo pelas suas ausências. Acreditamos que a escolha para análise de grupos onde figurem atores das classes subalternas – mesmo que não tenha sido o caso desse trabalho –, por exemplo, seja uma boa opção para um início de perscrutação da história dessas classes, um tema com muito ainda a ser desenvolvido pela historiografia da Independência.

Por fim, o resgate de figuras mais eclipsadas além de revelar mais acerca da realidade histórica da Independência, também torna mais evidente os mecanismos, escolhas e caminhos do desenvolvimento da historiografia e da memória sobre esse período.

Por outro lado, a disposição de um grande manancial de material e informações acerca de um único personagem não significou, de modo algum, uma situação cômoda. Pois, como procuramos evidenciar, principalmente com o exercício realizado com Ledo, a profusão de biografias e outros estudos, quanto mais diversificados em suas origens e objetivos, mais necessário tornou um estudo crítico sobre esse manancial, compreendendo o desenvolvimento errático dessa memória no interior da historiografia.

Em relação ao perfil histórico de nossos personagens, podemos apontar para uma concentração dos produtores de periódicos iniciando suas projeções públicas em trajetórias sociais ascendentes, escalada que boa parte das vezes remete os seus familiares pretéritos – muitos destes já com cômodas condições econômicas e financeiras. Os modos e vias para essa escalada foram inicialmente as práticas sociais típicas do Antigo Regime setecentista português, abalizadas pela divisão entre estamentos, pela ideia de nobreza e pela concessão e economia das mercês administrada

pela Corte. Nesse contexto, o acúmulo de posses e o enriquecimento não significavam em si o enobrecimento e a mobilidade rumo a um patamar mais alto, mas um dos meios de se colocar em evidência e condições para obtê-los.

Como vimos no caso de Henrique e José da Silva Lisboa, por exemplo, o acúmulo de posses por um trabalhador mecânico e o enobrecimento poderiam ser, inclusive, incompatíveis e, assim, etapas divididas entre as trajetórias de vida de um pai e seu filho. A influência da migração de luso-europeus para as colônias americanas na virada do século XVIII para o XIX, das quais a trajetórias de Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Soares Lisboa e Silva Maia, foram tributárias, recebem impulso de alterações das concepções de nobreza a época, principalmente com a maior dignificação dada a atividade mercantil pela legislação e pela Coroa, com vistas a modernização de Portugal.

Durante e com desenvolvimento da conjuntura revolucionária da Revolução do Porto e da Independência esses modos de mobilidade social assim como os valores que os norteavam sofreram algumas e profundas modificações, entre rupturas e permanências. A ideia de uma sociedade estamental baseada na desigualdade natural entre os homens sofre um grande abalo, enquanto valores como mérito individual começam a entrar na ordem do dia. O Estado liberal sinalizado na Carta de 1824 – em alguma medida produto da ação dos produtores de periódicos –, por exemplo, é um dos grandes indicadores da modificação da organização social e de suas relações internas no nascente estado-nacional brasileiro.

Isso não significa, no entanto, que toda pavimentação anterior por onde os produtores de periódicos e seus ascendentes trilhavam suas trajetórias foi prontamente desintegrada. Tensões raciais – até pela permanência da escravidão –, desprezo pelo trabalho manual e uma concepção elitista – ainda que mais aberta – de cidadania se mantinham. No entanto, novos canais de movimentação e ação política, incluindo a imprensa, foram abertos, reconhecidos e utilizados pelos personagens históricos.

A formação intelectual, principalmente a credenciada com diploma, nobilitante por si, também possibilitou durante a as transformações do processo revolucionário – alterador da ordem e da organização social –, a distinção de nossos personagens dentro das novas formas de participação e discussão pública em uma nascente opinião pública. Em nosso período de análise, 1808 -1831, os diplomados constituíram expressiva maioria, novamente indicando que as mudanças não conformavam uma total ruptura com a antiga ordem, mantendo a validade de símbolos e estratégias de diferenciação,

ainda que com algumas alterações.

O início da concepção de opinião pública luso-americana como área exclusiva de membros da República das Letras igualmente sinaliza a perpetuação de valorização dessa nobreza letrada. Todavia, a própria imprensa também se torna uma passagem para evidência e prestígio social, e indivíduos anteriormente apartados das classes nobilitadas, com histórico de tentativas frustradas de inserção mediante as práticas tradicionais do Antigo Regime, passam a se aventurar nessa nova ocupação. Entre esses indivíduos estavam os desprovidos das credenciais de uma formação superior, que conforme a opinião pública vai se desenvolvendo, passam a se inserir nessa esfera e numa relação dialética, também passam conformar e alterar a própria conceituação de opinião pública, alargando-a e dando-a as formas de um termómetro social, que leva em consideração as opiniões individuais independente da posse de formação superior ou não.

As ocupações profissionais desempenhadas revelam alguns outros aspectos do perfil desse ator coletivo de produtores de periódicos. Um dos mais chamativos é a proximidade desses indivíduos em relação a esfera estatal. Muitos atuaram nos mais diversos postos, servindo o poder público desde colocações burocráticas mais modestas até os altos escalões da magistratura.

Por outro lado, a constatação de um habitual acúmulo de atividades profissionais por parte desses personagens não tornava contraditório a atuação em postos estatais simultaneamente ao desenvolvimento de ações de foro mais privado, como as típicas de grupos economicamente proeminentes da América portuguesa, especialmente a propriedade de terras e o comércio - conjugando interesses que se poderiam chamar de urbanos e rurais no interior desse ator coletivo.

No mais, atividades que denotavam domínio da cultura letrada também se fizeram uma constante no perfil desse grupo. Professores, clérigos – tendo em conta que todos os de nossa amostragem foram formados em seminários – e advogados contemplam boa parte das trajetórias dos 29 produtores periódicos. E como vimos nos casos de Frei Caneca e Araújo Guimarães há grande aproximação entre essas ocupações e os projetos e a linguagem pedagógica contidos nos periódicos.

Nas múltiplas trajetórias aqui observadas, a materialização dos discursos em periódicos e a circulação destes estão na mais alta prioridade de interesse dessa dissertação. Considerando que a produção dessas folhas compõe uma entre algumas fases de um amplo circuito de comunicação, formado por diversos atores e relações

entre estes, nos pareceu fundamental observar o acesso de nossos personagens às tipografias - locais de realização material de elaborações de projetos intelectuais – utilizadas.

Esses estabelecimentos, a época recentes na América portuguesa, se proliferaram de forma desigual nas diferentes províncias, sendo habituais os casos de uma única oficina monopolizando a tecnologia da palavra imprensa em determinada localidade. O baixo número de tipografias – principalmente em comparação com a realidade hispano americana – parece ter potencializado e acirrado a disputa política em volta delas, não sendo possível considera-las apenas meros empreendimentos comerciais.

Mesmo no Rio de Janeiro, onde foi verificado o maior número de tipografias, estas tornaram-se ambientes de discussão e articulação política com evidente inclinação para determinados grupos em disputa. O exemplo da proximidade entre os liberais fluminenses e a Tipografia de Silva Porto é ilustrativo, ressaltando o perfil semelhante entre produtores de periódicos como Soares Lisboa, Ledo e Januário da Cunha Barbosa e o proprietário da oficina: portugueses de origem ou filhos de reinol, envolvidos e com fortunas baseadas no comércio e planos de ascensão social dificultada pelas práticas personalistas do Antigo Regime.

Um fator de diferenciação entre as trajetórias remete a limitações biológicas da idade. Entre 1808 – 1831 constatamos produtores de periódicos de variadas faixas etárias em atuação. Alguns inclusive nascidos em 1808 ou pouco antes. A partir dessa variação notamos ao menos uma quebra geracional entre os extremos dos mais velhos e dos mais novos. As formas e momentos em que atuaram no processo de Independência foram influenciados pelas variações etárias de duas formas: uma mais baseada no limite biológico de personagens mais velhos terem atuado em mais momentos que personagens mais novos e outra pelas diferenças de acúmulo e elaboração de experiências, moldando diferentes horizontes de expectativas, notadas através dos usos de conceitos nas práticas discursivas.

Os deslocamentos espaciais também revelaram singularidades de cada trajetória e a ligação destas com os cenários e processos de escala mais ampla. Indissociáveis entre si, essas movimentações individuais e transformações conjunturais compartilham da instabilidade e sucessão de posições provisórias não dando espaço para uma concepção linear do desenvolvimento da Independência. As grandes mudanças, novamente entre rupturas e continuidades, aliadas a um futuro em aberto, provocaram intensos deslocamentos espaciais para os produtores de periódicos que muitas vezes

estavam relacionados a deslocamentos de posição política ou dentro de configurações de poder. Essas transições constantes de posicionamento por vezes foram tomadas como incoerências pelos contemporâneos e por parte da historiografia, constringendo autores – uns mais que outros – a explicarem tamanha fluidez de um ou outro indivíduo.

No entanto, no tratamento de nosso ator coletivo, essa suposta incoerência transcendeu trajetórias individuais e foi percebida como traço social de um processo de modernização em andamento. Dessa maneira, não nos tão parece exagerado contemplar nossos personagens em frases como “tudo que é sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado”⁶⁹⁹ e outros epítetos da Modernidade europeia, visto que uma Modernidade própria da América ibérica se fomentava do outro lado do Atlântico.

⁶⁹⁹ ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.43.

Fontes:

Impressas

O administrador da Typographia Nacional ao público [Defesa do mesmo às acusações do procurador geral Joaquim Gonçalves Ledo, publicado na Gazetn.10} BN - Livros Raros - 099D,017,012 ex.1

Anais do Senado Federal – Arquivo Digital do Senado Federal

ARMITAGE, João. *História do Brazil, desde a chegada da família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1837.

Arte social: Complexo de todos os systemas e partes do direito natural para uso da mocidade estudiosa do Império do Brasil / Por Filipe A. P. M.M. Parente. Rio de Janeiro: na Imp. Typ. de Pedro Plancher-Seignot, 1827. BN - Livros Raros.

Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typhografia do Correio Mercantil, 1860, p.12. – BBM-Bib B 21 b.

Compatriotas [proclamação de A. Borges da Fonseca redator do Republico, concitando o povo à calma, depois da abdicação de D. Pedro]. Rio de Janeiro: Typographia da Astréa, 1831. BN - Livros Raros - 088,005,011 n. 016.

Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brasil. Rio de Janeiro: na Typ. Nacional, 1825], 7 p. BN - Livros Raros - 038,003,006.

Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

Documentos relativos ao processo mandado instaurar por J. Bonifacio, contra Gonçalves Ledo e outros. Rio de Janeiro: Typ. R. Ogier, 1832, 4 p. BN - Livros Raros - 39, 0, 22a.

Epicedio ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho...Offerecido a condeça de Linhares por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1812. – BN- Livros Raros 37, 5, 4.

Historia dos principais successos politicos do Imperio do Brasil dedicada ao senhor D. Pedro I. Por José da Silva Lisboa.. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e nacional, 1826-30. BN - Livros Raros - 084,002,019-021

Hymno dedicado, pelos jovens fluminenses, aos illustres redactors do Republico [Antonio Borges da Fonseca] [Voz, e Nova Luz] [Ezequiel Correia dos Santos e João Batista Queiroz] / por ocasião de sua absolvição no Tribunal de Jury... -. Rio de Janeiro: na Typ. de Lessa & Pereira, 1831. BN - Livros Raros - 039,000,026.

A impostura desmascarada, ou refutação dos escriptos publicados no Rio de Janeiro / pel conego, J.B.G. Campos e F.A. Patroni. Maranhão: na Typ. Nacional, 1825. : 18 p. BN - Livros Raros - 039,006,014.

Joaquim Gonçalves Lêdo. O verdadeiro patricarca da Independência Brasileira, cartão postal, S.l.: s.n. BN - Iconografia - Ret.1 (1b).

Manifesto de hum Cidadão do Rio de Janeiro á Divisão Auxiliadora do Exercito de Portugal. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822, 1p. BN- Livros Raros - 088,005,010 n.022.

Nobiliarchia pernambucana. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935. BN – Obras Gerais – VI, 3, 4, 1.

Ode pela restauração do Porto offerecida a sua alteza real/ por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1809. 7p. BN - Livros Raros - 036,014,031.

Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806. BN – Obras Gerais – V8, 3, 25.

O pelotiqueiro desmascarado. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822.- BN - Livros Raros 099A,005,023.

Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Munis Barreto, João da Rocha Pinto [e outros] Pronunciados na devassa a que mandou proceder Joze Bonifacio d'Andrada e Silva, para justificar os acontecimentos de famoso dia 30 de outubro de 1822. Julgados innocentes por falta de prova. (Excepto João Soares Lisboa) no Tribunal Supremo da Supplicação da Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Na Typ. do Silva Porto e C., 1824. - BN - Livros Raros - 111,004,005 ex. 1.

Rebate brasileiro contra o Thyfis Pernambucano. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1824. BN – Obras Raras - OR-00518 [11].

Manuscritas:

Apontamento sobre a situação do Brasil, antes de 07/04/1831, a partir de um discurso do deputado May. Rio de Janeiro: [s.n.]. 16 f. BN- Manuscritos - II-31,14,004.

Carta a João Rodrigues de Macedo confirmando ordem recebida de remeter a Antônio Gonçalves Ledo 100 mil réis e a João Rodrigues Barbosa 400 mil réis; e tratando da penhora de escravos para o pagamento de dívidas, entre outros assuntos. Rio de Janeiro, 1781, 1f. BN - Manuscritos - I-10,12,002 nº042.

Carta de Carlos Mariano à José da Costa Carvalho - IHGB-Lata 219 Doc 26

Fala do deputado do governo do Pará, na audiência com o rei, pedindo providências urgentes na nomeação de um governador de armas, para fiscalizar e moralizar o governo de sua província. Rio de Janeiro: [s.n.]. 4 f. BN - Manuscritos - II-32,16,017

Lista de créditos de entradas e passagem que remete João Manoel Gomes de Araújo a Antônio Gonçalves Ledo para cobrar de Francisco José Maia. Rio de Janeiro, 1784, 2f. BN - Manuscritos - I-25,28,022.

Ofício ao conde dos Arcos remetendo para ser informado pelos governadores do reino

o requerimento em que Diogo Soares da Silva e Bivar pedia comutuação da pena de degredo. Rio de Janeiro: [s.n.], 05/11/1814. BN - Manuscritos - II-33,27,007.

Parecer sobre a defesa do Brasil e forma de conseguir a segurança interna e externa do país. Rio de Janeiro: 1822, 4 f. BN - Manuscritos - II-31,33,013.

Representação dos moradores da vila de São João del Rei a Sua Majestade solicitando a nomeação de um ministro da Casa de Suplicação para fazer a devassa de Batista Caetano de Almeida. Vila de São João del Rei] : [s.n.], 18/03/1829, 2 doc. (7 p.). BN – Manuscritos - II-36,06,058.

Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para renunciar, a favor de seu sobrinho o coronel Jose Alves de Araujo Ledo, a mercê da comenda da Ordem de Cristo. Rio de Janeiro, 1841, 4 doc. – BN - Manuscritos - C-1080,008 n°006.

Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a merce da Ordem de Cristo e uma licença de seis meses com vencimentos, a fim tratar de sua saúde. Rio de Janeiro, 1833, 19 doc. – BN - Divisão Manuscritos - C-1080,008 n°002.

Periódicos

O Astro de Minas

Aurora Fluminense

O Brasileiro Imparcial

O Conciliador do Maranhão

O Conciliador do Reino Unido

Correio Braziliense

Correio do Rio de Janeiro

O Censor

Diário Constitucional

Diário Fluminense

Diário do Governo

O Farol Paulistano

A Folha Medicinal
Gazeta do Rio de Janeiro
Honra do Brasil Desafrentada de Insultos do Astréia Espadachina
Idade d'Ouro do Brasil
A Malagueta
O Observador Constitucional
O Patriota
O Paraense
Reclamação do Brasil
O Repúblico
Revérbero Constitucional Fluminense
Semanário Cívico
Sentinela da Liberdade
Tifis Pernambucano
O Universal

Bibliografia:

- ABRANCHES, Dunshee. *Garcia de Abranches, o Censor (o Maranhão em 1822)*. São Paulo: Tipografia de Rothschild & Co, 1922.
- ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. In: *Fênix*, vol. 4, 2007.
- ALDEA, Quintín (ed.): *Diccionario de Historia eclesiástica de España*. Madrid, 1975, 4 vols.
- ALGRANTI, Leila M. *Livros de Devoção, Atos de Censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALMEIDA, Francisco de Assis e. Apontamentos biographicos de Baptista Caetano de Almeida, natural de Camandocaia, actual cidade de Jaguary, da Provincia de Minas-Geraes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905, ano/vol: 10, vol./número/fascículo: 1,2.
- ALMEIDA, Raphael. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Minas Gerais: UFMG, 2008.
- ALVES, João Victor Caetano. *Ascensão e queda do Gabinete de 20 de novembro de 1827* (Tese de Doutorado). São Paulo: UNESP, 2013.
- ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. Expectativas para o Império luso-brasileiro: A memória histórica e filosófica sobre o Brasil de Joaquim José da Silva Maia (1820-1824). In: *XXIII Encontro Estadual de História (ANPUH-SP)*, 2016, Assis.
- ALVES, Walquíria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a "nação portuguesa" no contexto da Independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)* (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2018.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- ARRUDA, José Jobson Andrade. Os Portugueses no Brasil: Imigração Espontânea, Imigração Compulsória e Colonização. In: SOUSA, Fernando; ARRUDA, José Jobson de Andrade. (Org.). *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do sul*. Porto: CEPESE, 2014.
- ARCE, Agustín. Cirilo Alameda y Brea, O.F.M. 1781-1872. Ministro General, Arzobispo y Cardenal. In: *Extracto de "Hispania sacra"*, vol. 24, 1971.
- ARMITAGE, David. & SUBRAHMANYAM, Sanja.y Introduction: The Age of

- Revolutions, C.1760-1840 – Global Causation, Connection, and Comparison. *The Age of Revolutions in Global Context c.1760-1840*. London: Palgrave, 2010.
- ASLAN, Nicola. *Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo*. Rio de Janeiro: Editora Maçonica, 1975,2v.
- ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: editora Maçonica, 1973.
- BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. In: *Oceanos*, Lisboa, v. 44.
- BANDECCHI, Brasil. *Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência*. São Paulo: Parma, 1983.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfaômega, 1978.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- BARATA, Alexandre Mansur. Política e religião no mundo luso-brasileiro: a trajetória do frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (1778-1830). In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade Maçonica e Independência do Brasil (1820-1822). In: JANCÓS, István. (Org.). *Independência: historia e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- BARBOSA, Antônio da Cunha. Cônego Januário da Cunha Barbosa. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo 65, Vol. 106, 1902.
- BARBOSA, Marinalva (org.). *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa: UFPB, 2009.
- BASILE, Marcello. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)* (Dissertação de Mestrado). Ano de Obtenção: 2000.
- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Impressos e liberdade. Notas para uma história da tipografia em Pernambuco. In: *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*, 2009, Rio de Janeiro. Livro do II Lihed, p. 5-24, 2009.

- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Impressos e Liberdade: Notas para uma história da tipografia de Pernambuco (1817-1850). IN: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia Abreu. (Org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.
- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça.; TEIXEIRA, Flávio Weinstein; VERRI, Gilda Maria Whitaker. *O nascimento da imprensa: a escritura e a leitura no periodismo (1821/1824)*. Recife: UFPE, 2010.
- BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)*. Rio de Janeiro: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1984.
- BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Almanack Braziliense*, v. 2, 2005.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, 6v.
- BRAGA, Maria de Fátima Almeida Braga. *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leituras nos anúncios dos jornais do século XIX (1821-1831)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. In: *Almanack*, v. 6, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986.
- BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do norte: Luiz Gonzaga Camargo Fleuri*. Goiás: CERNE, 1984.
- BOUTIN, Leônidas. *Dicionário biográfico brasileiro*. Curitiba : [s. n.], 1971.
- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia Abreu. (org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del-Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de

- Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: *Revista Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005.
- BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *Hipólito da Costa na Filadélfia, 1798-1800*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Kosmos / Edusp, 1993.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem. O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2012.
- CARASA SOTO, Pedro (ed.), *Élites. Prosopografía contemporánea*, Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- CARDOSO, José Luis. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. In: *História Econômica e História das Empresas*, v. 1, 2002.
- CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908.
- CARVALHO, Daniel de. *Traços de uma grande vida. Theóphilo Ottoni, campeão da liberdade*. Rio de Janeiro: Alba, 1934.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/teatro das sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *O Doutor Barata – político, democrata e jornalista*. Salvador: Imprensa Oficial, 1938.
- CASTRO, Renato Berbet de. *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel António da Silva Serva, 1811-1819*. Salvador: Departamento da Educação Superior e Cultura, 1968.
- CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia (Cachoeira, 1823 – Salvador, 1831)*. São Paulo: Ática, 1984.
- CASTRO, Zília Osório de. A independência do Brasil na imprensa periódica portuguesa (1822-1823). In: *Revista de História das Idéias*, v. 15, p. 663-680, 1993.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio Madureira (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As aulas de comércio no Império lusobrasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: *Textos das comunicações apresentadas na VII Jornada Setecentista*. [s.l.], 2007.
- CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani* 3ª serie, 1º sem., 1997.
- CICHOSKI, Luiz Paulo. *Ideias na Independência: o significado histórico do periódico Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Florianópolis: UFSC, 2011.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Letras e baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: CEJUP, 1989.
- COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquista, demagogos e dissidentes; a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/42*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CORREIA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX* (Dissertação de Mestrado). Paraná: UFPR, 2006.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura e Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião Pública e Linguagem Política no A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG, 2013.
- COSTA, Wilma Peres. A Independência na Historiografia Brasileira. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.
- DAMASIO, Antonio Joaquim. Biographia Dos Brasileiros Distinctos por Armas, Letras, Virtudes e etc. In: *RIHGB* T. 6, 1844.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: Costa Carvalho e o Farol Paulistano (1827-1831). In: *Revista de História Regional*, v. 12, 2008.
- DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln Ferreira. A São Paulo de Libero Badaró.

- In: *Notícia Bibliográfica e Histórica (PUCCAMP)*, São Paulo, v. 189, 2003.
- DE MARÍA, Isidoro. *Montevideo Antiguo. Tradiciones y recuerdos*, tomo II. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1976.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DINES, Alberto (org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Brasiliense. Estudos*. São Paulo-Brasília: Correio Brasiliense. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- DOURADO, Mecenaz. *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- DOWNING, John D. H.. *Mídia Radical – Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2004.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2015.
- FARIA JUNIOR, Carlos. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.
- FARIAS, Amy Caldwell de. *Mergulho no Letes: uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2006.
- FERNANDES, Bárbara Ferreira; MIRANDA, Daniela de; ABREU, Marcelo. Imprensa ilustrada, intelectuais e projeto nacional: esboço prosopográfico dos colaboradores da revista *Ilustração Brasileira* (1935-1945). In: *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais do XXVII SNH, 2013.
- FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: Algumas aproximaciones. In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010.
- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Deputados portugueses e redatores fluminenses na construção da monarquia constitucional portuguesa (1821-1822)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2011.
- FERREIRA, Paula Botafogo. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)* (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 2017.
- FERREIRA, Paula Botafogo; SCHIAVINATTO, Iara. Lis. As lembranças da

- 'bonifácia': entre a devassa de 1822 e o Processo dos cidadãos de 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 175, 2014.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Notas republicanas: a Memória Política de Antonio Borges da Fonseca. In: NEVES, Lúcia; BESSONE, Tânia. (Org.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- FORTE, José Matoso Maia. Ledo. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional* (7-14 de abril de 1931). Boletim do Instituto Histórico. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, vol. V.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790 – 1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANÇA, Wanderson. Édipo de. Pedro da Silva Pedroso: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria - Pernambuco, 1823. In: *Revista Tempo Histórico*, v. 5, 2013.
- FRANCO, Afonso Arinos e Melo. O Visconde de Cairu. In: *Digesto Econômico*, agosto de 1947.
- GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2010.
- GALVES, Marcelo Cheche. "Dirigir e retificar a opinião pública": os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira. (Org.). *Histórias sobre o Brasil no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.
- GALVES, Marcelo Cheche. Os percursos da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. In: COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (orgs). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café e Lápis/ Editora UEMA, 2011.
- GARCIA, Paulo. *Cipriano Barata ou a liberdade acima de tudo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- GARZON, Carlos Miguel Sanz. Biografía del cadernal franciscano fray Cirilo Alameda y Brea. Cordoba: Asociacion Hispanica de Estudios Franciscanos, 2012.
- GIFFONI, Maria Amália Corrêa. Marques de Monte Alegre. In: *RIHGB-SP* v LXVII, 1970.
- GOETA, Augusto. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944.

- GOLDMAN, Noemí Goldman. Legitimidad y deliberación: el concepto de opinión pública en Iberoamérica, 1750-1850. In: Javier Fernández Sebastián, dir., *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. [Iberconceptos I], Madrid, Fundación Carolina / CEPC, 2009.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Uruguay: Universidad de la Republica, 2013.
- GOUVEA, Myriam Paula. *Biografia e intelectualidade na imprensa oitocentista: a trajetória de Luís Augusto May e de seu jornal 'A Malagueta' (1821-1832)*. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- GOUVEA, Myriam Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XVII-XIX). In: *Topoi*, v. 7, 2006.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.
- GUERRA, François-Xavier. A Nação na América espanhola: a questão das origens. In: *Revista Maracanan*. Ano I, nº 1 Rio de Janeiro: UERJ, 1999/2000.
- GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- HEINZ, Flávio Madureira. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- HEINZ, Flávio Madureira. Do uso do Who's Who e de outros dicionários biográficos na construção de biografias coletivas das elites sociais e políticas do Brasil contemporâneo. In: *Barbarói, UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul*, N^a 10, 1999.
- HEINZ, Flavio Madureira (Org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1960. (t. 2: O Brasil monárquico, v. 1: O processo de emancipação).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IPANEMA, Cybelle de. A imprensa no processo de independência da América: O Reverbero Constitucional Fluminense (1821-22). In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 167, n. 433. out./dez., 2006.
- IPANEMA, Cybelle Moreira de. A comunicação e a imprensa sob o regente e Rei D. João VI. In: *RIHGB*, ano 168, n. 436, jul./set, 2007.
- IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. In: *RIHGB – 158*, n.394, jan./mar. 1997.
- IPANEMA, Cybelle Moreira de; IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na Corte de D. João, editor na Independência*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.
- IPANEMA, Marcelo de. *A censura no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- IPANEMA, Marcelo de. *Legislação de Imprensa. Leis de Portugal e Leis de D. João*. . Rio de Janeiro: Aurora, 1949.
- JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 v. 1.
- JANCSÓ, István. (Org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.
- JANCSÓ, István. (Org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec/ FAPESP, 2005.
- JANCSÓ, Istvan. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina -

- Apontamentos para o Estudo do Império como Projeto. In: LAPA José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNIY, Tamás (org.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JANCSÓ, István. O Doutor Barata - Político, Democrata e Jornalista. In: SILVA, Marcos. (Org.). *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo; Natal: Perspectiva, 2003.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiências Brasileira*. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000.
- JORGE, Sebastião. *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. São Paulo. Universidade Metodista e Imprensa Oficial. Volumes I e II. Coordenador: José Marques de Melo, 2005 e 2006.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 1999.
- KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- LEAL, Antônio Henriques. *O Pantheon Maranhense. Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. São Luís: Editorial Alhambra, 1987, tomo I.
- LEITE, Renato Lopes. História da historiografia da Independência: apropriações do Sete de Setembro. In: *Ensino e Pesquisa (União da Vitória)*, v. III, 2007.
- LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (Org.). *História do Estado de São Paulo/ a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP/Arquivo Público do Estado/Imprensa Oficial, 2010.
- LEMOES, Valéria Pinto (Org.). *Os exames censórios do conservatório dramático Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.
- LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. (orgs). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-*

- 1889). Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
- LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808 - 1822)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2015.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- LIMA, Alceu Amoroso. Época, vida e obra de Cairu. In: LISBOA, José da Silva. *Princípios de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1956.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LISBOA, Bento da Silva. Biografia de José da Silva Lisboa. Visconde de Cayru. In: *RIHGB*, vol 1, 1839.
- LONDOÑO, Fernando Torres. O aparecimento do conceito de Menor na Primeira República. In: PRIORE Mary del. (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do trono e do altar. In: MOREL, Marco MOREL, NEVES, Lúcia Bastos e BESSONE, Tania BESSONE. (Org.). *História e Imprensa - representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A e FAPERJ, 2006. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1999.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2010.
- MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência. (São João del-Rei, 1824-1839)*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

- MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las geraciones. In: *REIS*, nº 62, 1993.
- MARQUES, Cesar Augusto. *Diccionario historico-geographico da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. do Frias, 1870.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia Regina. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- MATTOS, Hebe. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Niterói: UFF, 2004.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Política e Cultura no Governo de D.João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)*. São Bernardo do Campo: EduFABC, 2017.
- MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817-1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MIRANDA, Leonardo Souza de Araújo. *A Democracia da Gravata Lavada: Teófilo Ottoni, vida, identidade política, espaço público e republicanismo entre 1826-1842*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MOLINA, Matias M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840) voll.* São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- MOMESSO, Beatriz. (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos nos Oitocentos*.

- São Paulo: Alameda Editorial, 2016.
- MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)* (Dissertação de Mestrado). Vitória: UFES, 2013.
- MENEZES, Francisco de Paula. Elogio Historico do conego Januario da Cunha Barboza. In: *RIHGB*, Tomo XI, 1848.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Brasiliense*, nº 2, 2005.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Padre Mororó: a revolução impressa*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2004.
- MORAES, Alexandre José de Mello. Jornais que se tem publicado no Brasil desde o dia 10 de setembro de 1808 até 20 de outubro de 1862. In: *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Brasileira, 1863.
- MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Independência e o império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Livros e impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009. p. 153-184.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- MOREL, Marco. *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821 - 1835)*. Cipriano Barata. São Paulo: EDUSP, 2008.
- MOREL, Marco. *Frei Caneca: entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Río de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier;

- LEMPÉRIÈRE, Annick.: *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII y XIX*. México, Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos - FCE, 1998.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. A independência em Goiás. In: *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, 1973.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Vols. 1 a 4, 1972.
- NAVARRO GARCIA, Jesus Raul. Actitudes política de fr. Cirilo Alameda y Brea, arzobispo de Santiago de Cuba, Burgos y Toledo: su etapa cubana. In: *Anales Toledanos*, n 25, 1985.
- NETO, Leonardo Leite (Org.). *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986*. Brasília: Senado Federal, 1986. 4 v.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.
- NEVES, Guilherme Pereira das ; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Independência. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- NEVES, Guilherme Pereira das; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Revolução. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Niterói, v. 4, n. 8, 1999.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Leitura e leitores no Brasil (1820-1822): o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, 1995.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora

UFMG, 2014.

- NOGUEIRA, Guaracy de Castro. Costume entre os Camargos, Paulista. In: *Revista da Abrasp* n°6, São Paulo, 1999.
- NOVAIS, Fernando Antonio. As Dimensões da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NOVAIS, Fernando Antonio; MOTA, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. In: *Arquipélago*, Vol 07, 2003.
- NUNES, Tássia Toffoli *Liberdade de imprensa no Império brasileiro. Os debates parlamentares (1820-1840)*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: USP, 2010.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824- 1834* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2009.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *O disfarce do anonimato: o debate político através dos folhetos (1820-1822)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1979.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena Lorenzini de Salles. Escrita da História e espaço museológico. In: *XXIII Encontro Regional da ANPUH - SP*, 2016, Assis/SP. Anais do XXIII Encontro Regional da ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, 2016.
- OLIVEIRA, Cecilia Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf; Ícone, 1999.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Retrato ficcional e implicações historiográficas: a figura de Gonçalves Ledo na decoração interna do Museu Paulista. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena Salles Oliveira. (Org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- PALMER, Robert. *The Age of the Democratic Revolution: A Political History of*

- Europe and America, 1760-1800*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.
- PALTI, Elias José. *El tiempo de la política. Lenguaje e historia en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PAULA, Sergio Góes de. (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). In: *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9, 2001.
- PEDROSA, Manoel Xavier Vasconcelos. Resenha. NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa de Pernambuco 1821-1954. Recife: Imprensa Universitária, 1967. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, Rio de Janeiro, v. 281, out./dez, 1968.
- PEREIRA, Peres Christiane. *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, UFRRJ, 2013.
- PEREIRA, Luisa Rauter. Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista. In: *Almanack Brasiliense* n° 10, 2010.
- PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria. A historicidade do político. O debate sobre representação e cidadania no império brasileiro (1823-1840). In: *História da Historiografia*, v. 1, 2017.
- PEREIRA NETO, Juscelino. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB (1821-1846)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNESP, 2014.
- PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Hib: Revista de Historia Iberoamericana*, v. 1, 2008.
- PIMENTA, João Paulo et al . A Independência e uma cultura de história no Brasil. In: *Almanack*, n. 8. 2014.
- PIMENTA, João Paulo. A quién debería pertenecerle la banda oriental? Elementos para comprender la independencia de Brasil a partir del Río de la Plata. In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 13, 2013.
- PIMENTA, João Paulo. Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822). In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. In: *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 1, 2008.
- PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In: *História da Historiografia*, v. 3, 2009.
- PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, São Paulo: USP, 2012.
- PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PIMENTA, João Paulo. Espacios de experiencia y narrativa historiográfica en el nacimiento del Brasil independiente. In: *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, v. 12, 2007.
- PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolución en Brasil: la historia de un concepto, un concepto en la historia (siglos XVIII-XXI). In: Fabio Wasserman. *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019.
- PORFÍRIO, Francisco Weber Pinto. *(Re) pensando a nação: a Confederação do Equador através dos jornais o Spectador Brasileiro (RJ) e o Diário do Governo do Ceará em 1824. (Dissertação de Mestrado)*. Fortaleza: UFC, 2019.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. 145º sessão em 8 de março de 1846. In: *RIHGB*. Tomo VIII, 1867.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Elogio histórico geral dos sócios falecidos em 1847. In: *RIHGB*. Tomo XI, 1848.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRIORE, Mary del. *A História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- QUEIROZ, Bianca Martins. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): a trajetória de um dos fundadores do IHGB. In: *XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos, 2011*, Mariana. XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 anos, 2011.
- RAMIRES, Mário Fernandes. Tipografias e tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica* - UFPE, v. 1, 2017.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. .

- REZENDE, Joffre Marcondes. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.
- RIBEIRO, Celia. *O Jornalista Farroupilha: Vicente Ferreira Gomes 1805-1837*. Porto-Alegre: Libretos, 2012.
- RIBEIRO, Gladys. S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume & Dumará: 2002.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico... a trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. In: *Almanack Braziliense*, v. 2, 2005.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Nacional, 1957.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. São Paulo: PUC Campinas, 1995.
- ROCA, C. Alberto: *Vida del Cardenal Arzobispo Cirilo de Alameda y Brea*. Biblioteca Nacional, Montevideo, 1974.
- ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa, visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- RODRIGUES, José Damião (org.). *O Atlântico revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar (CHAM), 2012.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência e revolução*. São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro FGV, 1971.
- SANZ GARZON, Carlos Miguel. *Biografía del cardenal franciscano fray Cirilo Alameda y Brea: su compromiso político y religioso en los reinados de Fernando VII y de Isabel II*. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão/vizinho. In: *Ler História*, v. 55, 2008.
- SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado colonial no processo de independência do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2010,
- SANTOS, Mário de A. *Um homem contra o Império: Antonio Borges da Fonseca*. João

- Pessoa: Conselho Estadual de Cultura: Editora União, 1994.
- SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro. In: *Rev. Bras. de História da Matemática*, v. 11, n. 21, São Paulo, 2011.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos typographos. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. São Paulo: Edusp, 2004. v. 01.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and Society in Colonial Brazil. The High Court of Bahia and its judges, 1609-1751*. Berkeley, University of California Press, 1973.
- SCHUBERT, Guilherme. Cônego Januário da Cunha Barbosa. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 158 (394), jan./mar. 1997.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández. Hacia una historia Atlântica de los conceptos políticos. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.), *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. [Iberconceptos I], Madrid, Fundación Carolina / CEPC, 2009.
- SEGISMUNDO, Fernando. Cipriano Barata – jornalista político. In: *Imprensa Brasileira – vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Alba, 1962.
- SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. *A Corte e o Mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SLEMIAN, Andrea. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SIGAUD, José Francisco Xavier. Elogio Historico do Secretario Perpetuo Conego Januário da Cunha Barboza. *RIHGB*, Tomo XI, 1848.
- SILVA, Carolina Paes Barreto. *A trajetória de O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e na Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre política imperial (1830-1837)* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, 2010.

- SILVA, Francisco Ribeiro da. História da Alfabetização em Portugal: Fontes, Métodos, Resultados. In: NÓVOA, A. E BERRIO, J. RUIZ (Orgs). *A História da Educação em Espanha e Portugal – Investigações e Actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, Garnier, 1864/1868.
- SILVA, João Nei Eduardo da. Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense. In: *Terra matuta: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Ed. Paka Tatu, 2002.
- SILVA, Luiz Geraldo da. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In: JANCÓS, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- SILVA, Luiz Geraldo da. Negros Patriotas. raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCÓS, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003.
- SILVA, Luiz Geraldo da. Pernambuco y la independencia: entre el federalismo y el unitarismo. In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 2013.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. da (coord.). *Dicionário da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. A Idade D'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um periódico baiano defensor de D. Pedro, 1822. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 173 (454), jan./mar, 2012.
- SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A,

2006.

- SILVEIRA, Argemiro. Alguns apontamentos biographicos de Libero Badaró. In: *RIHGB*, t.53, 1890.
- SIQUEIRA, Lamon Fernandes. *Hipólito da Costa e a maçonaria: a formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense* (Dissertação de Mestrado). Ouro Preto: UFOP, 2011.
- SIQUEIRA, Lucília. O ponto em que estamos na historiografia sobre o período de rompimento entre Brasil e Portugal. In: *Almanack Braziliense*, v. nº 3, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio: Mauad, 1999.
- SOUSA, Octavio Tarquínio. *Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Cia Nacional, 1939.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. La Independencia de Brasil en Bahía: dimensiones políticas y conflictos (1821-1823). In: *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 2013.
- SOUZA JUNIOR, Jose Alves. *Constituição ou revolução : os projetos politicos para a emancipação de Grão-Para e a atuação politica de Filippe Patroni (1820-1823)* (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 1997.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. Filippe Patroni: um Vintista no Pará. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. (Org.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel e LYNCH, Christian Edward Cyril. República/republicanos. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba: 2011, vol.19, n.39.
- TAUNAY, Affonso d'Escragno. *Grandes vultos da independência brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1922.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. Cipriano José Barata de Almeida. In: *Revista de Historia de America*, Mexico: n 101. Jan/fev de 1986.
- TIMMERS, Frei Olavo. *Theophilo Benedicto Ottoni, pioneiro do nordeste mineiro e fundador da cidade de Teófilo Ottoni*. Divinópolis: Gráfica Santo Antônio, 1969.
- TRENTIN, Paulo Henrique. *Matemática no Brasil: as traduções de Manoel F. de Araújo Guimarães (1777-1938) das obras de Adrien Marie Legendre..* (Tese de Doutorado), São Paulo, PUC-SP, 2011.

- VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARELA, Francisco. *Joaquim Gonçalves Ledo e a emancipação política do Brasil (1808/1822)*. João Pessoa: Ideia, 2004.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, Sem data.
- VASCONCELO, Mônica. *Debate sobre o fim da escravidão e a ação político-educativa da campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Illustrada (1876-1888)* (Dissertação de Mestrado). Maringá: UEM, 2017.
- VIANNA, Amilcar. (Org.) MARTINS FILHO, João Antônio de. (Org.) PAULA, Vera Alice Cardoso. (Org.) SILVA, Alexandre Mendes. (Org.) CUNHA, Marcelo Magalhães. (Org.) GODOY, Maria do Carmo Salazar. (Org.) MARTINS, Cleber A. (Org.) CABRAL. *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2014.
- VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.
- VIANNA, Helio. Francisco Gê de Acaiba Montezuma. In: *RIHGB* v. 244, 1959.
- VIANNA, Helio. Um século e meio de imprensa carioca 1808-1965. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 271, abr./jun, 1966.
- VIDIGAL, Geraldo. *O Marquês de Monte Alegre: alvorecer de um estadista*. São Paulo: Ibrasa, 1998.
- VIEIRA, Martha Victor. A circulação dos ideais liberais na periferia da nação: imprensa, liberdade e cidadania na Província de Goiás. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 2, 2016.
- VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. In: *Opsis*, v. 2, 2016.
- VIEIRA, Martha Victor. O surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na província de Goiás. In: *História Revista* (Online), v. 21, 2016.
- VIEIRA, Martha. Victor. Os 'Amigos da Ordem': antilusitanismo e cultura política na província de Goiás (1830-1834). In: *XV Encontro Regional de História - Ofício*

do Historiador: Ensino & Pesquisa, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio - Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa. Rio de Janeiro: ANPUH Rio de Janeiro, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial* 3v. Madrid: Siglo Veintiuno, 2010.

WINTER, Murilo Dias. *"Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin cañon": imprensa periódica e a construção de uma identidade oriental (Província Cisplatina, 1821-1828)* (Dissertação de mestrado). Ano de obtenção: 2014.